



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

RUAN DE SOUZA MARIANO

**A AQUISIÇÃO DA GENERICIDADE-D NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO**

**CAMPINAS,
2018**

RUAN DE SOUZA MARIANO

A AQUISIÇÃO DA GENERICIDADE-D NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

**Tese de doutorado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título Doutor em Linguística.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ruth Elizabeth Vasconcellos Lopes

Co-Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Ilari

**Este exemplar corresponde à versão
final da Tese defendida pelo estudante
Ruan de Souza Mariano e orientada
pela Prof^ª. Dr^ª. Ruth Elizabeth
Vasconcelos Lopes e pelo Prof. Dr.
Rodolfo Ilari**

**CAMPINAS,
2018**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 1224403

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

M337a Mariano, R., 1988-
A aquisição da genericidade-D no Português Brasileiro / Ruan de Souza Mariano. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Ruth Elizabeth Vasconcellos Lopes.
Coorientador: Rodolfo Ilari.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Aquisição de linguagem. 2. Língua portuguesa - Brasil. 3. Língua portuguesa - Sintagma nominal. 4. Genericidade (Linguística). I. Lopes, Ruth Elisabeth Vasconcellos, 1960-. II. Ilari, Rodolfo, 1943-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The acquisition of D-genericity in Brazilian portuguese

Palavras-chave em inglês:

Acquisition of language
Portuguese language - Brazil
Portuguese language - Noun phrase
Genericalness (Linguistics)

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

Banca examinadora:

Ruth Elizabeth Vasconcellos Lopes [Orientador]
Elaine Bicudo Grolla
Pablo Picasso Feliciano de Faria
Roberta Pires de Oliveira
Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Data de defesa: 16-04-2018

Programa de Pós-Graduação: Linguística



BANCA EXAMINADORA

Ruth Elizabeth Vasconcellos Lopes

Elaine Bicudo Grolla

Pablo Picasso Feliciano de Faria

Roberta Pires de Oliveira

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

**IEL/UNICAMP
2018**

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.

À Maria Neném, que está vivendo para ver seu bisneto (filho de criação) virar doutor; à Eni Maria, mãe com açúcar (e com afeto); e, não menos importante, a minha sanidade, que muito resilientemente (para não dizer “à pau e corda”, em bom manezês) conseguiu chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Outro dia, analisando os agradecimentos de algumas teses, para escrever os meus, me deparei com uma afirmação um tanto quanto curiosa: não me lembro ao certo as palavras, mas se dizia que o processo de produção de uma tese é coletivo e demanda o envolvimento de muita gente para além daquele que a escreve. Fico feliz por quem escreveu isto, mas para mim, não houve processo mais solitário e individual do que a elaboração desta tese. Tantas foram as vezes que precisei me isolar, que precisei me desligar do mundo, das redes sociais, que inventava desculpas das mais esfarrapadas para não sair de casa com o intuito de escrever dois ou três parágrafos e contornar as crises de ansiedade que surgiram junto com o doutorado... Isso sem falar nas noites de sono mal dormidas, nos sacrifícios dos pequenos prazeres cotidianos que nos fazem tão bem, mas que em função de um “bem maior” foi preciso abrir mão... Achei tão estranho a afirmação que o colega fez, mas entendi que cada tese trilha o seu próprio caminho. Não duvido que a construção daquela tenha sido coletiva e que em função disso, lhe coube agradecer aos que o auxiliaram na construção. Quanto à minha, antes e acima de tudo, agradeço a minha sanidade! Com muito esforço e com uma resiliência conquistada a duras penas, consegui chegar ao fim deste doutorado, escrevendo esta tese que, muito longe de ser perfeita, encerra um processo de construção de conhecimento que adquiri durante estes anos na pós-graduação em Linguística da Unicamp, mas também no estágio de doutorado sanduíche, na Universidade Autônoma de Barcelona. Os méritos e deméritos, sejam doces ou amargos, são exclusivamente meus.

Houve, porém, muitas pessoas que não soltaram da minha mão, não me deixaram desistir de tudo e me deram forças para continuar nesta empreitada. A estas pessoas, devo os meus mais sinceros agradecimentos.

Começo agradecendo aos dois pilares da minha vida, àquelas que até hoje não compreendem direito o que eu faço, mas que não mediram esforços para assegurar que eu terminasse este doutorado. Primeiro, porque era meu sonho; segundo, porque me disseram que a melhor herança que me deixariam seria garantia de que eu concluísse meus estudos! Muito obrigado, (bisa)vó Maria e vó Nica! Esse título é nosso! Se não fosse por e com vocês, não teria feito tudo o que fiz! E agradecendo a elas, estendo meu “muito obrigado” ao meu avô Milton, que já não está mais conosco, mas que, juntamente com minha avó, nunca me deixou faltar nada.

Agradeço também as energias cósmicas do universo e as boas vibrações que minha mãe me enviou para que este doutorado desse certo. Segundo ela, estava escrito no universo, nas estrelas, no cosmo, que eu voltaria de Campinas doutor! Não sei se deu muito certo, mas em todo o caso, obrigado, mãe!

Ainda no seio familiar, agradeço aos meus tios Marcelo, Maurício, Márcia e Passinha por todo o apoio que me deram ao longo destes anos!

Um “muito obrigado” deixo também aos meus amigos do Pântano do Sul. Aqueles que muitas vezes não entendiam que tanto eu fazia sentado na frente do computador, rodeado de livros, (provavelmente ouvindo Maria Bethânia, diziam eles), mesmo nos períodos em que eu deveria estar de férias em Florianópolis. Vocês foram e são muito importantes pra mim, Wayran, Jefferson, Felipe, Maicon, Nicole e Moema!

Agradeço também as amizades que fiz durante minha graduação e mestrado. Aqueles que comemoraram comigo minha aprovação na Unicamp e que torceram pra que fosse lindo! Muito obrigado, Meirielle e Tanay, pelas melhores risadas e a companhia agradável dos crepúsculos na praia; Carla Mello e Milene, pelos melhores momentos ébrios; Humberto e Natássia pelas acaloradas discussões sobre LA e pelos abraços confortantes; e Aninha, pelo sotaque luso-manezinho tão gostoso de se ouvir (cês não soltam da minha mão, viu!?!). Obrigado também Meiry, irmãzinha de orientação no mestrado, fotografa particular e guia turístico oficial de Paris, pelas tantas conversas confortantes e pela divisão do fardo acadêmico (tu vale ouro!); Agradeço também à Cris Estevão, meu eu poeta, meu eu feminino, pelas confidências, cumplicidade e bolo de milho (sem coentro, por favor!). Obrigado, Ranyane, pelas orações, pelas conversas com teu deus e pela preocupação sempre presente comigo!

Mudar de cidade, por vezes, é bastante traumático. Especialmente se se trata de uma cidade nada acolhedora como Campinas. Mas esse trauma pode ser suavizado se tivermos pessoas especiais com as quais podemos contar e compartilhar o mesmo teto. Neste sentido, não posso deixar de agradecer aos tantos amigos que fiz pelas casas que passei desde que me mudei para Campinas: aos meninos da primeira formação da Rep Nuvem, Gustavo, Flávio, Rafa; aos meninos da segunda formação da Rep Nuvem, Vinicius e Allan; ao Aderlon e ao Thiago, da última república, toda minha gratidão. Um salve especial para o Pedro Nakasu e o Kaio Karam, que deixaram meus últimos meses em Campinas mais leve, mais colorido e mais agradável! Cês moram no meu coração, tá!?

Não posso deixar de agradecer às duas flores com quem compartilhei não apenas a casa, mas também as felicidades e as angústias que senti em Campinas. Gigi e Fernanda, cês não sabem como sou grato por vocês terem aparecido na minha vida! A saudade de vocês é tanta que até dói o peito! Obrigado por tudo, tudo mesmo. De coração!

Por falar em coração, ingratidão seria não mencionar aqueles que me transbordaram de felicidade, compartilharam minhas alegrias e sofrimentos e fizeram a pedra que bombeia meu sangue bater mais forte: Allan, Ivan e Menderes, sem vocês, essa caminhada teria sido mais difícil, muito obrigado (*zonder jou zou deze wandeling het moeilijker zijn geweest, bedankt*)! *¡Gracias también te doy a ti, Pedro Pablo, por todo lo que hemos pasado juntos y apartados en estos casi dos años! ¡Las horas y la vida de tu lado, chiquillo, valieron la pena, por el bien que me has hecho!*

Y así en español agradezco también a los que me acogieron (y a los que he acogido) en Barcelona por lo de mi pasantía, en especial a Henry Escobar, José Roberto (in memoriam), Vinicius da Rosa, Jouhanna Menegaz, y Ricardo Dalai! ¡Barcelona no habría sido tan especial sin vosotros!

I en català, agraeixo als que em van donar la benvinguda al Centre de Lingüística Teòrica de la Universitat Autònoma de Barcelona, especialment al Jaume Mateu i Maria Teresa Espinal! A Maria Teresa Espinal agraeixo no només per la benvinguda, sino també per les nombroses contribució a aquesta tesi. Gràcies per tot, Maria Teresa!

Dono gràcies també als meus companys de despatx i dinar de l'Autònoma Marina Roman, Anna Paradís, Celina Agostinho, Federico y Cristina! Vaig ser més feliç amb la vostra companyia!

Também de Campinas, agradeço aos meus colegas do ForMA, Letícia, Fernanda, Carla, Harley, Maurício, Lara, Antonio, Willi e Anderson. Obrigado pelas discussões sobre os nossos objetos de pesquisa, obrigado por me ouvirem reclamar e por suportarem minha ácida companhia durante todo este tempo! Só tenho a agradecer por toda a força que vocês me deram!

Um “gratiliz” muito especial à Carol Potascheff, bicho grilo predileta, pelos papos agradáveis, comidinhas estranhas, vinhos especiais e o abraço mais gostoso de Barão Geraldo! Tu és um ser de luz, viu!?

Ao Sérgio Azevedo, Reginaldo do Nascimento, Pedro Avellar, Abel Garcia, e a galera do vôlei de sábado à tarde, na FEF, fico muito obrigado pelos melhores momentos não acadêmicos nas frias terras do Barão!

Agradeço também ao pessoal do SAPPE da Unicamp, por segurar as pontas com as minhas crises de ansiedade e existenciais. Vocês já devem imaginar o quanto me ajudaram continuar nessa empreitada toda! Estendo estes agradecimentos à equipe médica do Centro de Saúde do Pântano do Sul, por me acolherem e me acompanharem nesta caminhada.

Aos professores Thiago Motta, Plínio Barbosa, Livia Oushiro e Emílio Pagotto meus mais sinceros agradecimentos! Ao Thiago, pela simpatia com que sempre me recebia para discutir desde a tese até os assuntos mais triviais do cotidiano; ao Plínio e a Livia pela imensurável ajuda com o tratamento estatístico dos dados desta tese e da qualificação de área; ao Emílio que, com toda a sua paciência e simplicidade, aceitou me orientar no trabalho de qualificação de área! Cês foram muito importantes pra mim neste doutorado!

Não poderia deixar de agradecer também à banca de qualificação desta tese, professoras Sonia Cyrino e Elaine Grolla, pelas inumeráveis contribuições que deram a este trabalho. Dentro do possível, tentei acolher as sugestões (muito boas!) que vocês direcionaram a esta pesquisa.

Agradeço ainda à Laura Linhares, Kátia Helena de Souza, Adriana de Fátima Moraes e Dulce Mara Bertoluci, por tornarem possível a aplicação dos experimentos nas crianças e por me acolherem de uma forma tão carinhosa no CECI e PRODECAD da Unicamp. Agradeço também as professoras Giselle Avellar, Izamélia Stripoli, Katia Difederico, Rosana Dutra, Serimar Siqueira, Simone Duarte, Valquíria Pereira, Vanilda Pena e Tatiane de Miranda Ieks por me acolherem tão bem nas turmas de vocês e por tornar minha experiência com os pequenos mais agradável!

Não poderia deixar de agradecer às crianças que participaram deste experimento! com toda a certeza, elas ressignificaram minha experiência acadêmica! Se houve um momento em que não me passou pela cabeça largar tudo e ser feliz vendendo água de coco na praia foi quando estava nas creches participando das atividades com os pequenos! Obrigado por me ensinarem tanto sobre simplicidade, carinho e humanidade!

Um “muito obrigado” muito especial vai para aquela que me apresentou as belezas dos mundos possíveis, das condições de verdade, dos sentidos e das referências e com quem comecei a discussão sobre esses tais nomes pelados! Te agradeço, Roberta (ou Pires de Oliveira, para quem não é chegado!), por me mostrares não apenas como é lindo estudar semântica formal e pelo teu profissionalismo tão admirável, mas também por

seres essa pessoa tão encantadora, com quem é difícil se cansar de conversar! Vem de dentro esse agradecimento, viu!?

Aos orientadores Ruth Lopes e Rodolfo Ilari agradeço as leituras atentas, os puxões de orelha e as variadas ponderações para o aperfeiçoamento deste trabalho. Agradeço também pelo empenho em resolver, sempre que possível, os entraves burocráticos que aparecerem ao longo destes anos. As falhas que, porventura, permaneceram, como já dito, são de minha inteira responsabilidade.

Muito obrigado à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa, ainda que não tenha havido um reajuste sequer neste quatro anos de bolsa. Agradeço também àqueles espíritos caridosos que anonimamente efetuaram depósitos na minha conta bancária quando souberam que eu estava sem bolsa em Campinas! Cês quebraram um galhão!

Finalmente, a todos aqueles e aquelas que minha memória falhou em recordar, por favor, não se sintam ofendidos(as)! Peço as minhas mais sinceras desculpas e deixo os meus mais cordiais agradecimentos!

RESUMO

As línguas naturais apresentam distintas formas pelas quais seus falantes podem se referir diretamente à espécie. As formas mais comuns no inglês e nas línguas latinas são, respectivamente, o plural nu e o definido singular. O Português Brasileiro (PB), além de apresentar o plural nu e o definido singular como sintagmas candidatos para a referência à espécie, parece autorizar outra construção neste mesmo contexto, qual seja, o singular nu, um sintagma de determinante (DP) cujo D não se encontra abertamente realizado. Esta pesquisa tem o objetivo de investigar a aquisição da linguagem das expressões que fazem referência à espécie no PB (genericidade-D), com o intuito de saber se as crianças podem interpretar o singular nu como um nome de espécie e, em caso afirmativo, se elas apresentam alguma dificuldade em fornecer uma interpretação para esta e outras construções as quais a literatura da área entende que há uma leitura de espécie. Minha hipótese é que o singular nu não só denota a espécie, como é a forma *default* com a qual nos referimos à espécie no PB. Assumo, seguindo Borik e Espinal (2015) que não há número nas construções que se referem diretamente à espécie e que, portanto, não haveria número na estrutura sintática do singular nu no PB. Esta assunção é importante, porque é a partir dela que postulo não haver estágios pelos quais as crianças passam para adquirir o singular nu no PB, contrariando uma das propostas que discutem a aquisição desta estrutura nesta língua. Para testar minha hipótese e estas previsões, elaborei um experimento linguístico que consistia num Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV), em que as crianças teriam que responder ‘sim’ ou ‘não’ para um determinado grupo de perguntas e uma Tarefa de Seleção de Imagens (TSI), em que as crianças apontariam para uma imagem que melhor representasse um estímulo sonoro proferido. Os resultados confirmam a hipótese de que é possível atribuir uma leitura genérica de espécie para o singular nu no PB e que tal interpretação é a preferida pelos participantes para este DP. Também se confirmou que as crianças mais novas não apresentam dificuldades em interpretar o singular nu e se comportam da mesma maneira que as crianças mais velhas, o que sugere que não há estágios pelos quais elas passam para adquirir o singular nu no PB.

Palavras-Chave: referência à espécie (genericidade-D); singular nu; aquisição da linguagem;

ABSTRACT

Natural languages have different ways in which their speakers can directly refer to kinds; the most common forms in English and Romance languages are, respectively, the bare plural and the definite singular. Brazilian Portuguese (BP), besides presenting bare plurals and the definite singular as candidates for kind reference, seems to allow another construction in the same context, which is the bare singular, a determiner phrase (DP) wherein D it is not openly realized. This research aims to investigate the acquisition of expressions that refer to kinds in BP (D-genericity), in order to know if children can interpret bare singulars as a kind and, if so, whether they present some difficulty in providing an interpretation for this and other constructions that the BP literature claims to denote kinds. My hypothesis is that bare singulars not only denote kinds but also it is the default way to refer to kinds in the language. Following Borik and Espinal (2015) I assume that there is no number engaged in the kind denotation and, therefore, there is no number in the syntactic structure of bare singulars in PB. This is an important assumption because it supports my claim that there are no stages which children pass through to acquire bare singular in BP, against a current view in the literature. To verify my hypothesis and predictions, I developed two linguistic experiments: A Truth Value Judgment Test and a Selecting Picture Task. In the former, children are asked to answer some 'yes or no' questions about kinds. In the latter, they are asked to point to a picture which represents an uttered stimulus. The results confirm the hypothesis that bare singulars denote kinds in BP and that such interpretation is preferred by participants for this construction. It has also been confirmed that younger children have no difficulty in interpreting bare singulars and they behave in the same way as older children.

Key-words: kind reference (D-genericity); bare singular; language acquisition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	16
1. DA GENERICIDADE:	19
1.1 A genericidade-I	19
1.2 A Genericidade-D	26
1.2.1 Fenômeno de opacidade	27
1.2.2 Escopo Estreito	27
1.2.3 Processos anafóricos	29
1.3 A distribuição e interpretação das expressões de referência direta à espécie:	32
1.2.1 Longobardi e o movimento de N para D:	33
1.2.2 O Parâmetro do Mapeamento Nominal de Chierchia e as contribuições de Dayal	41
1.4 Os desdobramentos das propostas teóricas para o Português Brasileiro	47
1.2.3 Borik e Espinal (2012, 2015)	47
1.2.4 As discussões sobre o Português Brasileiro:	51
2. DO QUE SE ASSUME NESTE TRABALHO:	86
2.1 O singular nu denota a espécie:	86
2.2 Das estruturas sintáticas das expressões que fazem referência à espécie:	95
1.2.5 Retomando o Movimento de N e aplicando-o ao PB:	97
2.2.2 Não há projeção de número na referência direta à espécie:	107
2.3 O plural nu	111
2.4 O definido singular vs o nominal nu:	115
2.5 Considerações remanescentes:	117
3. DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	119
3.1 A aquisição da genericidade:	120
3.2 A aquisição da genericidade no PB:	134
3.3 O que as teorias poderiam prever para a aquisição da linguagem?	139
3.3.1 O que prevê a proposta de Müller (2000, 2002a,b; 2003)?	141
3.3.2 O que preveem as propostas de Schmitt e Munn (1999, 2005)?	141
3.3.3 O que prevê a proposta de Cyrino e Espinal (2015)?	142

3.3.4	O que prevê a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011)?	144
3.4	A que se propõe este trabalho?	144
4.	DESIGN EXPERIMENTAL:	149
4.1	Pergunta de investigação	149
4.2	Participantes	150
4.3	Design e procedimento:	151
4.4	Os estímulos:	156
4.5	Limitações metodológicas:	159
4.1.1.	Predicados e adequação pragmática:	159
4.1.2.	Como denotar uma entidade abstrata?	160
5.	DOS RESULTADOS:	162
5.1	Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV)	162
5.2	Tarefa de Seleção de Imagem	166
5.1.1.	Contextos de habituação ao experimento	167
5.1.2.	Estímulos experimentais	169
5.3	Comparando os Grupos Controle x Experimental:	172
5.1.3.	Grupo Controle x Grupo Experimental	173
5.1.4.	G1 x G2 x G3:	174
5.4	Discriminação da interpretação de espécie	175
5.1.5.	Grupo Controle	176
5.1.6.	Grupo Experimental	177
5.1.7.	Discriminando os subgrupos de GE:	178
5.1.8.	Grupo Controle x Grupo Experimental	178
6.	DA ANÁLISE E DISCUSSÃO:	180
6.1	Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV)	181
6.2	Tarefa de Seleção de Imagens (TSI):	184
6.2.1.	Contextos de Habituação	184
6.2.2.	Estímulos experimentais:	186
6.2.3.	Comparando as faixas-etárias de GE	200
6.2.4.	Diferença entre GC e GE:	201
6.2.5.	Analisando as respostas dos participantes em função do tipo de predicado K-level:	202
6.3	Interpretando os dados à luz de outras teorias:	205
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS:	211

Referências 216

Anexo I: Folha de resposta do Grupo Controle.....	222
Anexo II: transcrição dos áudios de contextos do experimento.....	224
Anexo III: imagens e sentenças apresentadas ao grupo experimental no período de familiarização	243
Anexo IV: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	245

INTRODUÇÃO:

Sentenças genéricas constituem um meio muito eficiente de armazenamento e trocas de informações, que ocorrem naturalmente em qualquer contexto conversacional. De acordo com Carlson (2011), a genericidade é um fenômeno pelo qual expressamos generalizações por meio de sentenças que fazem abstrações sobre indivíduos, eventos, situações, etc. Esse tipo de sentença ocorre até mesmo na fala de crianças muito pequenas, em fase de aquisição de uma língua.

Esta tese se propõe a investigar como se dá a aquisição linguística das sentenças genéricas em que ocorre a genericidade-D, isto é, aquela que é disparada pelo sintagma determinante (de agora em diante, DP – do inglês, *determiner phrase*). Mais especificamente, minha análise dá maior ênfase à aquisição do singular nu usado com referência direta à espécie na posição pré-verbal, o que me levou a tomar uma posição em face de uma literatura que é bastante controversa, particularmente quanto à possibilidade de tal sintagma se referir diretamente à espécie ou não.

Assumo que o singular nu, um sintagma nominal desprovido de determinante aparente, denota a espécie (PIRES DE OLIVEIRA E ROTHSTEIN, 2011) e que não há número em sua estrutura sintática, porque sua denotação *default* é a referência à espécie. Sigo, deste modo, a proposta de Borik e Espinal (2015) para as quais a categoria funcional de número instancia indivíduos no contexto, uma operação diferente da referência direta à espécie, que não tem a ver com a instanciação de indivíduos.

No que tange a aquisição da linguagem, minha hipótese é que o singular nu entra no *input* da criança como nome de referência à espécie, isto é, a interpretação *default* que as crianças atribuem ao singular nu é a de espécie. Minha argumentação se sustenta em dados sociolinguísticos que sugerem que o singular nu é mais frequentemente interpretado como genérico na fala adulta (MARIANO, 2017). Estes dados atestam também uma preferência pelo uso de singular nu em contextos de referência à espécie na gramática-alvo.

Se esta hipótese estiver correta, não espero encontrar estágios pelos quais a criança passa para adquirir seja o controverso singular nu, seja a referência à espécie, uma vez que o singular nu entraria na língua como nome de espécie já nas primeiras

fases da aquisição do Português Brasileiro (PB, de agora em diante). Também não espero encontrar diferença entre o comportamento das crianças em fase de aquisição e dos falantes adultos do PB, uma vez que ambos os grupos fariam uso deste sintagma em situações de referência à espécie.

Para testar essas hipóteses concernentes ao comportamento do singular nu e de outros DPs que fazem referência à espécie, elaborei um experimento psicolinguístico, que foi aplicado em um grupo de adultos e um grupo de crianças de três faixas-etárias (aproximadamente 4, 5 e 7 anos de idade). Tal experimento consistia num Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV), seguido de uma Tarefa de Seleção de Imagem (TSI). O primeiro se propunha a saber se os participantes autorizavam uma interpretação de espécie para o singular nu e para os demais sintagmas nominais analisados (definido singular, definido plural e plural nu). Já o segundo se propunha a investigar se os sintagmas nominais analisados (em especial, o singular nu) poderiam receber outros tipos de leituras, como a de plural ou a definida.

A aplicação do experimento em crianças com diferentes faixas-etárias e num grupo de adultos possibilitou verificar se as predições que minha hipótese fazem se sustentam ou não, sobretudo em relação a haver ou não diferença de comportamento entre as distintas faixas-etárias das crianças e entre as crianças e o grupo adulto.

Ressalte-se, no entanto, que a análise efetuada neste trabalho, por razões metodológicas, englobou o comportamento das crianças a partir dos três anos de idade, o que, em certa medida, pode não ter captado todas as nuances relativas à aquisição do fenômeno.

Organizei o texto da seguinte maneira: para facilitar a discussão sobre a aquisição da genericidade, começo delineando o estado da arte sobre a questão da genericidade na literatura recente como meio de levantar hipóteses que possam orientar uma pesquisa em aquisição: as crianças convergem à uma gramática, mas que gramática é esta? Como é a estrutura sintática e semântica deste fenômeno? Desse modo, no primeiro capítulo, vou discutir os dois tipos de genericidade atestadas na literatura, quais sejam, a genericidade oriunda do sintagma nominal (Genericidade-D) e a genericidade disparada pelo aspecto verbal (Genericidade-I). Vou discutir as propostas de Carlson (1977), Chierchia (1998) e Longobardi (1994), que foram os

precursores da discussão sobre a referência à espécie nas línguas naturais. Também vou analisar algumas teorias que se empenharam em fornecer uma explicação sobre o fenômeno no PB. Trouxe à discussão apenas os autores que investigaram o controverso singular nu do PB, dado que tal sintagma impunha um desafio na literatura: denota ou não a espécie? É autorizado ou não em posição argumental? Quais são suas denotações? Possui número ou não na sua denotação? Essas e outras questões foram pano de fundo das propostas teóricas de Schmitt e Munn (1999), Müller (2000, 2002, 2003, etc.), Ferreira (2010), Pires de Oliveira e Rothstein (2011) e Cyrino e Espinal (2015), que vou discutir neste primeiro capítulo.

No Capítulo 2, discuto as assunções teóricas que fiz para explicar o fenômeno. O foco deste segundo capítulo é esboçar a arquitetura da gramática das expressões que se referem à espécie no PB, isto é, vou analisar como é a estrutura sintática e quais são as interpretações semânticas possíveis para as expressões que fazem referência à espécie na língua, dando atenção especial ao singular nu, foco desta investigação.

O Capítulo 3 confere especial atenção à aquisição da linguagem. Como veremos, a discussão sobre a aquisição de sentenças genéricas é bastante profícua na literatura universal, mas quando se trata de explicar o fenômeno no PB, temos apenas dois trabalhos relativos ao assunto: Lopes (2004, 2006) e Augusto (2008). Discutirei as propostas das autoras e, em seguida, apresentarei a proposta deste trabalho para a aquisição do fenômeno para o PB.

O Capítulo 4 explana sobre a metodologia empregada nos testes que realizei: como já dito, com o TJVV, pretendia avaliar quais DPs são capazes de se referir à espécie no PB; já com a TSI, objetivava saber de que forma os participantes interpretavam os diferentes tipos de sintagmas determinantes do PB, se com leitura referencial, espécie ou plural. Trago, neste capítulo, não apenas o design dos experimentos, como também a metodologia empregada nas suas aplicações.

No Capítulo 5, reporto os resultados dos testes que realizei, juntamente com o tratamento estatístico dos dados, relegando a discussão e a análise para o Capítulo 6.

Por fim, o sétimo e último capítulo arremata a discussão e aponta possíveis caminhos que poderiam ser seguidos daqui para frente.

1. DA GENERICIDADE:

Neste primeiro capítulo, apresento as discussões que considero mais importantes para a compreensão da genericidade nas línguas naturais. Também vou discutir os desdobramentos destas discussões para o PB. Começamos pela Genericidade-I, aquela disparada pelo aspecto verbal para, em seguida, discutir a Genericidade-D, foco deste trabalho.

1.1 A genericidade-I

As discussões contemporâneas sobre o fenômeno linguístico da genericidade tiveram origem em Carlson (1977a), cuja proposta era explicar a suposta ambiguidade do plural *nu*¹ do inglês, exemplificada nas sentenças (1) e (2) a seguir. Segundo o autor, a ambiguidade diz respeito à dupla possibilidade de interpretação que esse nominal poderia ter: uma leitura genérica e uma leitura existencial: em (1), temos uma leitura genérica pela qual se algo é cachorro, então esse algo late; já em (2), temos a leitura de que existem cachorros latindo no gramado de quem profere a sentença.

(1) Dogs bark.
'Cachorros latem'.²

(2) Dogs are barking in my lawn.
'Cachorros estão latindo no meu gramado'.

Carlson (1977a,b) argumenta que esses usos aparentemente distintos do plural *nu*, na verdade, fazem parte de um mesmo fenômeno. Para o autor, os plurais *nu* do inglês sempre denotariam a espécie e as leituras existenciais e genéricas seriam oriundas dos predicados que se aplicam aos plurais *nu*, ou seja, derivariam dos predicados 'bark', para uma leitura genérica e 'are barking in my lawn', para uma leitura existencial nos exemplos (1) e (2), respectivamente. Isso é possível porque na ontologia de Carlson (1977a,b), existem dois tipos de predicados e três tipos de

¹ Por "plural *nu*" compreendo os sintagmas marcados com morfologia de plural e desprovidos de determinantes realizados morfologicamente, como 'dogs', nas sentenças (1) e (2).

² Seguida de algumas sentenças em língua estrangeira e destacada em *itálico* adicionarei uma Glosa em vernáculo. Importante frisar, contudo, que o objetivo da glosa não é traduzir para o Português a língua objeto que estou analisando, senão evidenciar as diferenças estruturais e/ou de sentido da língua objeto. As traduções para o português, quando necessárias, serão expressas em aspas simples.

indivíduos. Quanto aos últimos, o autor postula a existência de indivíduos do tipo objeto, indivíduos do tipo espécie e um terceiro tipo que não é propriamente um indivíduo, mas a realização deste, num recorte espaço-temporal, ou, como prefere dizer o autor, um "estágio de indivíduo". Estágios de indivíduos são, pois, a instanciação de indivíduos como Maria, João ou livro num recorte espaço-temporal preciso, como ilustra (3) a seguir:

(3) A Maria/O João/ O livro estava jogada(o) no sofá.

Já os indivíduos do tipo objeto podem ser pensados como um conjunto de propriedades invariáveis de uma determinada entidade, ou o somatório dos estágios de um indivíduo. É a Maria, o João e livro enquanto feixe uniforme e atemporal de propriedades.

Um indivíduo espécie, por seu turno, compreende a classe de indivíduos como um todo, isto é, a classe das borboletas, das baleias, das abelhas, etc.³

De acordo com Carlson (1977b), a principal distinção entre um indivíduo particular e o indivíduo espécie é precisamente esta característica de estar espaço-temporalmente vinculado. Enquanto os estágios de indivíduos apenas ocorrem num espaço específico num mesmo recorte de tempo, indivíduos espécie podem ocorrer em vários lugares ao mesmo tempo. Neste exato momento, por exemplo, pode haver tanto uma abelha sobrevoando a xícara de café de quem escreve estas linhas, e uma abelha sobrevoando a xícara de quem as lê. Mas não pode ser o caso de que a mesma abelha, enquanto estágio de indivíduo esteja ao mesmo tempo sobrevoando a xícara de quem escreve e a de quem lê estas linhas.

Quanto aos predicados, teríamos, então, aqueles que se aplicam a indivíduos (predicados-de-objeto e predicados-de-espécie) e aqueles que se aplicam a estágios de indivíduos⁴ (predicado-de-estágio). Os predicados que se aplicam a indivíduos são, em

³ Nos termos de Carlson (1977b, p. 451), "*As an individual may be thought of as whatever it is that ties a bunch of stages of an individual together, so might a kind be thought of as whatever it is that ties a bunch of things of that kind together, making them realizations of the same thing*". [Um indivíduo (objeto) pode ser pensado como seja lá o que for que une (amarra) um conjunto de estágios de indivíduos. Já um indivíduo espécie pode ser pensado como o que quer que seja que une (amarra) um conjunto de coisas (entidades) desta espécie juntas, tornando-o realizações da mesma coisa.] Tradução e adaptação minhas.

⁴ Segundo Carlson, João e Maria acontecem no mundo enquanto estágio. João é o indivíduo objeto, mas quando enunciamos uma sentença como 'João fuma', na verdade estamos predicando sobre um estágio do indivíduo João, isto é, um recorte espaço-temporal do indivíduo João. Há, porém, propriedades que não são transitórias, como por exemplo em 'João é um ser humano'. A não ser que João não seja um ser

geral, estativos, como ‘saber francês’ e ‘ter cabelo vermelho’ (para objetos) e ‘ser extinto’ (para espécies)⁵. Já os predicados que se aplicam a estágios de indivíduos são dinâmicos (ou episódicos, isto é, que denotam um acontecimento em específico, um episódio em particular), como ‘está falando francês’ e ‘está fumando’. Quando combinamos um predicado de estágio com um plural nu (‘dogs’ + ‘are barking in my lawn’, em (2)), disparamos a interpretação existencial. Já quando combinamos um predicado de indivíduo a um plural nu (‘dogs bark’, em (1)), disparamos a leitura genérica.

Para elucidar melhor a discussão sobre os indivíduos e predicados, considere as seguintes sentenças:

- (4) **A camomila** alivia os sintomas da ansiedade.
- (5) **As bananas** contêm vitaminas que combatem a depressão.
- (6) **Castanhas** são fortes aliados no combate ao colesterol ruim.
- (7) **Espinafre** faz bem pra saúde.
- (8) **Um infusor** serve para fazer chá.
- (9) **O camaleão** é raro no Brasil.
- (10) **Abacate** é difícil de se encontrar nessa época.

Nas sentenças (4), (5), (6), (7) e (8), temos exemplos de predicados de indivíduos aplicados a indivíduos do tipo objeto. Já nas sentenças (9) e (10), temos exemplos de predicados de espécie aplicados a indivíduos (alegadamente) espécie.

Atente, contudo, que apesar de que as sentenças de (4) a (7) possam fazer referência à espécie por conta do DP (*Determiner Phrase*) que ocupa a posição pré-verbal (SpecCP ou SpecTP)⁶, a genericidade dessas sentenças é proveniente de uma operação genérica, disparada pelo aspecto verbal, por isso, falamos de “genericidade-I”, de IP (*Inflectional Phrase*). Na verdade, uma das características da genericidade-I, segundo Krifka *et al* (1995) é que dada a variedade de DPs que podem ocupar a posição de argumento externo do predicado, não podemos dizer que essa genericidade é proveniente do DP em si, mas sim do predicado como um todo. Contrastem-se, por

humano passe por uma mutação biológica que o transforme em outro ser que não o humano, a propriedade ‘ser um ser humano’ não é transitória, aplicando-se, pois, ao indivíduo-objeto João e não ao seu estágio de indivíduo.

⁵ Ao decorrer do texto, poderemos utilizar a abreviação *K-level*, para predicado de espécie, *I-level*, para predicado de indivíduo e *S-level*, para predicado de estágio de indivíduo.

⁶ Se tal sintagma nominal ocupa uma posição argumental ou não-argumental, por ora, é irrelevante. Discutirei melhor esta questão mais adiante, quando me ativer à proposta de Müller (2000, 2002, 2004), segundo a qual o singular nu, por ser um indefinido, não poderia ocupar uma posição argumental no PB.

exemplo, os diferentes tipos de expressões nominais presentes nas sentenças acima: em (4) temos um definido singular; em (5), um definido plural; em (6) um plural nu; em (7) um singular nu e em (8) um indefinido singular. Em outras palavras, quando se trata de genericidade-I, a sentença será genérica, porque o predicado impõe uma interpretação genérica ao seu argumento. Isso quer dizer que a genericidade das sentenças de (4) a (8) se dá em virtude dos predicados associados aos seus DPs sujeitos. Note que também poderíamos ter outros tipos de expressões nominais mais complexas sintaticamente como em (11) e (12), a seguir, e mesmo assim essas sentenças teriam interpretação genérica, independente da expressão nominal que ocupe a posição pré-verbal:

(11) **Um homem que se preze** entende de geometria e de arte.

(12) **O filósofo grego antigo** entendia de geometria e de arte.

Em (11) e (12), como em (4), (5), (6), e (7) temos o que a literatura chama de sentença genérica do tipo caracterizadora, isto é, sentenças que expressam generalizações não sobre um objeto em particular, mas sobre um evento ou um fato em particular (Krifka *et al.* 1995), ou seja, ‘entender de geometria e de arte’ é uma generalização independente do argumento ao qual ele se aplica: qualquer objeto que preencha os requisitos de s-seleção de um predicado como ‘entender de’ pode ocupar a posição de argumento externo desse predicado e a sentença estará fazendo uma generalização sobre uma propriedade do indivíduo, ainda que este indivíduo seja do tipo espécie (por isso, caracterizadora). Esse tipo de sentença se opõe a sentenças particulares ou episódicas, que são sentenças que denotam acontecimentos específicos ou fatos em particular que ocorrem com um objeto específico e, portanto, são dependentes do predicado ao qual se aplicam: não é qualquer filósofo grego antigo que chorou (sentença (13)), nem qualquer arquiteto que morreu (sentença (14)), mas um filósofo grego antigo e um arquiteto específico. Em outras palavras, sentenças episódicas se reportam a um evento no qual o sujeito referente está envolvido, enquanto sentenças caracterizadoras expressam uma propriedade do sujeito referente.

(13) **O filósofo grego antigo** chorou.

(14) **Um arquiteto** morreu (enquanto trabalhava).

Sentenças genéricas também podem se assemelhar a sentenças universalmente quantificadas, mas, ao contrário destas, permitem exceção. A sentença (15) continua verdadeira, mesmo que depois do almoço de hoje, João tenha esquecido de fumar. A sentença (16) ainda é verdadeira, mesmo se encontrarmos algumas batatas que não apresentem vitamina C. Esse não é o caso, quando consideramos as contrapartes universalmente quantificadas das sentenças (13) e (14), respectivamente, (17) e (18).

- (15) João fuma depois do almoço.
- (16) A batata contém vitamina C.
- (17) Sempre depois do almoço/Depois de cada almoço o João fuma.
- (18) Toda/Cada batata contém vitamina C.

Krifka *et al* (1995) propõem alguns testes para discernir se uma sentença é caracterizadora⁷ ou não. Um destes testes consiste em combinar uma sentença com um advérbio como ‘geralmente’, ‘tipicamente’ ou ‘habitualmente’. Se o resultado obtido não alterar o significado da sentença original, então podemos considerar esta sentença como genérica. Confira as sentenças a seguir, aqui renumeradas por comodidade:

- (19) O João fuma.
- (19’) O João geralmente fuma.
- (20) Espinafre faz bem pra saúde.
- (20’) Espinafre, em geral, faz bem pra saúde.
- (21) Um homem que se preze entende de geometria e de arte.
- (21’) Um homem que se preze, tipicamente, entende de geometria e de arte.

Isso se dá, na verdade, porque a literatura entende que sentenças caracterizadoras comportam uma quantificação genérica que pode ser aberta ou encoberta. Se aberta, o operador genérico se encontra evidente na forma de um advérbio, como ‘habitualmente’, ‘tipicamente’, ‘geralmente’, etc. Se, porém, encoberta, o operador genérico não se manifesta fonologicamente.

⁷ Nem toda sentença genérica é necessariamente caracterizadora. Utilizo, porém, nesta seção “caracterizadora” como sinônimo de “genérica”, dado que é precisamente esta terminologia utilizada nos testes propostos por Krifka *et al* (1995). Além de caracterizadoras, as sentenças genéricas podem ser do tipo habituais (se expressam um hábito) ou disposicionais (se expressam uma disposição, como por exemplo, ‘gostar de alguma coisa’). As três nomenclaturas, portanto, guardadas as devidas proporções, podem ser tomadas como sinônimo de “sentenças genéricas”.

Não pretendo, neste trabalho, exaurir a explicação sobre a genericidade-I, dado que, como veremos, o nosso foco é a genericidade-D. Para fins de familiaridade com o tema, contudo, gostaria de resumir como a literatura entende a quantificação sobre a genericidade-I.

Note que as sentenças (1) e (2) apresentam predicados morfofonologicamente bastante semelhantes ('bark' e 'are barking'), mas semanticamente distintos. As propostas de Carlson (1977a), nesse sentido, apresentam um problema porque ao mesmo tempo que tomam o plural nu como não ambíguo, transferem a ambiguidade para o predicado, dado que este teria de denotar tanto uma genericidade quanto um episódio. A solução encontrada por Carlson (1977b) foi tomar a predicação sobre estágios como *default* e postular a existência de um operador genérico (Gn) para dar conta da predicação sobre indivíduos. Na proposta de 1977b, o operador Gn tomaria um predicado de estágio e devolveria um predicado de indivíduo, assim, as fórmulas lógicas de (19), (20) e (21) seriam respectivamente (19''), (20'') e (21'').

(19'') Gn(fuma)(João)

(20'') Gn(Faz bem pra saúde)(espinafre)

(21'') Gn(entende de geometria e de arte)(Um homem que se preze)

A fórmula lógica do operador Gn, nesta proposta que toma o operador como monádico, seria (22) abaixo:

(22) Gn (α)(β)⁸

Em que Gn é o operador genérico, α é o predicado verbal e β , o termo denotando um indivíduo, sobre o qual Gn opera.

Tomar o operador Gn como monádico, isto é, como um operador que seleciona apenas um argumento, contudo, não resolve todos os problemas, como por exemplo os casos em que uma sentença apresenta mais de uma leitura caracterizadora, como em (23) e (24), a seguir.

(23) Typhons arise in this part of the Pacific.

- a. Tufão em geral tem uma origem comum nessa parte do Pacífico. [leitura genérica]
- b. Surgem tufões nessa parte do Pacífico. [leitura existencial]

(24) A computer computes the daily weather forecast.

⁸ Esta é a fórmula presente em Krifka *et al* (1995, p.22).

- a. Um computador, em geral, têm a tarefa de prever o tempo. [leitura genérica]
- b. A previsão do tempo é calculada por um computador. [leitura existencial]

A proposta monádica se aplica somente às interpretações “a” de (23) e (24), que são as interpretações genéricas não preferidas em inglês. (23b) e (24b) são interpretações existenciais, mas ainda assim genéricas. O fato de que uma sentença caracterizadora tem múltiplas interpretações e de que a sua leitura existencial (mas genérica) é preferida à sua leitura puramente genérica sugere que a proposta monádica precisa ser melhorada. Carlson notou esse problema e postulou, em 1979, uma teoria diádica para o operador genérico. Nessa teoria, o operador tomaria dois elementos: um sobre o qual recai a generalização e outro, a generalização em si. Carlson (1979) chamou essa proposta de *relacional*, porque ela se baseia na assunção de que sentenças caracterizadoras usam uma função específica para correlacionar dois constituintes semânticos e suas interpretações a depender de qual ordem usamos (Krifka *et al* 1995: p.24).

Segundo Krifka *et al* (op. cit, p.25), (23) pode ser informalmente interpretada da seguinte maneira:

- (25) a. Para tufões se aplica: eles surgem nessa parte do Pacífico.
- b. Para essa parte do Pacífico se aplica: surgem tufões.

Ou seja, existem duas leituras genéricas distintas para uma mesma sentença. Isso sugere que o operador que atua nesse tipo de sentença não pode ser monádico, mas diádico, isso é, o operador se ligaria a duas variáveis: um restritor e uma oração matriz. No restritor, estaria presente a entidade sobre a qual recai a generalização; na matriz, a sentença que dispara a genericidade.

Assumindo esse tipo de operação, podemos conceber que o operador genérico tem escopo sentencial e se assemelha aos operadores ‘sempre’, ‘frequentemente’, ‘usualmente’, ‘tipicamente’, e ‘em geral’. Esses três últimos são mais próximos ao operador genérico e podem ser tomados como a sua contraparte realizada fonologicamente. A fórmula do operador diádico genérico ‘Gen’, em contraposição ao monádico ‘Gn’, seria, então, a representada em (26):

- (26) Gen[x, y] (**Restritor** [x] **Matriz** [y])

Assim, uma sentença como (23), apresentaria as seguintes formas lógicas:⁹

- (23') 1. Gen [x, y](x é tufão; y é essa parte do Pacífico & x surge em y)
 2. Gen [x; y](x é essa parte do Pacífico; y é tufão & y surge em x)
 = Gen[x; y](x é *essa parte do Pacífico*; $\exists y$ [y é tufões & y surge em x])

Em (23') o operador *Gen* opera sobre duas variáveis e não mais sobre uma, como propunha Carlson (1977). Essa proposta dá a vantagem de capturar as duas leituras presentes em (23) pela simples assunção de um operador diático.

Krifka *et al* (1995) discutem, ainda, outros tipos de construções genéricas disparadas pelo aspecto verbal que apresentariam fórmulas semânticas distintas das que ora apresento e que não irei discutir porque foge ao escopo deste trabalho. A discussão feita até este ponto, porém, longe de exaurir a explicação sobre a genericidade-I, é importante apenas para explicitar que existem duas faces distintas de um mesmo fenômeno: por um lado, a genericidade-I, que envolve uma quantificação genérica no nível da sentença, brevemente apresentada até aqui; e, por outro, a genericidade-D, foco desta tese, que obtém sua interpretação genérica da combinação entre um sintagma determinante (*Determiner Phrase*, do inglês) e um predicado de espécie. A próxima seção se dedica a discutir o que é a genericidade-D e como ela se manifesta através das línguas e, especialmente, no português, língua-objeto deste trabalho.

1.2 A Genericidade-D

Carlson (1977a,b) avaliou uma série de comportamentos semânticos e sintáticos do indefinido singular e do plural nu do inglês para provar que o plural nu não pode ser tomado como a contraparte plural do indefinido singular, como preconizavam as propostas teóricas antes dele. Isso lhe deu suporte empírico para afirmar que o plural nu e o indefinido singular não têm a mesma denotação. A partir disso, o autor sugeriu que o plural nu, no inglês, denota a espécie, por conta do seu comportamento sintático e semântico. A seguir, apresento alguns desses comportamentos distintos do plural nu e do indefinido singular no inglês.

⁹ Exemplos e fórmulas traduzidos de Krikfa *et al* (1995, p. 26).

1.2.1 Fenômeno de opacidade

O indefinido singular do inglês é ambíguo entre uma leitura opaca e uma leitura transparente. Na leitura opaca, o quantificador existencial está sob o escopo do predicado que induz a opacidade – no caso discutido abaixo em (27) e (28), esse predicado é ‘wish’. Na leitura transparente, o quantificador existencial está fora do escopo do predicado indutor de opacidade ‘wish’. Se o plural nu fosse a contraparte plural do indefinido singular, o esperado seria que que ambos apresentassem a mesma ambiguidade, mas aparentemente, não é o caso, conforme se nota em (27) e (28), a seguir. Enquanto o indefinido singular apresenta tanto a leitura transparente como a leitura opaca, o plural nu carece da primeira leitura.

- (27) Minnie wishes to talk with a young psychiatrist.
- a. Minnie tem em mente um jovem psiquiatra com o qual ela deseja falar. [Leitura transparente]
 - b. Minnie deseja falar com alguém (desde que) seja um jovem psiquiatra. [Leitura opaca]
- (28) Minnie wishes to talk with young psychiatrists.
- a. *Minnie tem em mente alguns jovens psiquiatras com os quais ela deseja falar. [Leitura transparente]
 - b. Minnie deseja falar com alguém (desde que) seja um jovem psiquiatra [Leitura opaca]¹⁰

As fórmulas lógicas associadas às leituras transparente e opaca de (28) são, respectivamente, (29) e (31), a seguir:

- (29) Leitura transparente: $\exists x(\text{young psychiatrist } (x) \ \& \ \text{Minnie wishes talk with } x)$
- (30) Leitura opaca: $\text{Minnie wishes } (\exists x)(\text{young psychiatrist } (x) \ \& \ \text{Minnie talk with } x)$

1.2.2 Escopo Estreito

Considere as seguintes sentenças:

- (31) There is a cat in this room and there isn't a cat in this room.
'Tem um gato neste quarto e não tem um gato neste quarto.'
- (32) There are cats in this room and there aren't cats in this room.
'Têm gatos nesse quarto e não têm gatos nesse quarto.'

¹⁰ Utilizaremos o símbolo ‘*’ para expressar (i) que uma interpretação não é possível para uma determinada sentença; (ii) que a sentença é agramatical.

O indefinido singular apresenta uma leitura de escopo amplo e uma leitura de escopo estreito. Na leitura de escopo amplo, em que o quantificador existencial está fora do escopo da negação, a sentença não apresenta a leitura contraditória. Já quando o quantificador existencial está sob o escopo da negação, então, a leitura que temos é a de contradição.

Essas duas leituras podem ser representadas da seguinte maneira:

(33) Leitura de escopo amplo, não contraditória:

$$(\exists x) (\text{Cat}(x) \& \text{is in this room}(x)) \& (\exists y)(\text{Cat}(y) \& \neg (\text{is in this room}(y)))$$

(34) Leitura de escopo estreito, contraditória: $A \& \neg A$
 $(\exists x) (\text{Cat}(x) \& x \text{ is in this room}) \& \neg (\exists y (\text{Cat}(y) \& y \text{ is in this room}))$

Segundo Carlson (op. cit), se o plural nu fosse a contraparte plural do indefinido singular, o esperado seria que ele apresentasse as duas leituras, mas o plural nu apenas apresenta a leitura de escopo estreito, portanto, a leitura contraditória, em (34).

Um fenômeno semelhante ocorre quando o plural nu e o indefinido singular estão em interação de escopo com um quantificador universal como 'everyone'. Considere as seguintes sentenças:

(35) Everyone read a book on caterpillars.
 'Todo mundo leu um livro sobre lagartas.'

(36) Everyone read books on caterpillars.
 'Todo mundo leu livro sobre lagartas.'

Na leitura de escopo estreito, em que o quantificador universal 'everyone' tem escopo sob o indefinido 'a book', cada indivíduo não precisa necessariamente ter lido o mesmo livro em particular. Já na leitura de escopo amplo, em que o indefinido singular toma o quantificador universal sob seu escopo, a leitura que temos é a de que um mesmo livro foi lido por todos.

Essas duas leituras podem ser formalizadas da seguinte maneira:

(37) Escopo amplo: $(\exists y)(\forall x)(\text{Book}(y) \& (\text{Person}(x) \rightarrow x \text{ read } y))$

(38) Escopo estreito: $(\forall x) \text{Person}(x) \rightarrow (\exists y)(\text{Book}(y) \& x \text{ read } y)$

Se o plural nu fosse a contraparte plural do indefinido singular, Carlson esperaria que ambos se comportassem da mesma maneira, mas, segundo o autor, o

plural nu carece da leitura de que foi o mesmo livro que todo mundo leu, portanto, o plural nu não tem escopo amplo sobre o quantificador existencial.

1.2.3 Processos anafóricos

Carlson (1977) notou que os processos de retomada anafórica do indefinido singular e do plural nu são também distintos. Ele tomou esse comportamento como mais uma evidência de que o plural nu não pode ser entendido como a contraparte plural do indefinido singular. Considerem-se os seguintes exemplos fornecidos por Carlson (1977b, p. 425), em que existem diferentes interpretações para o plural nu e para o indefinido singular:

- (39) Kelie is seeking an unicorn and Mike is seeking it too.
'Kelie está procurando um unicórnio e Mike está procurando ele também.'
- (40) Kelie is seeking unicorns and Mike is seeking them too.
'Kelie está procurando unicórnios e Mike está procurando eles também.'

A interpretação da sentença (39) é a de que existe um unicórnio que tanto Mike quanto Kelie estão procurando. Já a interpretação de (40) é a de que Kelie e Mike estão envolvidos numa ação de procurar unicórnios, não necessariamente os mesmos.

Fenômeno semelhante ocorre quando apagamos o pronome na segunda sentença coordenada, como em (41), (41') e (42), (42') a seguir:

- (41) A building will collapse in Berlin tomorrow, and a building will burn down in Boston the day after.
'Um prédio vai desmoronar em Berlim amanhã e um prédio vai queimar em Boston no dia seguinte.'
- (41') A building will collapse in Berlin tomorrow, and ____ will burn down in Boston the day after.
'Um prédio vai desmoronar em Berlim amanhã e ____ vai queimar em Boston no dia seguinte.'
- (42) Buildings will collapse in Berlin tomorrow and buildings will burn down in Boston the day after.
'Prédios vão desmoronar em Berlim amanhã e prédios vão queimar em Boston no dia seguinte.'
- (42') Buildings will collapse in Berlin tomorrow and ____ will burn down in Boston the day after.
'Prédios vão desmoronar em Berlim amanhã e ____ vão queimar em Boston no dia seguinte.'

Carlson (1977b) afirma que (41) tem a interpretação de que dois edifícios distintos vão queimar: um em Berlim e outro em Boston no dia seguinte. Já (41') tem a

estranha leitura de que o mesmo prédio irá queimar em Berlim e em Boston no dia seguinte. As sentenças com o plural nu, por seu turno, apresentam um comportamento curioso: (42) tem uma interpretação muito próxima à de (41), isto é, a de que edifícios distintos irão queimar em Berlim amanhã e em Boston no dia seguinte. (42'), surpreendentemente, não se interpreta como (41'), tem ao contrário uma interpretação muito próxima a de (41) e (42).

Carlson afirma que esse fenômeno não diz respeito à distinção singular/plural do pronome que retoma o antecedente, mas à natureza do antecedente em si. Isso sugere que o plural nu não denota a mesma coisa que o indefinido singular. Diante dessas diferenças, Carlson (1977a,b) propõe que o plural nu denota a espécie, em inglês.

Esses testes propostos por Carlson também foram aplicados em outras línguas com o intuito de saber quais são as estruturas nominais que fazem referência à espécie. Na contramão do inglês, as línguas românicas parecem não autorizar leitura genérica para nominais nus, como veremos mais adiante. Para o PB, a literatura da área concorda (KRIFKA *et al* 1995; MÜLLER, 2000, 2002a,b; 2003; SCHMITT E MUNN, 1999; PIRES DE OLIVEIRA E ROTHSTEIN 2011, entre outros) que a expressão nominal destacada na sentença em (8), retomada a seguir, que é um indefinido singular, não denota diretamente a espécie. Essa expressão obtém a leitura genérica por meio de uma quantificação realizada no nível da sentença, ou seja, por meio da genericidade-I. Para as expressões nominais destacadas nas sentenças (4), (6) e (9) parece ser consenso que elas se referem diretamente à espécie. Para (5), há quem diga que a expressão destacada denota a espécie (Cf. IONIN *et al* 2011) e há quem diga que denota todos os elementos de um determinado contexto (cf. CYRINO e ESPINAL 2015). Já para as expressões destacadas em (7) e (10), a literatura da área não tem acordo sobre se denotam ou não a espécie.

- (4) **A camomila** alivia os sintomas da ansiedade.
- (5) **As bananas** contêm vitaminas que combatem a depressão.
- (6) **Castanhas** são fortes aliados no combate ao colesterol ruim.
- (7) **Espinafre** faz bem pra saúde.
- (8) **Um infusor** serve para fazer chá.
- (9) **O camaleão** é raro no Brasil.
- (10) **Abacate** é difícil de encontrar nessa época.

Outro teste proposto por Krifka *et al* (1995) é bastante ilustrativo para considerar uma determinada expressão nominal como denotando ou não a espécie. Consiste em combinar uma expressão com um predicado que se aplique apenas à espécie ou substância. Os predicados desse tipo são poucos nas línguas e, como exemplo, podemos citar ‘estar extinto/em risco de extinção’, ‘ser raro/ser escasso’, ‘custar caro’, ‘dar em árvore’, ‘x inventou y’ (em que y é o objeto de ‘inventar’ e corresponde a um nome de espécie), etc. Assim, no PB, as expressões ‘o camaleão’ e ‘abacate’, em (9) e (10), deveriam ser aceitas como um nome de espécie, mas, como dissemos, a literatura não tem acordo sobre isso.

O problema é que autores como Müller (2000, 2002a,b; 2003) consideram o singular nu como um predicado e não como argumento. Consequentemente, não poderiam ocupar uma posição argumental no PB, exceto se estiverem ligados por um quantificador ou ocupando a posição de tópico da sentença. De acordo com a autora, o singular nu em (7), por exemplo, só poderia ocupar a posição de tópico da sentença, dado que tal sintagma não seria autorizado na posição canônica de sujeito (specTP).¹¹

Também Cyrino e Espinal (2014), entre outros (cf. Dobrovie-Sorin, Bleam e Espinal (2012), por exemplo), defendem que a depender do contexto sintático, um nominal nu teria diferentes tipos de interpretação, a saber, nome de espécie, soma máxima e até mesmo um objeto específico (na posição pós-verbal). Veremos a proposta das autoras mais adiante. Por ora, vou me ater à controvérsia em si.

É bem verdade que todas as expressões destacadas de (4) a (10) são necessariamente NPs. A grande questão gira em torno de saber se essas expressões são ou não encabeçadas por um DP, isto é, um sintagma determinante (do inglês, *Determiner Phrase*). Por que isso é importante? Porque um dos grandes pontos de debate na literatura é justamente entender quais expressões podem ou não ocupar a posição argumental de uma sentença pelas línguas afora. Essa discussão está intimamente ligada à categoria sintática que uma determinada expressão nominal ocupa. Como vimos, Müller (2000; 2002a,b; 2003) defende que o singular nu do PB é

¹¹ A razão pela qual Müller sustenta esta proposta será melhor discutida na seção 1.4.2.1. Adianto, contudo, que tem a ver com o fato de a autora considerar agramatical uma sentença como ‘Dinossauro está extinto’. Assim, para explicar a agramaticalidade desta sentença, Müller sustenta que o singular nu é, na verdade, um NP e não um DP. Em razão disso, o singular nu não poderia ocupar uma posição argumental na língua se não estiver preso por um operador sentencial.

um NP e não pode ocupar a posição argumental de sujeito, mas não são todos os linguistas que pensam dessa maneira.

Aqui cabe, porém, uma observação terminológica: nos trabalhos mais recentes envolvendo o singular e o plural nu os autores têm chamado a atenção para o fato de que i) o singular nu não é singular, apesar da sua morfologia de singular¹² e ii) o plural nu não é propriamente nu, uma vez que a morfologia de plural desmascara essa aparente nudez, porque pressupõe a presença de número. Por comodidade, manteremos nesse trabalho a terminologia tradicional.

1.3 A distribuição e interpretação das expressões de referência direta à espécie:

Retomando a discussão sobre as categorias sintáticas das expressões que fazem referência à espécie, parece claro que em (4), (5), (8) e (9) há um DP encabeçando essas expressões, dado que os determinantes ocorrem abertamente diante dos sintagmas nominais. Mas o que dizer sobre as expressões destacadas em (6), (7) e (10), em que os sintagmas nominais parecem ocorrer sem determinante? Existem pelo menos duas grandes explicações para compreender o tema: uma explicação estritamente sintática, proposta por Longobardi (1994), segundo a qual toda a expressão nominal é necessariamente um DP com D preenchido ou expletivamente ou com um movimento de N para D (*N-raising*, em inglês), e outra explicação, semântica, proposta por Chierchia (1998), segundo a qual os NPs podem ocupar uma posição argumental a depender de uma variação paramétrica que distingue as línguas em termos de traço de [\pm argumento] ou [\pm predicado]. Nas próximas seções vou discutir algumas propostas que se dedicaram a investigar a distribuição do sintagma nominal

¹² O singular nu ou tem sido considerado ora como neutro para número, como nas propostas de Schmitt e Munn (1999) ora como uma expressão de referência à espécie. Se for verdade que o singular nu é neutro para número, chamá-lo de ‘singular’ é equivocado, dado que a neutralidade pressupõe que a denotação não é necessariamente singular, a despeito da morfologia. Prova disso é que na retomada anafórica por um pronome, o singular nu pode se coindexar a um pronome tanto singular quanto plural, como em (i), a seguir.

(i) Coelho_i vê o mundo de outra maneira porque ele_i/eles_i é/são muito pequeno(s).

Se for verdade que o singular nu denota a espécie, e se é verdade que não há o envolvimento de número na denotação da espécie, como veremos mais adiante na discussão da proposta de Borik e Espinal (2015), então é novamente um equívoco chamá-lo ‘singular’, dado que essa é uma propriedade que se aplica aos nomes que apresentam número.

nas línguas naturais. Em especial, a distribuição dos nomes nus com interpretação genérica. Começo a discussão por Longobardi (1994), que tentou explicar por que os nomes nus (com interpretação genérica ou existencial) são autorizados e restritos em algumas línguas, e que posição ocupam na sentença. Em seguida, discuto a proposta de Chierchia (1998), para quem há uma parametrização na distribuição do sintagma nominal nas línguas naturais. Por fim, complemento a discussão de Chierchia (1998) com a proposta de Dayal (2004), que prevê uma saída para explicar um dialeto do alemão, que guarda semelhanças estruturais com o PB no que se refere à distribuição dos nomes nus.

1.2.1 Longobardi e o movimento de N para D:

O trabalho de Longobardi (1994) se propõe a estudar a estrutura sintática de expressões referenciais e dos nomes próprios através das línguas. Mais especificamente, ele pretende explicar por que algumas línguas, como o inglês, autorizam plurais nus (supostamente NPs) em posições argumentais e outras, como a maioria das línguas românicas, ou não os autorizam ou os autorizam de maneira restrita.

Afirmou o autor que, no âmbito da teoria X-barra, havia duas estruturas de DP concorrentes; numa o determinante ocuparia a posição de especificador do sintagma nominal, representada em (43) e (43'); na outra, se concebia o sintagma nominal como um complemento do sintagma de determinante, representada em (44) e (44'):

(43) $[_{NP} DP [_{N'} N]]$

(43')

$$\begin{array}{c} NP \\ \swarrow \quad \searrow \\ DP \quad N' \\ \quad \quad | \\ \quad \quad N \end{array}$$

(44) $[_{DP} [_{D'} D NP]]$

(44')

$$\begin{array}{c} DP \\ | \\ D' \\ \swarrow \quad \searrow \\ D \quad NP \end{array}$$

Para o autor, contudo, qualquer proposta que falasse de movimento de dentro do NP para o DP (isso é, da posição de especificador (Spec) de NP para a posição de especificador de DP ou da posição de núcleo nominal (N) para a posição de núcleo do determinante (D)), teria de imediato de descartar uma representação como (43), porque as teorias da época consideravam impossível qualquer movimento para uma posição não c-comandada. Na estrutura em (43), o elemento que está na posição de Spec do NP não c-comanda o elemento que está em Spec do DP e tampouco isso ocorre entre as posições de núcleo. Assim, (43) não poderia ser uma boa estrutura para (45) e (46) abaixo. O movimento dentro de N é importante para Longobardi porque, segundo o autor, para que uma expressão nominal possa ocupar uma posição argumental numa sentença, ela precisa ser encabeçada por um D. Esse D, contudo, precisa ser preenchido seja por movimento, seja por um D nulo ou expletivo. É assim que, para o autor, em (46) temos um exemplo de movimento de Spec de NP para Spec de DP, no inglês. Já em (47), temos um exemplo de movimento de núcleo para núcleo em norueguês¹³.

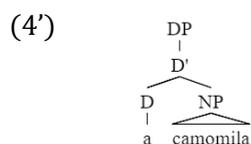
- (45) a. a very strange man
Um muito estranho homem
 ‘Um homem muito estranho’
- b. how strange a man
Que estranho um homem
 ‘Que homem estranho’
- (46) a. hans bøker om syntaks
Seus livros sobre sintaxe
 ‘Seus livros sobre sintaxe’
- b. bøkene hans om syntaks
Livro+s+o seus sobre sintaxe
 ‘Os seus livros sobre sintaxe’

Por essa razão e por outras evidências de movimentos de N para D que veremos a seguir, Longobardi defende que (44) é a estrutura sintática mais adequada para o DP. Na esteira do autor, vou assumir que (44) é também a melhor forma para se representar as expressões nominais em destaque nas sentenças (4), (5), (8) e (9), repetidas abaixo, por conveniência, com suas respectivas representações arbóreas em (4’), (5’), (8’) e (9’). Mas ainda é preciso atribuir uma categoria sintática às expressões

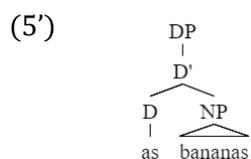
¹³ Exemplos extraídos de Longobardi (1994, p. 611).

nominais destacadas em (6), (7) e (10), tarefa que me proponho a fazer, à luz da teoria de Longobardi (1994), ainda que sem sucesso, como se verá mais adiante.¹⁴

(4) **A camomila** alivia os sintomas da ansiedade.



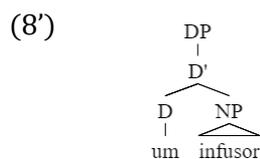
(5) **As bananas** contêm vitaminas que combatem a depressão.



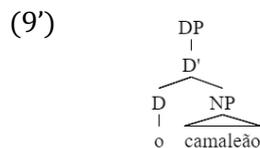
(6) **Castanhas** são fortes aliados no combate ao colesterol ruim.

(7) **Espinafre** faz bem pra saúde.

(8) **Um infusor** serve para fazer chá.



(9) **O camaleão** é raro no Brasil.



(10) **Abacate** é difícil de se encontrar nessa época.

O autor argumenta que, na verdade, nomes contáveis são categorias predicativas do tipo $\langle e, t \rangle$ ¹⁵ e, portanto, não poderiam estar numa posição argumental, ou seja, não poderiam ocorrer em posições como as de sujeito, objeto direto, objeto preposicionado, sujeito invertido de predicados ergativos ou inergativos, etc. Para Longobardi, apenas DPs podem atuar como argumentos sintáticos nas línguas naturais.

¹⁴ Veremos, porém, que a proposta de Longobardi (1994) não fornece uma explicação satisfatória para os dados do PB, sobretudo no que concerne ao singular nu. Mais adiante, ofereço outra análise para os dados do PB, à luz da proposta de Chierchia (1998).

¹⁵ Na semântica formal, as expressões linguísticas são classificadas em tipos semânticos, de acordo com a denotação que elas possuem. Os tipos semânticos mais básicos são e e t . Expressões do tipo e denotam indivíduos, já expressões do tipo t denotam valores de verdade. Se, porém, α e β são tipos semânticos, então $\langle \alpha, \beta \rangle$ também é um tipo. Assim, a partir dessa regra de composição, formam-se outros tipos semânticos como $\langle e, t \rangle$ que correspondem a predicados de um lugar e $\langle \langle e, t \rangle, e \rangle$ que corresponde a um determinante.

A motivação vem das línguas românicas, especialmente do italiano, para as quais um nome não pode atuar como argumento sem que seja antecedido por um determinante aberto, como um artigo (in)definido, um quantificador ou um demonstrativo, conforme observaremos nas sentenças a seguir, extraídas de Longobardi (1994, p. 612):

- (47) *(Un/Il) grande amico di Maria mi ha telefonato.
(Um/o) grande amigo de Maria me telefonou
- (48) Ho incontrato *(un/il) grande amico di Maria ieri.
Encontrei (um/o) grande amigo de Maria ontem
- (49) Ho parlato con *(un/il) grande amico di Maria ieri.
Falei com (um/o) grande amigo de Maria ontem
- (50) Ha telefonato/ E' venuto *(un/il) grande amico di Maria.
Telefonou/Veio (um/o) grande amigo de Maria

Além disso, Longobardi argumenta que a posição de predicativo do sujeito (pós-cópula), é sempre regida lexicalmente¹⁶ e, por conta disso, em teoria, a expressão nominal deveria aceitar um determinante, ainda que não pronunciado, como notamos nos exemplos a seguir, fornecidos pelo próprio autor (p. 618-619).

- (51) a. Gianni è medico.
João é médico
'João é médico'
- b. Gianni è un medico.
João é um médico
'João é um médico'
- c. *Gianni è medico che si cura davvero dei suoi pazienti.
João é médico que cuida de verdade dos seus pacientes
'João é médico que cuida de verdade dos seus pacientes'
- d. Gianni è un medico che si cura davvero dei suoi pazienti.
João é um médico que cuida de verdade dos seus pacientes
'João é um médico que cuida de verdade dos seus pacientes'
- e. Noi siamo medici che ci curiamo davvero dei nostri pazienti.
Nós somos médicos que nos cuidamos de verdade dos nossos pacientes.
'Nós somos médicos que cuidamos de verdade dos nossos pacientes'
- f. Noi siamo dei medici che ci curiamo davvero dei nostri pazienti.

¹⁶ A definição clássica de regência da Teoria de Regência e Ligação, surgiu no início dos anos de 1980 (cf. CHOMSKY (1981, p. 163-164) e HAEGEMAN (1994, p. 137), entre outros) e pode ser resumida da seguinte maneira: α rege β se (i) α é um regente; (ii) α m-comanda β ; e (iii) não há barreiras intervenientes entre α e β . Já por 'm-comando', entenda-se a relação que se estabelece entre α e β , de modo que (i) α não domina β ; (ii) β não domina α ; e (iii) a projeção máxima de α domina β . Ocupar uma posição regida, assim, corresponde a ocupar uma posição em que será atribuído um Caso (nominativo, acusativo, oblíquo, etc. no PB).

*Nós somos PART ART médicos que nos cuidamos de verdade dos nossos pacientes.*¹⁷

'Nós, dos médicos, somos os que cuidamos de verdade dos nossos pacientes'

g. Questa è acqua.

Esta é água

'Isso é água'

h. Questa è dell'acqua.

Esta é PART ART água

'Isto é (um pouco d') água.'

i. Questa è acqua che è stata presa dalla sorgente.

Esta é água que é estado pega da fonte

'Isso é água que tem sido pega da fonte.'

j. Questa è dell'acqua che è stata presa dalla sorgente.

Esta é PART ART água que foi pega da fonte

'Isto é (um pouco d') água que tem sido pega da fonte.'

Para Longobardi (1994), o fato de que essas sentenças são aceitáveis com ou sem determinante ("relativização do uso do determinante", nos termos do autor), sugere que uma expressão nominal requer uma categoria funcional D para atuar como argumento ainda que o núcleo dessa categoria funcional não seja preenchido fonologicamente. Diante disso, Longobardi (1994: p.620) propõe que:

(52) *A "nominal expression" is an argument only if it is introduced by a category D.*¹⁸

Dentro dessa proposta, Longobardi tomaria os plurais nus do Inglês também como DPs. A explicação para a ocorrência de nomes nus na posição de argumento seria dada, então, por um movimento de N para D, submetido segundo o autor ao seguinte princípio:

(53) *N-raising generalization:*

*In languages and constructions where raising of the head noun to the position D substitutes it for the article, only proper names are allowed to raise; in languages and constructions where the raising adjoins (prefixes) the noun to the article, common nouns also may be allowed to raise to D. (LONGOBARDI, 1994: p.640)*¹⁹

¹⁷ Por 'PART', entenda-se 'partitivo'. Já por 'ART', entenda-se 'artigo'.

¹⁸ "Uma 'expressão nominal' é um argumento somente se ela é introduzida por uma categoria D." Tradução minha.

¹⁹ "Generalização do movimento de N para D: em línguas e construções em que o alçamento do núcleo do nome para a posição D o substitui ao artigo, o alçamento é permitido apenas para nomes próprios; em línguas e construções em que o alçamento adjunge (prefixa) o nome ao artigo, o alçamento também é permitido para nomes comuns." Tradução minha.

Vejamos essa generalização didaticamente com exemplos do italiano e do inglês, a seguir²⁰:

- (54) Il Giovanni studia.
O João estuda
 [DP Il [NP Giovanni]] studia
- (55) _ Giovanni studia.
João estuda
 [DP Ø [NP Giovanni]] studia²¹
- (56) * _ Ragazzi studiano.
Meninos estudam
 *[DP Ø [NP Ragazzi]] studiano
- (57) * _ Ragazzo studia.
Menino estuda
 *[DP Ø [NP Ragazzo]] studia

Em (54) temos um nome próprio cujo D está preenchido por um determinante evidente. Já em (55), *prima facie*, temos uma violação da generalização (52), porém essa sentença é perfeitamente possível em italiano, graças à regra de movimento de determinante, descrita em (53). Em (56) e (57), temos dois exemplos de violações da generalização (52) que resultam em agramaticalidade.

Considere agora, os seguintes exemplos do inglês:

- (58) *The John studies.
O João estuda
 *[DP The [NP John]] studies
- (59) John studies.
João estuda
 [DP Ø [NP John]] studies
- (60) _ Children study.
Crianças estudam
 [DP Ø [NP Children]] study
- (61) * _ Child studies.
Criança estuda
 *[DP Ø [NP Child]] studies.

²⁰ Apesar de ser uma língua românica tal como o italiano, o PB apresenta algumas características que impõem desafios para a argumentação de Longobardi (1994). Vou discutir estes desafios no capítulo 2, que trata das assunções teóricas que faço para explicar o fenômeno da genericidade-D no PB.

²¹ O símbolo '*' deve ser interpretado nos exemplos como indicador de estruturas agramaticais nas línguas analisadas; já o símbolo '_' deve ser interpretado como havendo uma posição não preenchida fonologicamente. Nas estruturas sintáticas preliminares que forneci, preferi transcrever o símbolo '_' como 'Ø'. Isso não quer dizer, no entanto, que não há nada na posição, mas que ela aparenta não estar preenchida. Veremos, mais adiante, que algumas dessas construções, na verdade estão preenchidas por movimento.

Em (58), (59) e (60) temos uma aparente violação da generalização (52), porque na primeira, o nome não admite ser encabeçado por um determinante e, de acordo com a generalização (52), a sentença (58) deveria ser possível; nas duas seguintes, o nome está sem determinante, mas é perfeitamente possível de ser realizado em inglês. (61) é uma violação da generalização (52) que resulta agramatical.

Para Longobardi, a categoria D sempre será preenchida porque é ela quem fornece a referência para o sintagma nominal, isto é, é ela quem altera a categoria semântica do sintagma nominal, tornando-o apto a ocupar uma posição argumental. Isso quer dizer que se não houver um determinante para ocupar aquela posição, é preciso acontecer um movimento de algum constituinte para preenchê-la. Num próximo passo de sua elaboração teórica, o autor divide as línguas em línguas que apresentam um D forte e línguas que apresentam um D fraco. As que apresentam um D forte, em geral, vão manifestar um determinante aberto para realizar a “leitura de espécie verdadeira”, que é como o autor chama a referência à espécie; as que apresentam um D fraco, em geral, preenchem o D por movimento e autorizam nomes nus a terem leitura de espécie. Esta distinção se sustenta no pressuposto de que todo nome de espécie é um nome próprio, isso é, o nome próprio da espécie e, por isso, em teoria, está apto a realizar um movimento de N para D. Em italiano, contudo, o D é forte e apenas nomes próprios podem sofrer o movimento de N para D. Um determinante aberto, então, é requerido para a leitura de espécie verdadeira, porque quando um traço é forte, ele precisa ser checado imediatamente na derivação²². O autor também segue a proposta de Verganaud e Zubizarreta (1992) segundo a qual nomes comuns não podem subir abertamente à posição D no italiano, o que explica a agramaticalidade de (56) e (57).

A sentença (55), que a *prima facie* podia ser vista como uma violação da generalização (52), na verdade, consiste apenas na manifestação do movimento de N

²² Há dois momentos para a proposta de Longobardi: uma sob a égide da Teoria de Regência e Ligação e outra sob a égide do minimalismo. O trabalho de 1994 está embasado na Teoria de Regência e Ligação, enquanto trabalhos posteriores (2001a; 2001b) releem a proposta de 1994 sob a égide do minimalismo. No presente trabalho, estamos falando de traços \pm interpretáveis e checagem e isso tem a ver com o programa minimalista. No trabalho original de 1994, por razões óbvias, o autor não menciona essa discussão. Embora a implementação dos modelos de regência e ligação e do minimalismo sejam distintas, nesse trabalho, vamos adotar a proposta do autor como um todo e não nos deteremos nas distinções entre um e outro modelo porque as consequências da proposta são essencialmente as mesmas.

para D, na estrutura-S. ‘Giovanni’, que originalmente ocupava a posição de N, move-se para a posição D, como exemplificado em (55’), abaixo.

(55’) [DP Giovanni_i [NP t_i]] studia.

Mas atenção: existem dois momentos para esse movimento ocorrer: um na Forma Lógica (LF) e outro na Estrutura-S (SS). Em italiano, o movimento N para D ocorre em sintaxe aberta, portanto, na SS, enquanto o movimento de N para D em inglês, ocorre encoberto em LF. Isso acontece justamente por causa da força do D. Como em italiano, o D é forte, o movimento precisa acontecer imediatamente. Como em inglês o D é fraco, esse movimento pode ser adiado até LF.

Com relação aos exemplos de (59) a (61), o autor argumenta que o inglês é uma língua que não exige determinante para nomes próprios, por isso, (58) não é uma boa sentença nessa língua. Para gerar (59), um movimento de N para D ocorre encoberto em LF. Além disso, nomes nus contáveis plurais e massivos basicamente não apresentam restrições sintática e semântica nessa língua, enquanto um nome nu contável não é autorizado nas posições argumentais. Semanticamente, um nome nu (plural ou massivo) em inglês pode receber tanto uma leitura genérica quanto uma leitura existencial, enquanto no italiano, um nome nu em posição pós-verbal apenas aceita leitura existencial. Para justificar essa leitura existencial do italiano, Longobardi postula que o D nulo, presente nas expressões nominais nuas pós-verbais, dispara a leitura existencial por *default*, (em italiano e, por extensão, nas demais línguas românicas). Já em inglês, porque o D é fraco, o D nulo dos nomes nus não dispara a leitura existencial por *default*, não pelo menos até LF. Se em LF não ocorrer o movimento de N para D, então a leitura é existencial. Se esse movimento ocorrer, então a leitura é genérica. Os exemplos que correspondem a essas afirmações são como (62) e (63):

(62) Ogni giorno mangia [DP *e* [NP patate]].
Todo dia come D_{NULO} *batatas*
 ‘Ele come batatas todos os dias’

(63) Every day he eats [DP potatoes [NP ~~potatoes~~]].
Todo dia ele come batatas
 ‘Ele come batatas todos os dias’

Em (62), temos um exemplo de sentença contendo um plural nu numa posição pós-verbal do italiano; o D nulo (*e*), de acordo com a teoria proposta por Longobardi

(1994), recebe por *default* uma interpretação existencial. Já em (63), porque ocorreu o movimento de N para D em SS, a interpretação é genérica. Se, porém, não houvesse o movimento de N para D, então a interpretação seria existencial.

A proposta de Longobardi (1994) fornece uma explicação estritamente sintática para a autorização de DPs nas posições argumentais das línguas naturais. Esta preocupação, porém, também se faz presente em outros níveis de análise linguística, como, por exemplo, na semântica. Reconhecendo o problema que a referência à espécie apresenta à teoria linguística, Chierchia (1998) propõe uma explicação em que a semântica das expressões nominais ocupam um espaço de maior destaque, se comparado com a proposta de Longobardi (1994). Chierchia (1998) discute a sintaxe e a semântica das expressões de referência a espécie nas línguas naturais, sugerindo uma parametrização para o mapeamento dos sintagmas nominais, conforme veremos na seção seguinte.

1.2.2 O Parâmetro do Mapeamento Nominal de Chierchia e as contribuições de Dayal

Chierchia questiona a proposta de Longobardi e postula que NPs podem denotar a espécie. Como nomes de espécie são do tipo <e>, eles poderiam ocorrer livremente na posição argumental. O problema é que nem toda a língua apresenta nomes nus como argumentos, o que sugere que há alguma restrição que permite que NPs denotem ou não a espécie. Diante disto, Chierchia propôs o *Parâmetro do Mapeamento Nominal*, o qual determina se uma língua pode permitir que NPs denotem a espécie ou não. O parâmetro é configurado em termos de traços [\pm argumento] e [\pm predicado], isso é, se um nome pode ou não acontecer enquanto argumento e se um nome pode ou não ocorrer como predicado.

Assim, as línguas estariam divididas em três grandes grupos²³, resumidos e exemplificados na Tabela (1) a seguir:

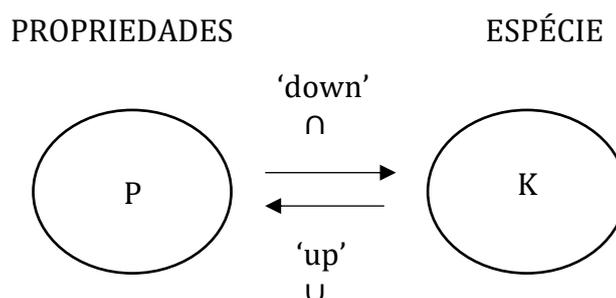
²³ Na verdade, a combinação entre os traços [\pm arg] e [\pm pred] geraria 4 grandes grupos, mas não há a possibilidade de ocorrência de uma língua do tipo [-arg] e [-pred], por isso, deixarei esse grupo de lado.

[+arg, -pred] <i>chinês</i>	[-arg, +pred] <i>francês</i>	[+arg, +pred] <i>inglês</i>
Nomes nus generalizados na língua	Nenhum nome nu na posição argumental	Nomes nus, plurais e massivos na posição argumental
Todos os nomes são massa	Distinção contável/massivo	Proibido singular nu contável
Sem morfologia de plural	Morfologia de plural	Morfologia de plural
Sistema de classificadores generalizados	-	-

Tabela (1): Distribuição dos traços [\pm arg] e [\pm pred] através das línguas.

Chierchia assume que em línguas como o inglês e as românicas, os nomes, originalmente, são predicados do tipo $\langle e, t \rangle$. Para ocuparem uma posição de argumento, somente autorizada para indivíduos do tipo $\langle e \rangle$, os nomes ou são associados a um determinante, do tipo $\langle \langle e, t \rangle e \rangle$, por exemplo, ou precisam sofrer um processo chamado de *Type-shifting*, que é, em poucas palavras, um processo de mudança de tipo semântico. Se um nome comum é associado a um determinante para se referir à espécie, como geralmente ocorre nas línguas românicas, a expressão nominal imediatamente se torna um DP e pode ocupar qualquer posição argumental. Mas Chierchia quer explicar o que ocorre com os nomes nus tanto nas línguas românicas (em posição de objeto) quanto no inglês. Daí surge a necessidade de advogar por um processo de mudança de tipo semântico. Para realizar o *type-shifting*, Chierchia assume um inventário de operadores, dentre eles: i) o operador ι (iota), responsável pela atribuição da definitude (está associado ao artigo definido); ii) o operador \cap , responsável pela denotação da espécie, que só se aplica a entidades plurais ou massivas; e iii) o operador \cup , que é um operador de massificação.

Os operadores \cap e \cup funcionam respectivamente como nominalizadores e predicalizadores, nos termos do autor. Tem-se, então, o seguinte esquema, proposto por Chierchia (1998, p. 349):



Esquema 3: aplicação dos operadores \cup e \cap .

De acordo com Chierchia (1998), há uma correspondência natural entre as propriedades e a espécie: para cada propriedade natural ('ser macaco', por exemplo) há uma espécie correspondente (a espécie 'macaco') e para cada espécie há uma propriedade correspondente. Os operadores \cap e \cup , nesse sentido, se encarregariam de transformar uma propriedade em indivíduo (espécie) e um indivíduo (espécie) em uma propriedade.

Esquematizando, a proposta do autor para a derivação da espécie seria a seguinte: a um nome contável comum, se aplica o operador MASS que transforma o nome comum contável em um nome de massa, como em (64) abaixo.

$$(64) \quad \text{Macaco} \rightarrow \text{MASS}(\text{macaco}).$$

Em seguida, aplica-se o operador ι com o operador MASS. E é nesse ponto que operador ι pode ser entendido como ambíguo: se ele se aplicar a um nome contável, gera o definido singular. Se se aplicar a um nome massivo, o *output* será um nome de espécie.

$$(65) \quad \text{O } P = \begin{cases} \iota P \text{ se } P \text{ é um nome contável;} \\ g(\iota P) \text{ se é um nome massivo.} \\ \text{(em que } g \text{ é uma função que seleciona uma pluralidade e devolve} \\ \text{um grupo).} \end{cases}$$

Assim, quando o operador ι é aplicado a um nome como 'o macaco', em (66) abaixo, ele seleciona um nome massivo derivado e nos devolve um nome cuja denotação é essencialmente um grupo, isto é, sua soma máxima:

$$(66) \quad \text{O macaco está desaparecendo rapidamente dessa região.}$$

$$(66') \quad \text{o macaco} \quad \longrightarrow \quad \text{o (MASS(macaco))} = g(\iota \text{ MASS}(\text{macaco}))$$

Além disso, o autor postula um princípio segundo o qual se uma língua possui um determinante aberto que lexicaliza uma dessas operações em particular (ι , \cup , \cap), isso bloqueia a aplicação coberta dessa mesma operação. Ou seja, se no inglês o determinante definido 'the' codifica o operador ι , a aplicação desse princípio assegura que os NPs nus não tenham leitura definida. O autor argumenta que o operador \cap não é lexicalizado em inglês, logo o definido plural carece de leitura genérica. Já operador \cap se aplica cobertamente e isso explica por que o plural nu pode ter leitura genérica nessa língua. Já línguas como o francês e o espanhol lexicalizam tanto o operador \cap

quanto o operador ι , explicando assim por que o definido plural apresentam tanto uma leitura genérica quanto definida e por que o plural nu não apresenta nenhuma dessas duas leituras. Esse princípio é conhecido como **Princípio de Bloqueio**.

A Tabela (1), acima, poderia ser lida, então, da seguinte maneira: em línguas como o chinês, do tipo [+arg, -pred], os NPs denotam a espécie e podem ocupar livremente a posição de argumento. Para um nome denotar um predicado é necessário que ocorra um *type-shifting* via operador \cup . Uma vez que esse operador atribui uma interpretação massiva ao elemento ao qual ele se aplica, todos os nomes nesse tipo de língua seriam originalmente massivos. Daí o fato de o chinês não apresentar distinção entre massivo e contável e requerer classificadores para realizar uma operação de contagem de nomes massivos derivados da espécie.

Em línguas como o francês, do tipo [-arg, +pred], os NPs sempre denotam predicados e nunca podem ocorrer na posição de argumento. Esse tipo de língua apresenta a distinção entre massivo e contável e apresenta também uma marcação plural sobre os nomes contáveis. O francês, contudo, é um extremo desse tipo de língua. O autor classifica todas as demais línguas românicas como línguas do tipo [-arg, +pred]. O problema é que, como veremos, algumas línguas latinas autorizam nomes nus na posição de argumento interno, como o espanhol, o italiano e o catalão.

Em línguas como o inglês, do tipo [+arg, +pred], os NPs podem denotar tanto a espécie quanto propriedades. Se um nome for lexicalmente [+arg] e tiver de atuar como predicativo, então ele precisará sofrer uma operação de *type-shifting*, transformando-se em massa. Mas se um nome é lexicalmente [+pred], então ele precisará sofrer uma operação de *type-shifting*, tornando-se espécie (através do operador \cap) para ocorrer como argumento.

Nesse panorama das classificações de Chierchia, vemos que não há espaço para o PB. Como bem notaram Schmitt e Munn (2002), o PB i) não poderia ser uma língua do tipo [+arg, -pred] porque deveria se comportar como o chinês, não apresentando distinção entre contável e massivo, não tendo morfologia de plural e tendo um rico sistema de classificadores para efetuar as operações de contagem; ii) não poderia ser uma língua do tipo [-arg, +pred], como as demais línguas românicas, porque teria de requerer um D nulo tanto para o nome nu plural quanto para o singular. Mas como veremos mais adiante, no PB não existe restrição sintática para o plural nu e quase não

há restrição para o singular nu. Na proposta de Chierchia, o princípio de bloqueio deveria bloquear a manifestação de nomes nus, dada a presença generalizada de determinantes na língua; e por fim, iii) o PB não poderia ser uma língua do tipo [+arg, +pred], porque se assim fosse, apresentaria uma distinção massivo-contável, singular-plural, mas só poderia permitir que plurais e nomes massivos denotassem a espécie. Nesse tipo de língua, nomes massivos seriam [+arg], os nomes contáveis [+pred] e o operador \cap deveria atuar como um modificador semântico. O problema é que tal operador só se aplica a pluralidades, o que significa que o plural nu seria autorizado, mas não o singular nu.

Schmitt e Munn (1999; 2002) argumentam, contudo, que é possível analisar o PB como uma língua que contenha os traços [+arg] e [+pred], como o inglês. Para tanto, é preciso admitir a possibilidade de que os nomes sejam livremente ou predicados ou argumentos, independente da distinção massivo-contável. Isso iria permitir que o singular nu ocorresse na posição argumental sem a intervenção forçada de um D nulo, uma vez que o nome poderia escolher ser [+arg] quando necessário. Mas ainda assim, a proposta de Chierchia falha para o PB porque não consegue explicar a ocorrência de singular nu com referência à espécie, já que na proposta do autor, a referência à espécie tem que ser plural.

Na proposta de Chierchia, as línguas que têm artigo definido deveriam ou se comportarem como o inglês, em que a leitura de espécie está disponível para o plural nu, mas não para o definido plural ou se comportarem como o italiano, em que o definido plural pode denotar a espécie e o plural nu é possível, mas restrito sintático e semanticamente. Dayal (2004), introduziu um novo elemento nessa análise que possibilita uma explicação mais razoável para o PB. Segundo a autora, a principal diferença entre o inglês e o espanhol é se a operação \cap se aplica aberta (através de um determinante evidente) ou cobertamente (através do nome nu). O operador \cap não é lexicalizado em inglês, então, o plural definido não apresenta leitura de espécie. Também em inglês, o operador \cap se aplica cobertamente e essa é a razão pela qual o plural nu pode ter interpretação de espécie. Já, segundo Dayal, o espanhol lexicaliza tanto o operador ι quanto o \cap . Isso explicaria o porquê de o definido plural ter uma interpretação de espécie e uma interpretação definida. E também explicaria por que o plural nu do espanhol não apresenta nem a leitura definida nem a leitura de espécie.

A contribuição mais relevante da análise de Dayal consistiu em propor que o operador ι é central para a definitude, enquanto o \cap é periférico. Isso prediz que qualquer língua que tenha o artigo definido deve lexicalizar o ι , ao passo que pode ou não lexicalizar o \cap . Além disso, a autora propõe que o princípio de bloqueio deve se aplicar ao operador ι , mas não necessariamente ao \cap , ou seja, se uma língua tiver um determinante aberto e esse determinante codificar o operador ι , então o princípio de bloqueio necessariamente se aplicará nessa língua. Assim, ao invés de dois tipos de língua com determinante (línguas como o inglês e línguas como o italiano, como propunha Chierchia (1998)), Dayal propõe distinguir três: o primeiro tipo de língua é como o inglês em que o operador ι é lexicalizado no artigo definido, mas não o \cap . Nesse tipo de língua, o plural nu tem leitura de espécie e o definido plural tem a leitura de um definido canônico; no segundo tipo, se incluem línguas como o italiano, o francês, o espanhol e a maioria das línguas românicas, em que tanto o operador \cap quanto o operador ι são lexicalizados pelo artigo definido e o princípio de bloqueio se aplica a ambos os operadores. Isso explica as duas possibilidades de interpretação do definido plural: interpretação de espécie e interpretação definida. Também explica por que o plural nu não tem nenhuma dessas interpretações, uma vez que o princípio de bloqueio impede que ele tenha uma leitura de espécie, e a inaplicabilidade do ι impede a leitura definida. Por fim, no terceiro tipo de língua, que se realiza em (alguns dialetos do) alemão, tanto o operador \cap quanto o operador ι são lexicalizados, mas o princípio de bloqueio só se aplica ao ι . Nesse tipo de língua, o definido plural tem tanto leitura definida, porque o ι pode se aplicar a ele, quanto de espécie, porque o \cap pode se aplicar a ele. Além disso, o plural nu pode apresentar leitura de espécie, uma vez que o princípio de bloqueio não afeta o \cap . Assim, essa operação pode se aplicar tanto de forma aberta para gerar a leitura de espécie do definido plural, quanto encobertamente para gerar a leitura de espécie do plural nu. Esta terceira tipologia poderia servir para explicar a leitura genérica do plural nu do PB, mas ainda não nos fornece uma explicação clara sobre o singular nu. Na seção seguinte, pretendo mostrar alguns dos desdobramentos destas propostas que forneceram uma explicação para o singular nu do PB. A partir delas, faço as minhas assunções teóricas.

1.4 Os desdobramentos das propostas teóricas para o Português Brasileiro

O PB, como já dito, impõe um desafio para as explicações sobre a referência à espécie por ter um sintagma nominal que apresenta propriedades distintas das que foram investigadas pelas teorias até agora discutidas. Trata-se, evidentemente, do singular nu. Nas subseções que se seguem, vou analisar alguns dos desdobramentos das teorias propostas por Carlson (1977a,b), Longobardi (1994) e Chierchia (1998), especialmente aquelas que se dedicaram a investigar o fenômeno no PB.

Antes disso, porém, vou discutir o trabalho de Borik e Espinal (2015), que contrasta o inglês e as línguas românicas, propondo, grosso modo, que não há número na estrutura sintática das expressões que fazem referência à espécie. Este artigo fornece um dos pressupostos da pergunta de investigação que pretendo responder nesta tese.

1.2.3 Borik e Espinal (2012, 2015)

As autoras têm reconhecem que plurais nus com interpretação genérica são perfeitamente possíveis e ocorrem livremente nas posições argumentais no inglês, mas tem a sua distribuição e interpretação restrita na maioria das línguas românicas. Carlson (1977), como já discutido, defende que a estrutura *default* para a referência à espécie no inglês é o plural nu. As sentenças a seguir exemplificam a aceitabilidade dos plurais nus na posição de sujeito e de objeto no inglês e em algumas línguas românicas. De (67) a (71), temos exemplos de plurais nus na posição pré-verbal, com interpretação genérica autorizada apenas para o inglês (sentença (67)).

- | | | |
|------|---|------------|
| (67) | Dogs bark.
'Cachorros latem' ²⁴ | [inglês] |
| (68) | *Perros ladran. | [espanhol] |
| (69) | *Gossos borden. | [catalão] |
| (70) | *Chiens aboient. | [francês] |
| (71) | *Cani abbaiano. | [italiano] |

²⁴ A tradução fornecida em (67) se aplica às sentenças de (68) a (71); já a tradução fornecida em (72), se aplica às sentenças de (73) a (76).

Nas línguas românicas aqui exemplificadas, os plurais nus não são autorizados na posição pré-verbal. Na posição de objeto, contudo, as línguas românicas (com exceção do francês²⁵) autorizam plurais nus com interpretação existencial, conforme se observa nas sentenças de (72) a (76), a seguir.

- | | | |
|------|---------------------------------------|------------|
| (72) | John reads books.
'João lê livros' | [inglês] |
| (73) | Juan lee libros. | [espanhol] |
| (74) | En Joan llegeix llibres. | [catalão] |
| (75) | *Jean lit livres. | [francês] |
| (76) | Gianni legge libri. | [italiano] |

Por outro lado, as línguas românicas permitem a referência à espécie com o definido singular, como mostram os exemplos de (78) a (81), enquanto para o inglês, a leitura preferida de (77) é a de indivíduo específico, embora também possa receber uma interpretação de espécie²⁶.

- | | | |
|------|---|------------|
| (77) | The dog barks.
'O cachorro late' ²⁷ | [inglês] |
| (78) | El perro ladra. | [espanhol] |
| (79) | El gos borda. | [catalão] |
| (80) | Le chien aboie. | [francês] |
| (81) | Il cane abbaia. | [italiano] |

Borik e Espinal (2015) argumentam que para as línguas românicas, o *default* de referência à espécie é o definido singular e não o plural nu, como no inglês. Para as autoras, todas as línguas que apresentem um determinante, seja ele nulo ou expreso, permitem a leitura de espécie definida. Apresentar plurais nus se referindo à espécie, contudo, é uma característica que depende do status semântico das expressões

²⁵ O francês representa um dos dois extremos possíveis da (in-)aceitabilidade dos nomes nus: eles não são permitidos em nenhuma posição argumental, a não ser em construções petrificadas da língua.

²⁶ Krifka *et al.* (1995) argumentam que o artigo definido só pode ser utilizado em inglês quando diz respeito à espécies bem estabelecidas. De igual modo, Ionin *et al.* (2011) propõem uma restrição a espécie bem definida. Assim, para estes autores, a sentença (77) só seria possível porque sabemos que a espécie 'cachorro' é bem estabelecida ou bem definida, no sentido de não restar dúvidas de que estamos nos referindo a uma espécie. Para Dayal (2004), no entanto, a restrição à espécie bem estabelecida não é linguística, pois diz respeito ao nosso conhecimento de mundo. Em outras palavras, não é uma restrição semântica, mas pragmática.

²⁷ A tradução em (77) se aplica também às sentenças de (78) a (81).

nominais descritas no Parâmetro de Mapeamento Nominal, proposto por Chierchia (1998).

A hipótese das autoras é que não há nem pluralidade nem número envolvido na denotação de espécies bem definidas. O número está presente na denotação de um indivíduo específico, mas não na da espécie.

Assim, as autoras propõem duas estruturas sintáticas para uma sentença como (78) acima:

(78') [DP D [NumP Num[-PL] [NP N]]]

(78'') [DP D [NP N]]

Em (78'), temos a estrutura sintática de uma expressão que faz referência a um indivíduo específico, isto é, o único cachorro saliente do contexto. Já em (78''), temos a estrutura sintática de uma expressão que faz referência à espécie. Para as autoras, a pista para identificar se o DP projeta ou não o número vem do predicado. No caso de (78), temos um predicado *I-level* que poderia tanto se aplicar a um objeto ou a uma espécie, mas prototipicamente se aplica a objetos. Compare, por exemplo, as sentenças (82), (83) e (84), do espanhol, a seguir:

(82) El dodó se extinguió en el siglo XVII.
'O dodô se extinguiu no século XVII.'

(83) El dodó fue disecado en el Museo Ashmolean.
'O dodô foi dissecado no Museu Ashmolean'

(84) El dodo tiene plumas grises.
'O dodô tem penas cinzas.'

O predicado 'fue disecado en el Museo Ashmolean', do tipo *S-level*, em (83), seleciona um objeto, isto é, um indivíduo em específico, uma vez que não se pode dizer que a espécie 'dodô' como um todo foi dissecada no Museu Asmolean. Nesse sentido, portanto, o predicado *S-level* seleciona um DP com número. Segundo as autoras, quando acrescentemos o número, o que fazemos semanticamente é buscar ou um singular ou um plural, porque o número exige átomos. Já o predicado 'se extinguió en el siglo XVII', do tipo *K-level*, seleciona a classe e, portanto, dispensa o número, já que não estamos falando nem de um indivíduo em particular, nem de uma soma de indivíduos, mas da classe como um todo. Por fim, o predicado 'tener plumas grises' é um predicado *I-level*, aplicando-se originalmente a objetos, mas em determinados contextos, pode fazer referência à espécie, também. Considere, por exemplo, um

contexto em que um ornitólogo esteja descrevendo as características do dodô, numa aula de biologia. Certamente, quando utiliza uma sentença como (82) está fazendo referência à espécie e não a um indivíduo específico.

Para as autoras, que estão seguindo aqui a mesma linha de Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007), McNally e Boleda (2004), Espinal (2010) e Espinal e McNally (2007; 2011), um nome comum denota uma propriedade da espécie. Para dar suporte empírico a essa afirmação, Borik e Espinal (2015) consideram três argumentos: a) modificação adjetival; b) pronominalização em catalão; e c) neutralidade de número;

Os nomes nus em catalão podem ser modificados por adjetivos que se aplicam sobre classes de indivíduos, mas não por adjetivos que se aplicam a indivíduos, como em (85) e (87) abaixo:

(85) Té parella estable/ formal.
Tem companheiro(a) estável/ formal

(86) *Té parella alta/ malalta.
Tem companheiro(a) alto/ doente

(87) Té una parella alta/ malalta.
Tem uma companheira alta/doente

Além disso, McNally e Bolleda (2004) (APUD Borik e Espinal, 2015) também argumentam que adjetivos relacionais se combinam apenas com propriedades de indivíduos, como em ‘arquitecte’ (do catalão, ‘arquiteto’), em ‘aquitecte tècnic’ (também do catalão, ‘técnico em arquitetura’).

Outro argumento é o tipo de pronome que se utiliza como anáfora do singular nu: a anáfora mais adequada para este sintagma no catalão é o partitivo ‘en’ ao invés do ‘el’, pronome masculino de terceira pessoa. Nos termos das autoras, isso quer dizer que o singular nu na posição de objeto apenas pode denotar informações sobre tipo ou propriedades e não informações sobre uma individualização da propriedade.

(88) Porta rellotge. En/ #el porta cada dia.
Usa relógio. PART/ ele usa cada dia.

O terceiro e último argumento se refere à neutralidade de número do singular nu. Segundo as autoras, os nomes nus ‘flor’ e ‘compte corrent’, na posição de objeto do verbo ‘ter’, em (89) e (90) não especificam se é uma ou muitas flores ou contas correntes. Nesse sentido, as autoras são levadas a considerá-los como nomes neutros para número.

(89) L'ametller té flor.
A amendoeira tem flor

(90) Tinc compte corrent al Deutsche Bank.
Tenho conta corrente no Deutsche Bank

Uma vez que os nomes denotam propriedades da espécie, para que eles possam atuar como argumento, ou seja, para que eles denotem um indivíduo, uma operação precisa se aplicar a eles. Essa operação se aplica a uma propriedade (expressa por um nome comum) e devolve um indivíduo. As autoras assumem que o artigo definido é precisamente o operador que transforma uma propriedade de espécie em um indivíduo espécie.

Para as autoras, contudo, a denotação da espécie em espanhol e nas línguas românicas apenas acontece se não houver nenhuma categoria entre D e N. Essa derivação é chamada de aplicação direta do operador ι (iota), uma vez que as autoras supõem que esse operador é diretamente aplicado ao nome, daí a ideia de que ocorre uma referência *direta* à espécie.

O número, por sua vez, é compreendido pelas autoras como um operador de realização ou de instanciação, similar ao operador R, proposto por Carlson (1977). O número é tomado como uma categoria morfossintática que se aplica a propriedades de espécie e fornece um conjunto de objetos. É por essa razão que Borik e Espinal (op. cit) defendem que toda vez que o sintagma nominal denota um objeto, um indivíduo em específico, como (78) acima, o número é necessário e está presente na estrutura sintática.

Segundo Borik e Espinal (2015), a estrutura canônica para a denotação da espécie no espanhol é o definido singular. O definido plural, por seu turno, embora possa ter uma interpretação genérica, na verdade denota a soma máxima de todos os indivíduos salientes num determinado contexto. Já o indefinido singular somente pode receber interpretação genérica por meio da genericidade-I. Por fim, os nomes nus em espanhol não apresentam interpretação genérica, mesmo em posição de objeto.

1.2.4 As discussões sobre o Português Brasileiro:

O PB, como já mencionado, se comporta de maneira diferente do inglês e também das demais línguas românicas, entre elas o português europeu. De acordo com

Ionin *et al* (2011), o PB permite cinco tipos diferentes de NPs, tal como exemplificado a seguir²⁸.

- (91) O beija-flor é uma ave.
- (92) Um beija flor é uma ave.
- (93) Beija-flor é ave.
- (94) Os beija-flores são aves.
- (95) Beija-flores são aves.²⁹

Segundo as autoras, a literatura concorda que todas as expressões nominais destacadas nos exemplos de (91) a (95) podem obter leitura genérica por meio da genericidade-I, mas não há acordo sobre quais destas expressões nominais poderiam se referir à espécie no PB, isto é, quais destas expressões podem obter interpretação genérica via genericidade-D.

A literatura da área também concorda que o DP destacado em (92) só obtém interpretação genérica se for preso por um operador genérico, disparado no nível da sentença. De um modo geral, a literatura tende a aceitar que os DPs em (91), (94) e (95) podem fazer referência à espécie no PB³⁰. O maior desentendimento se dá quando a se tenta fornecer a denotação do DP destacado em (93). Na verdade, podemos dividir a teoria em três grandes grupos: (i) o grupo que propõe que o singular nu tem uma leitura indefinida (Müller (2000, 2002a,b; 2003); (ii) o grupo que defende que o singular nu tem uma leitura ambígua podendo se referir ora à espécie, ora a soma máxima, ora a um indivíduo plural, ora a um indivíduo específico (Cyrino e Espinal (2015), Dobrovie-Sorin *et al* (2012) e Ferreira (2010)); e, por fim, (iii) o grupo que propõe uma leitura não-ambígua do singular nu (propostas neo-carlsonianas) e

²⁸ A variedade europeia não permite construções com singular nu em posições argumentais, por exemplo.

²⁹ A despeito da categoria sintática sugerida por Ionin *et al.* (2011), vou considerar todos os nomes destacados nos exemplos de (91) a (95) como DPs.

³⁰ O teste para saber se os DPs destacados em (91), (94) e (95) fazem referência direta à espécie é combiná-los com predicados K-level, como por exemplo 'ser comum', 'ser raro', 'estar em (risco de) extinção', etc, como nos exemplos a seguir.

- (i) O beija flor é raro/é comum/está em risco de extinção.
- (ii) Os beija-flores são raros/são comuns/estão em risco de extinção.
- (iii) Beija-flores são raros/ são comuns/ estão em risco de extinção.

Contraste, por exemplo, com a sentença (iv) cuja leitura genérica não é autorizada a não ser se estivermos falando de uma subespécie de beija-flor, como o *esmeralda-de-brace*.

- (iv) Um beija-flor (o *esmeralda-de-brace*) é raro/é comum/está em risco de extinção.

entende que essa expressão nominal denota apenas a espécie (Schmitt e Munn (1999), Munn e Schmitt (2005), Pires de Oliveira & Rothstein (2011), Pires de Oliveira e Mariano (2011)).

A seguir, vou discutir brevemente algumas dessas teorias e eleger as que, ao meu ver, são as mais adequadas para a descrição dos dados no PB.

1.2.4.1 O singular nu como um indefinido:

Müller (2000; 2002a,b; 2003, etc.) propõe que o singular nu do PB é um indefinido no sentido de Heim (1982). Isso quer dizer que ele introduz uma variável livre que é presa por um operador sentencial, como o operador genérico ou o existencial. Assim, em teoria, um nominal nu poderia apresentar tanto uma leitura genérica quanto uma leitura existencial, o que o tornaria um sintagma de interpretação ambígua. Por essa análise, o singular nu teria de ser considerado um predicado do tipo <e,t> e, portanto, não poderia ocupar uma posição argumental se não estivesse ligado a um operador sentencial.

Para a autora, contudo, uma leitura existencial do singular nu na posição pré-verbal, como em (96) abaixo, não é autorizada no PB. Assim, a suposta ambiguidade do singular nu não se sustentaria, dado que a única leitura possível para o singular nu nesta posição seria a genérica³¹.

(96) *Menino está com fome.

Müller apresenta as motivações sintáticas num artigo com Evani Viotti (cf. VIOTTI e MÜLLER, 2003), em que aplicam uma série de testes sintáticos para mostrar que, na verdade, o PB parece apresentar uma variação paramétrica no que tange à Hipótese do Mapeamento entre a Forma Lógica de uma sentença e sua interpretação semântica, proposta por Diesing (1992).

De acordo com a hipótese de Diesing (1992), a interpretação genérica ou existencial de uma sentença depende do lugar em que o sujeito ocorre na posição

³¹ Entendo que o problema da sentença (96) se dá porque estamos combinando um nome nu a um predicado de estágio (*s-leave*). Essa combinação não é de todo aceitável no PB, mas pode ser autorizada em algumas situações, como, por exemplo, se estivermos falando de um evento que aconteceu com a espécie como um todo, tal como expresso em (i), abaixo:

(i) Cavalo foi introduzido no Brasil pelos europeus.

Para uma melhor discussão sobre o assunto, cf. Mariano (2011).

sintática: sujeitos indefinidos, internos ao VP, apresentam leitura existencial; já sujeitos indefinidos em SpecIP, projetados na cláusula restritiva da sentença³², apresentam leitura genérica.

Para Viotti e Müller (2003), no entanto, parece haver evidências linguísticas no PB que sugerem que o mapeamento entre a Forma Lógica e a interpretação semântica se daria de forma diferente: para que um sintagma indefinido obtenha uma leitura existencial, ele deveria ocupar a posição de SpecIP; já para receber uma leitura genérica, tal sintagma deveria ocupar uma posição acima de IP, tanto na Estrutura-S quanto na Forma Lógica.

Essas evidências vêm de basicamente três testes: ligação-A, efeitos de minimalidade A-barrado e topicalização múltipla. A seguir, discuto os testes propostos pelas autoras, já adiantando que não há acordo entre a interpretação que elas têm e a interpretação que tenho sobre as sentenças.

i. *Ligação-A:*

De acordo com Viotti e Müller (2003), a ligação-A é aquela que se dá entre um constituinte do tipo [+anafórico, -pronominal] e um antecedente em posição argumental (em SpecIP). São exemplos destes constituintes do tipo [+anafórico, -pronominal] os reflexivos como ‘se’; os recíprocos como ‘um ao outro/ um do outro/ um com o outro’; e o vestígio de movimento de um sintagma nominal para uma posição argumental, como expresso em (97) a seguir.

(97) O Luiz_i parece gostar t_i de jazz.

As autoras reportam os resultados de uma pesquisa de corpus conduzida por Negrão e Müller (1996) segundo as quais haveria uma tendência ao uso de formas

³² Para Diesing (1992 APUD VIOTTI & MULLER 2003, p. 437) a partícula ‘*ja doch*’, do alemão (sem tradução para o PB) marca a fronteira esquerda do VP. Assim, nas sentenças (ii), a seguir, o sujeito ‘Kinder’ (crianças) estaria numa posição argumental, dentro de VP (em SpecVP). Já em (iii), o sujeito se encontraria numa posição fora de VP (em SpecIP).

(ii) ...weil *ja doch* Kinder auf der Strabe spielen.
‘...porque tem crianças brincando na rua.’

(iii) ...weil Kinder *ja doch* auf der Strabe spielen.
‘...porque crianças (em geral) brincam na rua.’

No exemplo (ii), de acordo com Diesing (1992), ‘Kinder’ está dentro do VP e, portanto, apresentaria uma leitura existencial. Já em (iii), ‘Kinder’ estaria fora de VP, mapeado, portanto na cláusula restritiva da sentença, obtendo, assim, uma leitura genérica.

possessivas anafóricas ‘seu(s)/sua(s)’ quando o sintagma antecedente fosse genérico. Citam os seguintes exemplos (APUD VIOTTI e MÜLLER, 2003, p. 441):

- (98) ...às vezes [um estudante]_i, [um rapaz_i que_i t_i paga seus_i estudos com sacrifício] ele não pode ter dinheiro nunca para ir ao teatro... (NURC/SP)
- (99) ...foi a primeira peça que [o Ziembinsk_i]_i apresentou em toda a vida dele_i na carreira dele... (NURC/SP)

Em (98), temos um sujeito indefinido ‘um estudante’ que seria, segundo as autoras, mais adequadamente retomado pela anáfora ‘seus’; já em (99), temos um sujeito definido ‘o Ziembinsk’ que seria mais adequadamente retomado por uma anáfora como ‘dele’.

Dado que as autoras consideram o singular nu como um indefinido, o esperado seria que tal sintagma se comportasse de maneira semelhante ao indefinido ‘um rapaz’ em (98). Os exemplos fornecidos pelas autoras para sustentar esta afirmação são os que seguem (Op. Cit., p. 446):

- (100) * Número par_i é sempre divisível pelos múltiplos dele_i.
- (101) ? Número par_i é sempre divisível por seus_i múltiplos.
- (102) * Professor_i sempre prepara as aulas dele_i com antecedência.
- (103) ? Professor_i sempre prepara suas_i aulas com antecedência.
- (104) * Mulher_i sempre discute os problemas dela_i com qualquer um.
- (105) ? Mulher_i sempre discute seus_i problemas com qualquer um.

De acordo com a intuição das autoras, “sintagmas indefinidos genéricos jamais (sic) podem ser retomados pela forma possessiva ‘dele(s)/dela(s)’.” (VIOTTI E MÜLLER, 2003. p. 446). Isso sugere que as sentenças (100), (102) e (104), se não agramaticais, são “bastante piores” que as sentenças cujo singular nu é retomado pelo pronome anafórico ‘seu(s)/sua(s)’, portanto, (101), (103), (105).

A argumentação de que, na verdade, o singular nu deveria estar numa posição A-barra vem da assunção que as autoras fazem de que a anáfora ‘dele/dela’ parece estar se especializando de modo a se tornar uma forma prototípica de ligação-A. Uma vez que o singular nu, na intuição das autoras, “jamais” poderia ser retomado pela anáfora ‘dele(s)/dela(s)’, a conclusão a que chegam Viotti e Müller é que o singular nu não pode estar numa posição argumental, mas numa posição não-argumental (A-barra, portanto).

A intuição que tenho sobre as sentenças de (100) a (105), porém, não considera (102) e (104) como agramaticais. Acredito que a estranheza que as autoras encontram para essas sentenças (tanto as que elas consideram como agramaticais quanto as que há dúvidas sobre o seu status) se deve muito mais ao tipo de retomada anafórica do que com a posição em que o argumento externo ocupa na sentença. Sintagmas nus são melhor retomados por pronomes nulos e não por pronomes abertos, como sugerem os exemplos (106) e (107), a seguir.

(106) [Professor]_i sempre prepara as aulas pro_i com antecedência.

(107) [Mulher]_i sempre discute os problemas pro_i com qualquer um.

Também é bastante provável que haja uma variação dialetal em relação ao julgamento destas sentenças. Na variedade de quem escreve estas linhas, as sentenças (102) e (104) se equiparam às sentenças (103) e (105), em termos de gramaticalidade: são possíveis as retomadas tanto com a anáfora ‘dele(s)/dela(s)’, quanto com a anáfora ‘seu(s)/sua(s)’, o que permitiria conceber que o singular nu se encontra numa posição argumental.

Além disso, outra evidência contrária à proposta das autoras é precisamente a possibilidade de retomada anafórica do singular nu pelas demais expressões que configuram uma ligação-A, como o reflexivo ‘se’ e o recíproco ‘um ao outro/um com o outro’ e os vestígios de movimento, ignorados pelas autoras.

(108) [Cachorro]_i [se]_i coça com a boca.

(109) [Criança]_i briga [uma com a outra]_i.

(110) [Cachorro]_i parece t_i gostar de música.

As sentenças de (108) a (110) atestam a possibilidade de ligação-A entre um singular nu e um elemento pronominal do tipo [+anafórico, -pronominal], o que sugere que provavelmente o singular nu se encontra numa posição argumental nestas sentenças.

ii. Efeitos de minimalidade A-barra

Viotti e Müller (2003) assumem os pressupostos da Gramática Gerativa de que existem posições não-argumentais (A-barra) na estrutura sintática das línguas. Tais posições podem receber tanto argumentos quanto adjuntos oriundos de outras

posições sintáticas. São exemplos de movimentos para posição A-barra: movimento de constituinte *wh-*; topicalização; e focalização. Esses movimentos respeitam uma série de restrições, entre as quais o *efeito de minimalidade*, segundo o qual um constituinte não pode se mover para uma posição A-barra passando por cima de outro constituinte A-barra.

Uma vez que, para as autoras, o singular *nu* na posição pré-verbal já se encontra numa posição A-barra, não poderia haver o movimento de outros constituinte para a posição A-barra, porque passaria por cima de um constituinte que já se encontra numa posição não-argumental. Viotti e Müller (2003, p. 447) exemplificam:

- (111) *? Por que múltiplos número par é sempre divisível?
- (112) *? O que professor sempre prepara com antecedência?
- (113) *? Que aulas professor sempre prepara com antecedência?
- (114) *? Como professor sempre prepara suas aulas?
- (115) *? O que mulher sempre discute com qualquer um?
- (116) *? Com quem mulher sempre discute seus problemas?

A despeito da dúvida que as autoras têm sobre a agramaticalidade e a aceitabilidade das sentenças de (111) a (116), representada pelos símbolos ‘*?’, considero todas estas construções como sentenças possíveis do PB, portanto, gramaticais. Além disso, com exceção da sentença (111), a naturalidade das sentenças pode ser favorecida se acrescentarmos o complementizador ‘que’ entre o foco e o argumento externo do predicado, como nas sentenças a seguir:

- (112’) O que que professor sempre prepara com antecedência?
- (113’) Que aulas que professor sempre prepara com antecedência?
- (114’) Como que professor sempre prepara suas aulas?
- (115’) O que que mulher sempre discute com qualquer um?
- (116’) Com quem que mulher sempre discute seus problemas?

Este comportamento é uma evidência de que ou (i) o complementizador ‘que’, por algum motivo, desfaz o efeito de minimalidade do movimento; ou (ii) o singular *nu* não se encontra numa posição A-barra. Vou assumir a segunda opção em razão de este complementizador estar presente também em sentenças cujo argumento externo é definido, como em (117), a seguir:

- (117) Como que a Maria sempre prepara suas aulas?

Se o constituinte ‘a Maria’ ocupa a posição de SpecIP em uma sentença como (117), não há razões para se admitir que o constituinte ‘professor’, em (114’) ocupe uma posição não-argumental a não ser, como quer assumir Müller (2000, 2002, 2004) que se considere o singular nu como um predicado <e,t> e não um indivíduo do tipo *e*.

iii. Topicalização múltipla.

O último teste que as autoras utilizam como evidência para sustentar que o singular nu ocupa uma posição A-barrá é o de topicalização múltipla. Este teste consiste em mover para a periferia esquerda um constituinte que se encontra numa posição mais baixa, ou seja, numa posição argumental. Como exemplo, as autoras fornecem a seguinte sentença:

(118) *As aulas, professor sempre prepara com antecedência.

(119) *Os problemas, mulher sempre discute com qualquer um.

De acordo com Viotti e Müller, tais sentenças são agramaticais, porque sujeitos indefinidos nus com leitura genérica não poderiam coexistir com constituintes topicalizados. A argumentação se sustenta no fato de que o singular nu ocuparia uma posição de tópico e, em função disso, um outro constituinte não poderia se mover para uma posição A-barrá, passando por outro constituinte que já se encontraria na posição A-barrá.

Tanto para um parecerista anônimo que avaliou o trabalho das autoras quanto para mim, porém, as sentenças (118) e (119) são perfeitamente possíveis no PB. Viotti e Müller (2003) alegam que na leitura que estão querendo exemplificar, tais exemplos são agramaticais, mas não forneceram uma explicação sobre que leitura é esta diferente da que tanto eu quanto o parecerista obtivemos das sentenças. Na leitura que tenho destas sentenças, os constituintes ‘as aulas’ e ‘os problemas’ podem perfeitamente se moverem à posição de tópico.

Como, no entanto, Müller assume que o singular nu é um NP e não um DP, a autora precisa admitir que quando diante do verbo (numa possível posição de sujeito - SpecIP), na verdade, o singular nu se encontra na posição de tópico sentencial, porque é nesta posição que Viotti e Müller (2003) mapeiam a interpretação genérica no PB. É

ali onde o operador genérico se liga à variável livre do singular nu e esta é a única posição em que o singular nu poderia ocupar, em se tratando da posição pré-verbal³³.

Assim, uma sentença como (120), abaixo, teria a seguinte forma lógica em (121), na proposta de Müller.

(120) Professor levanta cedo para trabalhar.

(121) Gen [x;] (x é professor; x levanta cedo para trabalhar).

Na intuição de Müller (op. cit), uma sentença com um singular nu combinado a um predicado *K-level*, como (122) é agramatical no PB.

(122) *Dodo está em extinção.³⁴

A autora, porém, não fornece uma explicação satisfatória para sustentar a agramaticalidade de (122). O que se infere é que para Müller, a sentença é agramatical porque o singular nu não poderia obter uma interpretação genérica porque não estaria numa posição de tópico. Contraste-se, por exemplo, (122) com a sentença (123) abaixo em que a combinação é perfeitamente possível, uma vez que, segundo a intuição de Müller, o definido singular, por ser um sujeito definido, poderia fazer referência à espécie, dado que ocupa a posição de SpecIP.

(123) O dodo está em extinção.

De acordo com a autora, a estrutura *default* de referência à espécie no PB é o definido singular (sentença (123)). Em outras palavras, para esta autora, nem o indefinido singular, nem o definido plural, nem o plural nu, e menos ainda o singular nu são construções que exclusivamente fazem referência à espécie. O indefinido singular obtém leitura genérica por meio da quantificação sentencial, como o singular nu; já o definido singular e o plural nu variam entre uma leitura de espécie, de grupo e de subespécies, conforme sugerem as sentenças abaixo:

³³ Por 'única', entenda-se: posição A-barra.

³⁴ Esta intuição de Müller (2000) não é a mesma intuição que muitos outros falantes do PB têm sobre esse tipo de sentença. Para mim, a sentença (122) é perfeitamente possível no PB. Minha intuição é igualmente suportada pelas intuições de Schmitt e Munn (2000) e de Pires de Oliveira e Rothstein (2011), além de Cyrino e Espinal (2015), todas as primeiras autoras falantes nativas do PB. Suporta também a minha intuição, um experimento linguístico realizado por Pires de Oliveira, *et al.* (2010), que sugere que o singular nu denota a espécie no PB. A discrepância entre os juízos de gramaticalidade desse tipo de sentença pode, contudo, estar sujeita a variações dialetais. Esse é um ponto que precisa ser verificado.

(124) Os dodôs estão em extinção. [✓ Espécie; ✓ Subespécie]³⁵

(125) ?? Dodôs estão em extinção. [✓ Espécie; ✓ Subespécie]

Em (124) e (125), segundo a proposta de Müller, os sintagmas sublinhados parecem apresentar diferentes interpretações: ora podem denotar todos os indivíduos salientes no contexto, ora podem denotar subespécies, ora grupos, etc. Em outras palavras, para a autora, o definido plural e o plural nu são ambíguos entre uma interpretação de espécie e uma interpretação indefinida, no sentido de não sabermos quantas e quais instanciações do objeto ao qual o nome se refere participaram da ação.

Já o definido singular, na proposta de Müller é ambíguo entre uma leitura de espécie e uma leitura definida, mas ainda assim, é a forma *default* de referência à espécie no PB.

Na seção seguinte, trato de duas propostas que tomam o singular nu como ambíguo: i) Cyrino e Espinal (2015), para as quais a ambiguidade é sintática; e ii) Ferreira (2010) para quem a ambiguidade é morfossintaticamente condicionada.

1.2.4.2 A ambiguidade do singular nu:

No trabalho de Cyrino e Espinal (2015) o singular nu é associado a diferentes estruturas sintáticas e, por conseguinte, diferentes interpretações semânticas, dependendo da posição em que está inserido. Além disso, as autoras argumentam que o PB, analogamente às demais línguas românicas, apresenta dois tipos de nomes nus: (i) nomes nus reais, isto é, NPs desprovidos de camada D (predicados, portanto) que só ocorrem como argumento sintático de uma classe bastante restrita de predicados, como ‘ter’, por exemplo. Esses NPs, ao invés de saturar tais predicados na verdade os modificam. Assim, numa sentença como ‘ter maçã’, as autoras consideram o NP ‘maçã’ como um predicado que modifica outro predicado, no caso o predicado ‘ter’; e (ii) DPs nus que, na verdade só são nus fonologicamente, porque apresentam um determinante nulo morfossintaticamente específico para número, isto é um determinante que não é realizado fonologicamente, mas apresenta morfologia de número. Tais nomes nus, de acordo com as autoras, podem ser definidos e também podem ser retomados tanto por uma anáfora plural quanto por uma anáfora singular.

³⁵ Utilizo o símbolo ‘✓’ para designar uma interpretação autorizada para um determinado sintagma ou sentença.

São quatro as interpretações que as autoras atribuem aos nomes nus do tipo (ii), descrito acima: (a) leitura de espécie, como em ‘coreano’ na sentença (126) abaixo, em que a denotação dessa expressão nominal abrange a espécie como um todo; (b) leitura de soma máxima, em que ‘coreano’ não denota a espécie, mas a soma máxima dos indivíduos salientes no contexto pragmático em que a sentença é usada; (c) leitura indefinida, como em ‘revistinha’ na sentença (127), abaixo, em que não temos acesso à quantidade, nem à (im)perfectividade da atividade executada pela criança; e, por fim, leitura definida, isso é, de um indivíduo específico, em que o contexto dispõe de um único indivíduo que satisfaça a ação denotada pelo predicado, como na sentença (128). Além disso, para as autoras, um nome nu na posição pré-verbal de uma sentença caracterizadora ou habitual nunca poderá ser indefinido, uma vez que se trata de um elemento deslocado para a periferia esquerda da sentença (posição de tópico), como na proposta de Müller e, portanto, corresponde a um (ou mais) indivíduo(s) já introduzidos no contexto.

(126) Coreano vende roupa pra brasileiro.

(127) Criança lê revistinha.

Contexto para (128): existe uma árvore de natal que a Maria, supostamente, deveria ter decorado na sala de estar. A mãe de Maria diz:

(128) Maria não decorou árvore de natal.

Para as autoras, um nome nu na posição pré-verbal de um predicado I-level é ambíguo entre uma leitura de espécie e uma leitura de soma máxima saliente no contexto. Assim, em (126) o nome ‘coreano’ pode se referir tanto à espécie, isto é, à classe ‘coreano’ quanto à sua soma máxima em um determinado contexto. Já em (127), temos uma generalização a partir de um verbo que denota estágio. Esse tipo de verbo introduz um nome na posição pré-verbal que tem denotação plural. Assim, ‘criança’ denota a soma máxima de crianças num determinado contexto. Para as autoras, o determinante, seja ele aberto ou encoberto, é interpretado como um operador de maximalidade que seleciona a soma máxima dos elementos denotados pelo nome num determinado contexto. Nesse sentido, o que parece um singular nu, na verdade, corresponde semanticamente a uma descrição definida genérica plural, como ‘as crianças’

A essas interpretações, as autoras associam as seguintes estruturas sintáticas:

Quando o singular nu faz referência à espécie, não há envolvimento do número, conforme propõem Borik e Espinal (2015) para as línguas românicas. Portanto, a estrutura sintática do singular nu é a evidenciada em (129).

(129) [DP \emptyset [NP N]]]

Já para as demais interpretações, a estrutura básica é a evidenciada em (130), com projeção de número e, possivelmente, com outras categorias funcionais entre D e N:

(130) [DP \emptyset [NumP \emptyset [NP N]]]

Outro ponto defendido pelas autoras é que o PB não oferece contra-argumentos para Hipótese do Mapeamento Nominal, proposta por Chierchia (1998). Os nomes nus em posições argumentais são DPs que carregam a especificação para o número e codificam referência determinada e são interpretados como denotando propriedades de indivíduos, enquanto os nomes nus reais (aqueles que são argumentos de predicados como ‘ter’) são nomes nus não específicos para número e definitude e são interpretados como propriedade de objetos. Dessa forma, o PB se encaixaria no tipo de língua como o francês e as demais línguas românicas³⁶, seguindo a variação paramétrica proposta por Chierchia, a saber, [-arg +pred].

Para as autoras, existem fortes evidências de que o comportamento do PB é semelhante ao do francês, no que tange a Hipótese do Mapeamento Nominal, dentre elas, o fato de que no francês moderno, o número é marcado apenas no determinante e não mais no nome. Essa afirmação está exemplificada em (131), abaixo, em que o plural é marcado fonologicamente apenas no determinante e no verbo. Esse fenômeno também se constata no PB, dado que na variante popular, marcamos o plural apenas sobre o determinante e opcionalmente no nome e no verbo, como exemplificado em (132), abaixo:

(131) Les bons garçons sont arrivés.
Os bons meninos são chegados
 ‘Os bons meninos chegaram.’

(132) Os bom(ns) menino(s) chega(m) cedo.

³⁶ Cf. Tabela (1), na seção 1.2.2.

A partir dessa observação, Cyrino e Espinal (2015) fazem as seguintes generalizações: (i) o D é o local da marcação de número nas duas línguas; (ii) o número é essencial para extensionalizar a propriedade denotada pelo nome, o que quer dizer que a realização do número tem um papel crucial na referência. Além disso, as autoras entendem que o nominal nu pode ser compreendido como uma descrição definida, no sentido de denotar ou se referir a um único objeto. A intuição que tenho, porém, não acompanha a de Cyrino e Espinal. Minha análise dos exemplos utilizados pelas autoras (nos quais o singular nu está sempre na posição de objeto) é outra:

Exemplos de Cyrino e Espinal (2015, p. 483, destaques das autoras):

- (133) i. Por que a Aninha está quieta hoje?
 ii. Porque ontem ela comprou *uma revistinha*_i e hoje ela passou o dia todo assim, quieta, pintando *revistinha*_i.
- (134) i. Uma rede de TV catalã organiza todo o ano uma maratona para adquirir fundos para fomentar a pesquisa em diferentes tipos de doenças. Nessa ocasião, um único CD é publicado, um único e diferente CD a cada ano. Nesse CD se publicam novas canções de artistas conhecidos, relacionadas ao tópico de cada ano da Maratona (HIV, Câncer, etc).
 ii. O João vai comprar *disco da maratona* da TV3 este ano.
- (135) “Perdi *a minha aliança!*” gritou Didi, às vésperas da copa do Mundo de 1958. O meio-campista parou o treino da seleção canarinho pra procurar seu anel de casamento. E nada de encontrar *aliança*.

Sobre (133), as autoras afirmam que o nominal nu ‘revistinha’ está coindexado ao indefinido singular ‘uma revistinha’ ou em outras palavras, o nominal nu ‘revistinha’ se refere àquela revista específica que a Aninha comprou ontem. Intuitivamente, contudo, essa retomada anafórica não me parece ser perfeitamente possível. Embora a Aninha tenha comprado uma revistinha específica no dia anterior ao momento de fala, quando o segundo interlocutor discorre sobre a ação de ‘pintar revistinha’, a única interpretação que tenho é indefinida, no sentido de não ter acesso à informação sobre quantas e quais revistinhas estão sendo pintadas pela Aninha. Que tenha sido uma única, aquela em específico comprada no dia de ontem, pode ser o caso, mas a retomada com o nominal nu não me permite ter esta precisa interpretação de que tenha sido uma e apenas uma. Parece haver uma iteração de eventos, no sentido de que se há alguma coisa que a Aninha está fazendo, ela está envolvida na ação de pintar revistinha, sem,

no entanto, transparecer a informação de quantas e quais revistinhas são. É, portanto, uma interpretação indefinida e não definida.

A mesma intuição se aplica às sentenças (134) e (135). Em (134), me soa pragmaticamente estranho que apenas um único CD seja produzido e que um único indivíduo, o João, vá comprá-lo. Ainda assim, se eu quisesse me referir ao único CD produzido, precisaria inserir o artigo definido diante do nome 'disco'. Sem esse determinante, e mesmo que o contexto dê informações sobre o disco em questão, a única leitura que tenho é a de que seja lá o que João comprou, o objeto comprado foi 'disco da maratona'. O nome nu não garante que seja um e apenas um disco da maratona saliente no contexto. Garante que seja 'disco da maratona', mas não há mais nenhuma informação sobre quantidade ou especificidade. Por fim, em (135) o singular nu 'aliança' também não retoma aquela aliança específica que o jogador perdeu. A intuição que tenho é que seja lá o que conte como aliança, o jogador não conseguiu encontrar essa coisa. Na verdade, como sugere Lopes (c.p), aparentemente há, em (135), uma expressão idiomática construída da seguinte maneira: 'E nada de V + NN', em que 'V', está por verbo e 'NN', por nominal nu, como em 'e nada de encontrar aliança', 'e nada de eleger presidente', 'e nada de tocar sinal', etc., em que V+NN formam um constituinte só. Diante disso, vou defender neste trabalho que, apesar de alguns falantes do PB considerarem possível atribuir uma leitura definida ao singular nu em contextos bastante restritos, esta possibilidade é marginal na gramática: a denotação *default* do singular nu é a de referência à espécie, sendo qualquer outra interpretação derivada desta.³⁷

As autoras também propõem que, ao contrário do que defendem Munn e Schmitt (2005), não há espaço para a neutralidade do número na estrutura do singular nu: ele possui um traço de número interpretável que denota tanto atomicidade quanto pluralidade de indivíduos. Em outros termos, o número é sempre projetado, exceto quando a expressão nominal faz referência à espécie. Nesta última situação, não ocorre a projeção de número porque a referência à espécie não é construída sobre o número, segundo a proposta das autoras.

Para Cyrino e Espinal (2015) o número é morfossintaticamente especificado e interpretado em D. Assim, o PB se diferenciaria do inglês que codifica o número sobre

³⁷ Para uma análise distinta da que proponho, cf. Wall (2017).

N. As evidências para isso decorrem da análise realizada por Bouchard (2002) (*Apud* CYRINO E ESPINAL 2015) para o francês, porém agora aplicadas ao PB; são as seguintes: a) o número é audivelmente marcado sobre o D, em francês, uma vez que o ‘-s’ plural dos nomes não é mais pronunciado; b) numa composição de palavras [V+N]_N, em que ‘V’ é o núcleo, o número pode não aparecer no composto, mas apenas sobre D, como em ‘l’ouvre-boîte’ (do francês ‘o abridor de latas’), ‘les ouvre-boîte’ (do francês, ‘os abridores de latas’); c) não há referência plural quando D é singular em estruturas conjuntas, como em ‘La secrétaire de Jean et collaboratrice de Paul est/*sont à la gare’³⁸. d) é possível coordenar determinantes e indicar o número de maneira incerta, como em ‘Vous prendrez le ou les garçons que vous trouverez’³⁹.

Aplicando essa bateria de perguntas ao PB, as autoras constatarem que: a) o número pode ser marcado apenas no determinante, como em ‘as menina’; b) a composição de palavras por [V+N] funciona como um nome composto em que o número é marcado apenas sobre o D, como em ‘o conta-gota’, ‘os conta-gota’, mesmo que as formas ‘o conta-gotas’ ou ‘os conta-gotas’ concorram com as sugeridas pelas autoras⁴⁰; c) não há pluralidade da referência quando o D é singular em estruturas coordenadas, como em ‘a secretária de João e colaboradora de Paulo está/*estão na estação’⁴¹; d) é possível conjugar determinantes e indicar incerteza de número, como em ‘pegue o ou os livro que quiser’.

A explicação que as autoras dão para isso é que o PB apresenta um traço de número não interpretável [uNum], em N e um outro traço de número interpretável [iNum], presente no D nulo. Eles precisam ser avaliados ou checados para assegurar a boa formação da sentença. Além disso, as autoras propõem que um nome contável inserido em N⁰ é neutro para número, no sentido de ser compatível tanto com uma

³⁸ Do francês, ‘A secretária do João e colaboradora do Paulo está/*estão na estação’.

³⁹ Do francês, ‘Você vai pegar o ou os menino+s que você encontrar.’

⁴⁰ Há mais exemplos que corroboram a proposta das autoras: o guarda-roupa/ os guarda-roupa; o para-raio, os para-raio. Mas a variante escolarizada do PB realiza a marcação redundante de plural: ‘os guarda-roupas’, ‘os para-raios’, etc.

⁴¹ No meu dialeto, contudo, se estamos falando de duas pessoas distintas, obrigatoriamente, preciso pôr o verbo no plural. Isso quer dizer, então, que é possível que haja pluralidade de referência no PB. Um exemplo para isso é fornecido por Schmitt e Munn (1999) em (i), abaixo, para a posição de objeto e outro por mim criado em (ii) na posição de sujeito:

(i) O João vai buscar amigo e parente no aeroporto.

(ii) A amiga do João e vizinha da Maria vão passear no parque.

Em que ‘amigo’ e ‘parente’ não são tomados necessariamente como o mesmo referente, assim como ‘a amiga do João’ e ‘vizinha da Maria’.

leitura atômica, quanto não-atômica, pensando-se em uma estrutura booleana⁴². Do ponto de vista semântico, o número é condição para realizar a referência a objetos, nos termos de Borik e Espinal (2015). O número corresponde a uma instanciação ou realização, nos termos de Carlson (1977a), responsável pela mudança de tipo semântico de neutralidade de número da propriedade de espécie $\langle e^{kt} \rangle$ para a propriedade singular ou plural dos objetos $\langle e^{ot} \rangle$. Em outras palavras, o número se aplica a uma propriedade de espécie e nos devolve uma propriedade de objetos. Se marcado para plural, essa propriedade de objeto será não-atômica. Se não marcado, será atômica. Assim, em uma sentença como (136) abaixo, o número é requerido com o intuito de garantir a presença de átomos, porque essa é uma demanda do predicado. O D definido, que semanticamente corresponde ao operador ι , é também requerido para fornecer a soma máxima dos indivíduos denotados pela propriedade de objeto. Isso é, o operador ι seleciona uma propriedade de objeto e devolve a soma máxima dos indivíduos salientes naquele contexto.

(136) O linguista investiga as propriedades das línguas naturais.

A proposta das autoras traz contribuições importantes para a teoria, quais sejam, a) propor que o número é marcado em D e não em N, na esteira do francês; b) sugerir duas estruturas sintáticas para os DPs argumentais do PB, uma para quando houver a referência direta à espécie (e portanto, sem o envolvimento do número) e outra pra quando houver a manifestação do número que, por conseguinte, fornece instanciações do indivíduo no contexto; c) afirmar que o PB não é uma evidência contrária ao Parâmetro do Mapeamento Nominal de Chierchia (1998), mas se comporta como as demais línguas românicas. A proposta, porém, a meu ver, apresenta alguns problemas que gostaríamos de discutir: a) a múltipla possibilidade de interpretação do singular nu⁴³; b) a assunção de que um nominal nu em aparente posição pré-verbal de um predicado *I-level* está, na verdade, na posição de tópico da

⁴² A estrutura booleana corresponde a um reticulado em cuja base se encontram os indivíduos atômicos (a, b, c) e no supremo se encontra a soma máxima desses átomos ($a \oplus b \oplus c$). Intermediários ao supremo e aos átomos, encontram-se as somas de elementos ' $a \oplus b$ ', ' $a \oplus c$ ' e ' $b \oplus c$ '. Assim, quando as autoras se referem a uma leitura atômica, numa estrutura booleana, estão se referindo à interpretação que se sustenta apenas sobre os átomos do reticulado (os elementos atômicos 'a', 'b' e 'c'). Quando, porém, se referem a uma leitura não atômica, estão se remetendo a uma interpretação que seleciona qualquer uma das somas dos átomos presentes na estrutura reticulada, isto é, os elementos ' $a \oplus b$ ', ' $a \oplus c$ ', ' $b \oplus c$ ' e ' $a \oplus b \oplus c$ '.

⁴³ Ou, dito de outra maneira, a leitura definida está mesmo autorizada para o singular nu?

sentença; e c) o fato de equiparar o PB às demais línguas românicas no que tange o Parâmetro do Mapeamento Nominal, a despeito da disparidade de comportamentos do PB e do francês no que tange a autorização de nomes nus, por exemplo.

Ainda na seara da ambiguidade formal, a literatura que analisa o PB apresenta outra proposta que envolve uma ambiguidade estrutural para o singular nu, em que não se concebe mais uma ambiguidade estritamente sintática como a de Cyrino e Espinal (2015), mas morfossintática e condicionada contextualmente. Esta proposta é tematizada em Ferreira (2010), que se dedica à morfossintaxe de número nos singulares nus do PB. Nesse texto, o autor fornece evidências contra a proposta de que o singular nu é morfologicamente singular, mas semanticamente neutro para número. Sua argumentação se sustenta na ideia de que, na verdade, o singular nu é algumas vezes especificado para número e outras subespecificado. Essa propriedade morfossintática repercute na semântica do singular nu. Aliás, o autor argumenta que as propriedades morfossintáticas do singular nu não podem ser mantidas separadas das propriedades semânticas; especificamente em relação ao número, ele argumenta que a subespecificação morfossintática corresponde à subespecificação semântica, ou seja, a subespecificação morfossintática de número corresponde à subespecificação semântica de número.

O foco de Ferreira (2010) são sentenças episódicas com leitura existencial que, segundo o autor, correspondem grosseiramente à leitura de “há um ou mais indivíduos” ou “há pelo menos um indivíduo”, tais como em (137), a seguir.

(137) Eu vi aluno (que estava) se elogiando.

De acordo com o autor, as análises mais recorrentes de sentenças como (137), acima, afirmam que o singular nu ‘aluno’ é morfossintaticamente singular, mas semanticamente neutro para número, entendida aqui esta neutralidade como a possibilidade de um NP conter, em sua denotação, tanto entidades atômicas como não atômicas. A evidência apresentada pela literatura à qual Ferreira se contrapõe é o fato de que, num contexto anafórico, o singular nu poderia ser retomado tanto por um pronome singular, como por um pronome plural, tal como expresso na sentença (138), abaixo:

(138) Maria comprou CD na Fnac. Ele/s está/estão no carro.

O autor argumenta, porém, que é preciso haver certa cautela no que diz respeito à retomada anafórica, dado que uma anáfora discursiva plural também poderia ocorrer para um antecedente singular, como em (139), abaixo.

(139) Todo menino comeu uma maçã. Elas estavam ótimas.

Isto sugere que a retomada anafórica pode não ser uma evidência incontestada para sustentar a neutralidade semântica do singular nu.

Além disso, o gênero também parece restringir de alguma forma a retomada anafórica, como observado no exemplo fornecido pelo autor, a seguir:

(140) Tem criança na sala. Ela/*Ele está chorando.

A morfologia do nome ‘criança’ é feminina, mas semanticamente, o substantivo poderia retomar tanto meninos quanto meninas (seria neutro, por assim dizer). Na retomada anafórica, contudo, apenas o pronome feminino é autorizado para recuperar o conteúdo do NP ‘criança’.

Ferreira (2010) apresenta uma série de análises linguísticas para sustentar a argumentação de que o singular nu é ora subespecificado para o número, ora plenamente especificado para número singular. As análises envolvem a combinação do singular nu com o ‘se’ anafórico, em contextos de interpretação cumulativa e com o vocábulo ‘mesmo’.

De acordo com o autor, se o singular nu fosse semanticamente neutro em relação ao número (podendo denotar tanto entidades atômicas quanto não atômicas), então deveria ser possível que ele se combinasse com certas expressões ou aparecesse em certos contextos em que se requer a presença de um argumento não-atômico para disparar uma leitura (à qual o autor chama de) orientada de grupo (*group-oriented*, no original, em inglês), isto é, uma leitura em que o singular nu poderia denotar um grupo de indivíduos. Para atestar essa possibilidade, Ferreira analisa sentenças em que ocorrem a) um ‘se anafórico’, b) nominais nus com interpretação cumulativa; c) o determinante mesmo:

a. ‘Se’ anafórico:

Ferreira (2010) afirma que o ‘se’, enquanto pronome anafórico, pode disparar tanto uma leitura recíproca como reflexiva, conforme se observa na sentença (141) a seguir:

(141) Os estudantes se elogiaram.

- i. Os estudantes elogiaram a si próprios. [Leitura reflexiva]
- ii. Um grupo de estudantes elogiou outro grupo de estudantes. [Leitura recíproca]

Para que haja uma leitura recíproca, o autor afirma que o 'se' precisa ter um antecedente plural. Se, contrariamente, o antecedente denota apenas um indivíduo singular, a única leitura autorizada é a reflexiva. Vejamos, agora, as observações que o autor faz em relação ao singular neste mesmo contexto de uso, em que se enquadram as sentenças a seguir:

(142) Eu vi alunos se elogiando.

(143) Eu vi aluno se elogiando.

Segundo o autor, tanto (142) quanto (143) possuem leitura recíproca, o que poderia ser tomado como uma evidência de que o singular nu possui uma denotação atômica, dado que apenas entidades atômicas poderiam receber uma leitura recíproca.

Se, contudo, compararmos o singular nu em uma situação um pouco diferente, notaremos que isto não se aplica a esta nova situação, como ilustrado em (144) e (145).

(144) Eu vi alunos que estavam se elogiando.

(145) Eu vi aluno que estava se elogiando.

Para Ferreira (2010), apenas a sentença (144) apresenta leitura recíproca. A sentença em (145), por sua vez, só apresenta leitura reflexiva. O autor alega que o contraste é ainda maior se considerarmos predicados como 'cumprimentar', que desfavorece a leitura reflexiva:

(146) Eu vi alunos que estavam se cumprimentando.

(147) Eu vi aluno que estava se cumprimentando.

Apenas (146) apresenta uma leitura recíproca, enquanto (147) só dispara uma leitura reflexiva.

Ferreira (2010) conclui, então, que os nomes nus podem atuar como argumentos externos de forma verbal gerundiva, como em (142) e em (143), dado que os gerúndios não se flexionam em número ou pessoa. Neste sentido, a mesma forma verbal é usada indiferentemente para um argumento singular ou plural. Já em (144) e (145), os nominais nus e os pronomes relativos correspondentes se encontram na

posição de argumento externo de uma forma verbal finita e que, portanto, se flexionam em pessoa e número e, em função disso, a interpretação recíproca é desautorizada para o singular nu nesta posição.

b. Interpretação cumulativa:

Para explicar sobre a interpretação cumulativa, Ferreira (2010, p. 102) apresenta as sentenças (148) e (149):

(148) Tem amigos meus morando em muitos países.

(149) Tem amigo meu morando em muitos países.

De acordo com o autor, para se obter uma leitura cumulativa, é preciso que exista um ou mais amigos do enunciador da sentença e um conjunto de muitos países, e que cada um desses países seja a residência de pelo menos um amigo do enunciador. Nenhum amigo do enunciador, portanto, teria que necessariamente estar morando em vários países. Note que, novamente, nas sentenças (148) e (149), acima, os nomes nus são argumentos de predicados verbais na forma gerundiva.

Considere, agora, o acontece com os nomes nus na posição de um predicado verbal de forma finita, como em (150) e (151), ou ainda, modificados por formas verbais participais, como em (152) e (153), a seguir (cf. FERREIRA, 2010, p. 103).

(150) Tem amigos meus que moram em muitos países.

(151) Tem amigo meu que mora em muitos países.

(152) Eu tenho amigos exilados em muitos países.

(153) Eu tenho amigo exilado em muitos países.

Apenas (150) e (152) apresentam leitura cumulativa, enquanto (151) e (153) requerem que pelo menos um amigo do sujeito da sentença viva em vários países e que se tenha algum(ns) amigo(s) do enunciador exilado(s) em muitos países.

A reflexão crucial proposta pelo autor é que formas verbais participais também se flexionam para número, se assemelhando mais às formas verbais finitas que às formas verbais com gerúndio.

c. Mesmo:

De acordo com Ferreira (2010), o vocábulo ‘mesmo’ do PB pode ter tanto uma leitura anafórica como uma leitura que o autor chama de intra-grupo (*group-internal reading*, no original, em inglês). Essa leitura diz respeito a retomada de um grupo de indivíduos e não necessariamente a um indivíduo específico. Considere os exemplos fornecidos pelo autor (op. cit., p. 103):

(154) Maria trabalha em um projeto. João trabalha no mesmo projeto.

(155) João e Maria trabalham no mesmo projeto.

A sentença (154) é um exemplo do ‘mesmo’ anafórico, em que o vocábulo retoma o projeto já mencionado no discurso. Já (155) é um exemplo daquilo que o autor chama de leitura intra-grupo, que é quando ‘mesmo’ precisa se relacionar a um argumento que denote um grupo, tal como um DP coordenado, como ‘João e Maria’ no exemplo ou um definido plural, como ‘os empregados’. Do contrário, haveria apenas a leitura anafórica.

Analisando o comportamento dos nomes nus, com uma forma verbal no gerúndio, o autor constata que ‘mesmo’ pode disparar tanto uma leitura anafórica, como uma leitura intra-grupo, como exemplificada a seguir:

(156) Eu vi alunos trabalhando no mesmo projeto.

(157) Eu vi aluno trabalhando no mesmo projeto.

Quando, porém, os nomes nus atuam como argumento de formas verbais finitas, apenas o plural nu dispara a leitura de grupo interno, como constata o autor com os seguintes exemplos:

(158) Eu vi alunos que estavam trabalhando no mesmo projeto.

(159) Eu vi aluno que estava trabalhando no mesmo projeto.

Enquanto (158), possui tanto uma leitura anafórica, como a de grupo interno, (159) possui apenas a interpretação de que o que o enunciador da sentença viu foi que aquele estudante o qual foi mencionado anteriormente no discurso e que estava trabalhando num projeto.

De acordo com o autor, os dados até aqui expostos (itens a), b) e c), acima) exibem os seguintes padrões: (i) ocorre um bloqueio à interpretação “plural” do singular nu quando ele está sintaticamente relacionado a formas verbais que carregam a morfologia de número, como verbos finitos e participios; e (ii) a interpretação

“plural” do singular nu é autorizada quando ele está relacionado a formas verbais que não carregam morfologia de número, como o gerúndio.

Além disso, Ferreira (2010) considera que o traço de número (singular ou plural) é interpretado no nome⁴⁴. O autor segue a proposta de Krifka (1992) e Kratzer (2004) e assume que a denotação de um nome não flexionado é cumulativa e o papel do número é, então, restringir o domínio do nome, eliminando somas ou átomos, como sugere o Quadro (1) a seguir:

$$\begin{aligned} [[N-]] &= \{a, b, c, a\oplus b, a\oplus c, b\oplus c, a\oplus b\oplus c\} \\ [[N\text{-sg}]] &= \{a, b, c\} \\ [[N\text{-pl}]] &= \{a\oplus b, a\oplus c, b\oplus c, a\oplus b\oplus c\} \end{aligned}$$

Quadro (1): representação das denotações de um nome quando não flexionado e quando flexionados para singular e plural.

Em que ‘[[N-]]’ é a denotação de um nome não flexionado, nos termos do autor. O nome não flexionado apresenta tanto átomos como somas na sua extensão. Já ‘[[N-sg]]’ é a denotação de um nome flexionado com morfologia singular. Sua denotação é composta apenas por indivíduos atômicos. Por fim, ‘[[N-pl]]’ é a denotação de um nome flexionado com morfologia de número plural, que, por sua vez, é composto por um conjunto de somas mereológicas⁴⁵.

O autor defende que o traço de número, então, é interpretável nos nomes, mas não interpretável nos núcleos funcionais. Sendo assim, antes de ser enviados para a representação semântica, o traço de número não interpretável nos núcleos funcionais precisa ser apagado (ou checado) via concordância.

Assumidas essas premissas, o ponto central do autor é afirmar que, no PB, um nome comum pode entrar na derivação sintática sem o traço de número. A argumentação se sustenta no fato de que o singular do PB não apresenta morfologia abertamente, mas o plural apresenta.

⁴⁴ A assunção do autor se difere, pois, da proposta de Cyrino e Espinal (2015), para as quais o número é interpretado em D.

⁴⁵ De acordo com Blackburn (1994), Mereologia é “a lógica da relação entre as partes e o todo”. Já a soma mereológica de dois elementos pode ser entendida como “o todo que consiste em ambos, independente da sua distância, seja ele espacial ou de outro tipo”. Depreende-se da proposta de Ferreira (2010), que as somas mereológicas de [[N-]] são as somas dos elementos que formam o todo do conjunto, neste caso, os elementos $\{a\oplus b, a\oplus c, b\oplus c, a\oplus b\oplus c\}$.

Dado que não há morfologia de número aberta no PB, a alegação de Ferreira é que um nome como ‘menino’ é ambíguo porque pode denotar tanto o singular ([[N_{-sg}]]) como ser neutro para número ([[N-]]). Além disso, Ferreira afirma que apesar de os nomes serem semanticamente, em princípio, singulares ou neutros para número, a estrutura ao seu entorno pode impor uma especificação de número sobre o nome.

Considerando os dados apontados pelo autor, percebe-se que formas verbais finitas e participais parecem ser especificadas para número, enquanto formas verbais gerundivas não apresentam morfologia de número.

A linha de raciocínio de Ferreira (2010) será a de assumir que estes contextos verbais podem impor uma especificação sobre o singular nu ou, em outros termos, o autor assume que formas verbais flexionadas para número impõem como argumentos nomes flexionados para número, enquanto junto a formas verbais que não apresentam morfologia de número, o nome pode entrar na derivação sintática não especificado (ou subespecificado, nos termos do autor) para número.

Desta assunção, segue-se que as interpretações que demandam um argumento não-atômico não irão surgir em uma sentença contendo um singular nu envolvido com um verbo finito ou um particípio. Por sua vez, as interpretações que dispensam um argumento não-atômico irão ocorrer em sentenças com singular nu relacionado com uma estrutura verbal gerundiva; isso sustenta a afirmação inicial em que se sugere que o singular nu pode ser ora especificado para número, ora subespecificado.

Como se viu, a proposta do autor não se dedica especificamente a interpretações particulares do singular nu, como a referência à espécie, mas a um comportamento geral dos nomes nus singulares, em relação ao contexto discursivo que, em princípio, poderia ora especificá-lo para número, ora subespecificá-lo. Trata-se, portanto, de uma abordagem bastante diferente da que vínhamos discutindo até o presente momento e das que vou discutir a seguir, dado que delega ao predicado a faculdade de atribuir ao nome uma (não)especificação de número.

1.2.4.3 O singular nu denota a espécie:

A tese de que o singular nu no PB denota a espécie foi defendida, primeiramente, por Schmitt e Munn (1999), tendo como ponto de partida, os testes propostos por Carlson (1977b) para o inglês. Os autores defendem que o PB à diferença

das demais línguas românicas, apresenta distribuição e interpretação relativamente livres dos nomes nus nas posições argumentais, como sugerem os exemplos a seguir (cf. Schmitt e Munn 2002).

(160) Cachorros latem.

(161) João lê livros.

Em (160), temos um plural nu ‘cachorros’ na posição de argumento externo de um predicado de indivíduo ‘latir’, enquanto em (161), temos um plural nu ‘livros’ na posição de argumento interno de um predicado que também se aplica a indivíduos, ‘ler’. Ambas as sentenças podem apresentar uma leitura genérica, comportamento muito semelhante ao que ocorre no inglês.

A diferença no PB é a presença do singular nu, fenômeno não atestado nem no inglês nem nas demais línguas românicas. A distribuição do singular nu, segundo Schmitt e Munn (2002) parece ser igual à distribuição e interpretação do plural nu no inglês. Em (162), temos um singular nu ‘cachorro’ na posição de argumento externo de um predicado de indivíduo ‘latir’; já em (163), temos um singular nu ‘livro’ na posição de argumento interno de um predicado também de indivíduo ‘ler’, ambas sentenças com interpretação genérica.

(162) Cachorro late.

(163) João lê livro.

A única ressalva é que na posição pré-verbal de um predicado episódico, o singular nu não parece de todo aceitável, o que também não quer dizer que seja agramatical. Em (164) exemplifico essa estranheza do singular nu na posição pré-verbal de um predicado episódico, cotejando com o plural nu na mesma posição em (165). Em (166), a estranheza de (164) é desfeita porque o singular nu se encontra em posição de contraste (tópico contrastivo). Já em (167) a estranheza é desfeita porque o singular nu se encontra sob o escopo de um item focalizador. Por fim, em (168) e (169), o singular nu interage com advérbios de negação o que também desfaz a estranheza de (164).

(164) # Mulher discutiu futebol.⁴⁶

⁴⁶ Utilizaremos o símbolo ‘#’ diante de uma sentença quando ela apresentar alguma inadequação semântica ou pragmática.

- (165) Mulheres discutiram futebol.
 (166) Mulher discutiu futebol e homem discutiu política.
 (167) Só/até mulher discutiu futebol.
 (168) Mulher não esteve discutindo futebol.
 (169) Mulher não discutiu futebol ontem.

Como já mencionado anteriormente, Schmitt e Munn (2002) aplicaram os testes linguísticos propostos por Carlson (1977b) e mostraram que o singular nu e o plural nu do PB se comportam de maneira semelhante ao plural nu do inglês. Em outras palavras, Schmitt e Munn (2002) propuseram que o singular nu e o plural nu (i) apresentam escopo estreito com relação a outros elementos que entram em interação de escopo com eles e, portanto, só apresentam leitura opaca, como em (170) e (171) abaixo; e (ii) não apresentam interação de escopo com a negação, como em (172) e (173). Em (170) e em (172), temos um indefinido que interage com outros operadores e pode ter tanto leitura de escopo amplo, quanto de escopo estreito. Já em (171) e em (173), vemos que os nomes nus apresentam um comportamento diferente do indefinido singular. Essa é a evidência em que os autores se basearam para considerar o singular nu como denotando a espécie no PB, nos termos de Carlson (1977a) para o inglês.

- (170) Pedro quer encontrar um policial.
 a. $\exists x(\text{policial}(x) \ \& \ \text{Pedro quer encontrar } x)$ [Leitura transparente]
 b. Pedro quer $(\exists x)(\text{policial}(x) \ \& \ \text{Pedro quer encontrar } x)$ [Leitura opaca]
- (171) Pedro quer encontrar policial/policiais.
 a. $*\exists x(\text{policial}(x) \ \& \ \text{Pedro quer encontrar } x)$ [Leitura transparente]
 b. Pedro quer $(\exists x)(\text{policial}(x) \ \& \ \text{Pedro quer encontrar } x)$ [Leitura opaca]
- (172) João não viu uma mancha no chão.
 a. $\exists x(\text{mancha no chão}(x) \ \& \ \neg \text{João viu } x)$ [Leitura transparente]
 b. João viu $(\exists x)(\text{mancha no chão}(x) \ \& \ \neg \text{João viu } x)$ [Leitura opaca]
- (173) João não viu mancha/manchas no chão.
 a. $*\exists x(\text{mancha no chão}(x) \ \& \ \neg \text{João viu } x)$ [Leitura transparente]
 b. João viu $(\exists x)(\text{mancha no chão}(x) \ \& \ \neg \text{João viu } x)$ [Leitura opaca]

Os autores alertam, contudo, que entre o plural nu e o singular nu há diferenças que são dignas de nota. O singular nu não pode, por exemplo, ser tomado como um plural nu disfarçado e tampouco se comporta como os nomes de massa.

Schmitt e Munn retomam a observação feita por alguns sociolinguistas (cf. Naro (1981), Scherre e Naro (1991) e Scherre (1999)), de que o PB apresenta um comportamento variante para a marcação de plural e nesse sentido, os autores refutam a tese de que poderíamos tomar o singular nu como um fenômeno de “queda” da marcação de plural. Se esse fosse o caso, teríamos de esperar que em contextos onde o plural tende a ser fortemente marcado, não haveria queda, como nos exemplos de (174) a (176), em que a marcação de plural sofre uma mudança fonológica nas palavras ‘ovo/ovos’, ‘avião/aviões’ e ‘porco/porcos’. Esse, contudo, não é o caso.

(174) **Avião** grande não para nesse aeroporto.

(175) Ele encontrou **ovo** de tartaruga naquela praia.

(176) **Porco** selvagem é muito raro nessa região.

Os autores, portanto, defendem que o singular nu não pode ser tomado como um plural nu disfarçado, porque não ocorre a mudança fonética esperada para o contexto.

Outro comportamento distinto observado por Schmitt e Munn entre o singular nu e o plural nu diz respeito à interação de escopo com outros plurais, como observado por Partee (1985), para o plural nu do inglês. De acordo com Partee (1985), quando os plurais nus estão sob o escopo de outro plural, eles se comportam como um indefinido plural e apresentam três leituras distintas, conforme podemos observar em (177) abaixo:

(177) The students are looking for linguistics articles to present.

- a. Os estudantes estão procurando por artigos de linguística em geral.
- b. Existem alguns artigos de linguística em específico que os estudantes estão procurando.
- c. Para cada estudante, tem um artigo de linguística que ele está procurando.

O singular nu do PB somente apresenta a leitura de escopo mais estreito, conforme podemos observar em (179), enquanto o plural nu, em (178) apresenta as três leituras de (177).

- (178) Os estudantes estão procurando por artigos de linguística para apresentar.
- a. Os estudantes estão procurando por artigos de linguística em geral.
 - b. # Existem alguns artigos de linguística em específico que os estudantes estão procurando.
 - c. Para cada estudante, tem um artigo de linguística que eles estão procurando.
- (179) Os estudantes estão procurando por artigo de linguística para apresentar.
- a. Os estudantes estão procurando por artigos de linguística em geral.

O exemplo em (179) mostra que o singular nu no PB parece se comportar da mesma maneira que um nome de espécie verdadeiro, tal como descrito por Carlson (1977a,b), se comportaria nessa situação, enquanto o plural nu do PB se comporta como o plural nu do inglês.

Schmitt e Munn (2002) também afirmam que o singular nu tem um comportamento diferente do nome de massa nu, porque o primeiro permite individualização e o segundo não, conforme podemos ver nos exemplos (180) e (181) a seguir:

- (180) *Ouro pesa duas gramas.
 (181) Criança pesa 20kg nessa idade.

Em (180), segundo a intuição dos autores, um nome de massa não pode ser argumento de um predicado de medida, porque o nome de massa não permite individualização; já (181) é considerada uma boa sentença, porque o nome contável pode distribuir sua denotação sobre átomos.

Esse comportamento distinto do plural nu e do nome de massa nu é tomado pelos autores como uma evidência de que o singular nu merece uma explicação distinta da dos demais nomes nus.

Os autores defendem duas premissas básicas para o singular nu no PB: (i) são DPs e, (ii) como o inglês, apresentam o mesmo D fraco e vazio. Isso significa que Schmitt e Munn derivam a sua explicação a partir da proposta de Longobardi (1994). Além disso, os autores assumem que o singular nu não tem projeção de número, ao contrário do plural nu que apresenta marcação morfológica de plural. Nesse sentido, o singular

nu é compreendido como um nome neutro para número, podendo ser retomado tanto por uma anáfora plural, quanto singular. Por não haver a projeção de número, o singular nu denota a espécie dado que, segundo os autores, há uma conexão natural entre a ausência de número e a denotação da espécie.

Schmitt e Munn rejeitam a proposta de Chierchia (1988), porque para este a referência à espécie é indiferente à distinção singular/plural, mas não pode ser construída sobre a singularidade. Já se cogitou que, se um nome não é nem singular, nem plural, então se assemelha a um nome de massa, mas Schmitt e Munn (2002) afirmam que os dados do PB fornecem uma evidência contrária para essa visão, porque o singular nu mantém algumas propriedades de nomes contáveis. Para dar conta de explicar por que o singular nu denota a espécie, os autores assumem a proposta de Link (1983) de que a distinção entre massa e contável está na denotação do nome. Eles assumem, também, que o NumP é responsável por transformar um NP em singular ou plural. Nesse sentido, para os autores, se não há número envolvido, como é o caso do singular nu, a denotação do nome é formada tanto por átomos como por pluralidades de átomos. Se a denotação de pluralidade de átomos está disponível, o operador *down* de Chierchia pode se aplicar e devolver um indivíduo espécie. No caso do plural nu e de nome de massa nu, eles podem denotar a espécie, porque o operador *down* pode se aplicar diretamente a eles, depois de sofrerem uma operação de pluralização e de massificação, respectivamente.

Outra proposta que defende que o singular nu denota a espécie é a de Pires de Oliveira e Rothstein (2011). Essa proposta, no entanto, é mais radical. Para elas, independentemente da posição em que o singular nu estiver, ele sempre denotará a espécie, porque o singular nu tem o mesmo comportamento do nome de massa nu, ao contrário do que defendiam Schmitt e Munn (2002). Para Pires de Oliveira e Rothstein, o singular nu não tem o mesmo comportamento que o plural nu, porque este denota tanto átomos quanto pluralidades, enquanto aquele não.

A linha de argumentação com que as autoras sustentam essa hipótese é a seguinte: o singular nu tem o mesmo comportamento de um nome de massa nu (com átomos, isso é, com nomes que permitem uma atomização da massa, como 'móvel', por exemplo). Se um nome de massa nu denota a espécie, gênero ou substância e se o

nome nu contável se comporta como o nome de massa nu, então o nome nu contável também denota a espécie, gênero ou substância.

Pires de Oliveira e Rothstein concordam que, de fato, não é possível comparar os nominais nus de (180) e (181) acima, porque enquanto o primeiro carece de átomos, o segundo é prototipicamente atômico. A régua de comparação entre um nome de massa e um nome contável é a atomicidade: se comparamos um nome contável seja ele atômico (como ‘criança’) ou não atômico (como ‘cerca’) com um nome de massa atômico, veremos que as distribuições desses nomes muito mais se parecem do que se diferenciam. As autoras fornecem cinco contextos em que elas entendem que os nomes de massa e o singular nu se assemelham, quais sejam: (i) posição de objeto de predicado *K-level*; (ii) posição de sujeito de um predicado *S-level* e *I-level*; (iii) posição de objeto de um predicado disposicional, como ‘gostar’; (iv) iteração de escopo; (v) interação com a perfectividade.

(i) *Posição de sujeito e objeto de predicados K-level:*

Para as autoras, a distribuição e interpretação do singular nu e do nome de massa nu são iguais tanto na posição de sujeito quanto na posição de objeto de um predicado de espécie, conforme ilustram as sentenças a seguir. Em (182) e (185), temos um plural nu na posição de sujeito de um predicado de espécie cuja interpretação pode ser de espécie e de subespécie. Em contraste, no caso do singular nu, sentenças (183) e (186) e do nome de massa nu, sentenças (184) e (187) a única interpretação possível é a de espécie/substância:

- | | | |
|-------|--|--|
| (182) | Baleias estão em extinção. | [✓ Espécie; ✓ Subespécie] ^{47/48} |
| (183) | Baleia está em extinção. | [✓ Espécie; *Subespécie] |
| (184) | Petróleo é abundante. | [✓ Espécie; * Subespécie] |
| (185) | Computadores foram inventados por Babbage. | [✓ Espécie; ✓ Subespécie] |
| (186) | Computador foi inventado por Babbage. | [✓ Espécie; *Subespécie] |

⁴⁷ Os exemplos de (182) a (189) são extraídos diretamente do texto de Pires de Oliveira & Rothstein (2011).

⁴⁸ A leitura de subespécie é aquela que corresponde à interpretação de ‘tipos de’. Assim, um nome como ‘baleias’ pode ser interpretado tanto como se referindo à espécie como um todo, mas também à subespécies, isto é, à subclasses de baleias, como a ‘baleia azul’ ou a ‘baleia franca’, por exemplo.

(187) Plástico foi inventado pelos ingleses. [✓ Espécie; *Subespécie]

Também na posição de objeto, a distribuição e interpretação do plural nu são divergentes das do singular e do nome de massa nus. O primeiro permite apenas leitura de subespécie, enquanto os dois últimos são agramaticais.

(188) Babbage inventou computadores. [* Espécie; ✓ Subespécie]

(189) *Babbage inventou computador.

(190) *Ingleses inventaram plástico.

(ii) *Posição de sujeito de predicado S-level e I-level:*

Com predicados *S-level*, tal como o predicado ‘are available’, proposto por Diesing (1982), as autoras também sugerem que, enquanto o plural nu na sentença (191), é ambíguo entre uma leitura de espécie e subespécie (ou de espécime/taxonômica), o singular nu na sentença (192) e o nome de massa nu na sentença (191) apenas apresentam leitura de espécie.

(191) Bombeiros são disponíveis. [✓ Espécie; ✓ Espécime]

(192) Bombeiro é disponível. [✓ Espécie; * Espécime]

(193) Petróleo é disponível.⁴⁹ [✓ Espécie; * Espécime]

Também com um predicado de indivíduo, como ‘ser inteligente’, o plural nu pode ter uma interpretação de espécie e de espécime, sentença (194), mas o singular nu apenas pode ter uma interpretação de espécie, sentença (195).

(194) Bombeiros são inteligentes. [✓ Espécie; ✓ Espécime]

(195) Bombeiro é inteligente. [✓ Espécie; * Espécime]

(iii) *Posição de objeto de um predicado disposicional:*

Na posição de objeto de um predicado disposicional como ‘gostar’, o singular nu e o nome de massa nu (respectivamente sentenças (196) e (197)), apresentam

⁴⁹ As sentenças de (191) a (193), para mim, fora de um contexto muito específico, são inaceitáveis. Mantive aqui os exemplos das autoras a título de ilustração do fenômeno. Se, porém, trocarmos o verbo ‘ser’ para ‘estar’, outra tradução possível para a sentença ‘firemen are available’, do original em inglês, a aceitabilidade da sentença é assegurada. O problema é que talvez as autoras decidiram usar o ‘ser’ ao invés do ‘estar’ porque o primeiro é, claramente, um predicado de indivíduo. Já o segundo, pode ser tomado como um predicado de estágio.

comportamento e interpretação semelhantes, enquanto divergem do plural nu (sentença (198)), no que tange à interpretação. Enquanto os primeiros não apresentam leitura taxonômica, este último é ambíguo entre uma leitura de espécie e de subespécie.

- | | | |
|-------|--------------------------|--------------------------|
| (196) | João gosta de cachorro. | [✓ Espécie; * Espécime] |
| (197) | João gosta de suco. | [✓ Espécie; * Espécime] |
| (198) | João gosta de cachorros. | [✓ Espécie; ✓ Espécime] |

(iv) *Iteração de escopo:*

Como já dito, um nome de espécie tende a sempre ter escopo mais estreito em relação a outros quantificadores, de acordo com Partee (1985), segundo a qual (199) abaixo possui três interpretações.

- (199) Os alunos estão procurando artigos de linguística para apresentar.⁵⁰

Essas três leituras dizem respeito à interação de escopo entre o plural nu e os demais itens que podem apresentar interação de escopo na sentença, como apontado anteriormente. Pires de Oliveira e Rothstein (2011) retomam a abordagem proposta por Partee e Carlson sobre as interpretações dessa sentença e afirmam que na leitura de escopo mais estreito, os estudantes, como um grupo, estão procurando por um tipo de coisa específica, isso é, artigo de linguística. Nas outras duas leituras o plural nu funciona como um operador que realiza uma distribuição sobre os indivíduos. O que distingue essas duas interpretações, é uma diferença de escopo estreito e de escopo amplo. Na interpretação de escopo amplo, a leitura é de que existem artigos de linguística que os estudantes estão procurando, seja individual ou coletivamente. Na leitura de escopo estreito, cada estudante está procurando por algum, talvez diferente, conjunto de artigos.

No que se refere ao singular nu, sentença (200), e o nome de massa nu, sentença (201), a única interpretação possível nesse mesmo contexto é a de espécie/substância.

- | | |
|-------|---|
| (200) | Os alunos estão procurando artigo de linguística para apresentar. |
| (201) | Os alunos estão procurando suco para beber. |

⁵⁰ No original, em inglês: *The students are looking for linguistics articles to present.*

Ou seja, as sentenças (200) e (201) apresentam apenas a leitura de escopo mais estreito, no qual o singular nu e o massivo nu estão sob o escopo do sintagma nominal ‘os alunos’.

(iv) Interação entre os nominais nus e perfectividade:

Como descrito por Schmitt e Munn (2002), o singular nu pode ocorrer em todas as posições argumentais do PB, mas apresenta restrições quando ocorre na posição de sujeito de predicados episódicos. Se o singular nu não estiver num contexto de lista, sob o escopo de um item focalizador, sob o escopo de uma negação ou focalizado, como exemplificado anteriormente nas sentenças de (166) a (169), aparentemente sua ocorrência nessa posição não é autorizada. Essa restrição não se aplica aos plurais nus, conforme contrastam as sentenças (181) e (182) a seguir:

(202) #Menino jogou bola.⁵¹

(203) Meninos jogaram bola.

Pires de Oliveira e Rothstein afirmam que o contraste entre (202) e (203) é relacionado ao aspecto perfectivo, porque quando se utiliza um aspecto imperfectivo, a restrição desaparece, conforme ilustram (204) e (205):

(204) Menino jogava bola.

(205) Meninos jogavam bola.

As autoras também afirmam que essa mesma restrição se aplica aos nomes massivos. Combinado com um predicado perfectivo (como em (206)), o nome de massa é restrito a um contexto de foco ou lista, como o nominal nu. Já combinado com um imperfectivo, como na sentença (207) a restrição desaparece.

(206) #Cerveja custou caro.

(207) Cerveja custava caro.

Mais uma vez as autoras sustentam que tanto em (204) como em (206), a única interpretação possível para o singular nu e para o nome de massa nu é de espécie, enquanto o plural nu da sentença (205) pode ter além da interpretação de espécie, uma interpretação de subespécie.

⁵¹ Os exemplos de (202) a (210) foram extraídos de Pires de Oliveira e Rothstein (2011).

As autoras, por fim, consideram um contexto em que tanto o singular nu quanto o nome de massa nu podem ser combinados a um predicado com aspecto perfectivo, a saber, quando o predicado verdadeiramente expressa uma relação entre um evento e a espécie, como nas sentenças abaixo.

- (208) Cavalo entrou no Brasil com os portugueses.
 (209) Arroz entrou no Brasil com a imigração japonesa.
 (210) Cavalos entraram no Brasil com os portugueses.

Pires de Oliveira e Rothstein afirmam que quando proferido o singular nu ou o nome de massa nu nesse contexto, o predicado conta como um evento da espécie mesmo que tenha sido um único indivíduo ‘cavalo’ ou uma única sementinha de arroz que chegou ao Brasil com os portugueses ou japoneses. Já quando se utiliza o plural nu, além da leitura de espécie é possível ter uma leitura existencial.⁵²

Com base nessas constatações, as autoras sugerem, então, que o singular nu do PB é como um nome de massa. Na formalização da proposta, elas postulam que existe um nome raiz (N_{root}), isto é, um nome na sua forma primitiva, e que esse nome raiz é do tipo $\langle e,t \rangle$, não podendo, portanto, ocupar uma posição argumental. Mas este problema é contornado mediante uma operação de *type-shifting*. A predição das autoras é, a esse respeito, a mesma da de Schmitt e Munn: o singular nu é gerado pela aplicação do operador \cap sobre o nome raiz N_{root} . Na proposta das autoras, o resultado dessa operação, diferente do que fora afirmado por Schmitt e Munn, nos fornece a entidade maximal (\sqcup_M), de uma determinada situação ou mundo para todo mundo possível (λw) e é nesse sentido que um singular nu denota a espécie, classe, gênero ou substância. Assim, Pires de Oliveira e Rothstein (2011) oferecem a seguinte formalização:

$$(211) \quad \cap N_{root} = \lambda w. \sqcup_M (N_{root,w})$$

As autoras assumem, seguindo Rothstein (2010a,b), que todos os nominais são interpretados como uma estrutura booleana simples⁵³, isso é, um conjunto de partes somadas não fixos para uma variável. Em outras palavras, o nome raiz denota um reticulado, sem delimitação de átomos semânticos, embora possa haver átomos

⁵² Como veremos mais adiante, isso se dá porque para as autoras, o singular nu sempre denota a espécie e, nesse sentido, força o predicado a ser interpretado como um evento relacionado à espécie.

⁵³ Sobre a estrutura booleana, remeto o leitor à nota 37 deste trabalho.

naturais⁵⁴. De acordo com Pires de Oliveira e Mariano (2011), uma forma de entender o que é este nome raiz é

[...] pensar que todas as coisas são massa, matéria, e elas permitem diferentes organizações de partes que não precisam coincidir com os átomos naturais. O nome raiz *Menino_{raiz}* denota tanto um reticulado formado pelos átomos naturais de menino quanto pedaços de meninos que não são atômicos, porque essa é uma organização possível da matéria menino. (PIRES DE OLIVEIRA E MARIANO, 2011, p. 3746)

Um nome raiz, contudo, nunca é realizado lexicalmente nas línguas naturais. Serve apenas como suporte para operações semânticas. Ele precisa ser necessariamente plural, dado que o operador \cap só se aplica a pluralidades, ou melhor a predicados que tenham a propriedade de serem cumulativos⁵⁵. \sqcup_M , então, é tomado como a soma de uma operação sobre massa. Como massa é compreendido como uma propriedade cumulativa, então, o operador \cap pode se aplicar a um nome raiz e gerar a denotação do singular nu.

Retornando ao caso do nome raiz, uma vez que ele não se realiza nas línguas, uma outra operação é necessária para gerar um nome de massa: ele é derivado pela aplicação do operador MASS ao nome raiz e, por conseguinte, deriva também a espécie associada ao nome raiz. Nesse sentido, o nome de massa também denota a espécie.

$$(212) \quad N_{\text{mass}} = \text{MASS}(N_{\text{root}}) = (\cap N_{\text{root}}) = \lambda w. \sqcup_M (N_{\text{root},w}). \text{ A extensão do nome de massa é, então, } \text{MASS}(N_{\text{root}})(w_0)$$

Para um uso predicativo de um nome massivo, a função \cup é requerida. Quando o operador \cup é aplicado à espécie, ele devolve o conjunto dos indivíduos da espécie, num determinando mundo.

A proposta das autoras, então, se distancia das demais propostas aqui apresentadas no sentido de assumir uma única (e radical) interpretação possível para o singular nu, a saber, a de espécie. Para Pires de Oliveira e Rothstein (2011), o singular

⁵⁴ A ideia das autoras é que o nome raiz denota um reticulado, sem acesso aos átomos semânticos (indivíduos 'a', 'b', 'c') da estrutura booleana, mesmo que um nome como 'menino_{RAIZ}' possa 'pescar' no mundo, distintos indivíduos menino (seus átomos naturais).

⁵⁵ Nos termos de Pires de Oliveira (2014, p. 39), "um predicado é cumulativo se sempre que ele se aplica a um indivíduo plural, ele também se aplica à soma desse indivíduo com outro. Por exemplo, se 'cadeiras' denota o indivíduo plural formado por duas cadeiras e somamos este indivíduo com outro formado por três cadeiras, continuamos a ter 'cadeiras'. O mesmo pode ser dito sobre 'água': uma porção de água mais uma porção de água é uma porção de água. Veja que predicados singulares não são cumulativos, afinal uma cadeira mais uma cadeira não é uma 'cadeira', mas 'cadeiras'."

nu e o nome de massa nu têm o mesmo comportamento, portanto ambos podem ser tomados como nomes que fazem referência à espécie.

Expostas as teorias que discutem o fenômeno na língua sobre a qual este trabalho se debruça, estamos aptos agora a assumir o pressuposto teórico que norteará esta tese. É o que faço no capítulo seguinte.

2. DO QUE SE ASSUME NESTE TRABALHO:

Até agora esbocei o estado da arte das discussões envolvendo a genericidade nas línguas naturais e, particularmente, a genericidade-D no PB. O objetivo do primeiro capítulo era o de traçar o esqueleto da gramática do falante adulto do PB no que concerne à genericidade-D. Busquei explicar como são e como interagem a sintaxe e a semântica das expressões que fazem referência à espécie no PB; nesse sentido, procurei responder às seguintes questões: a) quais são as categorias sintáticas das expressões que fazem referência à espécie; b) qual é a denotação dessas expressões; c) qual é a forma *default* de se referir à espécie no PB. Expus diferentes propostas teóricas da literatura, mas não assumi nenhuma posição até o presente momento. A partir de agora, contudo, gostaria de responder a esses questionamentos da seguinte maneira: (i) a categoria sintática das expressões que fazem referência à espécie é DP; (ii) o singular nu também é uma expressão que faz referência à espécie e, portanto, possui o tipo semântico *e*, modificado via *type-shifting*; (iii) não há projeção de número envolvida na denotação da espécie *e*, portanto, não há projeção de número na estrutura sintática nem do definido singular genérico nem do singular nu; (iv) embora o definido singular seja a forma *default* de referência à espécie no PB, parece que há uma tendência natural a se utilizar um singular nu quando se quer fazer referência à espécie, de maneira não ambígua.

Vou desenvolver melhor estas assunções teóricas nas sessões que seguem.

2.1 O singular nu denota a espécie:

Até agora, neste trabalho, vimos que denotar a espécie parece ter algo a ver com propriedades que se aplicam a um determinado grupo de entidades que poderiam ser tomadas como uma única entidade, a entidade-espécie. Gostaria, no entanto, de discutir melhor o que efetivamente se quer entender por ‘denotar a espécie’ neste trabalho.

Linguisticamente, a discussão vem de Carlson (1977), que propõe que na nossa ontologia existem indivíduos-objeto e indivíduos-espécie. Indivíduos-espécie

corresponderiam à classe de indivíduos que tenham propriedades em comum e que sejam referidos por um mesmo nome. O teste proposto por Carlson (1977) para saber se um nome denota a espécie é aplicá-lo a um predicado *K-level*, isto é, predicados que apenas selecionam uma classe de indivíduos. Assim, em havendo dúvidas se um nome denota ou não a espécie, a solução proposta por Carlson (1977) é associá-lo a um predicado como ‘estar extinto/em risco de extinção’, ‘ser raro’, ‘estar desaparecendo’, ‘estar acabando’, etc. Se a combinação gerar uma sentença nesta língua, então estamos diante de um nome que denota a espécie.

Mas é preciso deixar claro que o que entendo por referência à espécie não é o mesmo que denotar espécies bem estabelecidas. Parece intuitivo que expressões como ‘o gato’, ‘o cachorro’ e ‘o cavalo’ associadas a um predicado *K-level* possam denotar a espécie. O mesmo não se aplica, contudo, a expressões como ‘o petróleo’, ‘o ouro’, ‘a lama’, ‘mesa’, ‘sofá’, ‘celular’, ‘caderno’ ou ‘garrafa’, porque fariam parte de outras classes de indivíduos como substâncias ou artefatos, por exemplo.

O termo *kind* não reflete precisamente a natureza daquilo que estamos concebendo por *espécie* neste trabalho, porque para além das espécies naturais e bem estabelecidas, o termo também se refere a substâncias, como ‘água’ e ‘leite’, por exemplo, além de artefatos e objetos, como ‘livro’, ‘mesa’, ‘cadeira’ etc. Seria mais adequado retomar a terminologia clássica proposta por Aristóteles para a definição das categorias e chama-lo de *γένος*, o que, muito grosseiramente, corresponderia ao termo *classe* ou *gênero* em português, justamente para se evitar a ideia de que *kind* se refira exclusivamente a espécies bem estabelecidas. O caminho que faço, então, é o de discriminar dois tipos de *espécie*: a natural, que corresponde ao nome que se dá a determinados grupos de indivíduos que compartilham propriedades em comum e a linguística que, além de nomear o grupo de espécies naturais, envolve também as substâncias e os artefatos.

Os predicados de espécie que encontramos na língua tais como ‘estar extinto/em risco de extinção’, ‘crescer em número’, ‘estar espalhado pelo mundo’, ‘alastrar-se’ etc., majoritariamente se aplicam às espécies naturais, como ‘mamute’, ‘lobos’, ‘cupim’, ‘soja’ etc. Também não é difícil encontrar alguns predicados, como ‘ser abundante’, ‘estar acabando’, ‘ser raro’ e ‘ser escasso’ que poderiam se associar a substâncias, como ‘petróleo’, ‘ouro’, ‘água’ etc. Quando, porém, tentamos encontrar

predicados de espécie que se associariam a artefatos, o único que a literatura reporta é o predicado ‘ser inventado’. As demais predicções que se poderia efetuar em referência à classe dos artefatos seria, pois, por meio de predicados de indivíduos, como ‘ser feito de madeira’, ‘ser um eletrodoméstico’, ‘ser um móvel’, etc.

Além disso, é preciso esclarecer que se referir linguisticamente à espécie independe da extensão dos indivíduos no mundo: denotar a espécie não diz respeito ao conjunto de objetos a que o termo se refere no mundo ou ao conjunto de entidades que uma expressão linguística poderia “pescar” num determinado contexto. Trata-se, ao contrário, de um fenômeno intensional, isto é, um fenômeno que tem a ver com o sentido inerente da expressão, com o conceito que determinado objeto evoca, com o pensamento que subjaz à expressão, com a proposição. Denotar a espécie, então, não diz necessariamente respeito à instanciação de átomos naturais, de indivíduos em particular ou mesmo de soma de indivíduos num determinado contexto, mas sim com a abstração de um átomo semântico, de um arquétipo, de um gênero, no sentido aristotélico ou, nos termos de Carlson (1977), ao indivíduo-espécie.

É neste sentido que digo que um singular nu denota a espécie. Isso quer dizer que tal sintagma nominal não seleciona um, dois ou muitos indivíduos no mundo. Mais do que isso: o que o singular nu denota é o indivíduo enquanto classe, isto é, a soma das propriedades que se atribui a um determinado objeto. Considere, por exemplo, as sentenças a seguir:

- (1) Tem **criança** na sala.
- (2) **Cachorro** late.
- (3) **Mulher** discutiu futebol ontem na festa.
- (4) **Dinossauro** está extinto.
- (5) A Maria comeu **maçã**.
- (6) O João adora **maçã**.

Não importa quantas e nem quais crianças há na sala, quantas ou quais mulheres discutiram futebol ontem na festa ou quantas e quais maçãs o João adora ou ainda se foi um pedaço, uma porção, uma cesta ou um purê de maçã que a Maria comeu. Também não é relevante se se trata de um ou uma quantidade razoável de cachorros que latem ou ainda se é um dinossauro ou o conjunto de todos os dinossauros que está extinto. O que as expressões em negrito denotam é a soma das propriedades que advêm

da essência daquilo que o predicado significa. Ou seja, o predicado ‘mulher’ consiste no conjunto dos indivíduos que são mulheres. Já o sintagma nominal nu ‘mulher’ consiste no conjunto das propriedades advindas da essência do predicado ‘mulher’, isto é, é o conjunto das propriedades que classifica tal indivíduo enquanto mulher. É neste sentido que o singular nu denota a espécie e é por esta razão que as sentenças de (1) a (6) podem ser usadas para descreverem contextos em que haja um, dois, um purê ou uma quantidade razoável de indivíduos, dado que, na verdade, a denotação desta expressão nominal é a classe, a espécie. Assim, o singular nu poderia ser usado, em princípio, em contextos que a literatura chamaria de referencial, existencial e plural e de fato parece ser esse o caso. A grande questão, no entanto, é que sua denotação é essencialmente a de espécie, podendo atuar nestes contextos não com uma interpretação de um indivíduo específico ou de que existe pelo menos um ou ainda que há uma soma de indivíduos no contexto, mas que tais indivíduos contam como representantes da espécie. Sigo, pois, a proposta radical de Pires de Oliveira e Rothstein (2011) de que mesmo em contextos existenciais, como em (7), a seguir, o singular nu denota a espécie.

(7) Tem goiaba_i na geladeira. Pega duas_i pra mim.

A retomada do nome de espécie pelo numeral ‘duas’ é autorizada porque na denotação de ‘goiaba’, podem ocorrer instanciações de indivíduos: pode-se, por exemplo, pegar dois indivíduos que contam como representantes da espécie ‘goiaba’, dois indivíduos indefinidos. Não se trata, pois, daquele indivíduo específico ‘goiaba’ branca que está na porta da geladeira ou daquele indivíduo ‘goiaba’ vermelha que está na caixa de resfriamento rápido, mas de representantes da espécie.

Assumo não apenas que o singular nu denota a espécie⁵⁶ como também que não há projeção de número na referência direta à espécie (BORIK e ESPINAL, 2015). Por não haver projeção de número na sua estrutura sintática a nomenclatura ‘singular’ parece soar equivocada, uma vez que não se poderia dizer que o singular nu seja de fato singular ou plural. Por conveniência, contudo, vou continuar utilizando a

⁵⁶ Em assumindo que o singular nu denota a espécie no PB, assumo também os testes linguísticos que os pesquisadores propuseram no capítulo anterior que verificariam esta possibilidade de referência à classe.

nomenclatura tradicional ‘singular nu’ neste trabalho, alternando-a com o termo que considero mais adequado para nomear tal sintagma: nominal nu.

Cabe-me, contudo, fazer uma ressalva: não refuto a possibilidade de que o singular nu, esporadicamente, faça referência à outra coisa que não seja a espécie⁵⁷, e tampouco irei discutir essa possibilidade aqui, porque foge ao escopo deste trabalho, mas o que assumo é que a denotação *default* do nominal nu é a de espécie⁵⁸. Assim, de imediato, descarto a proposta de Müller (2000, 2002a,b 2003, etc.) por dois motivos: porque para a autora, (i) o singular nu não pode denotar a espécie; e (ii) porque para que um singular nu tenha interpretação genérica, ele precisa ocupar a posição de tópico sentencial.

Como, na minha intuição, uma sentença como (8) é perfeitamente possível no PB e como não há razões para acreditar que o nominal nu na posição pré-verbal dessa sentença esteja na posição de tópico, não há como seguir adiante com a proposta de Müller neste trabalho.

(8) Dinossauro está extinto.

Assumo que a estrutura sintática de uma sentença como (8), é basicamente a de uma mini-orção (MO, de agora em diante), em que há uma relação predicativa, como ‘estar extinto’ e um DP relevante como sujeito desta relação (cf. KATO, 2007). Neste tipo de estrutura, de acordo com Kato e Mito (2009, p. 31) “a relação temática [entre os argumentos] se manifesta dentro do complemento dos verbos de ligação” (Grifo meu). Isso quer dizer que é o predicativo ‘extinto’ que s-seleciona o argumento que atuará como seu sujeito⁵⁹. Em (8’), ilustro simplificadamente, o alçamento do

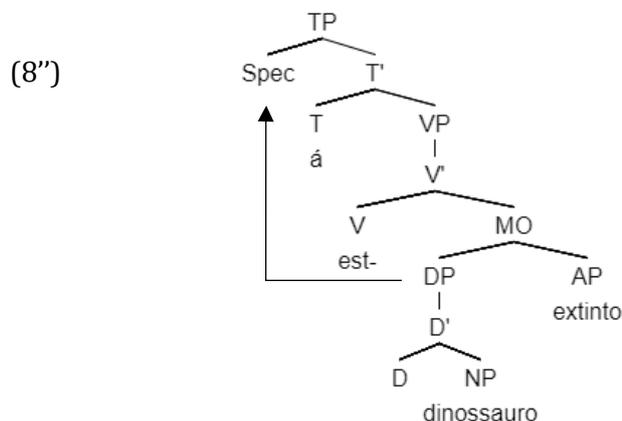
⁵⁷ Remeto o leitor à tese de Wall (2017) para uma análise detalhada sobre os distintos tipos de interpretação que o singular nu pode receber no PB.

⁵⁸ A despeito do que afirmo, é possível encontrar exemplos de singular nu com leitura específica em *leeds* de jornais, como em ‘Homem é morto com tiro na cabeça no Parque Ribeirão Preto’, mas argumento que esse tipo de construção é restrito a esses contextos, de modo que não o levarei em consideração nesse trabalho. Esse tipo de omissão do D também ocorre em línguas cuja presença, nesse contexto, seria obrigatória, como o espanhol, por exemplo.

⁵⁹ Esta seria uma das evidências sintáticas para sustentar que, na verdade, a genericidade-D não existe senão em função da relação entre o predicado e o DP que é, por ele, s-selecionado, o que a rigor poderia desfazer a distinção entre uma genericidade proveniente do DP e outra proveniente da sentença. Não é o que defendo nesta tese por duas razões: a primeira é que apesar de o predicado estar numa relação com a espécie é o DP quem “nomeia”, por assim dizer, a espécie no mundo. É o DP quem seleciona no mundo a espécie. Além disso, como já dito, assumo que o singular nu denota diretamente a espécie no PB, independentemente do predicado com o qual está associado. Em função desses dois fatos, vou manter a distinção tradicional entre uma genericidade oriunda do DP e uma genericidade oriunda do aspecto verbal (IP).

sujeito da MO para a posição de SpecTP da sentença matriz. Já em (8''), trago a representação arbórea da sentença (8).⁶⁰

(8') [TP Dinossauro_i [VP está [MO ~~dinossauro~~_i extinto]]]



Em que 'AP' está por *Adjectival Phrase*, 'VP', por *Verbal Phrase*, e 'TP', por *Tense Phrase*. Note-se que nesta configuração, o material do DP sujeito 'dinossauro' é gerado na base da estrutura predicativa (do sintagma adjetival), porque é ela quem s-seleciona o seu argumento.

Assumindo-se os pressupostos do modelo gerativo, os quais não cabem uma pormenorização nesta tese, a posição de sujeito é sempre preenchida, seja por movimento ou por um expletivo. Este princípio é conhecido por **EPP – Princípio da Projeção Estendida**, sigla em inglês. No intuito de satisfazer as condições impostas pelo EPP e, dentre outras coisas, para checar Caso nominativo, é preciso que o material do DP sujeito da MO se mova para a posição de SpecTP, porque é nesta posição que ocorre a atribuição de Caso nominativo no PB. Esse movimento está ilustrado, em (8''), pela seta ligando o material do DP ao SpecTP.

Nem toda sentença contendo uma genericidade-D, contudo, se constrói da mesma maneira que (8). Sentenças como (9) e (10), por exemplo, não apresentam a estrutura de uma MO. Em (9), o DP sujeito 'abelha' é originado como argumento externo do verbo 'infestar', complemento do sintagma gerundivo (GerP) e,

⁶⁰ Possuem também a estrutura de uma mini-orção, as seguintes sentenças:

- (i) [TP Leite [VP é [MO ~~leite~~ raro][PP no deserto]]]
- (ii) [TP Petróleo [VP é [MO ~~petróleo~~ abundante]]]
- (iii) [TP Rato [VP está [MO ~~rato~~ espalhado] [PP pelo mundo]]]

posteriormente, alçado à posição de SpecTP. Já em (10) é o argumento interno do verbo ‘desaparecer’ que é alçado à posição de SpecTP, recebendo Caso nominativo e tornando-se o sujeito da sentença. Estes movimentos estão simplificadaamente representados em (9’) e (10’), respectivamente.

(9) Abelha está infestando o jardim.

(9’) [TP Abelha [VP está [GerP [VP [DP ~~abelha~~] infestando [DP o jardim]]]]

(10) Onça está desaparecendo da floresta.

(10’) [TP Onça [VP está [GerP [VP desaparecendo [DP ~~onça~~] [PP da floresta]]]]

Em (9), estamos diante de um verbo como ‘estar’, cujo complemento é preenchido por um sintagma gerundivo (GerP). Este sintagma, por sua vez, possui como complemento um sintagma verbal (VP) que admite dois argumentos, um interno e outro externo. Um argumento externo, por princípio, é o candidato ideal a ser alçado à posição canônica de sujeito (SpecTP). Assim, o DP sujeito ‘abelha’, que é originalmente argumento externo do verbo ‘infestar’ é alçado à posição de SpecTP para, dentre outras coisas, satisfazer o EPP e checar Caso nominativo.

Já em (10), ‘estar’ seleciona também um sintagma gerundivo (GerP), só que desta vez o gerundivo é complementado por um VP que admite apenas um argumento, o interno. É este o argumento que será alçado à posição de SpecTP para checar caso e satisfazer o EPP.⁶¹

Não há, portanto, necessidade de postular um movimento de subida à posição de tópico ou a uma posição A-barra, como desejam Müller (2000, 2002, 2004) e Cyrino e Espinal (2015) para o singular nu na posição pré-verbal, porque não há um comportamento extraordinário para os sujeitos de sentenças contendo uma genericidade-D: eles se originam, em geral, numa posição mais baixa da sentença – ou como sujeito de uma MO ou como argumento externo/interno de um verbo que está numa posição de complemento de outro verbo, como ‘ser’ ou ‘estar’ – e , posteriormente, são alçados à posição de SpecTP, porque esta é a posição canônica dos sujeitos no PB.

Quanto às sentenças que apresentam uma genericidade-I, como (11), abaixo, tampouco assumo que o nominal nu precisa subir à posição de tópico para obter uma

⁶¹ Nesta mesma perspectiva, de uma maneira mais simples, poderíamos assumir que, na verdade, é o verbo principal quem seleciona seus argumentos e o verbo auxiliar é gerado diretamente em T.

interpretação genérica, como postula Müller (2000, 2002a,b; 2003). Também não há razões para crer que o nominal *nu* está numa posição deslocada à periferia esquerda da sentença, como propõem Cyrino e Espinal (2015).

(11) Cachorro late.

Sustento que o singular *nu* ‘cachorro’, em (11), surge originalmente como argumento externo, do verbo ‘latir’. Posteriormente, é alçado à posição de SpecTP para, dentre outras coisas, satisfazer as exigências do EPP e checar Caso nominativo. O movimento do singular *nu* na sentença (11) está simplificada e evidente em (11’).

(11’) [_{TP} Cachorro [_{VP} [_{DP} ~~Cachorro~~] late]]

Em (11), o predicado ‘late’ é do tipo *I-level* podendo, portanto, se associar a indivíduos-objeto e indivíduos espécie. Já o singular *nu* ‘cachorro’, conforme defendemos, se refere à espécie. Assim, sou propenso a dizer que a sentença (11) efetua uma generalização sobre o indivíduo espécie, isto é, ao indivíduo espécie ‘cachorro’ se aplica a propriedade ‘latir’. Por se originar na posição de argumento externo do verbo ‘latir’, o DP ‘cachorro’ é o candidato ideal para ser alçado à posição de SpecTP da sentença, sendo promovido a sujeito. Não há necessidade, portanto, de recorrer a um movimento para a periferia esquerda da sentença para assegurar que (11) apresente uma leitura genérica, via operador. Dito de outra forma, minha intuição é que o singular *nu*, de forma não ambígua, denota sempre a espécie. Essa não é uma ideia nova: como vimos anteriormente, Carlson (1977), já afirmava que a interpretação *default* do plural *nu* no inglês era a de espécie e as diferentes leituras que antes eram tomadas como decorrentes do próprio sintagma nominal, passaram a ser tomadas como oriundas do predicado associado a esse nominal. Como o predicado *I-level* pode se aplicar tanto a indivíduos-espécies quanto a indivíduos-objeto e porque o singular *nu* não denota um indivíduo em particular, isto é, um indivíduo-objeto, a genericidade da sentença é oriunda do nominal *nu*, muito embora o predicado ‘late’ também dispare uma leitura genérica (genericidade-I) via operador Gen.

A intuição linguística que tenho sobre a denotação do nominal *nu*, portanto, não é a mesma da de Müller (2000, 2002a,b; 2003), para quem o singular *nu* é agramatical na posição de sujeito de predicados *k-level* e nem a de Cyrino e Espinal (2014), que entendem que o nominal *nu* pode ter múltiplas interpretações a depender

da estrutura sintática que possui. Dentre essas múltiplas interpretações, as autoras sugerem que o nominal *nu* pode ter uma leitura referencial/específica, quando na posição de objeto. Os exemplos por elas fornecidos, contudo, não me permitem dar suporte a essa afirmação porque, como já dito, por mais que um predicado nos force a ter uma interpretação definida/específica para o singular *nu*, esta interpretação é vedada (ao menos na variedade de quem escreve estas linhas), porque o nominal *nu* parece ser um indefinido, no sentido de não nos dar a informação sobre quantas (portanto, sem número) e quais instanciações (portanto, indefinido) da referência participam do evento denotado pelo predicado. Outro argumento para sustentar minha intuição vem do fato de que um nome *nu* com morfologia singular não pode ocupar a posição de sujeito de um predicado episódico, posição por excelência, de um nome que faça referência a um indivíduo específico, porque enquanto o predicado episódico requer a presença de número, e requer atomização, o nominal *nu* é incapaz de satisfazer a essas exigências.

Vou assumir aqui a denotação da espécie nos termos de Pires de Oliveira e Rothstein (2011), isso é, como uma função de mundos para a entidade máxima que satisfaça as propriedades de *N* naquele mundo. Em outras palavras, denotar a espécie quer dizer selecionar a entidade máxima que satisfaça as propriedades do nome naquele contexto. Assim, não farei distinção entre soma máxima e referência à espécie, como propõem Cyrino e Espinal (2014), não pelo menos em se tratando do nominal *nu*. Isso quer dizer que nas sentenças (12) e (13), a seguir, os nomes nus ‘coreano’ e ‘criança’ denotam a espécie, isso é, a entidade máxima que satisfaz as propriedades dos nomes ‘coreano’ e ‘criança’, num determinado contexto.

(12) Coreano vende roupa pra brasileiro.

(13) Criança lê revistinha.

Também vou assumir que os nomes nus ‘brasileiro’ e ‘revistinha’, nas sentenças (12) e (13) acima, denotam a espécie, porque embora não estejam combinados com um predicado *k-level*, a interpretação mais proeminente para esses nomes é a de espécie. O que quer que conte como ‘brasileiro’ ou como ‘revistinha’, nas

sentenças supracitadas, é uma manifestação da “espécie” ‘brasileiro’ e da “espécie” ‘revistinha’⁶².

Além dos exemplos já fornecidos por Schmitt e Munn e por Pires de Oliveira e Rothstein, vou sustentar minhas assunções com um experimento psicolinguístico, que será descrito no próximo capítulo.

2.2 Das estruturas sintáticas das expressões que fazem referência à espécie:

Assumindo que o nominal nu denota a espécie, é preciso voltar às construções que a teoria tradicional supunha denotar a espécie e situá-lo dentre essas possibilidades. Para tanto, a seguir, apresento uma tabela que sintetiza os contextos em que temos leitura genérica, num sentido amplo, dependendo da combinação entre um argumento e um predicado (espécie, objeto e de estágio), e suas interpretações possíveis (i.e. se denota a espécie, se é por meio de uma operação no nível da sentença, etc.).

Como a própria tabela torna evidente, vou considerar como DPs as seguinte estruturas: o plural nu, o definido singular, o definido plural e o indefinido singular. Estes sintagmas se adequam bem à proposta de Longobardi (1994) de que toda expressão nominal que atua como argumento numa língua natural é um DP.

Para o singular nu, no entanto, o assunto é um pouco mais complexo. Veremos que a explicação proposta por Longobardi (1994) não explica adequadamente a existência do singular nu numa língua como o PB. Isto quer dizer que a estrutura sintática deste sintagma talvez não seja exatamente aquela proposta para os nomes nus do inglês ou das línguas românicas. Na verdade, vou assumir que o singular nu é um

⁶² Destaco aqui o termo *espécie* porque por razões pragmáticas tendemos a considerar como *espécie* apenas o grupo de entidades que naturalmente se referem a uma espécie ou substância bem estabelecida, como ‘cachorro’, ‘vinho’, etc. Também por razões pragmáticas tendemos a não acreditar que um nome como ‘brasileiro’ ou ‘revistinha’ façam referência a uma espécie, porque no desenho de mundo que temos hoje, ‘brasileiro’ e ‘revistinha’ não se configuram como uma espécie bem estabelecida. O fato é que estou entendendo ‘espécie’ aqui, não no sentido estrito (ou biológico) do termo, mas num sentido mais amplo, isso é, é possível categorizar sobre uma entidade abstrata que agrupa certas propriedades compartilhadas entre seus membros que são suficientes para considerá-las distintas de outras entidades. Ressalto que o conceito não é um *Deus ex machina* para sustentar minha teoria. Salvo melhor juízo, esse é o conceito que o próprio Carlson toma como o de espécie. O problema é que a tradição da linguística veio dando ao termo ‘kind’ uma interpretação que remete apenas à espécie bem estabelecida, como ‘cachorro’, ‘cavalo’ e ‘leite’.

NP semanticamente modificado e esta é a razão pela qual tal sintagma pode ocupar uma posição argumental no PB.

Tipo de DP	Predicado	Exemplo	Tipo de leitura disparada
Nominal nu	K-level	Baleia <i>está em extinção</i> .	K
	I-level	Baleia <i>tem cauda longa</i> .	K
	S-level	Baleia <i>comeu peixe</i> .	#
Plural nu	K-level	Baleias <i>estão em extinção</i> .	T, SM
	I-level	Baleias <i>têm cauda longa</i> .	T, SM
	S-level	Baleias <i>comeram peixe</i> .	#
Definido singular	K-level	A baleia <i>está em extinção</i> .	K
	I-level	A baleia <i>tem cauda longa</i> .	K
	S-level	A baleia <i>comeu peixe</i> .	#
Definido plural	K-level	As baleias <i>estão em extinção</i> .	SM, T
	I-level	As baleias <i>têm cauda longa</i> .	SM, T
	S-level	As baleias <i>comeram peixe</i> .	#
Indefinido singular	K-level	Uma baleia <i>está em extinção</i> .	T
	I-level	Uma baleia <i>tem cauda longa</i> .	T
	S-level	Uma baleia <i>comeu peixe</i> .	#

Em que K está por 'leitura de espécie'; SM, 'leitura de soma máxima contextual'; T, por 'leitura de subespécie/espécime/leitura taxonômica'; e, por fim, #, por 'não possui leitura genérica' ou 'só obtém leitura genérica em contextos muito específicos'.

Tabela 2: leituras genéricas possíveis para os distintos tipos de DPs do PB.

Como se observa na Tabela (2), considero aqui como expressões que fazem referência à espécie: (i) o nominal nu em todas as suas ocorrências, exceto como argumento externo de predicados *S-level*, porque esta não é uma estrutura possível na língua⁶³; (ii) o definido singular quando combinado com um predicado *K-level*; e (iii) o definido singular combinado com um predicado *I-level*. Válido registrar que o definido singular combinado a um predicado de indivíduo é ambíguo entre uma leitura de espécie e uma leitura de indivíduo específico ou referencial, mas ainda assim, suponho que o definido genérico seja a forma *default* de se referir à espécie no PB (Cf. Müller, 2002a; Cyrino e Espinal, 2015). Antes de prosseguir, contudo, gostaria de motivar a afirmação que realizei anteriormente em relação ao movimento de N para D no PB.

⁶³ Como já dito, marginalmente, podemos obter uma leitura de referência à espécie quando combinamos um singular nu com um predicado *s-level*, desde que este predicado faça referência a um evento que ocorre com a espécie como um todo. Considere, por exemplo, a seguinte sentença:

- (i) Baleia comeu peixe desde que o mundo existe.

Em (i), o singular nu 'baleia' não se refere a um indivíduo em específico, mas a classe baleia como um todo.

1.2.5 Retomando o Movimento de N e aplicando-o ao PB:

Nesta subseção, vou estender a proposta de Longobardi (1994) para o PB, visto que esta língua impõem certos desafios para a proposta teórica do autor, como por exemplo, o fato de o PB autorizar tanto plurais nus em posição de sujeito quanto por autorizar o singular nu em posição argumental. Estas duas características do PB o colocam num limiar entre os dois tipos de línguas discutidos pelo autor, quais sejam, as latinas e as germânicas. Para uma melhor compreensão da teoria de Longobardi, então, é preciso situar o PB em relação ao comportamento tanto do italiano (e, por conseguinte, das demais línguas latinas), como do inglês (e das línguas germânicas), precisamente o que faço a seguir.

De acordo com o autor, o local da interpretação da espécie nas línguas naturais é o núcleo nominal N. Assim, para que um NP se refira verdadeiramente à espécie, um nome precisa estar na posição N, na estrutura-S.

No caso do italiano, como discutido anteriormente, os nomes nus projetam um D nulo que faz com que o NP seja interpretado existencialmente *in situ*, como é o caso das sentenças do italiano a seguir:

- (14) Bevo sempre vino.⁶⁴
Bebo sempre vinho
 ‘Sempre bebo vinho’
- (15) Mangio patate.
Como batatas
- (16) Viene giù acqua dalle colline.
Vem abaixo água das colinas.
 ‘Verte água das colinas’

As expressões nominais destacadas nas sentenças em (14), (15) e (16), de acordo com Longobardi, apresentam as estruturas (17) a, b e c, respectivamente:

- (17) a. Bevo sempre [_{DP} [_D e] [_{NP} vino]].
 b. Mangio [_{DP} [_D e] [_{NP} patate]].
 c. Viene giù [_{DP} [_D e] [_{NP} acqua]] dalle colline.

em que ‘e’ está por um determinante nulo (D_e). Isso quer dizer que não há movimento de N, mas para suprir a necessidade de preenchimento da posição D, postula-se a presença de um determinante nulo que deve sempre ser interpretado

⁶⁴ Exemplos extraídos de Longobardi (1994, p. 613). Destaques meus.

existencialmente. Note-se que ‘e’ apenas se aplica a nomes massivos e plurais nus e essa é, na verdade, uma restrição imposta pela proposta de Longobardi.

As propriedades do [D_e] (determinante nulo), descritas por Longobardi (1994, p. 637-643), seriam, pois, as seguintes:

- (18) (i) Para se referir à espécie (...), um nome precisa ocupar a posição N na estrutura-S.
 (ii) [D_e] tem uma interpretação existencial *default*.
 (iii) [D_e] é sujeito aos requerimentos de ligação.
 (iv) [D_e] é restrito a nomes massivos e plurais.

De acordo com a generalização (18)-(i), então, para que um nome se refira à espécie em italiano é preciso que ele ocupe a posição N na estrutura-S. Isso quer dizer que para que uma sentença como (19) tenha interpretação de espécie, ela precisa apresentar a estrutura (19’) a seguir:

- (19) Il cane abbaia.
 o cachorro late
 (19’) [DP [D Il] [NP[N cane]]] abbaia.

Em (19’) não há movimento, justamente porque há presença de um determinante aberto. Em razão de o sintagma ‘cane’ ocupar a posição N na estrutura-S, pode-se lhe atribuir uma leitura de espécie (ao qual o autor chama de) verdadeira ao sintagma nominal em (19).

Com os nomes próprios do italiano, porém, acontece algo diferente, de acordo com Longobardi (1994). Observe o exemplo a seguir:

- (20) Gianni mi ha telefonato.
 João me haver+3^{PES-SING} telefonado
 ‘João me telefonou.’

Em (20), um nome próprio do italiano não está precedido por um determinante aberto. Isso não significa, contudo, que a camada D não esteja presente na estrutura sintática de (20). Na verdade, Longobardi postula que no caso de (20) ocorre um movimento de N para D para satisfazer as necessidades de preenchimento da categoria D. Esse movimento está ilustrado na estrutura (20’), a seguir, em que o nome ‘Gianni’ se move da posição N para a posição D, na sintaxe aberta:

- (20’) [DP [D Gianni] [NP Gianni]] mi ha telefonato.

Acontece, porém, que o italiano também autoriza um determinante diante de um nome próprio, como em (19):

(21) Il Gianni mi ha telefonato.

Para explicar (21), Longobardi postula que o determinante 'Il' é um expletivo, que não precisaria estar ali presente senão para preencher a posição de D a qual, por hipótese, não pode estar vazia. Note-se, contudo, que o nome próprio não possui leitura de espécie verdadeira, mesmo que a rigor, esteja ocupando a posição N na estrutura-S, como podemos notar no exemplo (21') a seguir.

(21') [DP [D Il] [NP Gianni]] mi ha telefonato.

Diante desses fatos, Longobardi (1994, p. 637-643) postula algumas generalizações para os nomes próprios, quais sejam:

- (22) (i) Não são plurais nem massivos nus;
 (ii) São designadores rígidos e, portanto, não recebem uma leitura existencial por *default* mesmo se apresentarem um D_e;
 (iii) Podem ocorrer em posição não-governada.

Vejamos agora, como se dá a aplicação dessas regras ao inglês:

Ao contrário do italiano, o inglês não permite determinantes diante do nome, como exemplificado em (23), a seguir:

(23) *The John has phoned.
O João tinha telefonado
 'O João telefonou.'

(24) John has phoned.
João tinha telefonado
 'João telefonou'

Em (23), temos um exemplo de como, em geral, o inglês expressa um nome próprio: sem a anteposição de um determinante. Isso não quer dizer, porém, que a categoria D não esteja presente em uma sentença como (23). Para o autor, mesmo que não haja um determinante fonologicamente realizado, há ali a presença de um D nulo, como nos mostra a estrutura (23'), a seguir:

(23') [DP [D e] [NP John]] has phoned.

Em (23), 'John' se encontra na posição N, na estrutura-S e, neste sentido, deveria ser interpretado ou como nome de espécie, segundo a generalização (18)-(i)

ou como existencial, segundo a generalização (18)-(ii), de Longobardi. Não é, porém, o que ocorre em (23), uma vez que por ser um nome próprio, 'John' não está sujeito às regras em (18), mas às regras em (22). Assim, 'John' não tem por *default* uma interpretação existencial e pode ocorrer numa posição não governada como a de sujeito. O problema é que regra é regra: se (22) se aplica ao italiano, também tem que se aplicar ao inglês. Assim, o D_e de (23') tem que se comportar da mesma maneira que o D_e de (20). A pergunta que naturalmente emerge é, então, por que ocorre o movimento de N para D nos nomes próprios sem artigo em italiano mas não em inglês? Na verdade, de acordo com a proposta de Longobardi (2001), o movimento se aplica tanto ao inglês como ao italiano, mas em momentos distintos. Enquanto em italiano, o movimento ocorre em sintaxe aberta, em inglês o movimento é adiado até a Forma Lógica (FL, daqui em diante). Vamos chamar essa propriedade de (18)-(v).

- (18) (v). N se move para D (por substituição) em sintaxe aberta no italiano, mas não no inglês. (LONGOBARDI, 1994: p.641)

(18)-v afirma que em italiano, o conteúdo de N precisa se mover ainda na estrutura-S, mas isso não é o que acontece no inglês, que realiza o movimento tardiamente. Esse movimento tardio se dá, como já dito anteriormente, em razão da força do D: como em italiano, o traço referencial de D é forte, ele precisa ser checado imediatamente (o que equivaleria à estrutura-S na explicação no seio da teoria do movimento, em Longobardi (1994)). Já em inglês, porque o traço referencial de D é fraco, o movimento pode esperar até FL.

Parece, pois, que as generalizações (18)-i, (18)-ii, (18)-iv se aplicam tanto ao inglês como ao italiano. Já (18)-iii, aparentemente não se aplica em inglês, porque como veremos nos exemplos a seguir, os nomes nus podem ocupar, inclusive, posições não governadas, como as de sujeito, por exemplo.

- (25) I drink *wine* with my dinner.
'Eu bebo vinho no jantar'
- (26) I never eat *potatoes*.
'Eu nunca como batatas'
- (27) There was *water* running down the mountains.
'Tinha água descendo a montanha.'
- (28) There are *students* working in that office.
'Têm estudantes trabalhando naquele escritório'
- (29) *Water* was running down the mountains.

Água estava correndo abaixo a montanha
 'A água estava descendo a montanha'

(30) In that office *students* are working on their theses.
 'Naquele escritório, estudantes estão trabalhando nas suas teses'

(31) *I have invited *student*.
*Eu ter*_{1PES+SING} *convidado estudante*
 'Eu convidei estudante.'

Em (25) e (26) temos, respectivamente, um exemplo de um nome massivo e um plural nu na posição de objeto; em (27) e (28), temos um exemplo de nome massivo e um plural nu em uma sentença existencial; em (29) e (30), temos um nome massivo na posição não governada de sujeito; por fim, em (31), temos um exemplo da impossibilidade de um nome nu contável singular numa posição argumental do inglês. O ponto é que postulando a condição (18)-v, Longobardi também explica as ocorrências de nominais nus em posições não governadas, assumindo que, se pode ocorrer movimento de N para D na sintaxe aberta, pode também ocorrer movimento de N para D em LF. Essa discussão e os exemplos de (25) a (31) parecem indicar que pelo menos duas das generalizações de Longobardi se sustentaram para o inglês, quais sejam, (18)-iii: [D_e] obedece aos requerimentos de ligação na LF; e (18)-iv: [D_e] é restrito aos nomes massivos e plurais.

Resta saber, contudo, quais são os argumentos sintáticos que explicam, de acordo com Longobardi, a presença de plurais nus em posições não governadas como a de sujeito, em inglês. Considere o exemplo a seguir:

(32) Beavers build dams.
 'Castores constroem diques'.

Não se pode dizer que em (32) 'beavers' tenha uma leitura existencial por *default*, porque os plurais nus, em inglês, são a forma mais comum de se referir à espécie. Para explicar o que ocorre em (32), o autor postula que os nomes nus do inglês têm o mesmo comportamento dos nomes próprios em italiano, isto é, que na estrutura-S, o nominal nu 'beavers' da sentença (32) se encontra na posição N. A posição D, neste caso, é ocupada por um D_e, como nos sugere a estrutura (32'):

(32') [DP [D e] [NP beavers]] build dams.

Em havendo um D_e e um nome comum ocupando a posição N na estrutura-S, a interpretação para o sintagma nominal em (32), pelas regras de generalização (18)-(ii) deveria ser a existencial. Não é essa, porém, a interpretação que se tem em (32), assim,

um movimento de N para D precisa ocorrer para que o sintagma não seja interpretado existencialmente. Como Longobardi considera que os nomes nus em inglês são como nomes próprios, o movimento de N está autorizado, mas em razão da força do D, tal movimento no inglês é adiado até FL. Quando isto acontece, o movimento substitui o D_e exatamente como acontece no italiano, na sintaxe aberta. A exemplificação do movimento de N, em inglês, está dada em (32''):

(32'') [DP [_D beavers] [_{NP} ~~beavers~~]] build dams.

Resumindo o que vimos até aqui, percebe-se que há uma variação paramétrica entre o italiano e o inglês. Segundo o autor, essa parametrização se estende às línguas românicas e às germânicas. Nas românicas, os nomes nus comuns apresentam um D_e e recebem uma interpretação existencial na estrutura-S (*in situ*), enquanto no inglês os nomes nus comuns (plurais nus) apresentam esse D_e também na estrutura-S, mas o movimento de N para D ocorre apenas em LF, substituindo o determinante nulo. Já em relação aos nomes próprios, o inglês apresenta um D_e na estrutura-S e em LF dispara um movimento de N para D, substituindo D_e pelo movimento de N; enquanto em italiano, ocorre ou um movimento de N para D na sintaxe aberta, no caso de nomes próprios sem determinante expletivo, como 'Gianni', em (20), ou um determinante expletivo com o propósito de preenchimento de D, como em 'Il Gianni', em (21). Para realizar a leitura de espécie, não há movimento em italiano, uma vez que esta língua demanda a presença de um determinante aberto para a realização desta leitura.

Até agora vimos como funciona a maquinaria proposta por Longobardi para o italiano e o inglês. Em teoria, a proposta de Longobardi deveria se aplicar ao PB também, já que esta língua faz parte do grupo das línguas latinas. A proposta do autor, contudo, encontra alguns problemas nesta língua. É o que vou discutir a seguir.

Começo por aquilo que a proposta de Longobardi aparentemente explica: tal como no italiano, um nome próprio no PB pode vir ou não precedido por um determinante aberto:

(33) O João telefonou.

(34) João telefonou.

Em (33), temos o exemplo de um nome próprio precedido por um determinante, enquanto em (34), temos o exemplo de um nome próprio não precedido por um determinante realizado fonologicamente.

A estrutura sintática de um nome próprio no PB parece ser então, a mesma do italiano, o que pareceria sugerir que a proposta de Longobardi vale os nomes próprios em português.

Quando se aplica ao PB alguns dos testes elaborados por Longobardi para o italiano, logo se vê que as duas línguas se diferenciam drasticamente no que diz respeito ao movimento de N em se tratando de nomes próprios.

O primeiro teste diz respeito à posição dos adjetivos e pronomes possessivos. Em italiano, adjetivos e possessivos podem ocorrer na posição pré-nominal entre D e N ou na posição pós-nominal, mas nunca antes de D, seja com um nome comum, seja com um nome próprio. Considere os exemplos do italiano a seguir:

(35) *Mio il Gianni.

(36) *Vecchio il tavolo.

Também no PB, estes exemplos não são permitidos, como nos mostram as sentenças (37) e (38) a seguir, que servem como traduções das sentenças (35) e (36) do italiano.

(37) *Meu o João.

(38) *Velha a mesa.

Considerando, agora, outras posições do nome e do adjetivo no sintagma nominal, tem-se os seguintes exemplos do italiano:

(39) Il mio Gianni ha finalmente telefonato.

(40) *Mio Gianni ha finalmente telefonato.

(41) Gianni mio ha finalmente telefonato

(42) Il Gianni mio ha finalmente telefonato.

De acordo com o autor, a ausência do artigo nas sentenças de (39) a (42) forçaria o movimento de N. Contudo, comparando-se com os dados do PB, de (43) a (46), nota-se que mesmo com D ausente (ou não realizado fonologicamente), o nome não pode preceder o pronome possessivo.

(43) O meu João finalmente telefonou.

- (44) Meu João finalmente telefonou.
 (45) *João meu finalmente telefonou.
 (46) *O João meu finalmente telefonou.

Isso parece sugerir que no PB o nome próprio permanece na posição de origem, tal como no inglês. Assumindo a premissa de Longobardi de que um sintagma nominal só pode atuar como argumento de uma língua se for encabeçado por um determinante, teríamos, então as seguintes estruturas para o PB:

- (33') [DP [D O] [NP João]] telefonou.
 (34') [DP [D e] [NP João]] telefonou.

A pergunta que surge, então, é: será que tal como no inglês, há um movimento encoberto em jogo? Aparentemente, este movimento de N para D deve ocorrer pelo menos para a sentença (34) para satisfação dos critérios dos nomes próprios propostos por Longobardi, tal como no inglês. Assim, a estrutura (34'') descreve o movimento de N para D em FL no PB:

- (34'') [DP [D João] [NP ~~João~~]] telefonou.

Dando mais um passo na a aplicação da proposta de Longobardi (1994) ao PB, chega-se à expressão da espécie. Seguindo a proposta do autor, para que um sintagma nominal denote a espécie em italiano e, por extensão, em português, que também é língua românica, é preciso haver um determinante aberto na estrutura sintática do sintagma nominal. Assim, a sentença (47), a seguir, seria a legítima representante da referência à espécie no PB.

- (47) O cachorro late.⁶⁵

De fato, o sintagma nominal de (47) pode se referir diretamente à espécie no PB. Mais do que isso: essa é a estrutura que os autores discutidos na seção 1.4 deste trabalho sugerem ser o padrão de referência à espécie nessa língua. Em (47') temos a estrutura sintática do DP 'o cachorro' de (47):

⁶⁵ A proposta de Longobardi (1994) não faz distinção entre genericidade-D e genericidade-I, nos termos de Carlson (1977). Ela aponta apenas para os casos em que um sintagma nominal pode ser tomado como um 'nome de espécie verdadeiro', nos termos do autor. Não há uma distinção clara entre a genericidade do sintagma nominal e a disparada pelo aspecto verbal. Tampouco é possível saber se o autor toma esses dois tipos de genericidade como sinônimos. Como a proposta pretende explicar os nomes de espécie, continuaremos, contudo, tentando aplicá-la ao PB até onde for possível.

(47) [DP [D O] [NP cachorro]] late.

O problema surge quando se aceita que outras expressões, como as expostas na Tabela (2) acima, podem também denotar a espécie no PB, como no caso do singular nu e do plural nu, cruciais para este trabalho, ilustrados respectivamente em (48) e (49).

(48) Cachorro late.

(49) Cachorros latem.

Os dados em (48) e (49) impõem um desafio à proposta de Longobardi por dois motivos: (a) nominais nus podem ocupar uma posição não governada em uma língua com D aparentemente forte; e (b) estes nominais nus podem denotar diretamente a espécie. Como, pois, explicar os dados do PB à luz da proposta de Longobardi? Antes de responder a esta pergunta, vamos analisar outras situações em que a proposta do autor falha em relação aos dados do PB.

Retomando a distribuição dos nomes nus do inglês, exposta nas sentenças de (25) a (31), acima, podemos perceber que o PB tem um comportamento muito parecido com o inglês. A diferença é que o PB aceita também singular nu em posição argumental, como em (52), (55) e (59), a seguir:

(50) Eu bebo *vinho* no jantar.

(51) Eu como *batatas*.⁶⁶

(52) Eu como *batata*.

(53) Tem *água* descendo a colina.

(54) Tem *estudantes* trabalhando naquele escritório.

(55) Tem *estudante* trabalhando naquele escritório.

(56) ?*Água* foi descendo a montanha.⁶⁷

(57) Naquele escritório, *estudantes* estão trabalhando na tese.

(58) ?Naquele escritório, *estudante* tá trabalhando na tese.

(59) Convidei *estudante* para o jantar.

⁶⁶ No par de sentenças (51) e (52), excluímos o advérbio de negação 'nunca' para evitar que este advérbio pudesse ajudar, de alguma maneira, a deixar as sentenças mais aceitáveis. Como notado por Schmitt e Munn (1999), itens de polaridade negativa podem contribuir para a melhora de sentenças contendo um singular nu, como em 'Mulher não/nunca/jamais discutiu futebol'. Por que os itens de polaridade negativa contribuem para tornar uma sentença com singular nu mais aceitável é ainda um assunto que carece de investigação.

⁶⁷ Sentenças episódicas, como vimos anteriormente, restringem o uso de singular nu na posição de sujeito.

Se os nominais nus das sentenças de (50) a (55) fossem tomados como nomes comuns, sob a proposta de Longobardi, eles deveriam ter a seguinte estrutura:

(60) * $[_{DP} [_D e] [_{NP} N]]$

Ou seja, as sentenças de (50) a (55) e a (59) deveriam estar sujeitas às generalizações em (18). Se, porém, seguirmos à risca as generalizações em (18), de imediato veremos que elas não dão conta de explicar o que acontece nas sentenças (52), (55) e (59), porque elas apresentam um nome nu singular e, segundo a hipótese levantada por Longobardi (1994), D_e não se aplica a nomes nus contáveis singulares. Além disso, tais sentenças teriam de apresentar uma leitura existencial por *default*, mas não parece ser bem este o caso. De fato, só as sentenças contendo um plural nu podem receber uma leitura existencial no PB. Por exemplo, a sentença (51), pode ter a interpretação de que existem algumas batatas que são comidas. Esta leitura existencial, contudo, não está autorizada para o singular nu. Uma sentença como (52) significa: seja lá o que conte como 'batata' (uma/duas batatas, um pedaço, uma porção), é o caso de que o sujeito tem o hábito de comer essa coisa. Isso, no meu entender, é também um caso de referência à espécie. Parece, então, que a estrutura em (60) não é uma boa candidata para as sentenças de (50) a (55) e (59), porque pressupõe que os nomes nus do PB estariam sujeitos às regras de (18), que se aplicam a D_e .

Se é verdade que esses nominais nus podem denotar a espécie no PB, de acordo com a teoria de Longobardi, eles deveriam se comportar basicamente como os plurais nus do inglês. Neste sentido, os nomes nus do PB teriam na estrutura-S a forma (60), mas em FL, ocorreria um movimento de N para D para satisfazer as generalizações de (22), que se aplicam aos nomes próprios. Assim, em FL, os nomes nus do PB apresentariam a seguinte estrutura:

(61) $[_{DP} [_D N] [_{NP} N]]$

O problema é que para ocorrer um movimento de N para D em sintaxe coberta, como no inglês, o D do PB deveria ser fraco, segundo a proposta deste autor. Há, contudo, um consenso na literatura de que o PB é uma língua de D forte, em razão dos traços não-interpretáveis de número e concordância que precisam ser imediatamente checados na derivação. Neste sentido, se houvesse um movimento de N para D, este movimento teria de acontecer já na estrutura-S, tal qual no italiano. A questão é que

mesmo com um D forte, o PB autoriza nominais nus com leitura genérica irrestritamente nas posições argumentais, tal como o inglês, o que sugere, de acordo com a proposta de Longobardi, que um movimento de N para D seria requerido em LF. Se, porém, já houve um movimento de N para D em sintaxe aberta, não há razão para se postular um movimento de N para D em sintaxe coberta. Isso significa que a proposta de Longobardi simplesmente não se sustenta diante de dados como os do PB, dado que esta língua apresenta um D forte (como o italiano) e autoriza nomes nus em posições não governadas, como o inglês. Neste trabalho, vou preterir a proposta do autor em favor de uma reanálise da proposta de Chierchia (1998) que, aparentemente, melhor se aplica ao PB.

Na próxima seção, discuto se o número é ou não imprescindível para a denotação da espécie nas línguas naturais e, mais especificamente, no PB.

2.2.2 Não há projeção de número na referência direta à espécie:

Uma das assunções que faço neste trabalho é que não há projeção de número envolvida nas estruturas sintáticas que fazem referência direta à espécie. Essa assunção não é uma adoção imotivada da proposta de Borik e Espinal (2015). Assumo a proposta das autoras porque elas foram as primeiras a afirmar explicitamente que o número não está presente na estrutura sintática de uma expressão de referência à espécie. Esta ideia, porém, *mutatis mutandis*, já está presente na proposta por Schmitt e Munn (op. cit) e também em Pires de Oliveira e Rothstein (2011). Schmitt e Munn (op. cit) propõem que o singular nu é neutro para número, isto é, ele pode selecionar ou não o número na estrutura sintática. Já Pires de Oliveira e Rothstein (2011) propõem que o singular nu é como o nome de massa no PB. Nesse sentido, ainda que as autoras não tenham discutido a questão, pode-se inferir que não haja número envolvido na denotação do singular nu, uma vez que nomes massivos não são, em essência, nem singulares, nem plurais.

É importante destacar, contudo, que de acordo com Acquaviva (2017), a categoria de número apresenta ao menos três dimensões: uma morfológica, outra morfossintática e ainda uma última semântica. A dimensão morfológica tem a ver com um conjunto de oposições formais correspondendo a interpretações alternativas, isto é, a forma morfológica como cada língua manifesta informações como singular, plural,

dual, trial, paucal etc.. Já a dimensão morfossintática tem a ver com um conjunto de valores que definem padrões de concordância distintos, ou seja, tem a ver com o encadeamento de estruturas que dispara a concordância de número nos elementos da sentença. Por fim, a dimensão semântica tem a ver com o inventário de interpretações que temos associadas às expressões marcadas morfológicamente para número nas línguas naturais.

A pergunta que imediatamente surge, a partir destas considerações, é: qual dimensão do número não está presente na estrutura sintática do singular nu? Certamente, não é a dimensão semântica, visto que somos capazes de atribuir uma interpretação ao singular nu quanto à sua numerosidade, isto é, podemos afirmar que sua leitura é atômica ou não-atômica, se há a presença de átomos ou apenas somas mereológicas, etc.

O mesmo não se pode dizer em relação à concordância, dado que o singular nu não dispara concordância de número com a sua anáfora, como exemplificado em (62), a seguir:

- (62) Cachorro_i vê o mundo de outra maneira, porque \emptyset_i /ele_i/eles_i enxerga(m) tudo em preto e branco.

A retomada anafórica do singular nu em (62) é autorizada tanto por um pronome singular, quanto por um pronome plural ou ainda por um pronome nulo. Este comportamento revela que muito provavelmente é a dimensão morfossintática do número que está ausente quando se afirma que não há número na estrutura sintática do singular nu, precisamente porque o singular nu não dispara concordância na sua anáfora. Já no que diz respeito à dimensão morfológica, é possível afirmar que ocorre a sua expressão. O PB, em relação à morfologia de número, apresenta apenas a distinção entre singular (marcado pelo morfema zero) e plural (marcado pelo morfema '-s'). Na sentença (62), acima, pode-se assumir que embora a expressão 'cachorro' não apresente uma interpretação de singular, ela é marcada pela morfologia de singular do PB, que se manifesta via morfema zero.

A ideia que defendo neste trabalho, é que não há número morfossintático na estrutura das expressões que se referem à espécie no PB. Defendo, em consonância com Borik e Espinal (2015), que apenas sintagmas nominais sem projeção de número podem se referir diretamente à espécie.

A proposta de Cyrino e Espinal (2015) para o PB sustenta (embora não diretamente, porque a questão foge ao escopo do trabalho) que o plural nu não pode ter leitura de referência à espécie. Como, porém, as autoras assumem a proposta de Borik e Espinal (2015), seria razoável inferir que para elas, o plural nu não denota a espécie porque tem morfologia de número e, segundo essa mesma teoria, a morfologia de número é incompatível com a denotação de espécie. Borik e Espinal (2015) argumentam que um definido plural do espanhol até pode receber uma leitura genérica. Essa leitura, porém, não diz respeito à referência à espécie, mas sim a uma leitura de subespécie ou a uma leitura de indivíduos instanciando a espécie. Nesse sentido, parece sensato dizer que para Cyrino e Espinal (2015) o plural nu denota muito mais uma soma de indivíduos instanciando a espécie do que a espécie propriamente dita. Isso pode ser confirmado com a interpretação de ‘tipos distintos de’ ou ‘alguns’ que o plural nu dispara, conforme se observa nas sentenças (63) e (64), a seguir:

(63) *Baleias* estão em extinção. [A baleia franca, por exemplo, não a jubarte]

(64) Santa Catarina é o maior produtor de [distintos tipos de] *aves* do país.

Já nas propostas de Schmitt e Munn (op. cit) e Pires de Oliveira e Rothstein (2011), os autores consideram o plural nu como uma expressão que faz referência direta à espécie, dado que tem um comportamento muito semelhante ao plural nu do inglês. Pires de Oliveira e Rothstein (2011) adaptam a proposta de Krifka (2004), para quem o plural nu é gerado como um predicado de expressões denotando conjunto de indivíduos, a um conjunto de indivíduos indexados contextualmente. Nesse sentido, como no inglês, o plural nu poderia sofrer uma operação de *type-shifting* tanto com operador \exists , para uma leitura existencial, como com o operador \cap para uma leitura de espécie. Assim, o plural nu seria ambíguo entre uma leitura de espécie e uma leitura existencial. Voltarei a essa questão envolvendo o plural nu em seguida. Por ora, quero retornar à questão da categoria sintática das expressões que fazem referência à espécie.

Na esteira da proposta tradicional de Longobardi (2004), assumo que a estrutura sintática de um DP é aquela proposta em (61), a seguir, acrescida da projeção

de número⁶⁸, aqui retomada como (65). Assim, a estruturas em (65) e (65') se aplicariam, em princípio, ao definido referencial (definido singular), ao definido plural e ao indefinido singular.

(65) [DP D [NumP Num [NP]]]

(65')

```

      DP
     /  \
    D    NumP
         /  \
        Num NP
  
```

Já como estrutura sintática do definido genérico, com referência à espécie, como propôs Borik e Espinal (2015) para o espanhol, assumo a estrutura (66) e (66'), abaixo: um DP sem a projeção de número.

(66) [DP [D' D NP]]

(66')

```

      DP
      |
      D'
     /  \
    D    NP
  
```

Por fim, quanto à estrutura sintática do singular nu, assumindo a proposta de Chierchia (1998) e a de Pires de Oliveira e Rothstein (2010), temos que o singular nu, na verdade seria um NP que sofre um processo de mudança de tipo semântico (*type-shifting*), o que o autoriza a ocupar uma posição argumental no PB.

Não há, portanto, projeção de número dentro do NP, dado que o *locus* de número no PB é o DP. Em não havendo a camada D, não há como sustentar a presença do número na sua estrutura sintática. Nesse sentido, parece sensato admitir não há espaço para a neutralidade de número tal como proposta por Schmitt e Munn (2002), precisamente por não haver número na denotação do singular nu. Também se admitido que a noção de quantidade (um único ou muitos) é incompatível com a noção de referência à espécie, parece plausível admitir que a categoria morfossintática de número não se faz necessária na estrutura sintática dos nomes de referência à espécie, isto é, não parece sensato dizer que a espécie 'cachorro' é singular ou plural.

⁶⁸ Na verdade, não excludo que entre D e N possam existir outros núcleos funcionais além de NumP. A questão aqui é que a categoria de Num é relevante para a distinção entre a referência à espécie e a referência a outros tipos de indivíduos.

Com essa assunção, porém, teríamos um problema em explicar como o plural nu denota a espécie no PB, dado que é uma construção que claramente envolve morfologia de número. Dedico a esse problema, a próxima seção.

2.3 O plural nu

Embora o plural nu do PB não tenha restrições com relação às posições que pode ocupar numa sentença, parece que ele apresenta uma restrição de registro diafásico no PB, isto é, o plural nu é restrito a contextos mais formais de fala e está presente, principalmente, no registro escrito.

Ainda que eu não tenha notícias de um trabalho de aquisição da linguagem se questionando sobre a partir de que momento começamos a produzir o plural nu, parece razoável propor que o plural nu é adicionado tardiamente à nossa gramática, durante o período de escolarização por dois motivos: a) não é comum observar o uso de plural nu na fala de crianças em fase de aquisição do PB. Quando isso ocorre, em geral, a criança já está em um período mais avançado da aquisição; b) o PB é uma língua que vem sistematicamente perdendo morfologia de plural (expressa no nome). Isso quer dizer que no PB vernáculo, o padrão é marcarmos o plural no primeiro elemento determinante do sintagma nominal. Quando realizamos a marcação redundante de plural, para além de um conhecimento implícito da língua, nos valem das regras de concordância aprendidas na escola de que todos os elementos do sintagma nominal precisam concordar em número e em gênero.

Essa afirmação é consistente com uma pesquisa qualitativa realizada por Peruchi-Mezari (2010) e também com o trabalho de Mariano (2017) sobre a distribuição dos nomes nus no PB.

A primeira analisou quatro entrevistas do projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana do Sul do País), sendo duas de falantes com mais de 50 anos e duas com falantes de menos de 50 anos, de ambos os sexos, contemplando assim as variações diageracional (em diferentes gerações) e diagenérica (em diferentes gêneros), respectivamente. Os dados mostraram que de um total de 95 ocorrências de nomes nus (singular, nome de massa e plural nus), apenas duas ocorrências (2,2%) foram de plurais nus, em posição de argumento interno, contra 76 casos de nominal nu (80%) e 17 casos de nomes de massa nu (17,8%). Enquanto o plural nu apenas ocorreu

na posição de objeto, os nomes de massa nu e o singular nu ocorreram na posição de objeto, mas também na posição pré-verbal, principalmente em contextos genéricos ou imperfectivo.

Esses resultados levaram a autora a concluir que embora, intuitivamente, possa não haver restrição do plural nu nas posições argumentais, ele parece ter uma frequência de uso muito baixa, no PB. Por fim, a autora também afirma que, o PB destoa das demais línguas românicas, justamente por apresentar pouca frequência de plural nu e uma frequência muito mais alta de nomes de massa e nominais nus.

Resultado semelhante foi obtido na pesquisa conduzida por Mariano (2017). O autor se propôs a analisar a distribuição sociolinguística dos nomes nus numa amostra de corpus do projeto da Norma Linguística Urbana Culta do Português do Brasil (NURC). A hipótese do autor é que está em curso no PB um processo de mudança sociolinguística em que o plural nu vem gradativamente perdendo espaço para o singular nu na língua. De acordo com a análise de Mariano (2017), o que dispara a mudança são fatores extralinguísticos, como a escolaridade e a variação de registro (formal vs informal). Assim, a expectativa do autor era de encontrar o singular nu de maneira generalizada no corpus, enquanto o plural nu deveria ocorrer de maneira mais frequente em registros de falas mais formais.

Os resultados da análise confirmam as expectativas do autor: há um aumento proporcional de uso de plurais nus em contextos mais formais, como as entrevistas do tipo *Elocuções Formais*, que consistiam em aulas proferidas em cursos universitários. Já nos diálogos entre dois entrevistados ou nos diálogos entre informante e entrevistador havia uma clara prevalência de uso de singular nu em detrimento do plural nu.

Além disso, os resultados da pesquisa sugerem que há uma forte correlação entre nomes nus e contextos genéricos, dado que 57,5% das ocorrências de nomes nus na amostra analisada se deu em contextos genéricos (sentenças caracterizadoras e referência à espécie).

Como este trabalho, contudo, se enquadra numa perspectiva formal dos estudos da linguagem, não podemos parar na descrição do dado, mas sim atribuir uma explicação gramatical para o fenômeno. Assumo que o plural nu é restrito a situações de usos mais formais da linguagem, mas isso não quer dizer que ele não mereça uma

explicação de ordem formal, porque depois de inserido na gramática do falante, ele parece se comportar como uma estrutura mais à periferia da gramática, assemelhando-se a uma estrutura de segunda língua.⁶⁹

De acordo com o que assumi anteriormente, por ser uma expressão envolvendo a categoria de número, não é possível considerá-lo como uma expressão que faz referência direta à espécie. Como, no entanto, explicar o fato de que o plural *nu* se combina perfeitamente com um predicado *K-level* e parece receber uma interpretação de espécie em (67) abaixo? E como explicar a leitura genérica/indivíduos específico disparada em (68) e a leitura de indivíduos específicos, em (69)?

- (67) Baleias estão em extinção.
- (68) Baleias têm cauda longa.
- (69) Baleias comeram peixe.

Uma solução possível para explicar o que ocorre em (68) e em (69) acima é assumir que o número é crucial para autorizar todas as interpretações nessas sentenças. Uma vez que o número está presente no plural *nu*, uma operação sobre indivíduos específicos estaria autorizada e, dessa maneira, ele poderia atuar como argumento externo de um predicado *I-level* e *S-level*, tanto com leitura de soma máxima, como com interpretação existencial. Em outras palavras, porque há a manifestação da morfologia de número (e, conseqüentemente, porque há número envolvido) é que podemos obter a leitura existencial, de (68) e de soma máxima de (69), leituras não autorizadas para o nominal *nu*. Note, contudo, que permanece sem explicação o fato de que em (67) e também numa outra leitura possível de (69) o plural *nu* parece denotar a espécie.

Para solucionar esse entrave, evocaremos a explicação fornecida por Borik e Espinal (2015) para o definido plural e o indefinido singular do espanhol e a estenderemos ao plural *nu* do PB. Segundo as autoras, tanto o definido plural quanto o indefinido singular não se referem diretamente à espécie, em espanhol, mas quando combinados com um predicado *k-level* ou com um predicado *I-level*, são forçados a

⁶⁹ O status do plural *nu* no PB é um tópico para uma pesquisa mais detalhada que foge ao escopo desta tese. Por ora, assumo que uma maior presença de plurais *nu*s em determinados tipos de entrevistas, palestras, aulas e textos escritos seria esperada em razão da formalidade do registro. Esta formalidade do registro, muito provavelmente é aprendida na escola como se fosse uma segunda língua, um segundo registro diferente daquele de que o indivíduo se vale no dia-a-dia.

apresentar uma leitura genérica, fenômeno conhecido como *V-driven genericity* (BORIK E ESPINAL, 2015). Prototipicamente, esses DPs estão associados a uma estrutura sintática e semântica que, de forma não ambígua, denota um indivíduo, porque estância número. Eles se referem tanto a indivíduos atômicos, no caso do indefinido singular, como a um conjunto de indivíduos, no caso do definido plural. Isso quer dizer que, isoladamente, ambos denotam indivíduos. Quando, porém, combinados a predicados *I-level* e *K-level*, a interpretação deles é forçada a ser reinterpretada para satisfazer a exigência do predicado.

O raciocínio é o mesmo para o plural nu (e, conseqüentemente, para o definido plural) do PB. Ele denota um conjunto de indivíduos. Quando combinado com um predicado *K-level* e com um predicado *I-level*, como em (67) e em (68), o plural nu é forçado a ser reinterpretado como uma expressão genérica, mas não faz referência direta à espécie. Sua denotação abarca a soma dos indivíduos presentes no contexto, mas não atinge a espécie como um todo.

Esta proposta, em certa medida, é consistente com a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011) para as quais existem dois tipos de operações nas línguas naturais: contagem e medida. Para as autoras, a referência à espécie não é compatível com uma operação de contagem, portanto o plural nu não poderia fazer referência à espécie, uma vez que a morfologia de plural o restringe ao domínio dos indivíduos contáveis (Cf. BEVILÁQUA e PIRES DE OLIVEIRA, 2014).

Diferentemente do que proponho, contudo, Pires de Oliveira e Rothstein (2011) sustentam que o plural nu pode denotar a espécie porque sobre ele pode se aplicar o operador *down* de Chierchia. Também pode apresentar uma interpretação existencial porque sobre ele pode se aplicar o operador \exists . Não vou assumir a proposta das autoras porque acredito que a referência direta à espécie não envolve número e, nesse sentido, o plural nu não poderia ser uma expressão de referência direta à espécie. Sua denotação, portanto, seria a de soma máxima saliente num determinado contexto. Para Pires de Oliveira (2011), essa interpretação de soma máxima é equivalente à interpretação de espécie. Para mim, contudo, há uma diferença entre falar de uma entidade abstrata que não envolve número e que denota a espécie e outra entidade que manifesta átomos e pluralidades. Denotar a espécie é selecionar a entidade máxima

que satisfaça as propriedades do nome intensionalmente, não é somar indivíduos num determinado contexto.

A estrutura sintática que atribuímos ao plural *nu*, portanto, é a mesma que atribuímos ao definido plural e ao indefinido singular, em (70) e (70'), abaixo. A diferença é que, na esteira da proposta de Longobardi (1991), assumo a presença de um determinante expletivo, porque a leitura predominante do plural *nu* no PB é existencial. Portanto, a estrutura sintática do plural *nu* seria a seguinte:

(70) [DP [D *e*] [NumP Num [NP]]]

(70')

```

graph TD
    DP --> D_prime[D']
    D_prime --> D[D]
    D_prime --> NumP[NumP]
    D --> e[e]
    NumP --> Num[Num]
    NumP --> NP[NP]
  
```

Em que *e* está por um determinante expletivo que pode ter uma interpretação existencial. Além disso, o plural *nu* também pode denotar uma pluralidade, porque seu determinante pode sofrer um *type-shifting* via operador \cap e denotar a soma máxima saliente num determinado contexto, gerando assim, uma interpretação genérica de soma máxima de indivíduos.

2.4 O definido singular vs o nominal *nu*:

De acordo com Müller (op. cit.) e também com Cyrino e Espinal (2015), a forma *default* de se referir diretamente à espécie no PB é com o definido singular. Não posso, contudo, deixar de fazer algumas ressalvas em relação a esta afirmação. Considere a sentença (71), a seguir:

(71) O linguista investiga as propriedades das línguas naturais.

Por apresentar um predicado *I-level*, uma sentença como (71) é ambígua entre uma leitura de referência à espécie e uma leitura de referência a um indivíduo em específico. Isso é, a sentença (71) poderia estar falando sobre uma característica de linguistas em geral ou poderia ser tomada como fazendo referência a um indivíduo em particular que executa a ação do predicado. Comparando-a agora com a sentença (72), abaixo, de acordo com intuição do autor dessas linhas, a denotação mais saliente para

o nominal nu é a referência à espécie. Dessa forma, a leitura de referência a um indivíduo específico não está autorizada.

(72) Linguista investiga as propriedades das línguas naturais.

Considere, agora, a sentença (73) e (74) em que há a combinação de um definido singular e um singular nu com um predicado de estágio de indivíduos (*S-level*):

(73) O linguista investigou as propriedades das línguas naturais.

(74) # Linguista investigou as propriedades das línguas naturais.

As sentenças (73) e (74) apresentam um predicado de indivíduo o qual para se saturar, precisa ser complementado por um indivíduo-objeto. Em (73), a combinação é perfeita, dado que temos o indivíduo-objeto 'o linguista' atuando como argumento de um predicado *S-level*. Em (74), porém, temos uma inadequação pragmática, devido a incapacidade que o singular nu tem de denotar um indivíduo em particular. A única forma de garantirmos que (74) seja uma sentença adequada do PB é se o predicado se aplicar a estágios do indivíduo espécie, isto é, se em algum momento da história fosse o caso que a classe dos linguistas investigasse as propriedades das línguas naturais, mas por alguma razão deixou de fazê-lo para, por exemplo, estudar apenas a sintaxe. Ou ainda, quando se quisesse enunciar um evento que tenha ocorrido com a espécie como um todo, como em (75) e (76), por exemplo:

(75) Cavalo chegou no Brasil com os Portugueses.

(76) Arroz entrou no Brasil com a imigração japonesa.

O definido singular também é autorizado no mesmo contexto em que é autorizado o nominal nu em (75) e (76). A leitura mais natural, contudo, de uma sentença combinando um definido singular a um predicado episódico é a de indivíduo específico e não de espécie.

Diante destes contrastes, parece razoável assumir que o definido singular tende a buscar individualizações, isso é, tende a buscar átomos, enquanto o nominal nu não permite individualização. Essa afirmação parece ser consistente com a proposta de Dayal (2004) de que um nome tem uma manifestação no domínio dos indivíduos e outra no domínio taxonômico. Nesse sentido, quando um definido singular é combinado com um predicado de indivíduo, a leitura mais natural para essa sentença é a de um indivíduo específico e não a de uma generalização sobre a espécie.

Não pretendo, com isso, dizer que o nominal nu é mais genérico do que o definido singular, mas aparentemente, quando alguém quer fazer uma generalização sobre uma espécie no PB, o candidato ideal para ocupar este lugar é o nominal nu, uma vez que ele se refere de maneira não-ambígua à espécie.

Uma possível explicação para o fenômeno é que, talvez, o PB apresente uma variação linguística para a referência à espécie. Essa variação pode acarretar uma futura mudança, em que o nominal nu substituiria o definido singular quando se quiser fazer referência à espécie. Não tenho, porém, respaldo empírico para sustentar essa afirmação, de modo que deixarei a questão em aberto para uma pesquisa futura.

2.5 Considerações remanescentes:

Neste capítulo, vimos que o PB é uma língua que se comporta diferentemente das demais línguas românicas e também do inglês, porque ainda que a forma *default* de se referir à espécie seja por meio do definido singular, o PB também permite que o nominal nu faça referência à espécie, fenômeno não atestado em inglês e tampouco nas demais línguas românicas.

Aqui chegamos num ponto conflitivo da parametrização linguística proposta por Chierchia (1998), dado que o PB, aparentemente, não se encaixa em nenhum dos grupos descritos por aquele autor.

De acordo com Cyrino e Espinal (2014), o PB se comportaria como as demais línguas românicas, e mais especialmente, como o francês, ao menos em se tratando da marcação de número. Considere, contudo, o seguinte esquema proposto por Pires de Oliveira e Peruchi-Mezari (2012), sobre a distribuição dos sintagmas nominais.



Apenas nomes nus invariáveis (sem flexão)	Apenas nomes nus. Presença de marcas morfológicas: caso, numeral, classificador...	Presença de um único determinante	Sistema completo (artigos, determinantes, flexão, plural e singular nu)	Sistema de artigo, com uso restrito: não há "singular" nu.	Sistema de artigo com uso restrito: plurais nus menos restritos que o singular nu.	Impossibilidade de nomes nus.
Karitiana	Latim, russo, chinês	Kryol	Português Brasileiro	Inglês	Espanhol, romeno	Francês

Esquema 3: distribuição dos sintagmas nominais nas línguas. Fonte: Pires de Oliveira e Peruchi-Mezari (2012).

O ponto médio, para as autoras, é o PB, porque essa língua parece apresentar um sistema completo contendo artigos (definidos e indefinidos), determinantes de todas as classes, flexão de gênero, marcação morfológica de plural, além do singular e do plural nu. Nesse sentido, não parece razoável alinhar o PB às demais línguas românicas, porque o seu comportamento é bastante distinto dessas línguas na distribuição e gramaticalidade dos sintagmas nominais; em especial, não parece razoável analisar o PB como o francês, dado que essa língua está no extremo da escala. Essa classificação das autoras confronta a classificação proposta por Chierchia, dado que introduz novos elementos que não foram considerados na proposta daquele autor.

Se considerarmos o Parâmetro do Mapeamento Nominal de Chierchia, em termos de $[\pm \text{ arg } \pm \text{ pred}]$, como já mencionado anteriormente, considerar o PB como uma língua $[- \text{ arg } + \text{ pred}]$, junto com as demais línguas românicas parece equivocado, porque embora o PB compartilhe muitas das características das demais línguas românicas, ele autoriza o nominal nu. E porque essa autorização é praticamente irrestrita, talvez fosse mais adequado considerá-lo como uma língua $[+ \text{ arg } + \text{ pred}]$, como o inglês. Esse é o caminho tomado por Pires de Oliveira (2014), ainda que criticando o trabalho de Chierchia, e esse é o caminho que vou seguir neste trabalho.

Embora o plural nu não seja um exemplo muito claro para garantir que um nome nu denota a espécie no PB, porque apresenta uma leitura ambígua (genérica vs existencial), o nominal nu é bastante representativo, nesse sentido. Ele é a prova mais clara de que um nome nu pode denotar a espécie no PB e, por isso, podemos enquadrar o PB no tipo $[+ \text{ arg } + \text{ pred}]$.

Outras questões permaneceram em aberto nesta primeira parte do trabalho, mas pretendemos discuti-las mais adiante. A saber: (i) dado o aporte e as assunções teóricas que elegemos, como explicamos a aquisição da genericidade-D no PB? (ii) o nominal nu e o definido singular são mesmo concorrentes no que diz respeito à referência à espécie do PB?

No capítulo seguinte, vou discutir algumas propostas para a aquisição da genericidade-D através das línguas e no PB. Ao final do capítulo, traço as expectativas deste trabalho para a aquisição da genericidade-D no PB.

3. DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Neste capítulo, vou apresentar algumas propostas teóricas que procuram explicar aquisição da genericidade nas línguas naturais e, em particular, alguns trabalhos que se propuseram a investigar, ainda que tangencialmente, a aquisição da genericidade no PB. Também vou discutir algumas previsões sobre a aquisição da genericidade-D em português, que decorrem das teorias examinadas no Capítulo 2, ainda que tais autores não tenham se preocupado em fornecer uma explicação sobre como as crianças adquirem o fenômeno em análise. Por fim, veremos qual é a contribuição original deste trabalho para a área da aquisição, dados os pressupostos teóricos que assumo e a hipótese que adoto para explicar a aquisição da genericidade-D no PB.

Como se verá, a literatura estrangeira da área é bastante profícua no que tange a aquisição de sentenças genéricas. Muitos dos trabalhos, contudo, dizem respeito à aquisição da genericidade como um todo, predominando os que se propõem a investigar o desenvolvimento cognitivo da criança. Estes trabalhos, porém, não realizam um recorte preciso sobre a aquisição da genericidade-D. Já a literatura concernente ao PB, até onde tenho conhecimento, é bastante escassa no que se refere à aquisição de sentenças genéricas de maneira geral: há uma carência de estudos tanto no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo da criança quanto no que concerne ao desenvolvimento da linguagem. Do que tenho notícias, apenas dois trabalhos discutiram o fenômeno para o PB: um, como um tema transversal (LOPES 2004, 2006a, 2006b) e outro como tema principal (AUGUSTO, 2007).

Esta tese se dedica especificamente a investigar a aquisição da genericidade-D, enquanto fenômeno linguístico, por entender que o PB apresenta propriedades estruturais e semânticas que o diferenciam de outras línguas no que concerne à expressão da genericidade. Ao longo deste capítulo defendo que o singular nu é interpretado como espécie desde as suas primeiras ocorrências no *input* da criança. Assumo, também, na esteira de Borik e Espinal (2015), que o número morfológico instancia indivíduos no mundo e que denotar a espécie não implica instanciação de indivíduos no mundo. Ou seja, não há número na denotação de expressões que fazem referência à espécie e, por conseguinte, não há projeção de número na estrutura

sintática do singular nu, porque sua interpretação *default* no PB é a de espécie. Expressões de referência à espécie são, portanto, entidades intensionais que selecionam indivíduos de uma determinada classe em geral, mas não selecionam um indivíduo em particular. Quando predicamos sobre uma espécie, o predicado não se aplica a um indivíduo em particular, mas não deixa de ser verdade para todos os membros da classe. Essa hipótese leva a predições para a aquisição da linguagem que serão postas à prova através do experimento apresentado no Capítulo 4.

3.1 A aquisição da genericidade:

Como já mencionado, são muitos os trabalhos que se dedicaram a estudar a aquisição de sentenças genéricas nas línguas naturais: a maioria deles, contudo, considera a genericidade como um aspecto da cognição humana, no qual a linguagem executa um importante papel. Assim, o principal interesse desses autores está em saber se as crianças se valem de um conhecimento linguístico, contextual, estatístico ou ainda uma associação de conhecimentos para expressar uma generalização. São assim os trabalhos de Gelman; Bloom (2007), Leslie (2008), Chambers, Graham e Turner (2008), Cimpian e Markman (2008), Cimpian, Brandone e Gelman (2010), Graham, Nayer e Gelman (2011), Brandone e Gelman (2009), Brandone et al. (2012), entre outros, que chamarei de Grupo Cognitivista.

O texto de Brandone *et al.* (2012) resume o que a literatura produzida pelo grupo cognitivista costuma dizer sobre sentenças genéricas: elas têm um papel crucial na cognição humana, porque dizem respeito mais à espécie (*kind*) que ao indivíduo em particular; elas expressam generalizações sobre propriedades compartilhadas pelos membros de uma determinada categoria; veiculam propriedades fundamentais que são relativamente duradouras (não transitórias), atemporais (não ligadas ao contexto), e inerentes (não acidentais) a um determinado indivíduo; ainda segundo os autores supracitados, sentenças genéricas costumam aparecer frequentemente numa conversa natural, e aqui se inclui também a interação com crianças em fase de aquisição de uma língua. Na verdade, parece haver consenso na literatura da área de que sentenças genéricas estão presentes na fala da criança desde muito cedo.

Pérez-Leroux (2016), seguindo esse pensamento (que sentenças genéricas estão presentes desde muito cedo na fala da criança), entende que generalizar é usar a

língua para falar de coisas que vão além do aqui e do agora. Para a autora, tal como os adultos, as crianças são capazes de expressar generalizações, porque isso faz parte do desenvolvimento cognitivo dos seres humanos. A grande questão que a literatura se coloca, então, é saber como se dá a aquisição de genéricos: será que a criança se baseia em um conhecimento estatístico do mundo ou se baseia em abstrações de padrões normativos, em que determinadas propriedades se aplicam intensionalmente a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos no mundo?

De acordo com Brandone *et al* (2012) são duas as principais divergências neste ponto: há quem defenda que as crianças se baseiam em um conhecimento estatístico do mundo para expressar uma generalização (cf. COLUNGA e SMITH, 2005; SLOUTSKY e FISHER, 2004; SLOUTSKY, KLOOS e FISHER, 2007; SMITH, JONES, e LANDAU, 1996) e há quem defenda que a característica específica do conhecimento genérico é que ele é normativo, ao invés de estatístico, assim, o conhecimento genérico seria algo como o conhecimento sobre que propriedade deve ou não se aplicar a um indivíduo qualquer que seja membro da espécie em condições normais (GELMAN e RAMAN (2003), BRANDONE e GELMAN (2009) e PÉREZ-LEROUX (2016)).

Note-se que, para além de uma discussão sintática sobre como são/como se combinam as estruturas que podem ou não veicular uma genericidade, há uma discussão semântica. Diz respeito ao desenho de mundo, isto é, às condições em que o mundo tem que estar para que uma sentença possa receber um valor de verdade, ou seja, ser considerada verdadeira ou falsa. E mais do que isso: é uma discussão sobre o estágio inicial da gramática, isto é, uma discussão sobre de que ponto uma criança em fase de aquisição parte para convergir à gramática adulta.

Muito da literatura sobre sentenças genéricas envolve uma interface com a Semântica, justamente porque esse tipo de sentença levanta questões muito intrigantes para a área. Por exemplo, a verdade e a falsidade de uma sentença genérica não é sensível a contraexemplos. Isso quer dizer que uma sentença como (1), abaixo, é verdadeira mesmo se encontrarmos um indivíduo beija-flor que não voe para trás. Ela também difere de uma sentença como (2), porque (1) tolera contraexemplos, ao passo que (2) é falseada se encontrarmos um contraexemplo para ela, no caso, o tal do beija-flor que não voa para trás.

(1) Beija-flor voa para trás.

(2) Todo beija-flor voa para trás.

Brandone *et al.* (2012) discorreram especificamente sobre este estágio inicial da gramática, testando a hipótese de que as crianças não se baseiam em quantidade ao processar ou produzir sentenças genérica. A expectativa subjacente a esse teste é que a predicação sobre espécies independe de informação estatística sobre propriedades ou indivíduos. Por exemplo, as sentenças (3) e (4), abaixo, são verdadeiras para os autores mesmo que, em tese, apenas leões macho tenham juba e apenas 1% dos mosquitos sejam infectados pelo Vírus do Oeste do Nilo, ao passo que (4) é falsa, porque a genericidade não depende de quantos e nem de quais membros da espécie apresentam a propriedade em questão. Isto é, “não há um mapeamento direto entre fatos estatísticos sobre o mundo e julgamentos sobre genéricos” (BRANDONE *et al.*, 2012 – tradução minha).

(3) Lions have manes.⁷⁰
'Leões têm juba'

(4) Lions are male.
'Leões são machos'

(5) Mosquitoes carry the West Nile Virus.
'Mosquitos carregam o vírus do oeste do Nilo'

Com base em alguns estudos anteriores (Cf. CIMPIAN, BRANDONE e GELMAN (2010) e GELMAN e BLOOM (2007)), os autores assumem que ao menos para os adultos, as sentenças genéricas não se reduzem a declarações quantitativas. A pergunta que os autores se fazem, contudo, é se as crianças poderiam se valer do conhecimento abstrato sobre a espécie ou de um conhecimento estatístico sobre o mundo para a compreensão/produção de sentenças genéricas. Para responder a essa pergunta, Brandone *et al.* (2012) elaboraram dois experimentos: no primeiro, as crianças eram convidadas a ajudar um alienígena a entender algumas propriedades de certos animais da Terra. Os participantes julgaram pares de sentença nas quais a primeira continha propriedades características da espécie e a outra, propriedades não características⁷¹. A expectativa dos autores era que se os participantes interpretassem

⁷⁰ As sentenças e julgamentos de (3) a (5) foram extraídos de Brandone *et al.* (2012).

⁷¹ Por entenderem que “propriedades (não) características” da espécie não são pontos pacíficos de discussão, os autores elencaram algumas especificações para rotular tais propriedades. Por propriedades características, entendiam-se aquelas que apresentavam características físicas salientes (como ‘ter juba’), um meio de gestação (como ‘por ovos’) e um meio de nutrição (como ‘amamentar’). Já

sentenças genéricas como fatos estatísticos sobre o mundo, eles deveriam aceitar indiferentemente sentenças contendo propriedades características e sentenças contendo propriedades não características. Já se os participantes interpretassem sentenças genéricas como afirmações sobre uma determinada espécie, eles deveriam aceitar mais as sentenças contendo propriedades características. Participaram desse experimento 14 crianças (sete meninos e sete meninas), com média de idade de 5,36 anos no grupo experimental. Já o grupo controle consistia de 28 estudantes de graduação, todos falantes nativos de inglês.

Os resultados deste primeiro experimento mostraram que as crianças são mais propensas a aceitar sentenças genéricas com propriedades características ao invés daquelas com propriedades não características. Os autores sugerem, então, que isso pode ser uma evidência de que as crianças não interpretam os genéricos com base no número ou na proporção de membros de uma categoria individual que possuem uma propriedade particular. Parece, neste caso, que as crianças reconhecem que os genéricos dizem respeito à espécie.

Os estímulos usados nesse primeiro experimento, contudo, poderiam ter gerado uma confusão nos participantes sobre as propriedades que os indivíduos *têm* ou sobre aquilo que eles realmente *são*. Por exemplo, a sentença (3), acima, concerne a uma característica que os leões possuem ('have manes' – 'ter juba'). Já uma sentença como (6), abaixo, concerne a uma propriedade permanente e estável da espécie. Em outras palavras, 'ter' é uma propriedade transitória, enquanto 'ser' é uma propriedade permanente.

(6) Lions *are* animals with manes.
'Leões são animais com juba'

Para evitar esse efeito entre um predicado como 'ter juba' e 'ser um animal com juba', Brandone *et al.* (2012) resolveram aplicar um outro experimento investigando exclusivamente as propriedades características e não características em termos daquilo que a espécie *é* (e não em termos daquilo que seu membros *têm*). A expectativa, como no primeiro teste, era que as crianças estariam mais propensas a aceitar igualmente sentenças com propriedades características e não características se

como propriedades não características entendia-se aquelas que atribuíam um gênero a uma determinada espécie ('ser macho' ou 'ser fêmea').

interpretassem os genéricos como fatos estatísticos sobre o mundo e aceitar mais sentenças com propriedades características se elas interpretassem os genéricos como se referindo à espécie. Participaram do segundo experimento doze crianças, com média de idade de 5.10 anos, sendo cinco meninos e sete meninas.

Os resultados deste segundo experimento mostraram que mesmo se baseando no que tal animal *é*, ao invés do que o que ele *tem*, as crianças foram mais propensas estatisticamente a apontar que sentenças genéricas expressam propriedades características mais do que propriedades verdadeiras porém acidentais. Em consonância com o primeiro experimento, os autores afirmam que esses resultados tendem a confirmar a hipótese por eles estabelecidas de que o valor de verdade de uma sentença genérica independe de inferência estatística, e parece ser mais sensível a denotar características da espécie.

Ainda dentro do grupo cognitivista, destaca-se o trabalho de Leslie (2008). A autora afirma que há um verdadeiro paralelo em se tratando da aquisição de sentenças genéricas: as crianças são capazes de dominar as sentenças genericamente quantificadas antes mesmo de outras sentenças que são explicitamente quantificadas. Leslie, então, se pergunta como é que as crianças são capazes de adquirir tão facilmente uma sentença genericamente quantificada, antes mesmo de estruturas com quantificador evidente, tal como ‘todo’, ‘cada’ e ‘algum’, dado que não há um operador genérico evidente nas línguas naturais (conhecidas).

De acordo com Leslie (2008), a ausência de quantificadores deveria tornar a aquisição da linguagem mais difícil para as crianças, uma vez que não haveria uma parte específica da sentença sobre a qual a criança poderia associar à interpretação genérica, como, há, por exemplo, na quantificação universal, em que nos valem do uso de ‘todo’.

Leslie adota a visão comum da literatura de que uma sentença quantificada é formalmente composta por uma estrutura tripartida que contém um quantificador, um restritor e um escopo. O restritor especifica o domínio sobre o qual se dá o alcance da variável e o escopo é o alcance de uma operação sintático-semântica. Assim, uma sentença como (7), abaixo, apresenta a forma lógica em (7’).

(7) Todo tigre tem listras.

(7’) $\forall x$ [Tigre (x)] [Tem listras (x)]

Quantificador x, \dots, z [Restritor x, \dots, z] [Escopo x, \dots, z]

No exemplo (7) acima, temos uma sentença universalmente quantificada, contendo um operador explícito. Em sentenças genericamente quantificadas, contudo, o operador não se manifesta abertamente, mas está presente em sua forma lógica, como ilustrado nos exemplos a seguir:

(8) Os tigres têm listras.

(8') Gen (x) [Tigre (x)] [Têm listras (x)]

Leslie adota as propostas de Heim (1982) e Kratzer (1995) para as quais o operador genérico Gen ocorre na forma lógica das sentenças apenas quando não há nestas um advérbio quantificacional explícito, como 'geralmente', 'normalmente' ou 'usualmente'. Se esses advérbios estiverem presentes na sentença, são eles quem prendem as variáveis do restritor. Se, contudo, não houver esses advérbios explícitos na sentença, então o operador genérico surge e liga as variáveis livres do restritor, na Forma Lógica.

A autora sustenta, então, que o operador genérico parece ser um operador *default* de ligação de variável, ocorrendo sempre quando não houver nenhum advérbio quantificacional articulado na sentença.

Leslie (2008), porém, se questiona como uma criança em fase de aquisição de uma língua vem a saber que esse operador em particular, com essa interpretação específica é que prende as variáveis livres do restritor quando não houver nenhum outro quantificador explícito na sentença.

Para responder a esta questão, Leslie redireciona a discussão para o âmbito do cognitivismo. De acordo com a autora, os seres humanos são dotados de uma predisposição biológica para a generalização. Esta predisposição se manifesta linguisticamente, mas não se resume apenas a isto. A autora cita, por exemplo, o aprendizado indutivo ou ampliativo, que seria outra manifestação e também uma evidência desta predisposição biológica para a generalização. Para Leslie (2008), o conhecimento indutivo é central para a aquisição do conhecimento, porque é a partir dele, por exemplo, que as crianças evitariam pisar em um formigueiro, depois de experimentarem a sensação nada agradável de receberem algumas picadas de formigas, por terem brincado com um. Mas isto, apesar de poder ser perpassado pela linguagem, não é o ponto central da discussão da aquisição de genéricos feita por Leslie.

É apenas um exemplo para ilustrar que a predisposição cognitiva inata da criança para efetuar uma generalização está disponível para as crianças antes mesmo de elas adquirirem a linguagem. Ela cita trabalhos de alguns pesquisadores que corroboram suas ideias, entre eles, os trabalhos de Graham, Kilbrath e Welder (2001; APUD LESLIE, 2008) segundo os quais, crianças de doze a catorze meses de idade já são capazes de generalizar propriedades não óbvias, como, por exemplo, o fato de um objeto fazer barulho quando chacoalhado – se tal objeto for similar a alguma coisa que a criança já saiba que faça barulho (como um chocalho, por exemplo) ou se apresentado à criança como um chocalho.

Assim, a autora assume que essa predisposição inata parece constituir a maneira *default* da mente humana de armazenar e generalizar informações: de um número reduzido de casos, para um número amplamente maior.

A hipótese que a autora sustenta seria, então, que o operador ‘Gen’ é, no nível da forma lógica, o operador *default*; já no nível cognitivo, da compreensão da linguagem, a contribuição de ‘Gen’ é invocar a maneira *default* da mente humana de generalizar o conteúdo do escopo para o material presente no restritor das sentenças. Dito de outra maneira, Leslie (2008) assume que há uma predisposição cognitiva inata para a generalização que se manifesta de diferentes formas nos seres humanos. Linguisticamente, o que marca esta predisposição cognitiva é o operador ‘Gen’ que liga as variáveis livres do restritor, quando não há nenhum outro operador explícito na sentença.

A proposta da autora, contudo, não traz suporte empírico para sustentar suas afirmações. Um trabalho experimental precisaria ser realizado para testar as predições que a autora faz sobre o assunto.

Paralelamente ao grupo cognitivista, outro grupo de pesquisadores também investigou a aquisição de sentenças genéricas, dessa vez focalizando aspectos do desenvolvimento linguístico, para além do desenvolvimento cognitivo. Destacam-se nessa área, os trabalhos de Hollander, Gelman e Star (2002), Pérez-Leroux *et al.* (2004), Gavarró, Pérez-Leoroux e Roeper (2006), Guasti *et al.* (2008), e, para a discussão sobre a interpretação de sentenças genéricas por falantes adultos do inglês, espanhol e do PB, Ionin *et al.* (2011). Chamarei este grupo de Grupo Linguista.

Este grupo se deteve principalmente em questões concernentes à sintaxe e à semântica das sentenças genéricas nas línguas naturais. Em relação à sintaxe, o grupo se preocupou em fornecer uma explicação translinguística (*crosslinguistic*, no original, em inglês) para as variadas formas como as línguas se valem para expressar uma generalização. Pérez-Leroux (2016), por exemplo, fornece uma lista completa das estruturas que a literatura da área assume para as sentenças genéricas. São as mesmas estruturas da gramática adulta, que discuti nos primeiros capítulos desta tese: definido genérico, definido plural, indefinido singular e plural nu para o inglês, conforme sugerem os exemplos a seguir. Os elementos destacados em negrito nas sentenças de (9) a (12) são, para a autora, NPs genéricos⁷².

- (9) **The potato** was first cultivated in South America. [definido singular]
A batata foi primeiro cultivada em sul América
 ‘A batata foi primeiramente cultivada na América do Sul’
- (10) **A potato** will grow in many ecosystems. [indefinido singular]
Uma batata vai crescer em muitos ecossistemas
 ‘Uma batata cresce em muitos ecossistemas’
- (11) **Potatoes** are highly digestible. [plural nu]
Batatas são altamente digeríveis
- (12) **Milk** is good for you. [singular nu massivo]
Leite é bom pra você

Também em inglês, como já discutido no primeiro capítulo, os falantes não conseguem ter uma leitura de referência à espécie com o indefinido singular, como em (10), acima, exceto numa leitura taxonômica. O indefinido singular, então, só atuaria como uma expressão genérica porque introduz um indivíduo típico como instanciação da espécie.

Já com relação à semântica, uma das preocupações dos autores é investigar se crianças e adultos se comportam da mesma maneira no que se refere à interpretação das sentenças genéricas (genericidade-I) e em relação aos nomes que fazem referência à espécie (genericidade-D), isto é, dentre outras coisas, os autores do grupo linguista se preocupam em saber se há diferenças de comportamento linguístico entre as crianças em fase de aquisição e os falantes adultos de uma língua.

O artigo de Pérez-Leroux *et al* (2004) é um exemplo de investigação que se preocupa com a sintaxe e a semântica das expressões genéricas das línguas naturais.

⁷² Pérez-Leroux *et al.* (2004) não fazem uma discussão sobre a categoria sintática destas expressões, denominando-os como NPs sem muito debate.

Resenho-o, a seguir, porque além de ilustrar esta preocupação com a estrutura e a interpretação das sentenças genéricas, os experimentos ali propostos fundamentaram a elaboração dos experimentos que propus nesta tese.

Pérez-Leroux *et al* (2004) estão especialmente interessados na comparação da aquisição de elementos funcionais em diferentes línguas. Neste estudo em particular, eles analisam o inglês e o espanhol, detendo-se na análise do artigo definido em construções genéricas nestas duas línguas, dado que o espanhol manifesta a genericidade por meio de um artigo definido, enquanto o inglês prefere fazer uso do plural nu.

Os autores apresentam dois estudos examinando o efeito do determinante e do tempo (*tense*) na interpretação genérica das crianças adquirindo inglês e espanhol. De acordo com eles, as línguas humanas apresentam uma série de diferenças sintático-semânticas, mesmo que compartilhem um inventário morfossintático de determinantes e número, como no caso das línguas em análise em que tanto o espanhol como o inglês apresentam um determinante definido aberto, mas a realização deste determinante apresenta diferenças sintáticas: na primeira, o determinante pode ser usado tanto para se referir a indivíduos específicos/salientes no contexto e também para o definido genérico; já nesta última, a genericidade é marcada com o uso do plural nu (sem determinante aberto, portanto).

Diferentemente do inglês, o espanhol, como as demais línguas românicas, não permite plurais nus em posição argumental (não, pelo menos, na posição de sujeito) mas, de acordo com os autores, esta língua autoriza o definido plural como nome de referência à espécie, enquanto o inglês, não o autoriza. Considere os exemplos fornecidos por Pérez-Leroux *et al* (2004, p. 1):

- | | |
|--|-----------------------|
| (13) Zebras have stripes.
'Zebras têm listras.' | [✓ Espécie] |
| (14) *Cebras tienen rayas.
'Zebras têm listras.' | |
| (15) The tigers eat meat.
'Os tigres comem carne.' | [* Espécie ✓ objeto] |
| (16) Los tigres comen carne.
'Os tigres comem carne.' | [✓ Espécie ✓ objeto] |

Em (13), temos uma sentença do inglês, contendo um plural nu se referindo à espécie. Já o exemplo (14) explicita a impossibilidade de ocorrência de plurais nus na

posição de sujeito em espanhol. As sentenças (15) e (16), por outro lado, demonstram que enquanto o inglês não admite uma leitura de espécie para o definido plural, o espanhol a autoriza.

Com relação à aquisição da linguagem, os autores afirmam que embora as crianças adquiram bem cedo o determinante definido, nem todas as suas interpretações são adquiridas ao mesmo tempo, ou seja, algumas delas apresentam um desenvolvimento tardio ou talvez nem ocorram, quando, por exemplo, uma língua faz um uso diferente do artigo. Dentre estas interpretações, destacam-se a de espécie e a de posse inalienável, que podem aparecer como interpretação “não canônica” do DP definido em algumas línguas, mas não em outras. Nas línguas analisadas, o inglês não autoriza nem a leitura de posse inalienável para o determinante definido, nem a leitura de espécie. Já o espanhol (mas também O PB), autoriza tanto a leitura de espécie quanto de posse inalienável para o DP definido.⁷³

Diante deste quadro, e considerando a análise dos usos “não canônicos” do determinante definido, os autores pretendem responder ao seguintes questionamentos:

- a) As crianças permitem interpretação genérica do definido plural em espanhol e em inglês?
- b) A taxa de aceitação do definido plural genérico é comparável entre estas duas línguas analisadas?
- c) Se as crianças adquirindo inglês são capazes de interpretar o plural nu como um definido genérico, elas diferenciam essa construção do plural nu?

⁷³ A título de ilustração, considere as seguintes sentenças:

- (i) John and Mary scratched the arm.
- (ii) João e Maria arranharam/coçaram o braço.
- (iii) *The dog barks.
- (iv) Dogs bark.
- (v) O cachorro late.

Enquanto o inglês, em (i), não autoriza a leitura de que o braço arranhado/coçado se trata de uma parte do corpo de João e Maria (ao invés de outro braço introduzido no contexto), no PB, em (ii), esta leitura, que é a de posse inalienável, é perfeitamente autorizada. Por outro lado, apenas o PB autoriza uma leitura de espécie para o definido singular, como exemplificado em (v), ao passo que o inglês apenas autoriza esta leitura com o plural nu, exemplificada em (iii) e (iv). Para uma discussão mais detalhada do fenômeno no PB, cf. Mendes (2015).

- d) Se as crianças permitem que o plural *nu* receba uma leitura genérica, assumindo-se que tal interpretação é sensível ao tempo verbal, há um efeito do tempo nesta interpretação? Ou em outras palavras: o tempo verbal pode desempenhar um papel na interpretação do definido genérico nas crianças?

Para responder a estes questionamentos, os autores assumem a proposta de Chierchia (1998), segundo a qual o determinante definido é semanticamente o mesmo em espanhol e em inglês, e a impossibilidade de ocorrência de um definido plural denotando a espécie em inglês se dá em decorrência de um bloqueio disparado pelo plural *nu* (o Princípio de Bloqueio⁷⁴, proposto por Chierchia (1998)). Em contraposição, nas línguas românticas, a ausência do plural *nu* permite que o definido plural amplie o seu domínio de alcance, estendendo-se também à denotação da espécie. Nas línguas em que as crianças têm problemas em decidirem que forma pode ser usada para se referir à espécie (plural *nu* vs. definido plural), se aceitará a leitura genérica do determinante definido. Além disso, os autores assumem que as crianças começam a aquisição fazendo uma análise comparativa do definido, dada a sua ampla possibilidade de interpretações; assumem, ainda que a aquisição e as diferenças translinguísticas encontradas dependem da competição semântica com os nomes nus. Disso, seguem as seguintes previsões:

- i) As crianças vão autorizar a leitura genérica do definido plural nas duas línguas;
- ii) A taxa de aceitação do definido plural com leitura genérica não será a mesma para as duas línguas: espera-se menos aceitação do definido plural com leitura genérica em inglês, uma vez que o inglês apresenta o plural *nu*;
- iii) Uma vez que a genericidade não é uma propriedade do determinante definido, mas da sentença, os distintos tempos verbais podem disparar leituras diferentes. Espera-se que o tempo presente esteja mais correlacionado com o uso do definido genérico plural do que o passado, por exemplo.⁷⁵

⁷⁴ Cf. a seção 1.2.2 deste trabalho.

⁷⁵ Para não me delongar tanto na resenha do artigo, vou me ater exclusivamente aos experimentos relativos ao status dos DPs. Remeto o leitor ao texto original para uma análise sobre o tempo verbal e suas implicações para a leitura genérica, que fogem ao escopo deste trabalho.

Para testar essas previsões, Pérez-Leroux *et al* (2004) elaboram dois experimentos linguísticos, um para crianças adquirindo o inglês e outro para crianças adquirindo o espanhol. Fundamentalmente, o experimento consistia num Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV) precedido de um contexto, isto é, havia uma estória sobre determinado animal e, logo após a estória, estava o teste propriamente dito, que consistia em uma pergunta imediata, duas perguntas distratoras (uma positiva e outra negativa), sucedidas por uma pergunta tardia, todas elas do tipo ‘sim/não’, conforme se pode conferir na Figura (1) a seguir:

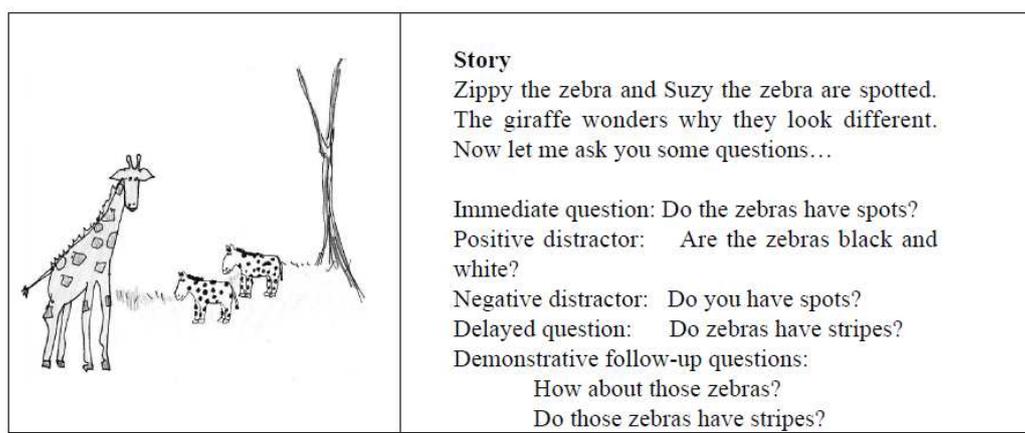


Figura (1): exemplo do teste experimental de Pérez-Leroux *et al* (2004). Fonte: Pérez-Leroux *et al* (2004, p.4).

As imagens dos experimentos de Pérez-Leroux *et al.* (2004) continham dois membros atípicos de uma determinada espécie e um observador, membro de outra espécie. Na ilustração acima, as duas zebras com manchas ao invés de listras eram os representantes atípicos da espécie ‘zebra’ e a girafa era a observadora prototípica de outra espécie. Perguntava-se aos participantes sobre as características atípicas da espécie, e as respostas dadas a essas perguntas serviam para identificar o status semântico do sintagma nominal e o tipo de determinante. A resposta à pergunta imediata (*Immediate question*) era o principal objeto de estudo do experimento. As duas perguntas distratoras serviam, como aponta o nome, para distrair o participante sobre o objeto de estudo e também para saber se os participantes eram cooperativos com o experimento. Nesse sentido, o esperado era que o participante respondesse ‘não’ na pergunta distratora negativa (*negative distractor*), porque essa era a resposta adequada, enquanto na pergunta distratora positiva (*positive distractor*), a resposta

esperada e adequada era 'sim'. Por fim, a pergunta atrasada (*delayed question*) foi inserida no experimento para avaliar se os erros foram, de alguma forma, enviesados pelo conhecimento de mundo da criança. Também havia uma pergunta de controle de compreensão da estória, denominada "*demonstrative follow-up questions*" apresentada depois da pergunta atrasada, em caso que a criança fornecesse apenas a interpretação genérica para uma das estórias. O design do teste era basicamente o mesmo tanto para o inglês como para o espanhol, a diferença, além da língua na qual o teste era veiculado, era que no teste em inglês, testava-se o plural nu e o definido plural, enquanto no teste em espanhol, testava-se apenas o definido plural, dado que o plural nu na posição de sujeito nesta língua é agramatical.

Participaram deste experimento 33 crianças, recrutadas em uma creche de Toronto e em outra, em Santo Domingo. Destas, 20 estavam adquirindo inglês e treze adquirindo espanhol. Entre as crianças adquirindo inglês, havia um grupo de crianças mais novas (entre 4;5 anos e 6;0 / N=11) e um grupo de crianças mais velhas (6;5 à 7;3 anos de idade / N = 9). Já no grupo adquirindo espanhol, o grupo de crianças mais novas (N=7) apresentava entre 3;5 à 5;3 anos de idade, enquanto o grupo de crianças mais velhas (N=6) tinha entre 6;0 e 6;7 anos de idade. Houve ainda, um grupo controle de doze adultos, recrutados na Universidade Estadual de Michigan, os quais responderam ao teste em inglês.

Os resultados para o teste em inglês atestam que tanto as crianças mais novas quanto as mais velhas forneceram um percentual elevado de respostas não esperadas (leitura genérica) para o determinante definido (aproximadamente 70% dos julgamentos). Já em relação ao plural nu, as crianças dos dois grupos se comportaram basicamente como o grupo controle adulto, atribuindo entre 90% e 95% de respostas esperadas (leitura genérica). Quando apresentadas, porém, à questão controle com demonstrativos (*demonstrative follow-up questions*), as crianças falharam em atribuir respostas corretas para o definido plural, o que sugere que muito provavelmente as crianças apresentaram dificuldade em interpretá-los.

Os resultados para o espanhol revelam que as crianças adquirindo esta língua mostram uma clara preferência para uma leitura genérica do definido plural (entre 80% e 95%), mesmo que, a rigor, o definido plural pudesse apresentar tanto uma leitura genérica como uma leitura específica. Os resultados também revelaram que as

crianças distinguem a forma definida das questões controle com demonstrativos, dado que atribuíram entre 17% e 42% de leitura genérica (não esperada) para estas questões.

Diante dos resultados encontrados, Pérez-Leroux *et al.* (2004) são propensos a admitir que as crianças falantes de inglês têm uma gramática de definido que inclui a possibilidade de leitura genérica. Além disso, elas confiavelmente discriminam o plural nu do definido plural, ainda que produzam taxas elevadas de respostas não esperadas para o definido plural em inglês. As crianças falantes de espanhol, por outro lado, claramente atribuem uma leitura genérica para o definido plural.

De acordo com os autores, a aceitação de uma interpretação genérica do definido plural pelas crianças falantes de inglês é predita pela proposta de Chierchia (1998), quando o autor assume que a semântica do determinante definido tem que ser igual nas duas línguas. Ainda assim, entre as estruturas que virtualmente poderiam denotar a espécie em inglês (definido plural e plural nu), as crianças tem uma clara preferência pelo plural nu. Esta é uma evidência que os autores assumem para o Princípio de Bloqueio proposto por Chierchia (1998) para o inglês: em razão da presença do plural nu, a leitura genérica do definido plural é preterida.

Além disso, comparativamente, as crianças falantes de espanhol autorizam mais uma interpretação genérica para o definido plural do que as crianças falantes de inglês, confirmando assim a predição dos autores e de Chierchia.

Para explicar por que as crianças falantes de inglês atribuem uma leitura não esperada para o definido plural, os autores alegam que parece haver um paralelo com a aquisição do Princípio B, da Teoria de Regência e Ligação, em que as crianças tem uma boa compreensão daquilo que é possível (uma leitura genérica para o definido plural, em razão da semântica deste DP ser a mesma através das línguas) mas um entendimento não tão claro daquilo que não é possível (a atribuição de uma leitura genérica para o definido plural em inglês, dado que esta língua não a autoriza).

Como este trabalho, alguns outros focalizaram a semântica e a sintaxe das sentenças genéricas sobretudo na língua inglesa. Daí a crítica que Pérez-Leroux, (2016) faz sobre o fato de que muito do que sabemos sobre sentenças genéricas e sua aquisição vem de estudos do inglês e que há uma necessidade premente de se investigar o que acontece em outras línguas para que se possa compreender melhor a dimensão do

problema. A proposta deste trabalho é precisamente esta: fornecer uma análise do PB, com intuito de ampliar a discussão já existente na literatura. Na seção seguinte, vou expor algumas das discussões que já foram feitas sobre o assunto no PB, para em seguida fornecer uma alternativa a estes trabalhos.

3.2 A aquisição da genericidade no PB:

Como já dito, são dois os trabalhos que estudam como se dá a aquisição de sentenças genéricas no PB: um especificamente, outro indiretamente. São eles, respectivamente, Augusto (2007) e Lopes (2004, 2006).

Augusto (2007) investiga os DPs plenos⁷⁶ e nus na aquisição da linguagem e suas possíveis interpretações genéricas no PB. Trata-se de um experimento de compreensão aplicado em crianças entre 3 e 5 anos de idade que visava verificar o tipo de leitura atribuída (genérica ou referencial/definida) a nomes nus e DPs plenos. Especificamente, o experimento pretendia saber se a pluralidade contribui para a interpretação genérica e se as crianças distinguem formas da língua que apresentam apenas leitura genérica (nominais nus) ou apenas leitura definida/referencial (demonstrativos).

O método consistia na apresentação de uma personagem inventada, um “tobe”, por exemplo, em que se ressaltava uma propriedade característica deste tipo de indivíduo, como, por exemplo, o fato de possuir três pernas. Em seguida, apresentava-se outra personagem com a propriedade característica ocultada por algum objeto e perguntava-se para as crianças se aquele segundo tobe apresentava a propriedade ressaltada anteriormente. O teste controlou o tipo de DP (definido ou nu), o número do DP (singular ou plural) e, por razões contextuais, o número de figuras apresentadas (se uma ou múltiplas figuras). O experimento foi aplicado em 45 crianças (grupo experimental) e 20 adultos (grupo controle).

Os resultados do experimento de Augusto (2007) sugerem que as crianças, em geral, atribuem leitura genérica para todas as expressões analisadas (definido singular, definido plural, nominal nu e plural nu). A análise estatística, porém, sugere que os nomes nus são mais frequentemente interpretados como genéricos. Há, além disso,

⁷⁶ Por ‘DPs plenos’, compreenda-se os DPs que apresentam determinante realizado morfofonologicamente na língua.

uma clara preferência por uma interpretação genérica dos sintagmas marcados por plural, ainda que na análise isolada dos dados das crianças, a distinção singular/plural não seja estatisticamente relevante. Por fim, apenas as crianças mais velhas reconhecem a especificidade de uso genérico dos nomes nus, enquanto as crianças mais novas tendem a atribuir além da leitura genérica, uma interpretação referencial aos nomes nus.

O trabalho de Augusto (2007), contudo, não distingue claramente os conceitos de genericidade proveniente da sentença (genericidade-I) e genericidade oriunda do sintagma nominal (genericidade-D). Por exemplo, a autora toma as sentenças de (17) a (21) como se exemplificassem um único fenômeno, quando na verdade, a literatura da área já demonstrou que são dois fenômenos distintos e mais: que há disputa sobre a gramaticalidade de algumas destas sentenças.

(17)	Zebras têm listras.	[espécie]
(18)	Criança gosta de doce.	[espécie]
(19)	Os tigres comem carne.	[referencial; espécie]
(20)	O gato é traiçoeiro.	[referencial; espécie]
(21)	Um coelho precisa de cenouras.	[referencial; espécie]

A sentença (21), por exemplo, só recebe interpretação genérica por meio de uma quantificação sentencial pelo operador Gen. Já (17) e (18), a rigor, não versam sobre uma generalização acerca da espécie, mas sobre indivíduos, porque os predicados aos quais os nomes nus estão associados são do tipo *I-level* e não *K-level*. Por fim, há uma imprecisão terminológica em que a autora faz uso do termo ‘espécie’ quando, na verdade, quer se referir a uma leitura genérica num sentido *latu sensu*.

Como já ressaltai anteriormente, ainda que a genericidade-D e a genericidade-I façam parte de um mesmo grande fenômeno, seria salutar a um trabalho que se proponha a investigar a aquisição de sentenças genéricas manter a análise destas duas faces da expressão da genericidade apartadas.

O artigo de Augusto (2007), contudo, fez ao menos duas perguntas que dizem respeito diretamente ao trabalho que aqui pretendo desenvolver e, nesse sentido, carecem de ser mencionadas. A primeira se refere à importância do número para a interpretação genérica, isso é, a autora se pergunta se as crianças prescindem da morfologia de número para interpretação genérica. Já a segunda diz respeito a se as

crianças fazem distinção entre as formas da língua que admitem leitura genérica e definida (referencial).

Como, porém, Augusto (2007) não distingue claramente a genericidade-D da genericidade-I, o trabalho não especifica qual tipo de leitura genérica é atribuída às expressões analisadas pela autora. Essa especificação é importante para a pesquisa que aqui faço, uma vez que entendo que não se pode tomar as duas maneiras de se efetuar uma generalização como um mesmo fenômeno, como já discutido no primeiro capítulo.

Além disso, a proposta da autora toma o traço de número como relevante para a obtenção de leitura genérica. Esse é um ponto de desacordo com o que assumi na seção anterior, a saber, que não há número envolvido na referência direta à espécie, embora tenha assumido que a morfologia de número está presente na estrutura dos DPs argumentos de sentenças genericamente quantificadas.

Já o trabalho de Lopes (2004 e 2006) não investigou diretamente a aquisição de sentenças genéricas no PB, mas sim a aquisição de número. A hipótese da autora é que a criança passa por três estágios antes de convergir à gramática do adulto, a saber: (i) a criança assume um valor *default* singular para os DPs; (ii) a criança começa a fazer a distinção entre singular e plural; (iii) ocorre uma marcação paramétrica em função de um determinante nulo, que segundo autora, torna o traço de número não-especificado nos nomes. Esse terceiro estágio requereria um passo extra para a criança, porque envolve a aquisição do determinante nulo expletivo, convergindo à gramática adulta, na qual o número é um núcleo opcional. E porque essa etapa envolve uma complexa operação semântica de *type-shifting*, o processo pode ser procrastinado. Assim, a expectativa de Lopes (2004, 2006) é encontrar nomes nus com interpretação genérica apenas no estágio (iii), ou seja, num estágio mais tardio da aquisição.

As evidências para a afirmação da autora vêm de duas fontes: a primeira é a análise longitudinal de dados de quatro crianças (de 1;8 a 3;7), duas das quais foram estudadas quantitativamente e duas qualitativamente. A segunda é um teste de Julgamento de Valor de Verdade, aplicado em nove crianças.

Os dados longitudinais mostram que as crianças produzem nomes nus não-contáveis e contáveis singulares desde muito cedo e as formas plurais demoram mais a ocorrer, surgindo depois dos DPs singulares. Essa é a evidência para sustentar as duas primeiras etapas da aquisição de número, a de que há um período em que as crianças

apenas produzem DPs singulares e que depois começam a fazer a distinção entre singular e plural.

A evidência para a terceira etapa vem dos resultados obtidos no experimento realizado pela autora. Nele, Lopes (2004) testou a aceitabilidade de sentenças como (22), a seguir, se perguntando qual era a preferência da criança em relação à retomada anafórica, se singular, com o pronome ‘ela’ ou plural, com o pronome ‘elas’.

- (22) Os jogadores não gostam de criança_i porque *ela_i/elas_i não joga(m) direito.⁷⁷

Pela análise da autora,

“[...] o determinante nulo não se comporta plenamente como o determinante aberto, mas força um traço de número não-especificado no nome o que explica por que um DP nu, morfologicamente singular, tem que ser recuperado através de um pronome plural.” (LOPES, 2004)

Assim, a expectativa era a de encontrar nomes nus com interpretação genérica apenas no terceiro estágio, uma vez que na compreensão da autora, o singular nu do PB é um DP com D nulo expletivo.

Das nove crianças (média de idade: 3;1) que participaram do experimento, os dados de duas foram descartados porque apresentaram respostas aleatórias. Os resultados sugeriram que as crianças aceitam tanto a anáfora singular quanto a plural em 85,7% dos casos, com leitura genérica. Apenas duas crianças mais velhas do grupo (3;11) rejeitaram a anáfora singular em 100% dos casos e isso confirma a predição de que a opcionalidade do traço de número no DP nu é adquirida tardiamente ou, como último passo no processo.

⁷⁷ Exemplo de Lopes (2004). Na variedade do autor desta tese, contudo, a retomada anafórica de um nominal nu por um pronome, seja ele singular ou plural é bastante periférica em relação a outras retomadas. Intuitivamente, me parece que o candidato ideal para retomar um nominal nu é o próprio nominal nu. Nem mesmo um pronome nulo, neste contexto, retoma tão bem o singular nu quanto ele mesmo. Ainda assim, numa escala de gradiência de retomada anafórica, o pronome nulo retomaria melhor o nominal nu que os pronomes plenos:

- (i) Os jogadores não gostam de criança_i, porque criança_i/# \emptyset _i/#ela_i/#elas_i não joga(m) bem.

Em outros contextos, a retomada anafórica pelo pronome nulo parece ser perfeita, como em (ii), a seguir:

- (ii) A escola de integração aceita criança pequena só depois que \emptyset _i/#ela_i/#elas_i saiu das fraldas.

Isso poderia ser tomado como evidência de que talvez não haja a presença do número na estrutura sintática do nominal nu, uma vez que os pronomes de terceira pessoa (singular ou plural) são dotados de traços de número e, portanto, não são candidatos perfeitos para a retomada do nominal nu.

Para explicar esse fenômeno, a autora segue a proposta tradicional de que D possui traços- Φ não-interpretáveis, que buscam no nome o traço interpretável para convergir na derivação sintática. A pergunta que surge, então é: o que a criança faz inicialmente, quando o número não parece ser valorado em D? A autora responde que o número é um traço interpretável no nome, portanto, não precisa ser checado. A criança demoraria mais em convergir à gramática do adulto porque existe o traço de número não especificado dos DPs nus.

Lopes afirma que o D nulo do PB, ao contrário do D nulo do Português Europeu (PE), apaga ou não seleciona o núcleo funcional NumP, o que desencadeia a realização *default* singular para o nome, que possui traços interpretáveis e, segundo a autora, esses traços interpretáveis não precisam ser valorados. A não seleção de núcleo de número é que permite que o singular nu possa ser interpretado como genérico. Na proposta da autora, então, a aquisição de sentenças genéricas está intimamente relacionada com a aquisição de número. Neste trabalho, como já dito previamente, defendo que são processos distintos: a referência à espécie independe de número porque o número instancia indivíduos ao passo que, por ser um fenômeno intensional, a referência direta à espécie não diz respeito à instanciação de indivíduos no mundo.

Além disso, Lopes (2004) assume que os nomes nus singulares podem obter ao menos três interpretações: genérica, referencial e existencial, como nos exemplos a seguir:

(23) Tem criança na sala.

(24) Criança gosta de doce.

(25) – Você não vem na reunião?

– Não, tenho que pegar criança na escola. (Com referência a uma criança específica)⁷⁸

A sentença (23) é um exemplo de leitura existencial, enquanto (24) é uma sentença genérica (genericidade-I) e (25) seria um exemplo de interpretação específica para o nominal nu.

Na intuição de quem escreve este trabalho, contudo, a leitura mais saliente do nominal nu é a espécie. Não sou capaz de atribuir uma interpretação que tome o singular nu como um indivíduo específico, apesar de a literatura da área apontar para

⁷⁸ Exemplos e intuição extraídos de Lopes (2004).

esta possibilidade (cf. LOPES (2004, 2006), CYRINO E ESPINAL (2015) e WALL (2017)). Esta interpretação que tenho deve estar ligada à possibilidade de não haver número na estrutura sintática do singular nu e, por conseguinte, por não instanciar indivíduos, conforme propõem Cyrino e Espinal (2015). Assim, as sentenças (23), (24) e (25) são sentenças que analiso como se tratando de eventos que envolvam a espécie e não um indivíduo específico. A interpretação que tenho em (23) é a de que há, na sala, alguma entidade que conte como representante da classe ‘criança’, sem informação de quantas e quais. (25), por sua vez, não diz respeito a uma criança específica, mas a manifestações indeterminadas desta classe. O indivíduo vai buscar na escola alguma entidade que conte como a classe criança, mas não há como saber se é uma ou muitas senão por inferência pragmática. Por fim, em (24), ‘gosta de doce’ é um predicado de indivíduo que pode se aplicar tanto a indivíduos quanto a classes. Neste caso, se aplica a um nome que denota a classe, transpondo a sua denotação para a espécie. Estas intuições serão postas à prova mais adiante por meio de um experimento psicolinguístico.

3.3 O que as teorias poderiam prever para a aquisição da linguagem?

Nesta seção reside a originalidade do presente trabalho: nenhum dos autores discutidos no primeiro capítulo desta tese se propôs a explicar como se dá a aquisição do fenômeno em análise. As propostas teóricas, no entanto, levam a predições importantes para a aquisição da linguagem e a presente seção é dedicada a esse assunto. Mas é importante frisar que as predições que vou expor, a seguir, são de minha exclusiva responsabilidade, uma vez que os autores discutidos na primeira parte deste trabalho desenvolveram propostas referentes apenas à gramática do falante adulto do PB. Como, no entanto, o objetivo desta tese é investigar a aquisição da genericidade-D no PB, e mais especificamente o status do nominal nu na aquisição, é importante inferir das propostas teóricas as predições que elas poderiam realizar.

A tabela (3), a seguir, sintetiza as intuições dos teóricos para os sintagmas nominais que fazem referência à espécie no PB, isto é, aqueles que podem ser combinados com um predicado de espécie. É com base nela e nas discussões que os autores fazem sobre as estruturas em análise que vou elaborar as predições possíveis para as propostas teóricas.

Teóricos:	Referência à espécie no PB			
	Def. sing.	Def. pl.	Singular nu	Plural nu
<i>Müller (2000, 2002a,b)</i>	✓	✓	⊗	✓
<i>Schmitt & Munn (1999); Pires de Oliveira & Rothstein (2011)</i>	✓	✓	✓	✓
<i>Cyrino & Espinal (2015)</i>	✓	⊗	✓	⊗

Tabela (3): sintagmas nominais que podem fazer referência à espécie.

Como se pode observar na Tabela (3), acima, o DP contendo um indefinido singular não está presente, justamente porque, de acordo com a intuição de todos os autores nela citados, tal sintagma é incapaz de se referir diretamente à espécie. Também é possível notar outro acordo entre eles: não há disputa teórica sobre o status do definido singular: em todas as propostas teóricas apresentadas acima, tal sintagma pode receber uma interpretação de espécie. Com relação aos outros sintagmas nominais, contudo, as opiniões dos autores divergem.

Destas observações, a pergunta que imediatamente surge é: qual seria o estágio inicial da gramática para a aquisição da genericidade-D no PB? Se é ponto pacífico que o definido singular parece ser um nome que confiavelmente se refere à espécie, poderíamos presumir que provavelmente o ponto de partida da criança na língua seja o definido genérico. A grande questão, no entanto, diz respeito ao papel que o número exerce ou não em alguns destes sintagmas.

Outra discussão que parece consensual na literatura envolvendo a aquisição é de que os sintagmas nominais plurais são mais tardios na fala da criança, em relação aos sintagmas singulares. Isso quer dizer que o plural, na linha do tempo, vem depois do singular (cf. Lopes 2004, 2006; Ferrari 2003, 2008; Simioni 2007; 2011). Nesse sentido, outra previsão que se pode fazer sobre as propostas teóricas que discuti nos capítulos anteriores é que o sintagma plural que faz referência à espécie é mais tardio que o definido singular⁷⁹. Assim, a predição é que tanto o definido plural quanto o plural nu surjam depois do definido singular no PB.

⁷⁹ Digo 'se é possível' porque sabemos que a proposta de Cyrino e Espinal (2015) exclui os sintagmas nominais plurais da referência direta à espécie. Vou discutir esta proposta mais adiante.

O ponto mais conflituoso de discussão não poderia ser nada mais, nada menos que o singular *nu!* Não é consenso na literatura nem se ele pode fazer referência à espécie e nem, como já discutimos, se ele é mesmo singular. Nas seções seguintes, vou discutir algumas predições que as propostas teóricas as quais orientam este trabalho poderiam fazer para o singular *nu* na aquisição de expressões de referência à espécie. Vou me dedicar especificamente à controversa posição de sujeito, embora algumas das propostas estendam sua análise também às demais posições argumentais.

3.3.1 O que prevê a proposta de Müller (2000, 2002a,b; 2003)?

A sentença (26), abaixo, é considerada agramatical na intuição de Müller (op. cit.). A autora justifica esta agramaticalidade afirmando que o singular *nu* na posição pré-verbal, é, na verdade, um NP e, por esta razão, não poderia ocupar uma posição argumental de uma sentença, tal como em (26); nesta sentença, o singular ‘dinossauro’ *nu* não ocuparia a posição de sujeito (SpecTP), a não ser que fosse preso por um operador sentencial, como o operador *Gen*, o operador \forall (universal) ou o operador \exists (existencial).

(26) Dinossauro está extinto.

Assumi, anteriormente, que o ‘dinossauro’, na verdade, é gerado na posição de sujeito de uma MO e, posteriormente, alçado à posição de SpecTP da sentença para, dentre outras coisas, satisfazer as imposições do EPP e checar caso nominativo. Assim, há uma incompatibilidade teórico-intuitiva entre o que proponho e o que propõe a autora: defendo não só que a sentença (26) é gramatical no PB como também que (26) é uma das formas de se referir à espécie nesta língua: com o singular *nu* na posição de sujeito de um predicado de espécie. A proposta de Müller, por outro lado, não prevê a ocorrência de singular *nu* em referência à espécie na fala adulta e, por extensão, também na fala infantil e, por esta razão, não há como assumir a proposta da autora como uma alternativa para a explicação da aquisição da genericidade-D no PB.

3.3.2 O que preveem as propostas de Schmitt e Munn (1999, 2005)?

Schmitt e Munn (1999, 2005) consideram o PB como uma língua que projeta AgrP e NumP não fundidos, nos termos de Bobalkjk (1995), com o seu *Free Agr*

Parameter. Em línguas assim, a projeção de número pode estar ausente. No caso do PB, para Schmitt e Munn (op. cit), a categoria de número é projetada: se marcada para número, teremos o plural nu; se não marcada, teremos o singular nu. É neste sentido que os autores falam em neutralidade de número. Isso quer dizer que um singular nu poderia ser retomado tanto por uma anáfora singular quanto plural, porque é uma estrutura neutra para número. É justamente essa a intuição que os autores têm para sentenças desse tipo, conforme se pode observar em (27) abaixo:

(27) Coelho vê o mundo de outra maneira porque ele/eles/∅ é/são muito pequeno(s).

Note, no entanto, que isso, de alguma maneira, deve gerar um problema para a aquisição: como é que a criança lida com uma estrutura aparentemente singular, mas que poderia ser interpretada ora como singular, ora como espécie?

A proposta de Lopes (2004, 2006) foi a que melhor captou este problema para a aquisição e que forneceu uma resposta satisfatória para o fenômeno à luz deste quadro. Conforme já discutido, Lopes propõe que há três estágios para a aquisição de número no PB. No primeiro, as crianças assumem um valor *default* singular para os DPs; no segundo, emerge a morfologia de número e, em consequência disso, a marcação de plural nos nomes e determinantes; num terceiro estágio a criança readequaria a sua gramática em virtude do singular nu que é aparentemente singular, mas pode também denotar a espécie.

Neste trabalho, contudo, não adoto a proposta de Schmitt e Munn (op. cit.) de que o singular nu é neutro para número. Assim, precisarei de uma outra proposta teórica para explicar o fenômeno em análise.

3.3.3 O que prevê a proposta de Cyrino e Espinal (2015)?

A proposta teórica de Cyrino e Espinal (2015), baseada em Borik e Espinal (2015), propõe que a referência à espécie no PB não envolve a projeção de número. O número funcionaria como o operador 'R' (relacional) de Carlson (1977a), que selecionaria um predicado e devolveria instâncias de indivíduos. Referir-se à espécie, para as autoras, nada tem a ver com a instânciação de indivíduos, isso é, se houver a instânciação de indivíduos, não estaríamos nos referindo à espécie, em si, mas

sim a indivíduos em particular. Assim, qualquer sintagma nominal plural já, em tese, não poderia se referir à espécie, justamente porque há a projeção sintática de número. Cyrino e Espinal (2015) se contrapõem à Schmitt e Munn (1999, 2002) porque, enquanto para os últimos, o singular nu é neutro para número, as primeiras são categóricas em dizer que ou há a projeção de número e, neste caso, o singular nu deveria ser interpretado como definido ou plural ou não há a projeção de número e, neste caso, o singular nu deveria ser interpretado como genérico.

Note-se, no entanto, que a essência da proposta de Schmitt e Munn (1999, 2002) e de Cyrino e Espinal (2015) é basicamente a mesma: ou a projeção de número é apagada da estrutura sintática ou não há número envolvido na denotação da espécie. Em ambas as propostas, a categoria de número se torna dispensável na derivação. A maior diferença entre as duas propostas é que enquanto para Schmitt e Munn (1999, 2002) o singular nu denota a espécie, para Cyrino e Espinal (2015), o singular nu é ambíguo entre uma leitura definida, de espécie e de soma máxima.

Se Cyrino e Espinal (2015) estiverem corretas sobre a estrutura do singular nu em referência à espécie, poderíamos pressupor apenas dois estágios para a aquisição da genericidade-D: no primeiro, a criança assumiria um valor *default* singular para todas as expressões. Nessa primeira etapa, ela estaria apta a produzir e interpretar tanto o definido singular quanto o singular nu como expressões de referência à espécie. Já no segundo estágio, emergindo a morfologia de plural, a criança produziria e interpretaria sintagmas nominais plurais, mas já não mais como referência à espécie, senão como o que Borik e Espinal (2015) chamariam de “outras expressões genéricas”.

Se, contudo, as autoras estiverem corretas sobre as múltiplas interpretações que o singular nu possui, deveríamos esperar que as crianças tardassem mais em adquirir o singular nu no PB, dado que estruturas ambíguas, em geral, levam mais tempo para serem adquiridas, porque demandam um passo extra para a criança: lidar com as variadas leituras de uma estrutura. Neste trabalho, porém, como já discutido, assumo que o singular nu, de forma não ambígua, denota a espécie. Assim, não levarei em conta essa proposta que analisa o singular nu como uma estrutura ambígua do PB.

3.3.4 O que prevê a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011)?

Pires de Oliveira e Rothstein (2011) propõem uma análise unificada para o singular nu: seriam interpretados como nomes de massa, porque, segundo as autoras, há muito mais semelhanças entre nomes de massa e o singular nu que divergências.

É, porém, a proposta mais difícil de ser avaliada empiricamente, em virtude da maquinaria semântica proposta pelas autoras. Essa maquinaria, conforme elas mesmas afirmam, não tem uma realização linguística, mas existe enquanto suporte para operações semânticas.

Se, contudo, as autoras estiverem corretas, a interpretação *default* do singular nu no PB é a de espécie (porque a rigor, esta é a interpretação *default* dos nomes de massa). Assim, um experimento psicolinguístico que se proponha a avaliar esta teoria deveria comparar a interpretação do nome nu singular e contável com a dos nomes massivos para investigar se essas interpretações se equiparam ou se distinguem. Também, por extensão, se esperaria encontrar na fala infantil nomes nus se referindo à espécie, até mesmo antes do definido genérico e de expressões plurais.

3.4 A que se propõe este trabalho?

A pergunta que pretendo responder neste trabalho é: como se dá a aquisição da genericidade-D no PB, dado que encontramos um nome nu com aparente⁸⁰ morfologia singular que, a rigor, concorre com a forma definida genérica e, por vezes, com outras formas plurais em termos do que pode denotar?

Assumo que o singular nu denota espécie, nos termos de Pires de Oliveira e Rothstein (2011) e que não há número envolvido na denotação do singular nu, nos termos de Cyrino e Espinal (2015), mas a pergunta que naturalmente surge é como a criança adquire tal estrutura?

Como ponto de partida para responder a esta pergunta, vou, novamente, me deter na gramática-alvo, isto é, na gramática do falante adulto do PB. Precisamente, faz-se necessário entender como se dá a distribuição sociolinguística dos nomes nus na

⁸⁰ Insisto que não há morfologia de número na estrutura sintática do singular nu. Em não havendo tal morfologia, não parece plausível considerar tal sintagma nominal como 'singular' apesar de sua forma ser homônima à de um DP com marcação morfológica singular. São duas estruturas distintas e precisam ser tomadas apartadas, na análise.

gramática da língua. Para tanto, recorro ao trabalho de Mariano (2017), por não haver encontrado nenhum outro trabalho que apresente uma proposta quantitativa de distribuição sociolinguística dos nomes nus no PB.

Mariano (2017) analisou um corpus linguístico, com o intuito de saber quais eram os tipos de nomes nus mais frequentes e em que posições sintáticas e com que interpretação semântica esses nomes nus mais habitualmente ocorriam no PB. Os resultados apontaram um total de 1276 casos de nominais nus (singular nu, plural nu e nome de massa nu) no corpus. Destes, 68% constituíam-se de singular nu, 25%, de plural nu e 7%, de nomes de massa nu, segundo a Tabela (4), a seguir:

Tipo de DP	Ocorrências	%
<i>Massa nu</i>	88	7%
<i>Plural nu</i>	326	25%
<i>Singular nu</i>	862	68%
Total	1276	100%

Tabela (4): Distribuição dos nomes nus no corpus analisado por Mariano (2017).

Considerando-se a posição sintática, 38,1% desses nominais ocupavam a posição de argumento interno do verbo (objeto direto). Quanto à posição de sujeito houve registro de apenas 4,9% de nominais nus (singular e plural) nesta posição, conforme se nota na Tabela (5), a seguir:

Posição sintática	Ocorrências	%
<i>Objeto direto</i>	487	38,1%
<i>Complemento nominal</i>	177	13,8%
<i>Adjunto adnominal</i>	134	10,5%
<i>Tópico</i>	104	8,5%
<i>Complemento de verbo leve</i>	87	6,8%
<i>Objeto preposicionado</i>	80	6,2%
<i>Sujeito</i>	63	4,9%
<i>Outras posições</i>	144	11,2%
Total	1276	100%

Tabela (5): distribuição dos nomes nus por posição sintática, de acordo com Mariano (2017);

Quando ocorriam na posição de sujeito, 68,5% dos casos consistiam de singular nu contra 27,0% dos casos de plurais nus e 4,5% de massivos nus, conforme a Tabela (6), a seguir:

Nominais nus na posição de sujeito		
<i>Tipo de DP</i>	Ocorrências	%
<i>Singular nu</i>	43	68,5%
<i>Plural nu</i>	17	27,0%
<i>Massa nu</i>	3	4,5%
Total	63	100%

Tabela (6): distribuição dos nomes nus na posição sintática de sujeito, de acordo com Mariano (2017).

Em relação à interpretação, 55% dos dados consistiam de nominais nus (singular, plural e massivo) ocorrendo em contextos genéricos, 25% em contextos episódicos, 14% em contextos existenciais e 2,5% em referência à espécie, conforme se nota na Tabela (7), abaixo. A baixa frequência de nominais nus ocorrendo em contextos de referência à espécie se deu, segundo o autor, em decorrência do tipo de discurso das amostras analisadas⁸¹.

Tipo de leitura	Tipo de DP nu								
	Singular nu	%	Plural nu	%	Massa nu	%	Total	%	% Total
<i>Genérica</i>	470	67,0%	170	24,2%	61	8,8%	701	100%	55,0%
<i>Episódica</i>	222	70,0%	89	27,0%	10	3,0%	321	100%	25,1%
<i>Espécie</i>	22	71,0%	3	9,6%	6	19,4%	31	100%	2,5%
<i>Existencial</i>	126	70,0%	47	26,0%	7	4,0%	180	100%	14,1%
<i>Outras leituras</i>	22	51,0%	17	40,0%	4	9,0%	43	100%	3,3%
<i>Total</i>	862	100%	326	100%	88	100%	1276	100%	
% Total	862	68,0%	326	25,0%	88	7,0%	1276		

Tabela (7): distribuição dos nomes nus no PB. Adaptado de Mariano (2017).

Ainda assim, analisando a concorrência entre singular e plural nus em contextos de referência à espécie, os dados sugeriram que há um condicionamento linguístico para o uso de singular nu em detrimento do plural nu, isto é, há um aumento na proporção de uso de singular nu em contextos de referência direta à espécie, em comparação com o plural nu nas mesmas condições.

Disto, depreende-se que o *input* ao qual a criança está exposta no PB está constituído de forma tal que os nomes nus ocorrem mais na posição de argumento interno, com interpretação genérica e, em sua maioria, constituídos de singular nu. Além disso, de acordo com Mariano (2017), quando em contexto de referência à espécie, há uma clara preferência de uso de singular nu em detrimento do plural nu.

Assumindo que este seja o caso, não teria razões para acreditar que o comportamento da criança divirja substancialmente do comportamento dos falantes adultos do PB, dado que não se esperaria que as crianças interpretassem ou produzissem o singular nu em contextos distintos daqueles produzidos na gramática-alvo.

⁸¹ De acordo com o autor, os eixos discursivos que norteavam as entrevistas pouco ou raramente estavam relacionado com uma referência à espécie. Apenas em algumas entrevistas, sobretudo as que falavam sobre comidas típicas, ocorria referência à espécie.

Defendo, assim, a hipótese de que a denotação mais básica para o singular nu na gramática da criança é aquela em que tal nominal ocorre num contexto genérico e, mais precisamente, num contexto de referência direta à espécie.

A evidência linguística que motiva esta hipótese é bastante intuitiva. Considere, por exemplo, um contexto de interação entre um adulto e uma criança em que ela ouve as seguintes sentenças:

(28) Tem brinquedo na sala.

(29) A Ana tá pintando revistinha.

(30) Cachorro late.

A sentença (28) pode ser proferida tanto num contexto em que haja um, dois ou um amontoado de brinquedos na sala, porque como já dito, a instanciação de indivíduos no contexto não é uma condição necessária para a referência à espécie. O mesmo se aplica aos exemplos (29) e (30), em que pode haver tanto um, dois ou um amontoado de revistinha que a Ana está pintando ou ainda, um único ou uma matilha de cachorros latindo. Considere que (28) foi usada num contexto em que havia um amontoado de brinquedos na sala, enquanto (29), foi usada quando a Ana estava pintando uma revistinha. Já (30), foi usada quando não havia cachorros presentes no contexto, mas se estava falando sobre algumas propriedades relevantes para cães. Quando a criança se depara com essas situações, em que um nome pode estar se referindo a um, dois ou uma quantidade significativa de indivíduos, mas ao mesmo tempo não se refere a nenhum desses indivíduos em particular e nem à sua pluralidade, a denotação que imediatamente ocorre é a genérica, isto é, a de que este nome está se referindo à classe como um todo, ao indivíduo 'espécie'.

A interpretação de espécie é aquela que surge por *default* quando um nome não denota precisamente nem um indivíduo específico, nem a pluralidade de indivíduos de um contexto. Muito provavelmente, esta seja uma outra manifestação da nossa capacidade cognitiva inata para a generalização, como postulado por Leslie (2008), em que a interpretação genérica surge quando as outras interpretações possíveis para aquele DP não se aplicam.

Como consequência dessa hipótese, deveríamos esperar que a criança pudesse interpretar o singular nu já nas primeiras etapas da aquisição, antes mesmo de dominar completamente a categoria de número e que não houvesse interpretação

plural para o singular nu, dado que a aquisição da categoria funcional de número se dá mais tardiamente na língua.

Se este for realmente o caso, confirma-se, então, a hipótese de Borik e Espinal (2015) de que de fato não há número envolvido na denotação da espécie, uma vez que as crianças seriam capazes de interpretar o singular nu como espécie muito antes de dominarem a categoria funcional de número da língua.

Também deveríamos esperar que as crianças não cometessem erros ao atribuir uma interpretação para o singular nu, isto é, deveríamos esperar que as crianças atribuíssem interpretação de espécie para o singular nu, dado que esta é a interpretação mais básica que tal nominal nu possui.

Adicionalmente, se assumo a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011) de que o singular nu é como nome de massa nu, não teríamos de encontrar uma distinção de interpretação entre o singular nu e o nome de massa nu na fala das crianças.

Por fim, uma vez adquirida a categoria funcional de número, o esperado seria que as crianças fossem sensíveis à marcação morfológica de plural e avaliassem sintagmas nominais plurais como indivíduos extensionais e não como uma entidade intensional de referência à espécie.

Assim, divergindo da proposta de Lopes (2004, 2006), minha hipótese não prevê etapas para a aquisição da genericidade-D no PB. O único entrave que a criança teria em relação à aquisição seria o de optar por um definido singular ou um singular nu em contexto de referência à espécie. Defendo que, de forma a se evitar a ambiguidade formal, as crianças optariam pelo uso do singular nu, porque sua interpretação mais básica é a de espécie, enquanto a interpretação mais básica do definido singular é a referencial.

Com o intuito de testar estas predições, apliquei um experimento em dois grupos distintos de indivíduos: um grupo de adultos falantes nativos do PB (grupo controle) e um grupo de crianças em fase de aquisição do PB (grupo experimental). Nos próximos capítulos, o leitor poderá encontrar a metodologia empregada no experimento, bem como os resultados da pesquisa.

4. DESIGN EXPERIMENTAL:

Elaborei meu experimento com base na proposta experimental desenvolvida por Pérez-Leroux *et al.* (2004), descrito na seção 3.1 deste trabalho. Para os meus objetivos, contudo, precisei adaptar o experimento de Pérez-Leroux *et al.* (2004). Veremos como se deu a adaptação deste experimento nas seções que se seguem. Antes, porém, retomo a pergunta de investigação que move este trabalho.

4.1 Pergunta de investigação

O que aqui se tenta fazer é entender como se dá a aquisição da genericidade-D no PB, dado que encontramos uma ampla variedade de estruturas que podem, em princípio, se referir diretamente à espécie. Em especial, eu gostaria de entender como as crianças adquirem o singular nu na língua, uma vez que este sintagma nominal apresenta propriedades que o distinguem das demais estruturas que poderiam fazer referência à espécie, como o fato de não apresentar determinante aparente, de variar em relação ao número gramatical (ora singular, ora plural) e de poder ser interpretado de diversas formas (seja com leitura definida ou referencial, seja como espécie ou como plural).

De acordo com a hipótese defendida neste trabalho, as crianças são capazes de interpretar o singular nu como uma expressão de referência direta à espécie desde muito cedo, justamente porque esta é a interpretação mais primitiva do singular nu: a leitura de espécie.

O experimento que desenhei tem o objetivo de testar essas previsões que a hipótese deste trabalho faz. Para tanto, adaptei o experimento de Pérez-Leroux (2004) de forma que no Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV) as crianças pudessem mostrar se são capazes de interpretar o singular nu como uma expressão de referência à espécie; já para saber qual era a interpretação preferencial para o singular nu, inseri, após o TJVV, uma Tarefa de Seleção de Imagem (TSI), dispondo três imagens que poderiam servir como denotações possíveis do sintagma nominal sujeito (referencial, espécie prototípica e plural), além de uma distratora. Vou discutir o design experimental na seção 4.3.

4.2 Participantes

Participaram do grupo controle, 43 falantes nativos adultos do PB, com idade superior a dezoito anos⁸², com ensino superior completo ou em fase de conclusão. Eles foram recrutados por meio virtual, como lista de e-mails e redes sociais. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁸³, disponível no Anexo IV desta tese, autorizando a utilização dos seus dados para fins exclusivamente científicos e assegurando-lhes o anonimato.

Do grupo experimental, participaram 71 crianças, dentre as quais 67 eram falantes nativas do PB, três eram falantes nativas de espanhol e uma, falante nativa de português moçambicano. Para os fins deste trabalho, descartamos os dados das quatro crianças que não eram falantes nativas do PB, e de duas crianças falantes nativas de PB que começaram a responder ao teste, mas preferiram desistir da atividade quando se entenderam. Ao todo, as respostas de 65 crianças foram contabilizadas nesta pesquisa.

Destas 65 crianças, contudo, descartamos parcialmente da análise os resultados de nove participantes que claramente enviesaram suas respostas, elegendo, em um dado momento, um único tipo de imagem. Deduzi que havia enviesamento quando a criança apontou cinco ou mais vezes seguidas para o mesmo tipo de imagem. Todas as nove crianças que tiveram parte de seus dados descartados apontaram deliberadamente para a imagem que representava um indivíduo específico (leitura definida). Os dados foram descartados a partir do momento em que houve o enviesamento, isto é, se a criança respondeu adequadamente até o oitavo estímulo e do nono em diante apontou para o mesmo tipo de imagem, descartei os dados a partir do nono estímulo e computei, na análise, as oito respostas anteriores.

O grupo experimental foi recrutado em duas creches do município de Campinas – SP, subordinadas à Divisão de Educação Infantil e Complementar (DEIC), da Universidade Estadual de Campinas. São elas: o Centro de Convivência Infantil (CECI) e o Programa de Integração e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (PRODECAD). O recrutamento se deu por meio do envio do TCLE aos pais e/ou

⁸² Um dos critérios de exclusão da participação na pesquisa foi que os participantes não poderiam portar nenhum tipo de déficit que comprometesse o desenvolvimento cognitivo, não fossem surdos ou com perda considerável de audição e que tampouco fossem cegos ou apresentassem baixa visão.

⁸³ O protocolo desta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Campinas (CEP-Unicamp), sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 53864416.2.0000.5404

responsáveis legais das crianças, os quais liam, autorizavam e devolviam uma cópia do TCLE assinado ao responsável por esta pesquisa.

Inicialmente, também obtive autorização para aplicar o experimento na creche Leonor Motta Zuppi. Em decorrência de uma greve dos servidores municipais de Campinas - SP, contudo, não pude aplicar o experimento nessa instituição.

Dentre as crianças que receberam autorização de seus pais, apliquei o teste somente nas crianças que demonstraram interesse em participar da pesquisa. Das 71 crianças, apenas três não se dispuseram a participar ou pediram para abandonar a atividade no decorrer da aplicação, o que foi respeitado.

As crianças foram subdivididas em três faixas-etárias, às quais chamarei Grupo 1 (G1), Grupo 2 (G2) e Grupo 3 (G3). Na Tabela (8) abaixo, pode-se conferir a distribuição dos grupos por creches e por faixas etárias, além do N total de coletas e os descartes parciais de dados por subgrupo. A princípio, a ideia era realizar o experimento em crianças com média de quatro, cinco e seis anos. No cálculo da média de idade das crianças, contudo, o G2 não atingiu a média de cinco anos, ainda que esteja bem próximo.

Grupo	Creche	Idade aproximada	N	Descartes parciais	Total
G1	CECI	4;0:24	21	1	20
G2	CECI	4;8:30	21	5	16
G3	PRODECAD	6;7:0	23	3	20
Total			65	9	56

Tabela (8): distribuição das crianças por faixa etárias.

4.3 Design e procedimento:

O experimento que elaborei consiste num vídeo de aproximadamente 15 minutos, em que os participantes eram convidados a ajudar um alienígena a entender algumas peculiaridades do planeta Terra. Especificamente, eles iriam ouvir histórias e responder a perguntas concernentes a determinadas espécies ou substâncias que habitam o nosso planeta. Apresentava-se, então, uma história em que apareciam duas espécies distintas, sobre as quais se aplicava a mesma propriedade, como por exemplo o predicado 'estar extinto' que se aplica tanto a 'mamute' quanto a 'dinossauro'. Na história, eram apresentadas duas imagens de representantes prototípicos da espécie em questão, seguidas da apresentação de uma imagem que representava um indivíduo

específico, ao qual se atribuía um nome próprio. Ao final de cada estória, procedia-se ao Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV), seguido da Tarefa de Seleção de Imagem (TSI) para as duas espécies às quais o predicado se aplicava.

O TJVV se resumia a três perguntas do tipo 'sim/não': uma pergunta imediata e duas perguntas distratoras, sendo uma negativa e outra positiva. A pergunta imediata servia para avaliar se os participantes eram capazes de interpretar o singular *nu* como uma expressão de referência à espécie, enquanto as distratoras serviam, como alude o nome, para desviar a atenção dos participantes do foco do experimento.

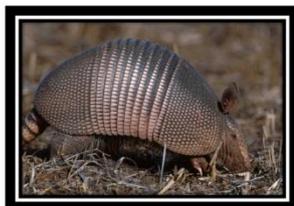
Após responder as perguntas do TJVV, emendava-se a TSI, em que o participante era convidado a ouvir uma sentença e a apontar para uma figura que melhor a representasse.

Na TSI, sempre eram mostradas quatro imagens: uma representando um indivíduo em específico (leitura referencial), uma representando um indivíduo prototípico da espécie mostrada anteriormente (leitura de espécie), outra representando uma pluralidade, ou seja, mais de um representante prototípico da espécie (leitura plural) e uma última distratora, isto é, uma imagem de algum animal ou substância que não guardava relação nenhuma com a estória apresentada. A hipótese deste trabalho era que as crianças poderiam selecionar como representantes da espécie apenas a imagem contendo um representante prototípico. Admiti, no entanto, a possibilidade de os participantes selecionarem também a imagem representando a pluralidade, dado que em algumas propostas teóricas, sintagmas plurais também poderiam denotar a espécie.

A disposição dessas imagens foi randomizada de forma a evitar que o participante associasse uma posição do quadrante a uma determinada leitura. No quadro (2), a seguir, o leitor poderá entender melhor esse aspecto do design do experimento.

[Enquanto o contexto é enunciado, algumas imagens relacionadas à estória são apresentadas para chamar a atenção do participante]

Gravação: O Plutônio até que entende rápido as coisas... A partir de poucas observações ele percebeu que existem alguns animais que estão desaparecendo das nossas florestas. É o caso do tatu e da onça. O homem tá destruindo tanto as nossas florestas que um dia esses animais podem desaparecer completamente... A seguir, vamos ver algumas imagens desses animais... Olha, tatu!

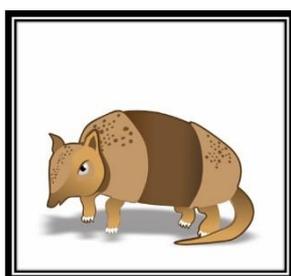


Gravação: E esse aqui, você sabe me dizer que animal é esse?



[Aguardava-se a resposta do participante]

Gravação: O que o Plutônio não sabe é que dentro de uma toca, bem pertinho daqui vive o Bebo. O Bebo é um tatu-bola que se diverte rolando por aí... vamos dizer 'oi' para ele?



[Som chamando atenção]

Gravação: vamos responder a mais algumas perguntas?

[Som chamando atenção]

TJVV:

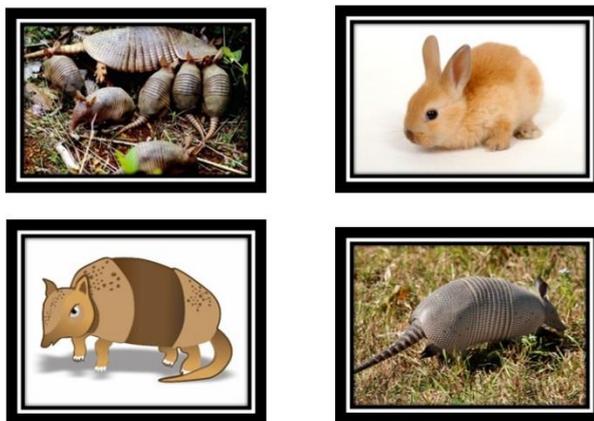
Pergunta imediata: O Bebo tá desaparecendo da floresta?

Distratora negativa: Tatu pode voar?

Distratora positiva: O Bebo gosta de sair rolando?

TSI:

Gravação: Agora aponte para a imagem daquilo que eu vou dizer: tatu tá desaparecendo da floresta.



Quadro (2): Exemplo de um contexto experimental.

Enquanto no experimento de Pérez-Leroux *et al.* (2004) os autores versavam sobre propriedades (a)típicas de uma espécie atípica, isto é, propriedades que (não) se esperaria encontrar numa determinada espécie inventada para aquele teste⁸⁴, no experimento que propus, o contexto experimental introduzia uma estória sobre espécies prototípicas, como dinossauro, cavalo, tatu, coelho, canguru etc.. Os contextos foram criados de forma que para cada imagem apresentada houvesse uma interpretação mais saliente. Dito de outra forma: o experimento apresentava uma determinada estória falando, por exemplo, da espécie tatu e, em seguida, se apresentava duas imagens ilustrando a espécie, com dois representantes prototípicos, um em cada lado da tela. Também se apresentava uma imagem desenhada de um indivíduo específico daquela espécie e a ele lhe atribuíamos um nome próprio, por exemplo, 'Bebo'. O objetivo era que os participantes tivessem claro quais imagens poderiam ser interpretadas como se referindo à espécie e quais imagens poderiam ser interpretadas como se referindo a um indivíduo em específico, na TSI.

Aos participantes, informava-se que eles poderiam selecionar apenas uma imagem, ou seja, apenas a imagem que melhor representasse aquilo que eles haviam compreendido da sentença. Caso as crianças selecionassem mais de uma imagem,

⁸⁴ A metodologia do trabalho de Pérez-Leroux *et al.* (2004) está descrita na seção 3.1 deste trabalho.

pedia-se para que elas apontassem para apenas uma. Caso as crianças insistissem em apontar para mais de uma imagem, o pedido era feito: “só pode escolher uma! Qual delas você acha que é?”. Se, por fim, algum participante não concordasse com o julgamento de valor da sentença, isto é, se dada uma sentença como ‘o mamute está extinto’ algum participante entendesse que tal sentença não seria verdadeira, porque ainda existiriam mamutes, pedia-se para que eles fingissem que a sentença fosse verdadeira e apontassem para a imagem que melhor representasse aquilo a que ela se referia.

O vídeo foi apresentado para o grupo experimental em um computador portátil Sony Vaio, auxiliado por uma Caixa Bluetooth amplificadora de som Philips BT2500W e um mouse sem fio Logitech M165, respectivamente, itens 1, 2 e 3, ilustrados na imagem a seguir:



Figura (2): disposição da sala de aplicação do experimento e do material utilizado – grupo experimental.

A aplicação do experimento no grupo das crianças se deu em locais distintos, a depender da disponibilidade das salas nas creches. No CECI, revezou-se entre a sala Multiuso e a sala de Leitura dos professores (hoje, sala de amamentação), enquanto no PRODECAD, se deu em qualquer sala de aula disponível no momento da aplicação dos testes. Todos os espaços, porém, guardavam as mesmas condições experimentais: ambientes isolados, conhecidos pelos participantes, sem objetos que poderiam distraí-los, como brinquedos, cartazes, etc. e, dentro do possível, silenciosos.

Já para o grupo-controle, o vídeo foi apresentado em uma televisão do Laboratório de Aquisição, Processamento e Sintaxe (Lapros), do Instituto de Estudos da Linguagem, na Unicamp e também em uma sala de aula do Centro de Comunicação

e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na maioria das vezes o experimento foi aplicado em grupos de duas ou mais pessoas. Quando isso ocorria, o aplicador solicitava que os participantes respondessem individual e manualmente cada pergunta na folha-resposta.

Na fase de habituação do experimento, o participante assistiu a um vídeo que apresentou um extraterrestre, o Plutônio, que desejava vir morar no planeta Terra. O vídeo adverte, contudo, que para que o extraterrestre pudesse viver no nosso planeta, seria preciso ajudá-lo a entender algumas peculiaridades sobre o nosso planeta. Em seguida, o participante foi convidado a responder a algumas perguntas e apontar para algumas imagens com o intuito de auxiliar o Plutônio com a sua curiosidade. Essa fase de habituação é imprescindível para que a criança não saiba que está participando de um experimento psicolinguístico e veja uma finalidade em participar da pesquisa que, para ela, será vista como uma brincadeira.

Com o objetivo de gerar um sentimento de conquista, de realização, inseri um elemento a mais no experimento para o grupo experimental: apresentei para as crianças uma caixinha e algumas bolinhas de isopor (que podem ser visualizadas no item 4, na Figura (2) acima). Expliquei que aquele objeto de madeira era a caixinha das coisas que o Plutônio estava aprendendo conosco na brincadeira. De tempos em tempos, ao cabo de três respostas, uma bolinha de isopor era adicionada à caixinha. Também adicionava uma bolinha para cada imagem selecionada. Expliquei para as crianças que quanto mais bolinhas puséssemos na caixinha, mais o Plutônio aprenderia conosco e que o ideal seria deixá-la transbordando de bolinhas ao fim da brincadeira.

As respostas do grupo experimental eram coletadas manualmente pelo aplicador. Depois de cada pergunta, o aplicador pausava o vídeo para que a criança pudesse respondê-la e para que ele anotasse manualmente as respostas em uma folha-resposta, disponível no Anexo I deste trabalho. O grupo controle, entretanto, respondia individual e manualmente na mesma folha-resposta.

4.4 Os estímulos:

Os estímulos foram construídos de maneira tal que se pudesse cotejar as respostas atribuídas ao singular nu com: a) as respostas atribuídas ao definido singular; b) as respostas atribuídas ao definido plural; e c) as respostas atribuídas ao

definido referencial. Desse modo, em teoria, seria possível avaliar se o singular nu poderia receber uma interpretação genérica, como a do definido singular ou uma interpretação plural, como o definido plural ou ainda uma interpretação referencial como o definido referencial.

Na Tabela (9), a seguir, disponho a quantidade de sentença (estímulos) envolvendo nossa variável independente, qual seja, o tipo de DP. A tabela está disposta da seguinte maneira: na primeira coluna, encontra-se o tipo de DP, enquanto na segunda e na terceira coluna, encontram-se as quantidades de ocorrência dos estímulos no Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV) e na Tarefa de Seleção de Imagem (TSI).

Tipo de DP	Estímulos	
	TJVV	TSI
Singular nu	5	5
Definido genérico	3	3
Definido Plural	2	2
Definido referencial	1	1
Plural nu	1	1

Tabela (9): ocorrências dos tipos de DPs.

Já na Tabela (10), a seguir, disponho os estímulos apresentados aos participantes do grupo controle e experimental. Esta tabela está distribuída da seguinte maneira: na primeira coluna estão rotulados os contextos em que cada estímulo foi utilizado, em que o contexto zero corresponde ao pré-teste (familiarização), e os contextos de 1 a 6 correspondem aos estímulos experimentais. Na segunda coluna, encontram-se os tipos de testes em que tais estímulos apareceram – TJVV ou TSI. A terceira coluna reporta os tipos de DPs que foram analisados, enquanto na quarta coluna, dispõem-se exemplos dos DPs utilizados. A última coluna exibe quais foram os predicados utilizados em cada contexto. Vale ressaltar que no contexto de habituação, (contexto 0), ao contrário dos demais contextos, foi usado um predicado de indivíduo, ao invés de um predicado de espécie. Essa decisão foi tomada justamente para que o participante não fosse apresentado diretamente a um estímulo experimental, porque o contexto de habituação servia exclusivamente para saber se os participantes entenderam quais eram as tarefas requeridas pelo experimento e não para se confrontarem diretamente com aquilo que iria ser testado. As histórias

completas e todos os estímulos utilizados podem ser conferidos no Anexo II deste trabalho.

Contexto	Teste	Tipo de DP	DP	Predicado
0	TJVV	Definido singular	O cachorro	Tem quatro patas
	TSI	Definido referencial	O Bidu	
	TJVV	Definido referencial	O Aquira	
	TSI	Definido genérico	O cavalo	
1	TJVV	Definido genérico	O mamute	Está extinto
	TSI	Singular nu	Mamute	
	TJVV	Singular nu	Dinossauro	
	TSI	Definido genérico	O dinossauro	
2	TJVV	Definido plural	Os ratos	Tá/tão espalhado(s) pelo mundo
	TSI	Singular nu	Rato	
	TJVV	Singular nu	Peixe	
	TSI	Definido plural	Os peixes	
3	TJVV	Definido referencial	O Bebo	Tá desaparecendo da floresta
	TSI	Singular nu	Tatu	
	TJVV	Singular nu	Onça	
	TSI	Definido referencial	A Kika	
4	TJVV	Definido genérico	O leite	É raro no deserto
	TSI	Massivo nu	Leite	
	TJVV	Massivo nu	Mingau	
	TSI	Definido genérico	O mingau	
5	TJVV	Singular nu	Formiga	Tá infestando o jardim
	TSI	Plural nu	Formigas	
	TJVV	Plural nu	Mosquitos	
	TSI	Singular nu	Mosquito	
6	TJVV	Definido genérico	O coelho	Tá crescendo em número
	TSI	Plural nu	Coelhos	
	TJVV	Plural nu	Cangurus	
	TSI	Definido plural	O canguru	

Tabela (10): Estímulos experimentais

O design deste experimento apresenta a vantagem de, por um lado, avaliar se os participantes são capazes de interpretar o singular nu como uma expressão de referência direta à espécie, e por outro, avaliar que tipo de leitura (definida/referencial, espécie ou plural) os sintagmas que a teoria alega denotarem a espécie poderiam receber. Neste sentido, o experimento parece adequado para responder às perguntas que fiz no decorrer do trabalho.

Há, contudo, limitações metodológicas que discutiremos nas próximas seções.

4.5 Limitações metodológicas:

4.1.1. Predicados e adequação pragmática:

Uma das tarefas mais difíceis desta pesquisa foi certamente a construção dos estímulos experimentais. A dificuldade residiu basicamente em encontrar predicados que pudessem ser adequadamente tomados como predicados do tipo *K-level*, isto é, predicados de espécie, e combiná-los com os diferentes tipos de DPs sob análise, de maneira que ficassem pragmaticamente adequados para as crianças. Para um falante adulto do PB, 'estar extinto' ou 'ser raro no deserto' parecem ser predicados de fácil compreensão. Nenhum falante hesitaria em dizer quais são as condições em que o mundo tem de estar para que uma construção como (1) ou (2), abaixo, seja verdadeira. O mesmo juízo não se aplica ao conhecimento de mundo que a criança tem. Isto é, não há como saber exatamente se a criança sabe o que quer dizer 'estar extinto' ou 'ser raro', seja porque ela não conhece os itens lexicais presentes nas sentenças, seja porque esse tipo construção não faz parte do conhecimento de mundo dela.

(1) Mamute está em extinção.

(2) Leite é raro no deserto.

A estratégia que utilizei para lidar com este problema foi a seguinte: durante o período de familiarização em que permaneci com as crianças nas creches, antes de aplicar o experimento, além de participar das atividades em que elas estavam engajadas, também propus uma atividade que propiciasse a compreensão por parte das crianças dos predicados que iria utilizar no experimento. Essa atividade consistiu na apresentação de alguns cartazes contendo imagens de animais, artefatos e substâncias que pudessem ser combinados com os predicados acima. Explicava para as crianças que antes de lhes apresentar o Plutônio, seria necessário saber o quanto elas conheciam sobre o nosso planeta e as coisas e animais que o habitam, isto é, almejava saber qual era o conhecimento de mundo que elas tinham. Assim, em uma roda de conversa, apresentei doze cartazes exemplificados na Figura (3), abaixo, e perguntei se elas conheciam aqueles animais ou substâncias e se sabiam me fornecer alguma característica daqueles indivíduos. Depois de receber algumas respostas, contei para elas que a arara e o mico-leão-dourado, por exemplo, estão em risco de extinção e que isso queria dizer que há grandes chances de que esses animais

desapareçam do nosso planeta⁸⁵. Realizei essa atividade com todos os predicados que usei no experimento, além de outros como ‘ser comum’ e ‘ser difícil de (se) encontrar’, com o intuito, também, de sondar se as crianças compreendiam bem predicados de espécie. Para a minha surpresa, não só compreendiam, como forneciam outros exemplos, como ‘está acabando’ ou ‘está sumindo’, por exemplo.



Figura (3): cartazes apresentados às crianças para fins de familiarização com os predicados.

As imagens e sentenças apresentadas no período de familiarização estão disponíveis no Anexo III deste trabalho.

4.1.2. Como denotar uma entidade abstrata?

Neste trabalho, denotar a espécie significa denotar uma entidade abstrata que se identifica com a classe de indivíduos como um todo. Esta denotação não tem a ver com indivíduos particulares e nem com o número morfossintático (NumP), porque de acordo com a proposta que defendo, o número instancia indivíduos no mundo, sejam eles singular ou plural. Assim, não podemos dizer que ao indivíduo ‘Bebo’, um ratinho

⁸⁵ Tomei cuidado para não utilizar o singular nu com as crianças precisamente para que não houvesse um viés prévio, isto é, para que as crianças não estivessem, de alguma forma, aprendendo comigo os usos do singular nu na posição de sujeito de um predicado de espécie. Assim, toda vez que falava sobre um indivíduo era apresentado, utilizava o indefinido singular. Para retomar estes indivíduos, utilizava ou o definido singular ou o definido plural, combinando-os com os predicados de espécie apresentados. Para as crianças que já sabiam ler, cobri tanto o nome dos indivíduos quanto os predicados evidentes nos cartazes para que elas não fossem, de alguma forma, viesadas pela escrita também.

que adora mexer no lixo, se aplica o predicado 'está espalhado pelo mundo', porque essa é uma propriedade que apenas se aplica à classe 'rato' em geral.

Pela proposta que defendo, também a imagem contendo uma pluralidade não poderia ser tomada como representativa da espécie, uma vez que claramente envolve a presença de número plural. Esta, contudo, é uma assunção que será testada no experimento. Para garantir que o design experimental comporte tanto a assunção que aqui defendo de que a denotação de espécie não envolve número, mas também que poderia ser esse o caso, como suportam outras teorias da literatura, assumirei que tanto a imagem do indivíduo prototípico da espécie como a imagem plural poderiam ser tomadas como representativas da leitura de espécie.

5. DOS RESULTADOS

Este capítulo se dedica a reportar os resultados do experimento que realizei. Na primeira seção, vou expor os resultados relativos ao Teste de Julgamento de Valor de Verdade tanto do grupo experimental (GE, de agora em diante) quanto do grupo controle (GC, daqui para frente). Em seguida, reportarei os resultados concernentes à Tarefa de Seleção de Imagem.

5.1 Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV)

O teste de Julgamento de Valor de Verdade serviu para avaliarmos se os falantes eram capazes de interpretar o singular nu como fazendo referência direta à espécie. As respostas consideradas adequadas para as perguntas do TJVV foram as seguintes: 'sim' para a pergunta imediata e para distratora positiva e 'não' para a pergunta distratora negativa. Um número acentuado de respostas 'não' para uma pergunta positiva e 'sim' para uma pergunta negativa seria, então, uma indicação de que houve uma dificuldade por parte do participante em interpretar tal sentença.

A Tabela (11) a seguir traz os resultados para o TJVV, tanto no GE como no GC. A Tabela está disposta da seguinte maneira: na segunda, quarta e sexta colunas se encontram os resultados para as respostas 'sim', 'não' e 'não soube ou não respondeu (Ns/Nr)'. Na terceira, quinta, sétima e nona colunas, encontram-se os valores percentuais.

Perguntas Imediatas								
Grupo Controle	Sim	%	Não	%	Ns/Nr	%	Total	%
		553	92,0	46	7,6	3	0,4	602
Grupo Experimental	Sim	%	Não	%	Ns/Nr	%	Total	%
		717	78,7	178	19,5	15	1,8	910

Tabela (11): quadro de respostas do TJVV.

Como se vê, houve um índice de 92,5% de respostas adequadas para GC e 78,7% para GE. O índice de respostas inadequadas se deu em 7,6% para o GC e 19,5% para GE. Já o percentual de não-respostas se deu em 0,4% para GC e 1,8% para GE.

Com o fim de avaliar se as respostas dos participantes se deram de maneira aleatória ou não, apliquei sobre os resultados um teste de qui-quadrado, considerando o total de respostas adequadas e o total de respostas inadequadas para as perguntas imediatas, nos dois grupos de testagem. A aplicação desse teste confirmou haver uma diferença significativa entre as respostas consideradas adequadas e as respostas consideradas inadequadas, indicando, assim, que o experimento funcionou para os seus propósitos e que os falantes ofereceram respostas confiáveis para a análise. Na Tabela (12), exponho os resultados dos testes de qui-quadrado para as respostas contempladas na Tabela (12), acima.

Pergunta Imediata	Grupo Controle	Valor de Qui-quadrado
		$x^2 = 421,95$ (1) $p < 0,05$
	Grupo Experimental	Valor de Qui-quadrado
		$x^2 = 301,73$ (1) $p < 0,05$

Tabela (12): resultados dos testes de qui-quadrado do TJVV

A Tabela (11) acima, contudo, engloba os resultados das perguntas imediatas, não especificando qual o tipo de DP que ocupa a posição de sujeito das sentenças. Como este trabalho pretende avaliar, especificamente, se as crianças podem interpretar o singular nu como nome de espécie, trago a seguir, na Tabela (13), os resultados concernentes apenas ao singular nu na posição de sujeito de predicados de espécie das perguntas imediatas.

Singular nu	Grupo	Respostas						
		Sim	%	Não	%	Ns/Nr	%	Total
	Controle	198	92,1	17	7,9	0	0,0	215
	Experimental	251	77,2	70	21,5	4	1,3	325

Tabela (13): respostas das perguntas imediatas envolvendo o singular nu.

Como se observa, o índice de respostas ‘sim’ atribuídas ao singular nu por GC é de 92,1% em comparação aos 77,2% atribuídos por GE. Já para as respostas negativas, houve um índice de 7,9% em GC e 21,4% em GE. O gráfico (2), abaixo, apresenta a distribuição das respostas fornecidas pelos grupos para o singular nu como argumento de um predicado de espécie.

Aplicando-se um teste de qui-quadrado aos resultados obtidos, notamos que houve uma diferença significativa entre as respostas atribuídas pelo grupo Controle e

pelo Grupo experimental ($\chi^2 = 19.352$ (1) $p < 0,05$), indicando uma diferença de comportamento entre o grupo de adultos e o grupo de crianças.

Olhando, agora, apenas para o resultado do Grupo Experimental, subdivididos por faixa-etária, obtemos os resultados dispostos na Tabela (10), a seguir.

Singular nu	Grupo	Respostas						
		Sim	%	Não	%	Ns/Nr	%	Total
	G1	82	78,1	23	21,9	0	0,0	105
	G2	80	76,2	21	20,0	4	3,8	105
	G3	89	77,3	26	22,7	0	0,0	115

Tabela (10): respostas das perguntas imediatas com singular nu, por faixa etária do grupo experimental.

O gráfico (1), a seguir, apresenta a distribuição das respostas (em porcentagem) dos subgrupos de GE:

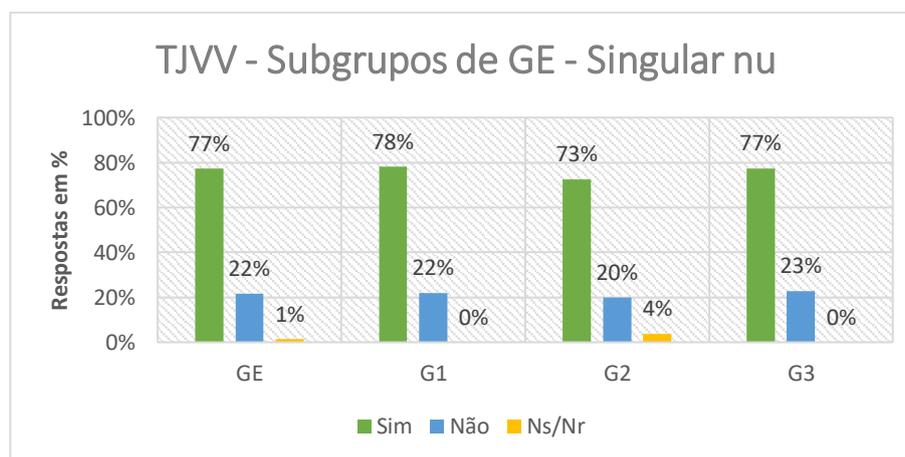


Gráfico (1): distribuição das respostas para o singular nu, em %, nos subgrupos de GE

Aplicando-se um teste de qui-quadrado comparando o total de respostas adequadas com o total de respostas inadequadas para a pergunta imediata envolvendo o singular nu nos três grupos em análise, notamos que não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($\chi^2 = 0,10495$ (2) $p = 0,9489$). Isso sugere que o comportamento das crianças de G1, G2 e G3 avaliando sentenças com singular nu na posição de sujeito de um predicado de espécie se deu, basicamente, de forma semelhante.

Houve, também, ocorrências de singular nu com predicados de indivíduo (I-level) nas sentenças distratoras. Dispomos dos resultados na Tabela (14) a seguir:

Distratora positivas		Respostas							
Singular nu	Grupo	Sim	%	Não	%	Ns/Nr	%	Total	%
	Controle	82	95,4	2	2,3	2	2,3	86	100
	Experimental	119	91,5	11	8,5	0	0	130	100
Distratora negativa		Respostas							
Singular nu	Grupo	Sim	%	Não	%	Ns/Nr	%	Total	%
	Controle	2	0,6	253	98,7	3	0,7	258	100
	Experimental	31	8,0	355	91,0	4	1,0	390	100

Tabela (14): respostas das perguntas distratoras em GE e GC.

Aplicando-se um teste de qui-quadrado nas respostas adequadas para a distratora positiva, notamos que não houve diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos ($\chi^2 = 0,64801$ (1) $p=0.4$), o que sugere que o comportamento do grupo controle e do grupo experimental não diferem em relação ao singular nu na posição de um predicado do tipo I-level.

Já o teste de qui-quadrado aplicado nas mesmas condições para as perguntas distratoras negativas mostrou que houve uma diferença significativa entre as respostas adequadas do grupo de controle e as respostas adequadas do grupo experimental ($\chi^2 = 12,087$ (1) $p<0,05$). Depreende-se deste teste que GE e GC apresentaram comportamentos distintos em relação à atribuição de respostas adequadas para o singular nu na posição de sujeito de predicados I-level: o grupo das crianças cometeu mais erros na atribuição de respostas adequadas aos singular nu do que o grupo controle.

Resultado curioso surgiu em relação ao definido genérico na posição de sujeito de um predicado de indivíduo, nas sentenças distratoras positivas, como exemplificado em (1), a seguir.

(1) O cavalo tem quatro patas? [definido genérico + predicado I-level]

Enquanto GC se comportou como o esperado, GE apresentou um comportamento distinto, como se pode notar na Tabela (15), a seguir:

Definido genérico	Grupo	Respostas							
		Sim	%	Não	%	Ns/Nr	%	Total	
	Controle	85	98,8	1	0,2	0	0	86	
Experimental	47	36,2	80	61,5	3	2,3	130		
G1	23	54,8	17	40,5	2	4,7	42		
G2	12	28,5	29	69,0	1	2,5	42		
G3	12	26,0	34	74,0	0	0	46		

Tabela (15): respostas do definido genérico das distratoras positivas.

GC atribuiu um total de repostas “sim” em 98,8% das vezes em que a pergunta continha um singular no argumento de um predicado de indivíduo. GE, por outro lado, atribuiu um total de 61,5% de respostas negativas ao mesmo tipo de pergunta. Este comportamento se manifesta também intra-GE: G2 e G3 apresentaram um índice de 69,0% e 74,0% de respostas negativas para o singular no argumento de um predicado I-level, enquanto G1 preferiu responder positivamente na mesma situação.

Aplicando-se um teste de qui-quadrado nos resultados obtidos para o definido genérico, nos grupos controle e experimental, notamos uma diferença estatisticamente significativa entre os resultados ($\chi^2 = 82.958$ (1) $p < 0,05$). Isto sugere que houve um comportamento distinto entre GE e GC.

Comparando-se as respostas dos três grupos de GE, notamos que também houve uma diferença significativa entre o comportamento dos participantes ($\chi^2 = 9.36$ (2) $p < 0,05$). O grupo G1 obteve mais acertos comparando-se com os grupos G1 e G2.

Esses resultados serão oportunamente discutidos no capítulo seguinte, dedicado à análise dos dados. Antes, porém, reportarei na próxima seção, os resultados da Tarefa de Seleção de Imagem.

5.2 Tarefa de Seleção de Imagem

Enquanto o TJVV serviu para avaliar se os falantes eram capazes de interpretar um tipo de DP específico com referência à espécie, a Tarefa de Seleção de Imagem (TSI) foi pensada como um teste para explicitar como os falantes poderiam interpretar tal DP, isto é, que tipo de leitura um falante poderia ter acerca de um determinado DP. As seguintes possibilidades de interpretação foram fornecidas: (i) leitura referencial, ilustrada por uma imagem se referindo a um indivíduo específico previamente introduzido no discurso; (ii) leitura de espécie, ilustradas tanto por uma imagem contendo um indivíduo apresentado como representante prototípico da espécie quanto por uma imagem contendo uma pluralidade; e (iii) leitura plural, quando os falantes majoritariamente elegeram as imagens contendo uma pluralidade. Havia ainda uma quarta imagem que não guardava semelhança com a espécie em questão, mas que fora deixada propositalmente como opção para saber se o falante estava engajado na atividade proposta. Trata-se, pois, da imagem distratora.

Nas próximas seções, reportarei os resultados concernentes à TSI, postergando a discussão desses resultados para o próximo capítulo.

5.1.1. Contextos de habituação ao experimento

A Tabela (16), a seguir, traz os resultados referentes aos contextos de habituação, isto é, aqueles contextos que não guardam semelhança com os estímulos experimentais, mas foram inseridos propositalmente no início do experimento com o fim de avaliar se os participantes compreenderam quais eram as tarefas requeridas. Lembro que a interpretação de espécie, nos resultados, correlaciona-se tanto com as imagens contendo um representante prototípico da espécie quanto com as imagens contendo uma pluralidade. Oportunamente, vou subdividir os resultados da interpretação de espécie em função da seleção de imagens de plural e das imagens de indivíduos prototípicos.

Ressalto que há uma diferença no total de respostas em razão da quantidade distinta de participantes em cada grupo. Assim, 43 e múltiplos serão os totais relativos ao grupo controle, enquanto, 65 e múltiplos serão os totais relativos ao grupo experimental, salvo algumas exceções em que as crianças deixaram de apontar para as imagens de alguns contextos.⁸⁶

Grupo Controle								
Tipo de DP	Tipo de Leitura (escolha de imagens)				Distração		Total	
	Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
<i>Definido Referencial</i>	42	97,6	0	0	1	2,4	43	100
<i>Definido Genérico</i>	7	16,2	36	83,8	0	0	43	100
Grupo Experimental								
Tipo de DP	Tipo de Leitura (escolha de imagens)				Distração		Total	
	Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
<i>Definido Referencial</i>	57	87,7	5	7,6	3	4,7	65	100
<i>Definido Genérico</i>	27	41,5	38	58,5	0	0,0	65	100

Tabela (16): resultados dos contextos de habituação.

As respostas esperadas em relação aos contextos de familiarização eram as seguintes: (i) para o definido referencial, esperava-se que os participantes escolhessem

⁸⁶ Nos casos em que as crianças não apontaram para nenhuma imagem, apenas estas respostas não foram computadas, todas as demais entraram na contagem. Assim, se em G1, três crianças deixaram de responder a quatro TSI ou TJVV, computei os dados destas crianças até o momento em que elas pararam de responder. Justifico esta medida em função de não encontrar uma razão metodológica para deixar de analisar as respostas fornecidas pelas crianças até que elas se enfadassem ou por qualquer outro motivo preferissem não mais participar da atividade.

a figura que representava uma interpretação definida; (ii) para o definido genérico, esperava-se que os participantes escolhessem as figuras que representassem uma leitura de espécie, ou seja, tanto a imagem contendo um indivíduo que fora apresentado como prototípico da espécie, como uma imagem contendo uma pluralidade.

Conforme podemos observar na Tabela (16), acima, os resultados sugerem que os participantes se comportaram basicamente como o esperado. Apliquei um teste estatístico de proporção aos resultados, considerando cada uma das interpretações como uma resposta possível. O teste comparou o tipo de DP com o tipo de leitura atribuída pelos participantes a este DP com o intuito de saber se a distribuição de respostas não se deu no nível da chance⁸⁷. Os resultados, contudo, sugeriram que a diferença da distribuição é estatisticamente significativa, isto é, as interpretações atribuídas aos respectivos sintagmas nominais não foram escolhidas aleatoriamente. O teste de proporção para o definido referencial de GC apresentou o seguinte resultado: χ^2 74,419 (1) $p < 0,05$; já para o definido genérico também de GC, o resultado do teste revelou um χ^2 de 36,465, grau de liberdade (1) e um valor de $p < 0,05$. Já para o definido referencial e o definido genérico de GE o teste de proporção forneceu os respectivos resultados: χ^2 129,78 (2) $p < 0,05$; e χ^2 3,0769 (1) $p = 0,07$. Isso quer dizer que em GC, houve uma diferença estatisticamente significativa entre as respostas consideradas adequadas e as consideradas inadequadas. Já em relação ao GE, houve uma diferença estatisticamente significativa apenas nas respostas para o definido referencial, enquanto as respostas para o definido genérico não são estatisticamente diferentes.

Aplicando um teste estatístico de qui-quadrado entre as respostas consideradas adequadas e as respostas consideradas inadequadas aos contextos de habituação em GE e GC, podemos comparar se houve diferença de comportamento entre os grupos. Os resultados sugerem que não houve diferença estatisticamente

⁸⁷ O teste em questão corresponde ao 'prop.test', que compara o tipo de DP x leitura atribuída ao DP sobre o total de julgamentos. O resultado deste teste fornece a proporção dos julgamentos atribuídos pelos participantes, além de informar se há ou não diferença significativa entre pelo menos uma leitura e todas as demais. Exemplo de *script* para o definido referencial no software R: `prop.test(c(57, 5, 3), c(65, 65, 65))`, em que o primeiro conjunto de dados corresponde respectivamente ao total de leituras referenciais atribuídas definido referencial (57), ao total de leituras de espécie (5) e ao total de distração (3), no Grupo Experimental. Já o segundo grupo diz respeito ao total de julgamento atribuído ao definido referencial, somando-se todas as suas interpretações. Cf. Crawley (2007, p.301 e 570) para uma formalização mais precisa acerca do teste de proporção utilizado.

significativa entre as respostas fornecidas pelos grupos controle e experimental para o definido referencial ($\chi^2 = 2,195$ (1) $p = 0,1384$), mas houve diferença estatística para o definido genérico ($\chi^2 = 6,5287$ (1) $p < 0,05$).

Isto sugere que os adultos e crianças se comportaram basicamente da mesma forma em relação à seleção de imagens para o definido referencial, mas, aparentemente, houve uma diferença de comportamento em relação ao definido genérico.

5.1.2. Estímulos experimentais

Os resultados serão apresentados como se seguem: na seção 5.2.2.1, apresentarei os resultados gerais referentes ao grupo controle; na seção 5.2.2.2, apresento os resultados gerais do grupo experimental; já na seção 5.3, exponho a tabela comparativa entre os resultados do grupo experimental e do grupo controle, para cada grupo de sintagma nominal. Por fim, na seção 5.4, faço a distinção dos resultados relativos à interpretação de espécie em função da seleção de uma imagem contendo uma pluralidade ou de uma imagem representando um indivíduo prototípico da espécie.

5.1.2.1. Grupo Controle

A Tabela (17), a seguir, traz os resultados referentes aos estímulos experimentais do Grupo Controle. Na primeira coluna, disponho o tipo de DP em análise; da segunda coluna em diante, pode-se conferir os resultados referentes às escolhas de imagens e seus percentuais. Para cada tipo de imagem escolhida, atribui-se uma interpretação própria. Neste caso, encontram-se dispostas as interpretações definida e de espécie, bem como a imagem distratora que não diz respeito a uma interpretação específica, mas à distração do participante naquele contexto.⁸⁸

⁸⁸ Os resultados das distratoras se encontram disponíveis nas tabelas que reportam os resultados da TSI não como uma leitura possível para os DPs analisados, dado que 'distração' não é uma leitura possível para um determinado DP. Reporto-os, contudo, para que o leitor possa analisar também o índice de respostas inapropriadas atribuídas à TSI.

Tipos de DP	Tipo de Leitura (seleção de imagens)				Seleção de imagem distratora		Total	
	Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
Definido referencial	36	83,7	4	9,0	3	7,3	43	100
Definido genérico	5	3,8	116	90,0	8	6,2	129	100
Singular nu	19	10,2	156	83,8	11	6,0	186	100
Plural nu	2	2,3	83	96,5	1	1,2	86	100
Definido plural	2	4,6	41	95,4	0	0	43	100

Tabela (17): valores totais e percentuais do grupo controle x tipos de DP.

Segundo a hipótese deste trabalho, as expectativas para este grupo de dados eram as seguintes: (i) a leitura preferencial para o definido referencial é a definida; (ii) a leitura preferencial para o definido genérico e para o singular nu é a de espécie; (iii) a leitura preferida para o plural nu e o definido plural é a com as imagens contendo uma pluralidade. Dizendo de outra maneira, quando o falante ouvisse um sintagma nominal definido referencial, combinado com um predicado de espécie, a imagem que ele deveria escolher era de um indivíduo específico (definido) previamente apresentado no contexto; quando o participante ouvisse um definido genérico ou um singular nu, teria de selecionar a imagem a qual atribuímos uma interpretação de espécie; por fim, quando o participante ouvisse uma sentença com um plural nu ou um definido plural combinado com predicado de espécie, esperava-se que eles elegessem a imagem que representava pluralidade.

Apliquei um teste estatístico sobre os resultados obtidos na Tabela (17). O teste comparou as leituras atribuídas aos diferentes tipos de DP sobre o total de interpretações atribuídas a este DP. Trata-se, portanto, de um teste de proporção que verificou se as distribuições das respostas atribuídas pelos participantes foram ou não aleatórias.

Parto, primeiramente, da análise do definido referencial: o teste de proporção ofereceu o seguinte resultado para as respostas $\chi^2 = 73,744$ (2) $p < 0,05$. Isso sugere que há uma diferença significativa em relação a escolha das respostas, indicando que o total de 83,7% de leitura definida para o definido referencial não se deu no nível da chance.

O mesmo raciocínio se aplica ao definido genérico: o teste sugeriu um valor $\chi^2 = 279,0$ (2) $p < 0,05$, ou seja, a distribuição das leituras atribuídas ao definido genérico é estatisticamente significativa. Houve um total de 90,0% de leitura de espécie para o definido genérico e este valor não se deu ao acaso.

Com relação ao singular nu, o teste estatístico forneceu o valor $\chi^2 = 321,44$ (2) $p < 0,05$. Novamente, isto sugere que a distribuição de leituras atribuídas ao singular nu

não foi aleatória: 83,8% dos participantes elegeram como adequada a interpretação de espécie para o singular nu.

Por fim, para os sintagmas nominais plurais, os testes estatísticos revelaram os seguintes valores: $\chi^2 = 231,73$ (2) $p < 0,05$ para o plural nu e $\chi^2 = 67,163$ (1) $p < 0,05$ para o definido plural. A interpretação que se tem destes valores oferecidos pelo teste estatístico para estes sintagmas é que a distribuição dos julgamentos dos informantes não foi aleatória, isto é, há uma diferença significativa entre os julgamentos. Importante notar, no entanto, que o percentual de leitura de espécie nesses dois últimos sintagmas se deu mais em razão de os participantes escolherem as imagens plurais do que as imagens contendo um representante prototípico da espécie. Mais adiante, distinguirei os resultados em imagens representativas da espécie e imagens plurais.

5.1.2.2. Grupo Experimental

Na Tabela (18), a seguir, pode-se conferir o quadro geral dos resultados de GE. Como na tabela para GC, a primeira coluna traz os tipos de DPs em análise; já da segunda coluna em diante, os valores apresentados dizem respeito aos julgamentos que os participantes tiveram sobre cada DP e seu percentual.

Tipos de DP	Interpretações (escolha de imagens)				Seleção de imagem distratora		Total	
	Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
<i>Definido referencial</i>	20	35,7	34	60,7	2	3,5	56	100
<i>Definido genérico</i>	22	12,5	147	83,0	8	4,5	177	100
<i>Singular nu</i>	42	14,4	238	81,8	11	3,8	291	100
<i>Plural nu</i>	16	14,0	93	81,5	5	4,5	114	100
<i>Definido plural</i>	9	15,5	49	84,5	0	0,0	58	100

Tabela (18): valores totais e percentuais do grupo experimental x tipo de DP.

De acordo com a hipótese adotada neste trabalho, a expectativa era que GE se comportasse de maneira semelhante a GC, dado que assumimos que a interpretação de espécie é a mais primitiva das interpretações, já estando presente desde as fases iniciais da aquisição. Antes de comparar os dados de GC com GE, porém, vou analisar se a distribuição das respostas se deu de forma confiável em GE. Para tanto, apliquei aos resultados obtidos um teste estatístico de proporção que compara os resultados parciais das seleções de imagens com o total e nos informa se há diferença estatisticamente significativa entre um grupo de respostas e os demais.

Em relação ao definido referencial, encontrou-se tanto uma diferença estatisticamente significativa entre as respostas obtidas – definida, espécie e distratora – ($\chi^2 = 41,357$ (2) $p < 0,05$), quanto uma diferença significativa entre as interpretações definida e espécie ($\chi^2 = 6,0434$ (1) $p < 0,05$), que são as interpretações que nos interessam neste trabalho. Isso quer dizer que as crianças, por um resultado inesperado, mas confiável, preferiram atribuir leitura de espécie ao definido referencial.

Encontrou-se também uma diferença estatisticamente significativa nos dados do definido genérico ($\chi^2 = 249,5$ (2) $p < 0,05$), do singular nu ($\chi^2 = 468,59$ (2) $p < 0,05$), do plural nu ($\chi^2 = 181,5$ (2) $p < 0,05$) e do definido genérico ($\chi^2 = 52,448$ (2) $p < 0,05$). Para todos estes sintagmas, o resultado encontrado não é aleatório. Lembro, no entanto, que na interpretação de espécie estão imbricadas as imagens claramente plurais e as que representam um indivíduo prototípico da espécie. Assim, uma análise isolando estas variáveis será feita oportunamente. Também postergarei a discussão destes resultados para o capítulo seguinte. Por ora, seguirei expondo os resultados e seus tratamentos estatísticos.

5.3 Comparando os Grupos Controle x Experimental:

A Tabela (19) a seguir apresenta os resultados comparando o tipo de DP, suas respectivas leituras e os grupos de participantes do experimento. Na primeira coluna, se encontram os grupos de participantes, dispostos em ordem crescente de idade; nas colunas seguintes, se encontram dispostos os valores das escolhas de leitura (interpretação) e seus respectivos percentuais.

A grande pergunta que faço nesta seção diz respeito ao comportamento geral dos grupos: há uma diferença de comportamento entre o Grupo Experimental e o Grupo Controle? E quanto às subdivisões do Grupo Experimental: houve uma diferença de comportamento conforme a idade das crianças vai aumentando? Para responder a estas perguntas, apliquei uma série de testes estatísticos nos resultados. É sobre eles que discorreremos agora.

DP	Grupo	Tipo leitura atribuída (seleção de imagem)							
		Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
Definido referencial	G1	8	40,0	10	50,0	2	10,0	20	100
	G2	4	25,0	12	75,0	0	0,0	16	100
	G3	8	40,0	12	60,0	0	0,0	20	100
	<i>Experimental</i>	20	35,7	34	60,7	2	3,5	64	100
	<i>Controle</i>	36	83,7	4	9,0	3	7,3	43	100
Definido genérico		Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
	G1	7	11,5	49	80,3	5	8,2	61	100
	G2	5	9,6	44	84,6	3	5,8	52	100
	G3	10	15,6	54	84,4	0	0,0	64	100
	<i>Experimental</i>	22	12,5	147	83,0	8	4,5	177	100
<i>Controle</i>	5	3,8	116	90,0	8	6,2	129	100	
Singular nu		Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
	G1	17	17,1	74	74,7	8	8,2	99	100
	G2	18	21,0	65	75,5	3	3,5	86	100
	G3	7	6,6	99	93,3	0	0,0	106	100
	<i>Experimental</i>	42	14,4	238	81,8	11	3,8	291	100
<i>Controle</i>	19	10,2	156	83,8	11	6,0	186	100	
Plural nu		Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
	G1	10	24,3	28	68,2	3	7,5	41	100
	G2	4	12,5	26	81,3	2	6,2	32	100
	G3	2	4,8	39	95,2	0	0,0	41	100
	<i>Experimental</i>	16	14,0	93	81,5	5	4,5	114	100
<i>Controle</i>	2	2,3	83	96,5	1	1,2	86	100	
Definido plural		Definida	%	Espécie	%	Distratora	%	Total	%
	G1	6	30,0	14	70,0	0	0,0	20	100
	G2	2	12,5	14	87,5	0	0,0	16	100
	G3	1	4,5	21	95,5	0	0,0	22	100
	<i>Experimental</i>	9	15,5	49	84,5	0	0,0	58	100
<i>Controle</i>	2	4,6	41	95,4	0	0,0	43	100	

Tabela (19): valores totais e percentuais de comparação entre grupos.

5.1.3. Grupo Controle x Grupo Experimental

Os dados sombreados em cinza, na Tabela (19), acima, correspondem às respostas que ratificariam as hipóteses deste trabalho. Assim, esperava-se que a um DP definido referencial fosse atribuída uma leitura definida, a um definido genérico, uma leitura de espécie e assim sucessivamente.

Aplicando um teste de qui-quadrado apenas nos resultados gerais do grupo controle e do grupo experimental, tomando-se como fatores de análise as respostas esperadas (sombreadas em cinza) e não esperadas (todas as demais respostas que não se encontram sombreadas em cinza) obtém-se a indicação se houve ou não diferença de comportamento entre os grupos.

Comprovei haver, assim, uma diferença estatística nas respostas dadas pelo grupo controle e experimental em apenas dois tipos de DPs analisados: o definido referencial e o plural nu. Nos outros DPs, os testes estatísticos não verificam diferença

de comportamento. Os resultados dos testes podem ser conferidos na Tabela (20), a seguir, em que GE está por 'Grupo Experimental' e GC, por 'grupo controle':

Tipo de DP (GE x GC)	Resultado do qui-quadrado
<i>Definido referencial</i>	$x^2 = 20,904$ (1) $p < 0,05$
<i>Definido genérico</i>	$x^2 = 1,3295$ (1) $p = 0,24$
<i>Singular nu</i>	$x^2 = 0,2132$ (1) $p = 0,64$
<i>Plural nu</i>	$x^2 = 8,9853$ (1) $p < 0,05$
<i>Definido plural</i>	$x^2 = 1,9889$ (1) $p = 0,15$

Tabela (20): resultado do teste de qui-quadrado comparando se houve diferença de resposta entre os grupos GE e GC.

A diferença estatisticamente significativa entre os resultados dos grupos é um indício de que o Grupo Controle e o Grupo Experimental se comportaram de maneira distinta na atribuição de interpretação para os diferentes tipos de DPs analisados. Assim, o Grupo Controle e o Grupo Experimental apresentam comportamentos diferentes apenas em se tratando das atribuições de interpretações ao definido referencial e ao plural nu. Para os demais DPs, o comportamento é, basicamente, o mesmo.

5.1.4. G1 x G2 x G3

A hipótese deste trabalho prevê que não há estágios pelos quais as crianças passariam para convergir à gramática adulta do PB. Para atestar, porém, a validade da hipótese, foi preciso aplicar o experimento em distintos grupos de crianças, com idades variadas. Essa é a razão pela qual subdividi o grupo experimental em três distintos grupos, com crianças de diferentes idades. Se minha hipótese de trabalho estiver correta, não se deveria esperar diferença de comportamento entre G1, G2 e G3 com relação à interpretação do singular nu. É o assunto que pretendo discutir nesta seção.

Na Tabela (19), acima, é possível conferir os resultados gerais dos grupos G1, G2 e G3. Também é possível, a partir desses resultados, comparar se houve diferença de comportamento entre estes três grupos.

Um teste de qui-quadrado foi aplicado aos resultados dos grupos G1, G2 e G3, tomando-se como fatores as respostas esperadas (aquelas sombreadas em cinza) e as respostas não esperadas (todas as demais respostas). O resultado nos fornece uma indicação se houve ou não diferença de comportamento entre os três grupos.

Na Tabela (21), a seguir, pode-se observar os valores de qui-quadrado, graus de liberdade e valor de 'p' dos testes estatísticos aplicados aos resultados dos três grupos.

Tipo de DP (G1 x G2 x G3)	Resultado do qui-quadrado
<i>Definido referencial</i>	$x^2 = 1,120$ (2) $p = 0,57$
<i>Definido genérico</i>	$x^2 = 0,491$ (2) $p = 0,78$
<i>Singular nu</i>	$x^2 = 15,107$ (2) $p < 0,05$
<i>Plural nu</i>	$x^2 = 9,8225$ (2) $p < 0,05$
<i>Definido plural</i>	$x^2 = 5,3313$ (2) $p = 0,06$

Tabela (21): resultado do teste de qui-quadrado comparando se houve diferença de resposta entre os grupos G1, G2 e G3.

Os resultados dos testes estatísticos sugerem que houve uma diferença estatisticamente significativa apenas nas respostas atribuídas ao singular e ao plural nus. Em todos os demais DPs, não há uma diferença significativa nas respostas. Isto sugere que G1, G2 e G3 apresentaram uma diferença na atribuição de respostas para o singular nu e para o plural nu. Dito de outra maneira, parece ter havido um efeito de idade no que concerne à interpretação desses DPs.

5.4 Discriminação da interpretação de espécie

Outra questão de fundamental importância para este trabalho tem a ver com o papel do número na denotação da espécie. De acordo com a proposta deste trabalho, não há o envolvimento da categoria gramatical de número quando nos referimos diretamente à espécie.

Até agora, havia tomado por 'espécie' tanto o apontamento a uma imagem plural quanto a uma imagem de um representante prototípico da espécie. Cabe, agora, analisar separadamente as escolhas destas imagens e verificar quais foram as preferências que os falantes tiveram para os distintos tipos de DP. É o que se pode conferir na Tabela (22), abaixo.

Na primeira coluna, na vertical, encontram-se os tipos de DPs analisados; na segunda, encontram-se os grupos em análise; já da terceira coluna em diante, encontram-se especificados os resultados de seleção da imagem representativa da espécie (Rep. Esp.), da imagem plural e do total, que diz respeito àquilo que consideramos na Tabela (19), acima, como 'espécie'.

DP	Grupo	Seleção de imagens					
		Rep. Esp	%	Plural	%	Total	%
Definido referencial	G1	3	30,0	7	70,0	10	100
	G2	4	33,3	8	66,7	12	100
	G3	7	58,3	5	41,7	12	100
	Experimental	14	41,2	20	58,8	34	100
	Controle	3	75,0	1	25,0	4	100
Definido genérico	Grupo	Rep. Esp	%	Plural	%	Total	%
	G1	20	40,8	29	59,2	49	100
	G2	16	36,3	28	63,7	44	100
	G3	26	48,1	28	51,9	54	100
	Experimental	62	42,2	85	57,8	147	100
Controle	74	63,7	42	36,3	116	100	
Singular nu	Grupo	Rep. Esp	%	Plural	%	Total	%
	G1	36	48,6	38	51,4	74	100
	G2	25	38,4	40	61,6	65	100
	G3	35	35,3	64	64,7	99	100
	Experimental	96	40,3	142	60,7	238	100
Controle	99	63,5	57	36,5	156	100	
Plural nu	Grupo	Rep. Esp	%	Plural	%	Total	%
	G1	5	17,8	23	82,2	28	100
	G2	4	15,3	22	84,7	26	100
	G3	5	12,8	34	87,2	39	100
	Experimental	14	15,0	79	85,0	93	100
Controle	9	10,8	74	89,2	83	100	
Definido plural	Grupo	Rep. Esp	%	Plural	%	Total	%
	G1	2	14,2	12	85,8	14	100
	G2	2	14,2	12	85,8	14	100
	G3	2	9,5	19	90,5	21	100
	Experimental	6	12,2	43	87,8	49	100
Controle	9	22,0	32	78,0	41	100	

Tabela (22): distinção entre a seleção de imagens representativas da espécie e imagens plurais, que formam a interpretação de espécie.

5.1.5. Grupo Controle

Olhando apenas para os resultados do GC, vamos perceber que houve uma tendência para a escolha de imagens representativas da espécie tanto no definido genérico quanto no singular nu. Aplicando-se um teste de proporção sobre esses resultados, notamos que a diferença entre os valores é estatisticamente significativa, o que sustenta a análise de que, nestes contextos, a preferência para eleição de imagens se deu para a figura que apresentava um representante prototípico da espécie. Seguem-se os resultados do teste estatístico: $\chi^2 = 16,569$ (1) $p < 0,05$ para o definido genérico e $\chi^2 = 21,551$ (1) $p < 0,05$, para o singular nu.

Já no que concerne aos sintagmas nominais plurais (plural nu e definido plural), a preferência de escolha de imagens no GC se deu por figuras que representavam uma pluralidade de indivíduos. Os testes de proporção aplicados nos

resultados destes sintagmas comprovam a diferença entre as respostas e os percentuais na tabela evidenciam tal tendência: $\chi^2 = 98,669$ (1) $p < 0,05$ para o plural nu, com 89,2% de eleição da imagem plural e $\chi^2 = 23,661$ (1) $p < 0,05$ para o definido plural, com 78,0% de eleição da imagem plural.

Por fim, embora o percentual de eleição de imagem representativa da espécie esteja bastante alto nos dados envolvendo o definido referencial (75%), o resultado do teste de proporção mostrou que não houve diferença significativa entre as respostas neste contexto ($\chi^2 = 0,5$ (1) $p = 0,47$). Isto se deu, provavelmente, em função da baixa quantidade de ocorrências de interpretação de espécie para o definido referencial em GC, o que era um comportamento previsível, dado que não se esperaria que os participantes atribuíssem uma leitura de espécie a um DP que faz referência a um indivíduo específico, referenciado no contexto.

5.1.6. Grupo Experimental

Procedendo um teste estatístico de proporção nos resultados gerais de GE, tal como feito nos dados de GC, notou-se que não houve diferença estatisticamente significativa entre as escolhas de imagens para o definido referencial ($\chi^2 = 1,4706$ (1) $p = 0,2253$). Isso sugere que as crianças se comportaram de forma semelhante no que diz respeito à atribuição de referência para o definido referencial. Curiosamente, houve um aumento da quantidade de atribuição de interpretação de espécie para o definido referencial no grupo das crianças. Como, no entanto, a distribuição das respostas se deu basicamente de forma semelhante, não parece sensato generalizar a respeito desses dados.

Os demais contextos do grupo experimental apresentaram uma diferença estatisticamente significativa entre a seleção de uma imagem plural e uma imagem representativa da espécie. Os testes estatísticos indicam que houve uma preferência de escolha de imagens plurais para o definido genérico ($\chi^2 = 6,585$ (1) $p = 0,01$), o singular nu ($\chi^2 = 17,017$ (1) $p < 0,05$), o plural nu ($\chi^2 = 88,086$ (1) $p < 0,05$) e o definido plural ($\chi^2 = 52,898$ (1) $p < 0,05$).

5.1.7. Discriminando os subgrupos de GE

Como já dito, este trabalho tem como propósito entender como se dá a aquisição da genericidade-D no PB. É, preciso, pois, olhar para o comportamento das crianças em fases distintas de aquisição da linguagem e compará-las, com o intuito de saber se há uma diferença em relação à interpretação que as crianças fornecem aos diferentes tipos de DP. Nesta subseção, vamos olhar para o resultado dos grupos G1, G2 e G3 e compará-los para saber se houve alguma diferença de comportamento entre as crianças nos seus respectivos estágios de aquisição. Para tanto, apliquei um teste de qui-quadrado nos resultados obtidos nos grupos, tomando como fatores de análise por um lado a seleção de imagem plural e por outro, a seleção de imagem representativa da espécie.

Os resultados apontaram que não houve diferença estatisticamente significativa em nenhum dos contextos. Isso sugere que crianças de idades diferentes se comportaram basicamente da mesma maneira no que concerne à atribuição de interpretação de espécie aos DPs analisados. Na Tabela (20) a seguir, pode-se conferir os valores dos testes de qui-quadrado comparando cada um dos contextos entre os três distintos grupos de crianças:

Tipo de DP (G1 x G2 x G3)	Valor de qui-quadrado
Definido referencial	$x^2 = 2,2788$ (2) $p = 0,32$
Definido genérico	$x^2 = 1,4364$ (2) $p = 0,48$
Singular nu	$x^2 = 3,2409$ (2) $p = 0,19$
Plural nu	$x^2 = 0,32641$ (2) $p = 0,84$
Definido plural	$x^2 = 0,25323$ (2) $p = 0,88$

Tabela (23): valores de qui-quadrado de comparação da seleção de imagem plural ou representativa da espécie nos grupos G1, G2 e G3

5.1.8. Grupo Controle x Grupo Experimental

Numa comparação dos resultados entre GE e GC notei que houve uma diferença estatisticamente significativa entre as respostas atribuídas pelos grupos para o definido genérico ($x^2 = 11,282$ (1) $p < 0,05$) e para o singular nu ($x^2 = 19,245$ (1) $p < 0,05$). Isso quer dizer que houve uma diferença de comportamento entre o grupo controle e o grupo experimental no que concerne à seleção de imagens que denotariam a espécie: tanto para o definido genérico como para o singular nu, o grupo controle preferiu a seleção de imagens representativas da espécie, enquanto o grupo experimental preferiu a seleção de imagens plurais.

Já para o definido referencial ($\chi^2 = 0,57056$ (1) $p = 0,45$), o plural nu ($\chi^2 = 0,36394$ (1) $p = 0,54$) e o definido plural ($\chi^2 = 0,89597$ (1) $p = 0,34$) não houve diferença estatisticamente significativa, o que sugere que o ato de selecionar uma imagem plural ou representativa da espécie como imagens representativas da espécie aparentemente não sofre efeito de idade, isto é, o comportamento entre o grupo controle e o experimental se assemelha.

Até agora, me detive exclusivamente na exposição dos resultados com os respectivos testes estatísticos averiguando se a distribuição das respostas se deu de maneira aleatória ou não. No próximo capítulo, vou analisar e discutir estes resultados à luz de nossas hipóteses e também à luz das propostas teóricas que analisamos nos capítulos iniciais deste trabalho.

6. DA ANÁLISE E DISCUSSÃO:

A hipótese defendida por este trabalho é que o singular nu é um sintagma nominal cuja denotação mais básica é a de referência à espécie. Como tal, ele pode ser combinado com predicados do tipo *k-level*, isto é, predicados de espécie sem que a sentença resulte agramatical. Defendo também que não há projeção de número na estrutura sintática do singular nu, porque o número gramatical instancia indivíduo, nos termos de Borik e Espinal (2015).

As previsões dessa proposta para a aquisição da linguagem seriam, então, i) encontrar desde muito cedo altas taxas de interpretação de espécie para o singular nu; ii) não encontrar interpretação plural para os nomes que fazem referência à espécie (e para o singular nu, mais especificamente) iii) não encontrar distinção entre nomes massivos e o singular nu; e iv) que as crianças fossem sensíveis à marcação morfológica plural e apontassem para imagens representando uma pluralidade quando diante de um estímulo contendo um definido plural ou um plural nu.

Além disso, minha proposta para a aquisição defende que o singular nu é um dos primeiros sintagmas nominais a serem adquiridos pelas crianças. Assim, esperaria que não houvesse dificuldade por parte das crianças em interpretar o singular nu em contextos genéricos, especialmente em contextos de referência à espécie, mesmo nas fases iniciais da aquisição da linguagem. Se este for o caso, espera-se que não haja diferença entre o comportamento dos falantes adultos e das crianças em relação ao singular nu, dado que ambos interpretariam sem dificuldade tal sintagma como uma expressão de referência à espécie.

Por razões metodológicas, não apliquei o experimento em crianças muito pequenas, dada a dificuldade que acredito existir em se trabalhar com os tipos de predicado que estamos lidando nesta pesquisa, qual seja, o predicado de espécie. Assim, este trabalho fará uma discussão sobre a aquisição do fenômeno a partir dos três anos de idade, ainda que minha hipótese discorra também sobre o estágio inicial da gramática das crianças.

Começo a discussão pelos resultados do Teste de Julgamento de Valor de Verdade e, em seguida, analiso os dados concernentes à Tarefa de Seleção de Imagens.

6.1 Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV)

Como já dito anteriormente, o objetivo do TJVV era entender se os participantes podiam interpretar os DPs analisados como sintagmas de referência à espécie. Meu interesse recai especialmente sobre o julgamento do singular nu, controverso na literatura. No gráfico (2), a seguir, observamos a distribuição das respostas para as perguntas imediatas do TJVV. Em verde, temos as respostas esperadas para as perguntas e em azul e laranja as respostas não esperadas.

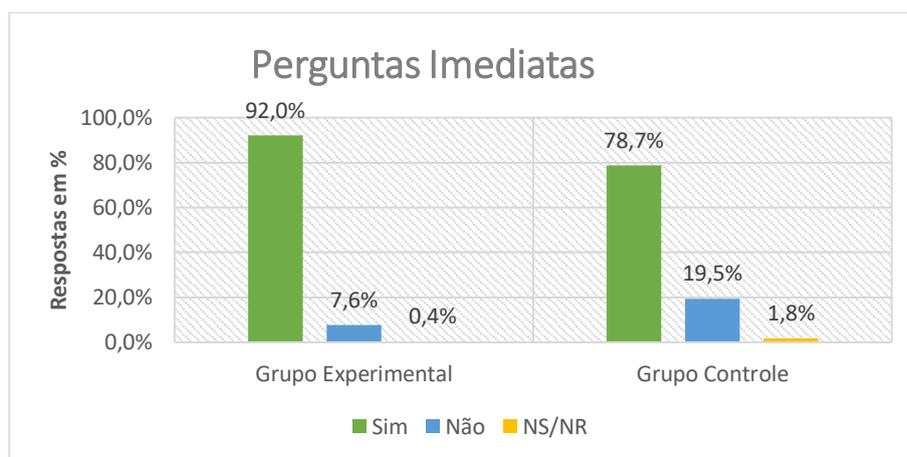


Gráfico (2): Distribuição das respostas para as perguntas imediata

Como se vê, os resultados mostram que no GC, há um total de 92% de respostas afirmativas para as perguntas imediatas, enquanto no GE, o total de respostas afirmativas é de 78,7%. Vê-se também que há uma diferença estatística entre estes resultados, indicando haver um comportamento diferente entre os grupos: GE acerta menos nas perguntas imediatas, conforme constatado nos percentuais de acertos, expostos no Gráfico (2), acima.

Olhando mais detidamente para as perguntas imediatas envolvendo apenas o singular nu, notamos que o padrão acima descrito se mantém: GC forneceu um total de 92,1% de respostas afirmativas para o singular nu na posição de sujeito de um predicado de espécie, enquanto GE, forneceu um total de 77,2% de respostas afirmativas. A distribuição destas respostas pode ser melhor contemplada no Gráfico (3), a seguir:

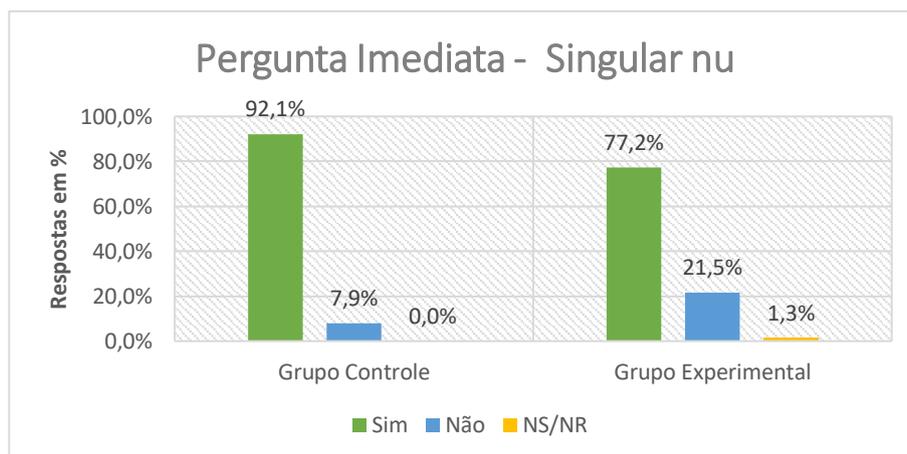


Gráfico (3): Distribuição das respostas para o singular nu nas perguntas imediatas do TJVV.

Esses resultados sugerem que tanto GC quanto GE interpretam sem muitos problemas o singular nu como nome de referência à espécie. Há, contudo, uma clara diferença de comportamento entre os grupos o que me leva a considerar que possivelmente as crianças tenham mais dificuldades de interpretar o singular nu como sintagma nominal de referência à espécie.

Presumo que muito provavelmente essa diferença se deu por razões pragmáticas: o grupo controle tem um maior conhecimento de mundo acerca dos predicados de espécie. As crianças, muitas vezes, discordavam da afirmação de que dinossauros estavam extintos, por exemplo, porque no seu universo particular ainda existem dinossauros. Algumas vezes o aplicador do experimento precisou pedir para que as crianças considerassem o cenário como verdadeiro, ainda que elas o considerassem falso, com o fim de atribuir uma interpretação na Tarefa de Seleção de Imagens.

Mesmo com essa diferença em relação aos conhecimentos de mundo, 77,2% é um percentual que pode ser considerado alto para as respostas adequadas. Sendo assim, o TJVV nos mostrou que tanto as crianças quanto os adultos podem interpretar o singular nu como um sintagma que se refere à espécie no PB.

Um dado curioso que carece de uma maior investigação diz respeito aos resultados obtidos para o Definido Genérico argumento de um predicado *I-level*, nos grupos experimentais. Enquanto GC apresentou um total de 98,8% de respostas afirmativas para o Definido Singular na posição de sujeito de um predicado *I-level*, nas distratoras positivas, o Grupo Experimental respondeu afirmativamente a apenas 36,2% das perguntas, como se observa no Gráfico (4), a seguir. Em verde destaque as

respostas esperadas para as perguntas envolvendo o definido genérico como argumento de um predicado *I-level*; já em azul e laranja, destaco as respostas não esperadas.

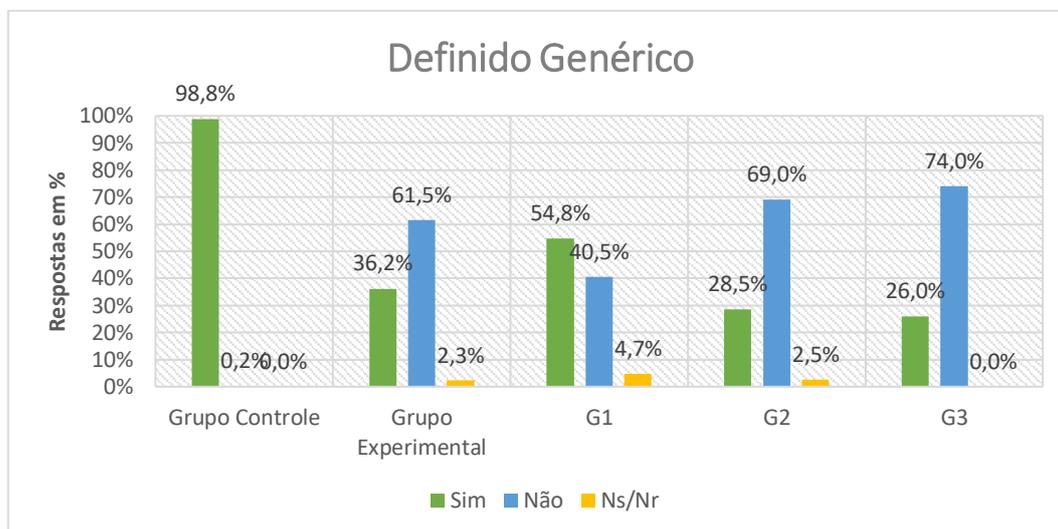


Gráfico (4): distribuição das respostas para o definido genérico, em %.

O gráfico (4) apresenta, por um lado, o comportamento esperado dos participantes do GC e, por outro, o comportamento imprevisto do GE.

Um teste de qui-quadrado evidenciou uma diferença estatística entre as respostas, indicando haver uma diferença de comportamento entre GE e GC para o definido genérico, argumento de predicado de indivíduo. Aparentemente, também houve um efeito de idade na atribuição de respostas esperadas, dado que se constatou uma diferença significativa entre as respostas dos grupos G1, G2 e G3: o primeiro grupo forneceu um percentual de 54,8% de respostas afirmativas; o segundo, 28,5%; por fim, o terceiro respondeu afirmativamente à 26,5% das perguntas.

Estes resultados me levam a considerar que talvez haja uma dificuldade por parte das crianças em avaliar o definido genérico como argumento de um predicado de indivíduo. Uma possível explicação para este fenômeno diz respeito ao status ambíguo do definido genérico, que ora pode ser interpretado como um definido referencial, ora interpretado como se referindo a uma classe de indivíduos, justamente a depender do tipo de predicado com o qual se associa.

Como os predicados de indivíduos, em tese, podem se associar quer a indivíduos específicos quer a indivíduos espécie, as crianças poderiam não saber exatamente como interpretar o DP em análise. Note-se, porém, que isto não ocorre nos

dados envolvendo o singular nu na mesma situação, o que provavelmente sugere que as crianças sabem exatamente como interpretá-lo nas situações experimentais aqui analisadas. Se minha análise sobre o singular nu estiver correta, este seria, então um resultado esperado, dado que as crianças poderiam fornecer tanto interpretação definida como referencial para o definido singular, ao passo que, para o singular nu, a resposta esperada seria apenas a leitura genérica.

6.2 Tarefa de Seleção de Imagens (TSI):

Enquanto o TJJVV serviu para sabermos se os participantes eram capazes de interpretar o singular nu como um sintagma que faz referência direta à espécie, a TSI serviu para sabermos de que forma os participantes interpretam os sintagmas que poderiam fazer referência à espécie. Vou analisar e discutir os resultados expostos no capítulo anterior para essa tarefa, com o propósito de saber de que maneira os participantes interpretam os sintagmas analisados.

Começo a discussão pelos contextos de habituação do experimento, seguidos dos contextos experimentais. Também farei uma análise comparativa do comportamento entre GE e GC.

6.2.1. Contextos de Habituação

Já esclareci que os contextos de habituação foram inseridos propositalmente no início do experimento, com o objetivo de habituar os participantes às tarefas que o compunham: caso os participantes apresentassem demasiados erros nessa fase ou não compreendessem direito as tarefas requeridas nos contextos de habituação, a aplicação era interrompida e os dados descartados. Os descartes parciais que efetuei, posteriormente, não se deram em razão de uma não compreensão da metodologia do experimento mas, por exemplo, em função de um enfado causado pela repetição de tarefas. Ainda assim, é possível afirmar que o experimento funcionou, dado que não houve tantos erros nos contextos de familiarização e que, à exceção de nove crianças, todas as demais parecem ter respondido adequadamente às tarefas que se pediam.

Esperava-se que os participantes atribuíssem uma leitura definida para o definido referencial e uma leitura de espécie para o definido genérico. No Gráfico (5), a seguir, pode-se conferir a distribuição das respostas dos participantes para os contextos de habituação. O percentual de respostas esperadas para os estímulos contendo um definido referencial se encontra em verde; já o percentual de respostas esperadas para os estímulos contendo um definido genérico se encontra em azul no gráfico a seguir.

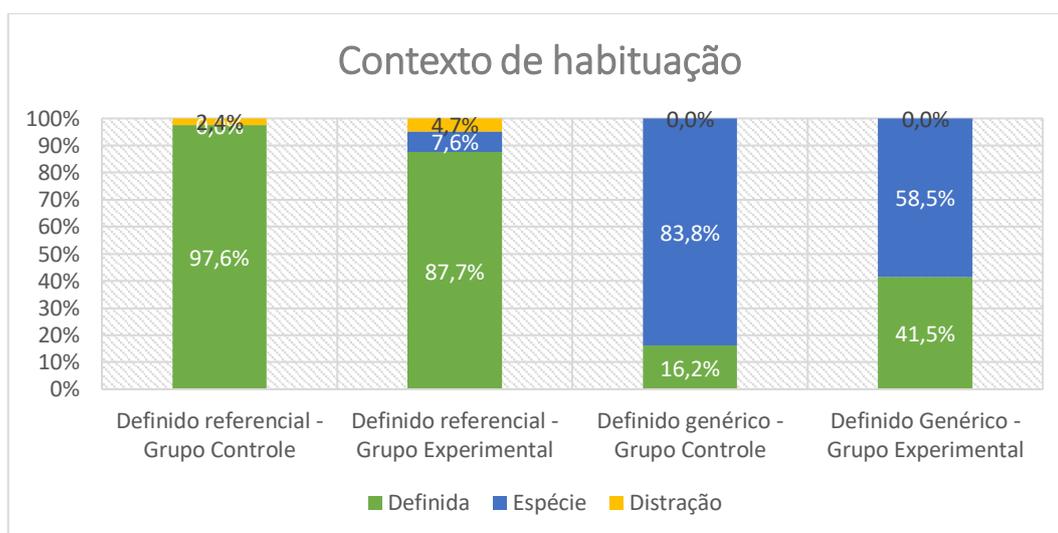


Gráfico (5): distribuição das respostas para os contextos de habituação da TSI.

Nas tarefas de habituação, GC se comportou precisamente conforme o esperado, atribuindo em 97,6% dos casos uma interpretação definida para o definido referencial e em 83,8% dos casos, uma interpretação de espécie para o definido genérico.

GE, por outro lado, nas tarefas de habituação, se comportou como esperado no que concerne ao definido referencial, atribuindo em 87,7% dos casos uma leitura referencial, mas dispersou as respostas quando da atribuição de interpretação para o definido genérico: 41,5% como interpretação definida e 58,5% de interpretação de espécie.

Este cenário é consistente com a análise que realizei anteriormente de que as crianças teriam dificuldades em atribuir uma interpretação precisa ao definido genérico em razão da sua ambiguidade. As respostas atribuídas pelas crianças, longe de serem aleatórias, representam as duas possibilidades de interpretação que o definido genérico pode obter, ora definida, ora espécie. Assim, justifica-se a

bipolarização de respostas das crianças para o definido genérico no TJVV, dado que provavelmente os contextos envolvendo o definido genérico produziram nelas as dúvidas inerentes a uma estrutura ambígua. Não se esperava um comportamento tão bipartido por parte de GE, mas ainda assim, cabe ressaltar, era um comportamento possível para estas condições.

Passo, agora, à análise das respostas dadas aos estímulos experimentais previstos na parte nuclear do experimento.

6.2.2. Estímulos experimentais:

De uma maneira geral, os grupos se comportaram basicamente como o esperado. Nos Gráficos (6) e (7), a seguir, pode-se ter uma dimensão do comportamento dos participantes para os sintagmas analisados:

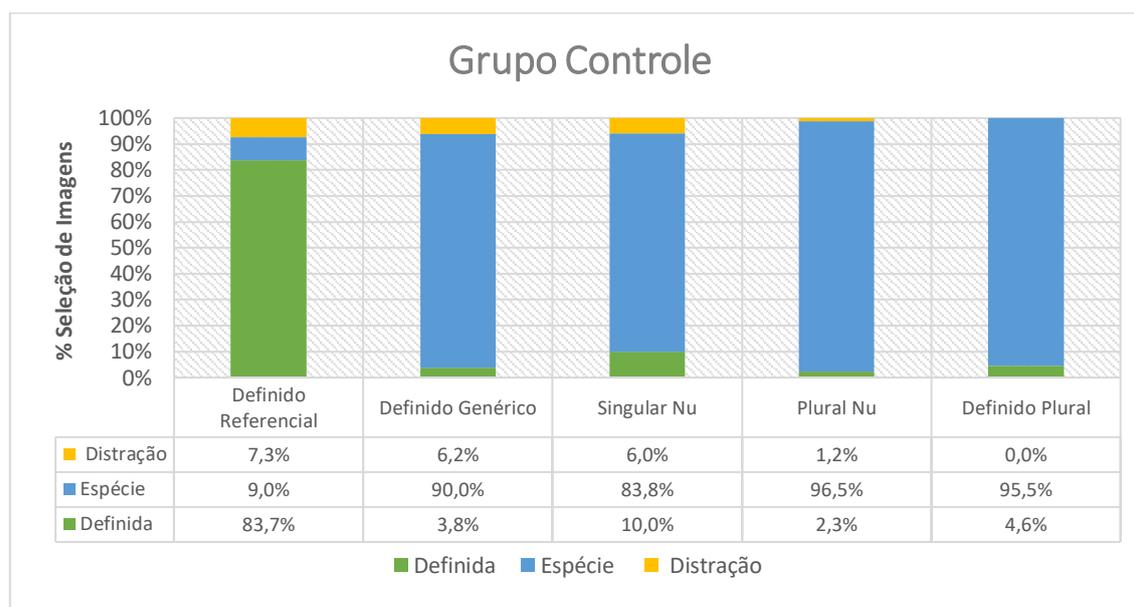


Gráfico (6): distribuição das respostas da TSI para os sintagmas no Grupo Controle.

O Gráfico (6) reporta a proporção das respostas atribuídas pelos participantes dos Grupo Controle aos sintagmas analisados. Como o esperado, os adultos atribuíram leitura definida para o definido referencial, leitura genérica para o definido genérico e o singular nu e leitura plural para o definido plural e o plural nu. Ressalto que nos Gráficos (6) e (7), a leitura plural se encontra encoberta sob o rótulo de “leitura de espécie”. Na seguinte seção, porém, vou discutir quais foram os critérios que utilizei para considerar uma leitura como plural ou como espécie.

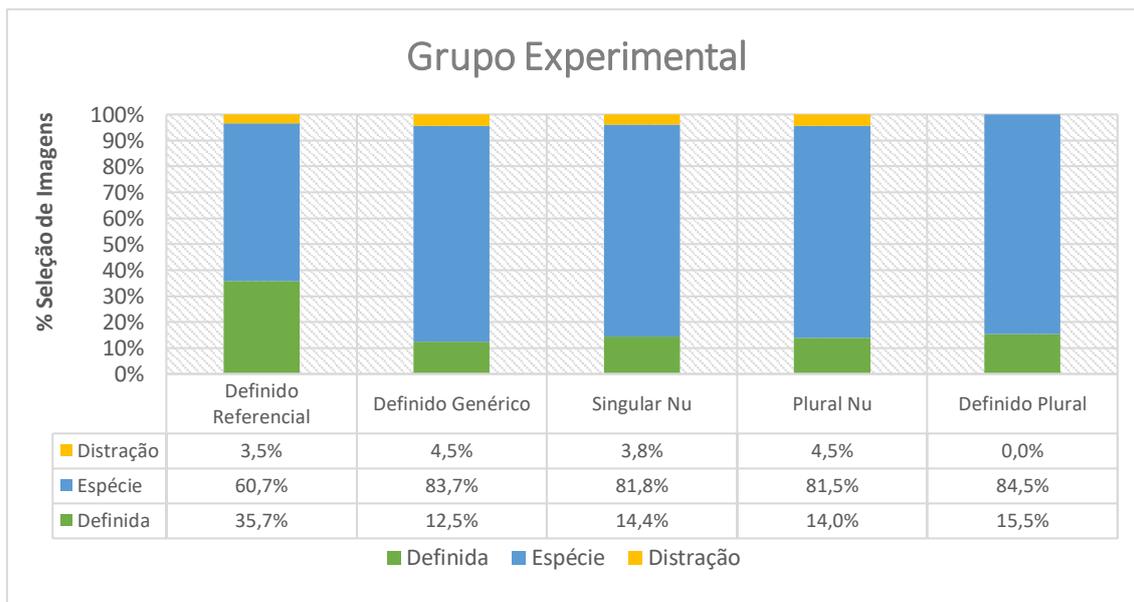


Gráfico (7): distribuição das respostas da TSI para os sintagmas no Grupo Experimental.

O Gráfico (7) reporta a proporção das respostas atribuídas pelos participantes do Grupo Experimental aos sintagmas analisados. Como o esperado, as crianças atribuíram leitura genérica para o definido genérico e o singular nu e leitura plural para o definido plural e o plural nu. Imprevisivelmente, porém, GE atribuiu leitura de espécie ao definido referencial. Mais adiante, vou discutir as questões relativas às respostas inesperadas. Na seção que segue, vou discutir as respostas obtidas para os sintagmas plurais.

6.2.2.1. Os sintagmas plurais:

Antes de analisar o definido referencial, o definido genérico e o singular nu, é preciso examinar mais detidamente o comportamento dos sintagmas plurais, dado que eles nos fornecerão os parâmetros para sabermos se a interpretação dada pelos participantes é plural ou de espécie. Para tanto, vou tomar o percentual de escolha de imagens plurais para o definido plural e para o plural nu como indicadores de pluralidade, dado que tais DPs apresentam uma clara marcação morfológica de número e, portanto, apresentam número na sua estrutura sintática.

Olhando para os resultados do grupo controle para o plural nu, notamos que os adultos atribuíram um total de 96,5% de leitura de espécie, enquanto o grupo experimental, atribuiu um total de 81,5% de leitura de espécie na mesma situação, conforme se vislumbra no Gráfico (8), a seguir:

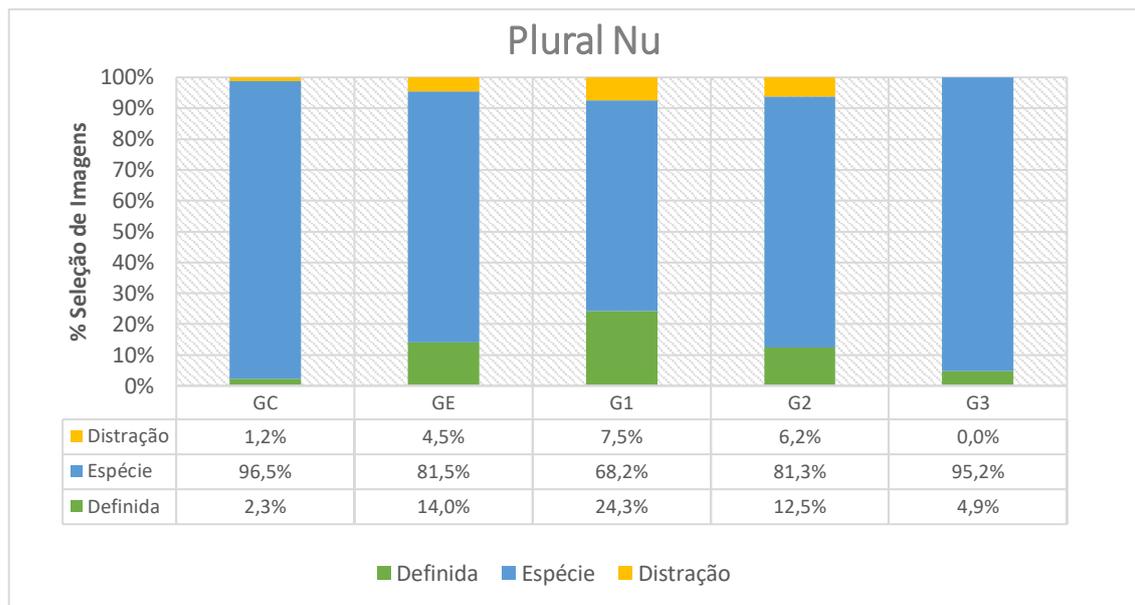


Gráfico (8): distribuição das respostas obtidas na TSI para o Plural nu.

Já para o Definido Plural, os adultos atribuíram um total de 95,4% de leitura de espécie, enquanto o Grupo Experimental, atribuiu um total de 84,5% de leitura de espécie, nestas mesmas condições. A distribuição das respostas para o definido plural pode ser contemplada no gráfico (9), a seguir:

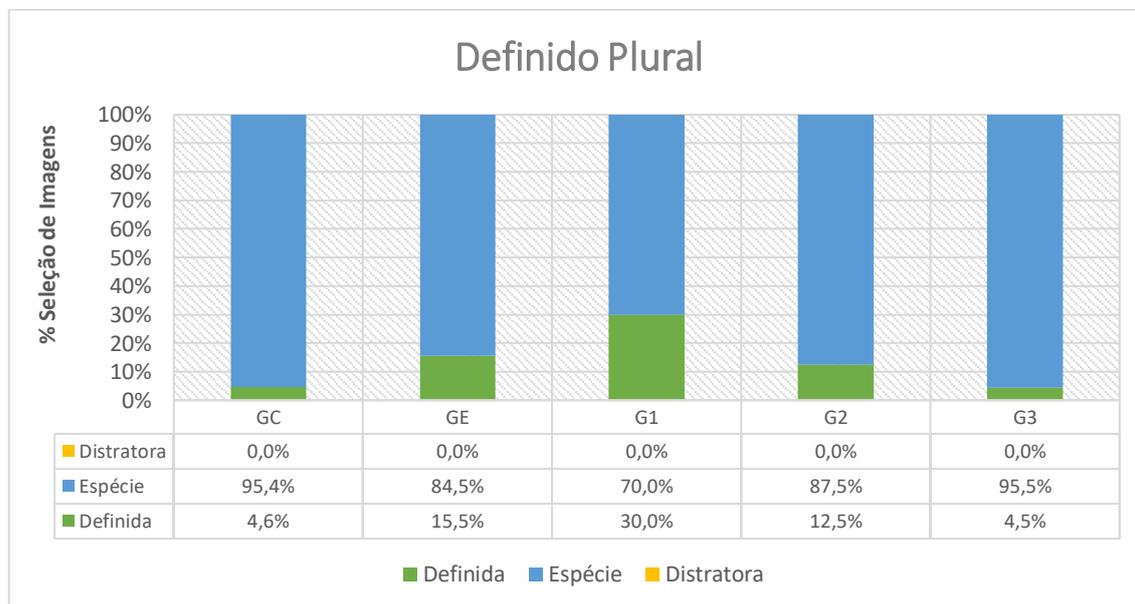


Gráfico (8): distribuição das respostas obtidas na TSI para o Definido Plural.

Estes resultados, porém, não podem ser tomados seguramente como representativos da interpretação de espécie, dado que os participantes do grupo experimental poderiam ter sido viesados pela morfologia de número e apontado

mais para as imagens contendo uma pluralidade do que para as imagens de representantes prototípicos da espécie.

Especifiquemos melhor esses resultados convencionados aqui como “espécie”. Eles consistem na escolha de imagens plurais e imagens de indivíduos prototípicos da espécie, mas essa escolha não é indiferente; nota-se ao contrário que para os sintagmas plurais, tanto GC como GE preferiram claramente imagens plurais em detrimento das imagens representativas da espécie. GC preferiu apontar para imagens plurais em 89,2% dos casos, quando ouviu uma sentença com plural nu, enquanto GE preferiu imagens plurais em 85,2% dos casos, conforme se observa no Gráfico (10), a seguir.

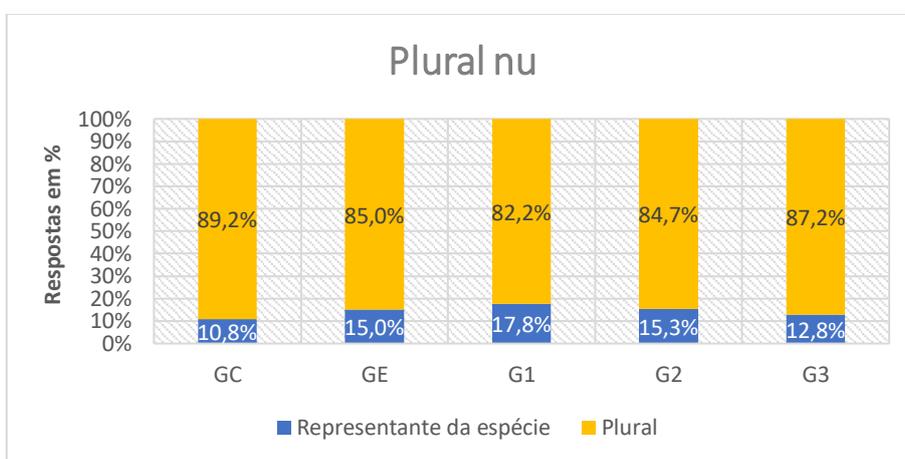


Gráfico (10): discriminação das respostas atribuídas para o plural nu na TSI em imagens plurais e representativas da espécie.

Já para o definido plural, o percentual de apontamentos para imagens plurais em GC foi de 78,0% dos casos, enquanto GE preferiu apontar para imagens plurais em 87,8% dos casos. Esta distribuição pode ser observada no Gráfico (11), abaixo:

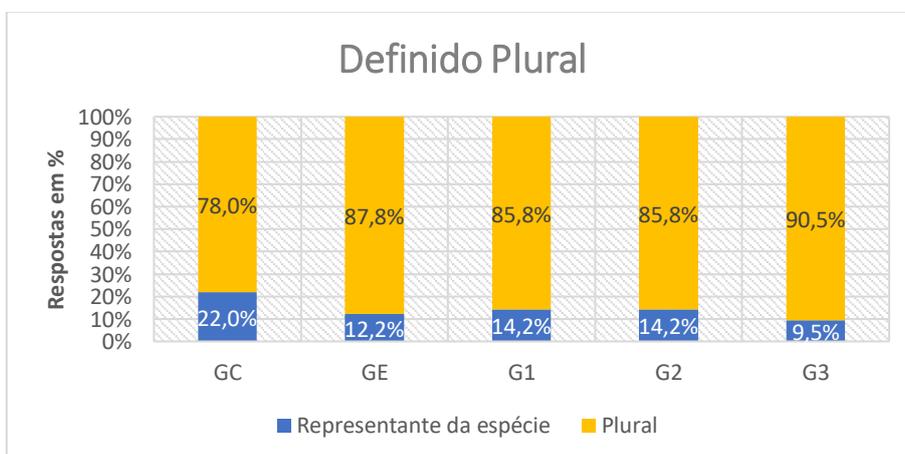


Gráfico (11): discriminação das respostas atribuídas para o definido plural na TSI em imagens plurais e representativas da espécie.

Diante destes dados, parece plausível assumir que um percentual superior a 75% de escolha de imagens plurais para qualquer DP seria um índice confiável para classificá-lo como possuindo uma interpretação plural; já um percentual entre 10% e 74% de escolha de imagens plurais poderia ser tomado como índice de referência à espécie, considerando as teorias que aceitam a presença de número plural na denotação da espécie; por fim, um índice abaixo de 10% de seleção de imagens plurais deve ser desconsiderado da análise, dado que uma abstração sobre tão poucos casos não parece admissível.

Depreende-se dos dados, então que a denotação do plural nu e do definido plural é seguramente plural. Essa assunção é importante porque será a partir dela que vou avaliar se os demais sintagmas que não possuem morfologia de plural evidente, mas que alegadamente admitem interpretação plural, de fato a possuem ou não.

Olhemos, agora, atentamente para os resultados dos demais sintagmas nominais.

6.2.2.2. Definido Referencial:

O definido singular é ambíguo no PB: pode se referir a um indivíduo em particular ou à classe de indivíduos como um todo. Quando combinado com um predicado de indivíduo ou um predicado de estágio de indivíduos, espera-se que receba uma leitura referencial. Quando combinado com predicados de espécie, contudo, espera-se que sua interpretação seja genérica, isto é, que sua interpretação denote a espécie. Construí os estímulos de maneira que ora se obtivesse uma interpretação definida, que denominei 'definido referencial', ora se obtivesse uma interpretação genérica, que denominei 'definido genérico'. Assim, a interpretação esperada para o definido referencial era justamente a leitura definida, isto é, aquela que seleciona um indivíduo particularizado no contexto.

Analisando os resultados, constata-se que houve uma preferência, por parte de GC, em eleger imagens definidas (83,7%) em contraste com os 9,0% de interpretação de espécie e 7,3% de distração. Já em GE, constata-se que 60,7% das leituras atribuídas ao definido referencial é de espécie, 35,7% definida e 3,5% distração, como se nota no Gráfico (12), a seguir:

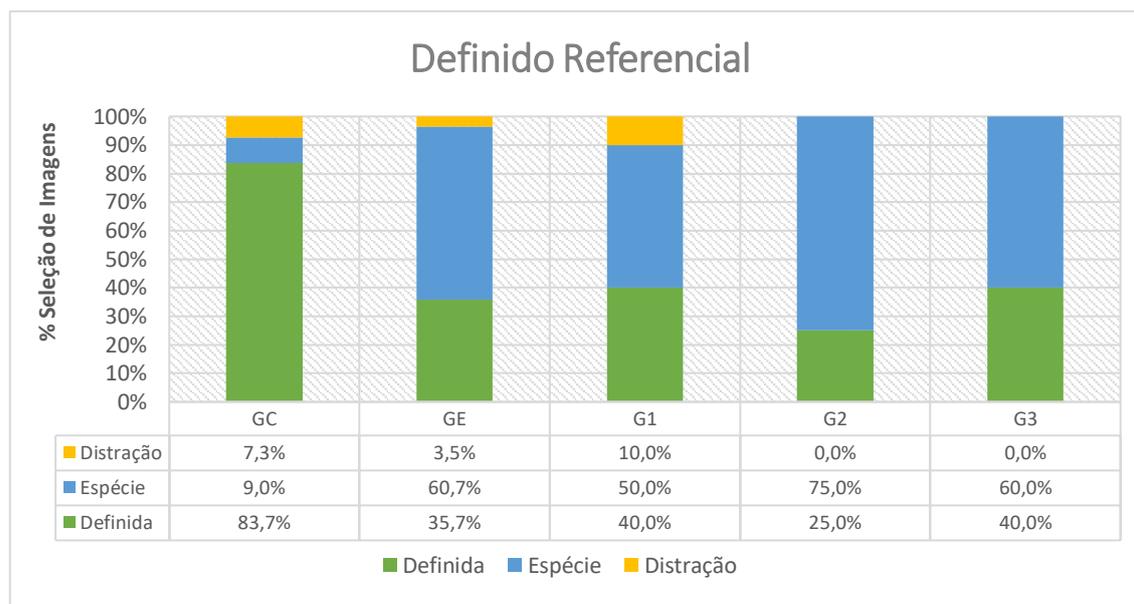


Gráfico (11): distribuição das respostas obtidas na TSI para o Definido Referencial.

Um teste estatístico de proporção aplicado aos resultados do definido referencial observou que houve uma diferença estatisticamente significativa nas respostas atribuídas tanto por GC quanto por GE. Isto sugere que os falantes adultos atribuíram uma leitura definida ao definido referencial, enquanto as crianças, inesperadamente, atribuíram uma leitura de espécie ao definido referencial.

Comparando as respostas de GC com as de GE, observou-se que há uma diferença estatisticamente significativa. Em outros termos, os dois grupos se comportaram de maneira distinta em relação ao definido referencial: enquanto GC acertadamente atribuiu uma interpretação definida para o definido referencial, GE distribuiu a interpretação do definido referencial entre uma leitura predominantemente de espécie e uma leitura definida.

Não esperava um comportamento como este para o grupo experimental, uma vez que a literatura concernente à aquisição da linguagem sustenta que uma das primeiras interpretações que ocorre na fala da criança é a referencial, porque versa sobre universo imediato dos sujeitos.

Mais inesperado ainda é, dentro daquilo considerado como leitura de espécie, o considerável número de ocorrências de interpretações plurais para o definido referencial por parte da criança. Ainda que não tenha havido diferença estatística entre as escolhas de imagens de representantes prototípicos da espécie e imagens plurais, destaca-se a maior quantidade de escolhas de imagens plurais, em detrimento das

imagens de representantes prototípicos da espécie, como se nota no Gráfico (13), a seguir:

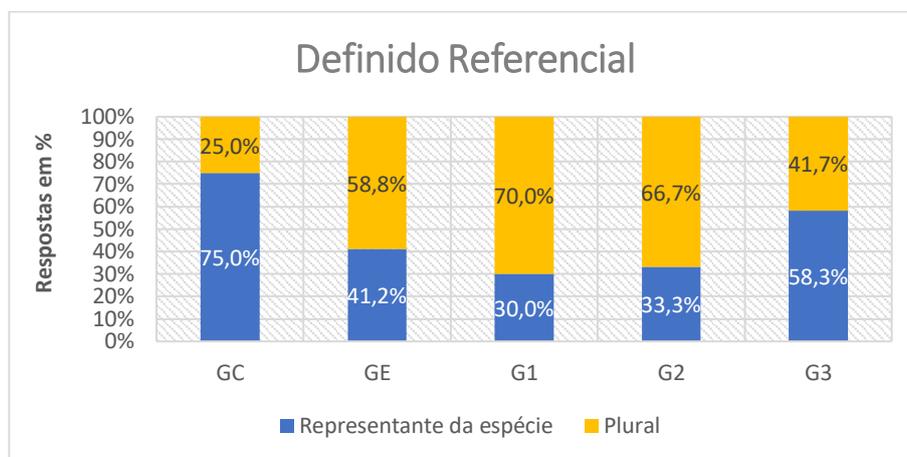


Gráfico (13): discriminação das respostas atribuídas para o definido referencial na TSI em imagens plurais e representativas da espécie.

O gráfico (13) apresenta os percentuais de escolha de imagens plurais e de representantes prototípicos da espécie para o definido referencial. Estatisticamente, não há diferença entre as seleções de imagens para nenhum dos grupos, dada a pouca quantidade de dados. Destaco, porém, o alto percentual de seleção de imagens plurais por parte das crianças para este DP.

Uma possível explicação para este comportamento seria que as crianças parecem ser menos propensas a aceitar um DP referencial como, 'a Kika' na posição de sujeito de um predicado de espécie, como 'está desaparecendo da floresta'⁸⁹. De fato, a combinação de um predicado de espécie com um indivíduo específico não é uma união perfeita nas línguas naturais. Assim, GE provavelmente não teve dificuldades para apontar para a imagem da Kika, uma onça previamente apresentada no contexto, porque a sentença em análise, embora gramatical, é pragmaticamente estranha.

Já em GE, porém, deve ter havido algum tipo de dificuldade por parte das crianças, dado que o contexto dizia respeito a um acontecimento relativo à espécie como um todo. Não se esperaria, assim, que na tarefa de seleção de imagens, fosse pedido para apontar para um indivíduo específico, quando na verdade o fenômeno em discussão dizia respeito à classe como um todo. Mais do que isso, as crianças parecem terem sido sensíveis à presença de número semântico nestes estímulos, dado que para

⁸⁹ A sentença 'A Kika está desaparecendo da floresta' corresponde exatamente ao contexto de DP referencial na posição de sujeito de um predicado de espécie, analisada no experimento.

além de selecionarem imagens representativas da espécie, também apontaram para imagens que representavam uma pluralidade.

Além disso, olhando para os percentuais de escolha de imagens plurais e de imagens representativas da espécie do definido referencial, notei que as crianças repetiram neste sintagma o padrão apresentado para o definido genérico e o singular nu de 40% para imagens representativas da espécie e de 60% para imagens plurais. Isto sugere que, muito provavelmente em razão do impasse provocado pela metodologia, as crianças de fato atribuíram uma leitura de espécie para o definido referencial.

6.2.2.3. Definido genérico:

Outra interpretação possível para o definido singular no PB é a interpretação genérica. Ela se dá quando o definido singular atua como sujeito de um predicado de indivíduo (genericidade-I), como ‘ter quatro patas’ ou como sujeito de um predicado de espécie (genericidade-D), como ‘estar em risco de extinção/extinto’.

Nos estímulos experimentais, combinei um definido singular com um predicado de espécie, com o intuito de obter uma interpretação genérica de espécie para o DP. Assim, esperava que os participantes elessem as imagens que representavam a espécie mais do que elessem imagens de indivíduos específicos. No gráfico (14), a seguir, vislumbramos a distribuição das respostas atribuídas pelos participantes ao Definido Genérico:

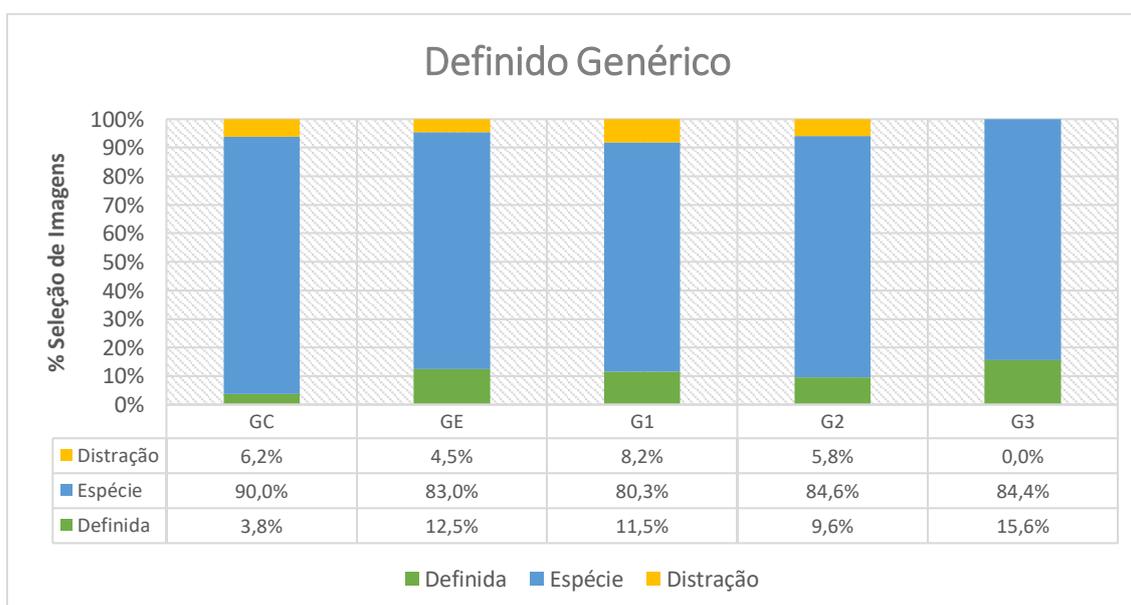


Gráfico (14): distribuição das respostas obtidas na TSI para o Definido Genérico.

O Gráfico (14) revela que tanto GC como GE atuaram como esperado. O primeiro elegeu imagens representativas da espécie em 90% dos casos, e o segundo em 83,0% dos casos. Os testes estatísticos indicaram que estas escolhas não se deram ao acaso e também mostraram que não há uma diferença significativa nas respostas atribuídas pelos grupos, o que sugere que crianças e os adultos apresentam basicamente o mesmo comportamento em relação ao definido genérico.

Além disso, discriminando as escolhas de imagens que convencionamos considerar como de espécie, percebemos que GC preferiu imagens de representantes prototípicos da espécie para o definido genérico (63,7% do total), enquanto GE preferiu selecionar imagens plurais (57,8% do total), como nos mostra o Gráfico (15), a seguir:

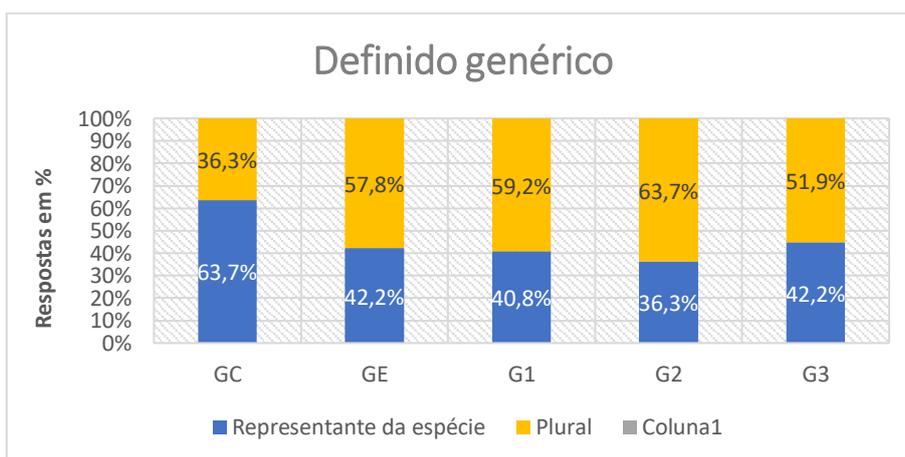


Gráfico (15): discriminação das respostas atribuídas para o definido genérico na TSI em imagens plurais e representativas da espécie.

Inversamente, o Gráfico (15) mostra que GC elegeu imagens plurais para o definido genérico em 36,3% das respostas, enquanto GE elegeu 42,2% das respostas como imagens de representantes prototípicos da espécie para o definido genérico.

A expectativa inicial deste trabalho era que os participantes apontassem apenas imagens de representantes prototípicos da espécie quando quisessem atribuir uma interpretação de espécie a um determinado sintagma. Notei, contudo, que se a análise que proponho estiver correta quanto à ausência de número na estrutura do sintagma que se refere à espécie, tanto as imagens plurais quanto as imagens de representantes prototípicos da espécie poderiam ser aceitas como indicadores da

interpretação de referência à espécie. Assim, computei como “espécie” ambos os tipos de imagens: plurais e de representantes prototípicos.

Note-se, porém, que de acordo com a decisão tomada na seção anterior, se houvesse um índice de escolhas de imagens plurais superior a 75%, este sintagma necessariamente seria interpretado como plural. No caso do definido genérico, nenhum dos grupos atingiu o índice estipulado, o que sugere que o definido genérico não pode ser analisado como plural. Além disso, os índices de escolhas de imagens definidas para este sintagma foram relativamente baixos (12,5% para o grupo experimental e 3,8% para o grupo controle), o que sugere que o definido genérico também não pode ser analisado como definido. Por exclusão, a interpretação cabível para tal sintagma é justamente a leitura de espécie. Assim, não me resta outra opção além de assumir que a interpretação da espécie neste experimento foi construída tanto sobre pluralidades (escolha de imagens plurais) quanto a partir de uma construto intensional (pela eleição de representantes prototípicos da espécie), mais uma vez confirmando a ausência de número morfossintático, mas atestando a presença de número semântico.

6.2.2.4. Singular nu:

O resultado mais importante para a presente pesquisa, obviamente, diz respeito à interpretação do singular nu. Interessa-me saber se i) os participantes tiveram dificuldade em analisar o singular nu como nome de espécie no TJVV e ii) de que forma essa interpretação foi construída na TSI. Esperava-se que os falantes não tivessem dificuldade em interpretar o singular nu como espécie e também que não houvesse uma diferença de comportamento entre os falantes adultos e as crianças, o que seria uma evidência de que não há estágio na aquisição da interpretação genérica do singular nu.

Outra expectativa era que não houvesse interpretação plural para o singular nu e tampouco interpretação definida, dado que assumi não haver número envolvido na estrutura sintática do singular nu. De acordo com a análise que faço, a categoria de número é imprescindível para a interpretação plural e também para a leitura definida. Em não havendo número na estrutura sintática do singular nu, estas interpretações deveriam ser bloqueadas. Essas expectativas foram confirmadas, conforme veremos

mais adiante. No gráfico (16), a seguir, sumário os resultados relativos às seleções de imagens para o singular nu.

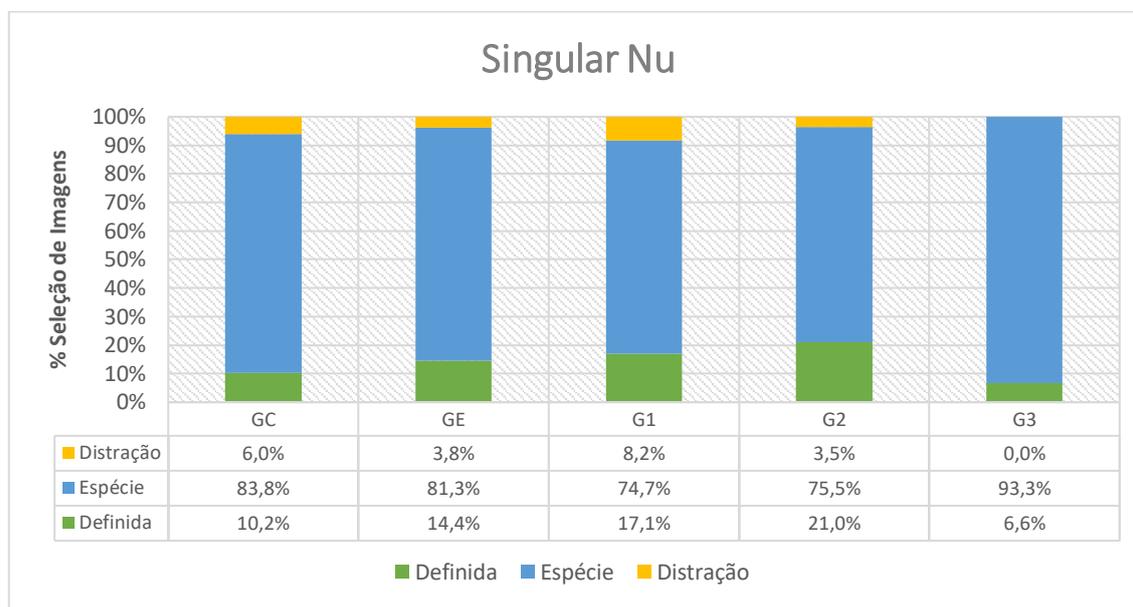


Gráfico (16): distribuição das respostas obtidas na TSI para o Singular nu.

O gráfico (16) indica que as crianças não apresentaram dificuldades em interpretar o singular nu enquanto nome de espécie no TJVV, dado que o índice de respostas esperadas (em azul) foi superior a 70% para todos os subgrupos de GE. Também vimos que houve uma clara preferência pela interpretação de espécie na TSI tanto por parte dos adultos (83,8%) quanto das crianças (81,3%).

Além disso, os testes estatísticos sugeriram que não há diferença estatisticamente significativa entre as respostas fornecidas por GC e por GE para o singular nu, o que sugere que adultos e crianças interpretam tal sintagma basicamente da mesma maneira.

O ponto crítico da discussão, porém, diz respeito à qualidade desta interpretação, isto é, de que forma os falantes da língua interpretam os sintagmas que se referem à espécie: é possível construir a interpretação de espécie por meio de pluralidade (apontando para imagens plurais, por exemplo) ou apenas intensionalmente (apontando para imagens de representantes prototípicos da espécie)? O Gráfico (17), a seguir, indica que os participantes aceitam ambas as possibilidades:

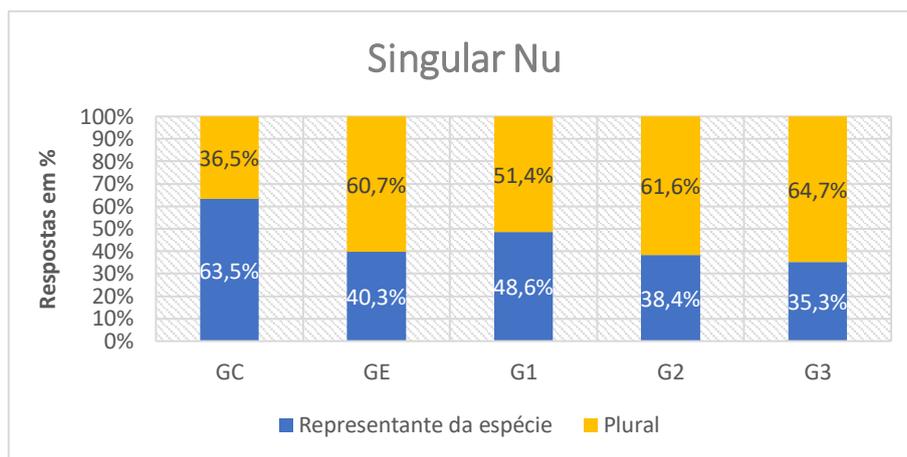


Gráfico (17): discriminação das respostas atribuídas para o singular nu na TSI em imagens plurais e representativas da espécie.

O Gráfico (17) também indica que ocorre uma inversão na escolha de imagens para o singular nu entre os grupos: enquanto GC prefere selecionar imagens que representam um indivíduo prototípico da espécie (63,5%), GE prefere selecionar imagens plurais na mesma situação (60,7%). Note-se que o complemento para inteirar os 100% em ambos os grupos é de cerca de 40% de seleção de imagens plurais para GC e de 40% de seleção de imagens representativas da espécie, para GE.

Ressalte-se que este padrão foi o mesmo atestado nos resultados do definido genérico, o que indica que provavelmente a denotação da espécie, no PB, pode envolver desde uma pluralidade de indivíduos até a representação de indivíduos prototípicos da espécie. Uma explicação para isto pode ser a de que apesar de não haver a presença de número morfossintático, os participantes são sensíveis aos número semântico, isto é, são capazes de identificar átomos e pluralidades nos contextos envolvendo a referência à espécie. Assim, os dados obtidos parecem atestar a ausência da categoria de número ou a neutralidade de número (apagamento da categoria funcional de número), defendidas respectivamente por Cyrino e Espinal (2015) para o singular nu nos casos em que ele denota a espécie e por Schmitt e Munn (1999, 2004). A diferença, como já dito anteriormente, é que para as primeiras, o singular nu é ambíguo, apresentando variadas interpretações (referência à espécie, definida e plural), a depender de sua estrutura sintática⁹⁰, enquanto para estes últimos autores, o singular nu possui uma única estrutura sintática que não projeta número (mas projeta Agr⁹¹).

⁹⁰ A proposta das autoras, como já discutido anteriormente, sugere que não há número na estrutura sintática das expressões de referência à espécie. Por outro lado, quando o número está presente, a denotação pode ser ora definida, ora plural.

⁹¹ De acordo com os autores, é em 'Agr' que se acomoda o traço de concordância de gênero do PB.

Seriam, portanto, três as estruturas concorrentes, de acordo com os autores citados acima:

(2) [DP \emptyset [NP N]]

(3) [DP \emptyset [NumP Num[NP N]]]

(4) [DP \emptyset [AgrP Agr[NP N]]]

As estruturas (2) e (3) são as propostas por Cyrino e Espinal (2015) para representar, respectivamente, a referência à espécie e as interpretações definida e plural do singular nu. Já (4) é a estrutura sintática não ambígua proposta por Schmitt e Munn (2002) para o singular nu, na qual D não poderia selecionar diretamente N, em função da concordância.

A estrutura (4) de Schmitt e Munn (2002) se aplica apenas ao singular nu, enquanto (2), proposta por Cyrino e Espinal (2015) apresenta uma maior abrangência explicativa, uma vez que se estende a todas as expressões que se referem à espécie no PB, porque de acordo com elas, assumindo-se a proposta de Borik e Espinal (2015), não há o envolvimento do número na estrutura sintática das expressões que se referem à espécie translinguisticamente.

Embora as propostas apresentem diferenças conceituais importantes, em se tratando do papel desempenhado pelo número na estrutura sintática do singular nu, a diferença é bastante sutil: enquanto para Cyrino e Espinal (2015) não há o envolvimento do número na estrutura sintática do singular nu denotando a espécie, Schmitt e Munn (1999, 2002) defendem que a categoria de número pode ser apagada nesta situação. Em outras palavras, para as primeiras, o número é um traço de D, enquanto para estes últimos, há uma categoria de número no DP que pode se instanciar ou não. Em ambos os casos, no entanto, dispensa-se a categoria de número da estrutura sintática do singular nu.

Se a categoria de número estivesse presente, a expectativa seria encontrar uma elevada seleção de imagens plurais e/ou de imagens definidas que, em teoria, necessariamente envolveriam a presença de número. Os dados, porém, flutuaram entre uma interpretação plural inferior a 74% e uma interpretação de representante prototípico da espécie ($\cong 60\%$ para GC x $\cong 40\%$ para GE), além de 14,4% de atribuição de uma interpretação específica, a qual, também apresentaria número singular.

Este baixo percentual de eleição de imagens plurais tanto em GC quanto em GE confirma minhas previsões de que parece não haver interpretação plural para o singular nu e tampouco interpretação definida, o que mais uma vez ratifica a assunção desta tese de que não há número na denotação da espécie.

Os resultados obtidos nos experimentos são, portanto, consistentes com essa ideia de ausência de número na estrutura sintática das expressões de referência à espécie, uma vez que os participantes claramente selecionaram tanto imagens plurais quanto imagens de um representante prototípico da espécie. Além disso, os dados não asseguram a existência de duas (ou mais) interpretações para o singular nu. Pelo contrário: corroboram a ideia de que há uma única estrutura sintática, responsável pela interpretação de espécie, que não dispõe da categoria de número entre N e D.

Resta-nos saber se não há envolvimento de número, de acordo com Cyrino e Espinal (2015) ou se o número é apagado da estrutura sintática, conforme propõe Schmitt e Munn (2002).

Já vimos que a leitura de espécie parece ser a preferida pelos participantes para o singular nu. Isto sugere que as propostas ambigüistas, segundo as quais o singular nu poderia apresentar tanto uma leitura definida quanto uma leitura plural, além da leitura genérica, não parecem ser as mais adequadas para a explicação do fenômeno. Na verdade, os resultados são consistentes com uma interpretação única para o singular nu. Além disso, parece claro que o número é dispensável da estrutura sintática, razão pela qual os participantes puderam selecionar tanto imagens contendo uma pluralidade, quanto imagens contendo um representante prototípico da espécie, mas não imagens contendo um indivíduo definido. Isto quer dizer que embora os resultados pareçam refutar parcialmente a proposta de Cyrino e Espinal (2015), principalmente no que concerne a uma interpretação ambígua do singular nu, os dados confirmam a proposta das autoras de ausência de número na estrutura sintática do singular nu em referência à espécie.

Se, por outro lado, assumíssemos que o número foi apagado da estrutura sintática, conforme a proposta de Schmitt e Munn (2002), deveríamos esperar que houvesse um passo extra para a criança, dado que primeiramente ela teria que adquirir a estrutura de número para em seguida apagá-lo da (ou não selecioná-lo na – segundo os autores –) estrutura sintática.

Se esta análise estiver correta, deveríamos esperar que as crianças mais velhas apresentassem uma diferença de comportamento em relação às crianças mais novas. Os resultados, contudo, não atestam esta diferença de comportamento. Há, apenas, uma diferença entre a seleção de imagens representando uma pluralidade e imagens prototípicas da espécie quando comparamos GE a GC.

Considerando que por volta dos cinco anos de idade as crianças já apresentam um significativo domínio das estruturas gramaticais de sua língua, não me parece plausível assumir que a não-seleção da categoria de número ocorra em algum momento posterior a esta idade. Sou, assim, propenso a assumir que a diferença encontrada entre adultos e crianças se deu por alguma razão alheia à faculdade da linguagem, muito provavelmente em função da metodologia empregada.

A análise que sustenta que não há número na estrutura sintática dos sintagmas denotando a espécie no PB, portanto, parece mais plausível para a explicação dos dados, uma vez que as crianças não apresentaram dificuldades em interpretar o singular nu, mesmo aos três anos e oito meses de idade. Assumo, pois, seguindo Cyrino e Espinal (2015), a proposta de Borik e Espinal (2015) de que não há número na estrutura sintática das expressões que fazem referência direta à espécie, daí a possibilidade de indicação de imagens plurais e de imagens de representantes prototípicos da espécie tanto para o singular nu quanto para o definido genérico, em ambos os grupos (GE e GC).

Respondendo, por fim, aos questionamentos no início desta subseção, os resultados do experimento mostram que os participantes tendem a atribuir leitura de espécie ao singular nu, mais do que leitura plural e leitura definida e, além disso, mostram que os adultos preferem selecionar imagens de representantes prototípicos da espécie, enquanto as crianças preferem apontar para imagens plurais. Exatamente como ocorre na TSI envolvendo o definido genérico.

6.2.3. Comparando as faixas-etárias de GE

Comparando os resultados para as distintas faixas-etárias do GE, notamos que parece ter havido um efeito de idade apenas nas respostas concernentes ao singular e plural nus. Esta análise se sustenta pelos resultados dos testes de qui-quadrado, comparando as respostas esperadas e não esperadas que as crianças forneceram a

estes sintagmas. Tanto para o singular nu quanto para o plural nu houve uma diferença significativa no padrão de comportamento apresentado pelos subgrupos de GE: enquanto as crianças mais novas atribuíram mais respostas não esperadas, as mais velhas apresentaram um comportamento mais parecido com GC, atribuindo, assim, mais respostas esperadas para estes sintagmas. É neste comportamento que reside a diferença encontrada entre os subgrupos do GE.

Apesar de não se atestar diferença estatisticamente significativa de comportamento entre GE e GC para estes mesmos sintagmas, estas diferenças de comportamento entre as distintas faixas-etárias de GE se mostraram de maneira curiosa: o que leva as crianças mais novas a atribuir mais interpretação definida ao singular e plural nus e as crianças mais velhas a reduzirem drasticamente a atribuição de leitura definida para estes mesmos sintagmas?

Embora tenha assumido que a interpretação de espécie é, juntamente com a definida, uma das que primeiro se manifestam na gramática da criança, em razão da nossa predisposição natural para a generalização, as crianças mais novas parecem resistentes em analisar o singular nu como possuindo uma interpretação genérica.

Não pretendo atribuir uma explicação gramatical para o fenômeno, porque de uma maneira geral, houve uma maior atribuição de leituras definidas para todos os sintagmas analisados no grupo experimental, mesmo que só tenhamos atestado diferença estatisticamente significativa no comportamento do singular e plural nus. É provável que este comportamento tenha se dado por razões alheias à faculdade da linguagem ou dito de outra maneira, não parece haver uma explicação propriamente linguística que sustente a diferença de comportamento entre os subgrupos de GE para estes sintagmas.

6.2.4. Diferença entre GC e GE

Conforme observado no capítulo anterior, os resultados dos testes estatísticos detectaram uma diferença de comportamento entre GE e GC, apenas para o definido referencial. Nas respostas obtidas para este DP, enquanto os adultos atribuíram a interpretação esperada (leitura definida/referencial), as crianças atribuíram majoritariamente uma leitura de espécie.

Note-se, no entanto, que os estímulos apresentados eram formados por um indivíduo objeto, isto é, um nome próprio, atuando como sujeito de um predicado de espécie, construção pouco usual nas línguas.

O comportamento não esperado de GE deve ter se dado precisamente em função dessa construção pouco usual: enquanto as crianças analisaram estas sentenças tomando-se como ponto de partida o predicado de espécie, os adultos parecem ter tomado como ponto de partida o nome próprio, daí a diferença encontrada entre os dois grupos, em que GE atribuiu uma leitura de espécie (a partir do predicado) e GC, uma leitura definida/referencial (a partir do nome próprio).

6.2.5. Analisando as respostas dos participantes em função do tipo de predicado *K-level*

Um dos questionamentos gerados pela análise dos dados realizada nesta tese seria o de que os predicados poderiam, de alguma maneira, estar condicionando a resposta dos participantes. O alto índice de seleção de imagens plurais, neste sentido, poderia estar ligado ao fato de que alguns predicados utilizados poderiam induzir a uma interpretação plural, como é o caso de ‘estar infestando o jardim’ ou ‘está espalhado pelo mundo’. A pergunta que pretendo responder nesta seção será, pois a seguinte: é possível que os predicados de alguma maneira induziram os participantes a selecionarem imagens plurais ou de representantes prototípicos da espécie?

Aparentemente, alguns desses predicados, mesmo que a rigor sejam todos do tipo *K-level*, autorizam semanticamente uma instanciação de átomos no contexto. É o caso dos já citados ‘estar espalhado pelo mundo’ e ‘estar infestando o jardim’. Para se atribuir um valor de verdade às sentenças (i) e (ii) abaixo, é preciso que haja átomos de ‘rato’ e átomos de ‘mosquito’ e que eles estejam, respectivamente, espalhados pelo mundo e infestando o jardim.

- (i) Rato tá espalhado pelo mundo.
- (ii) Mosquito tá infestando o jardim.

Note-se, no entanto, que não se trata de um único indivíduo ‘rato’ ou ‘mosquito’ mesmo que eles contem como um exemplares da espécie. Dito de outra maneira, não se pode afirmar que um único rato apresente a propriedade de estar espalhado pelo mundo ou um único mosquito esteja infestando o jardim. A interpretação que se tem

das sentenças acima é a de que espécie ‘rato’ e a espécie ‘mosquito’ cujas instanciações de indivíduos que podem estar aqui, aí e acolá estão respectivamente espalhadas pelo mundo e infestando o jardim. Nesse sentido, a forma mais pragmaticamente adequada de se ilustrar uma condição de verdade como essa é por meio de uma imagem que indique pluralidade, daí a tendência dos participantes do experimento em atribuir uma leitura plural ao singular nu.

Já predicados como ‘ser raro no deserto’, ‘estar extinto’ e ‘estar desaparecendo’ não apresentam esta propriedade, isto é, eles não necessariamente distribuem átomos no contexto. Assim, se considerarmos o julgamento dos falantes isoladamente, veremos que a tendência é por atribuir uma leitura de espécie a esse tipo de sentença, conforme podemos ver na Tabela (24), a seguir. Chamarei os predicados como ‘estar espalhado pelo mundo’ e ‘estar infestando o jardim’ de predicados de espécie distributivos e predicados como ‘ser raro no deserto’, ‘estar extinto’ e ‘estar desaparecendo’ como predicados de espécie classificadores.

GRUPO CONTROLE										
Tipos de predicado de espécie	Definida	%	Espécie	%	Plural	%	Distração	%	Total	%
Distributivo	4	7,0	17	30,0	36	63,0	0	0	57	100
Classificador	15	11,6	82	63,5	21	16,4	11	8,5	129	100
GRUPO EXPERIMENTAL										
Tipo de predicado de espécie	Definida	%	Espécie	%	Plural	%	Distração	%	Total	%
Distributivo	23	19,8	17	14,6	70	60,3	1	1,1	116	100
Classificador	19	10,6	79	44,3	72	40,4	8	4,4	178	100

Tabela (24): análise das respostas em função do tipo de predicado (distributivo x classificador).

Para saber se as seleções de imagens não ocorreram de maneira aleatória, apliquei um teste de proporção às respostas obtidas para os predicados distributivos e classificadores em ambos os grupos. Os resultados sugerem que a distribuição das respostas não se deu no nível da chance, isto é, os participantes não escolheram aleatoriamente as imagens para os predicados seja no GE, seja no GC, conforme se nota nos valores de qui-quadrado dispostos na Tabela (25), a seguir:

Grupo	Tipo de predicado	Valor de qui-quadrado
Controle	Distributivo	$x^2 = 40.985$ (2) $p < 0,05$
	Classificador	$x^2 = 138.53$ (3) $p < 0,05$
Experimental	Distributivo	$x^2 = 124.99$ (3) $p < 0,05$
	Classificador	$x^2 = 117.72$ (3) $p < 0,05$

Tabela (25): resultados dos testes de proporção aplicados às respostas obtidas na Tabela (24).

Também apliquei um teste de qui-quadrado comparando o comportamento entre GE e GC quanto às respostas fornecidas para os predicados de espécie classificadores e distributivos. Os resultados mostraram que embora haja uma diferença de comportamento entre GE e GC no que tange às respostas obtidas para os predicados classificadores ($x^2 = 10.281 (1), p < 0,05$), para os predicados distributivos, GE e GC não diferiram em termos de comportamento ($x^2 = 7.2088e^{-31} (1) p > 0,05$). No gráfico (18), a seguir, pode-se ter uma melhor dimensão da distribuição dos dados em relação ao tipo de predicado.

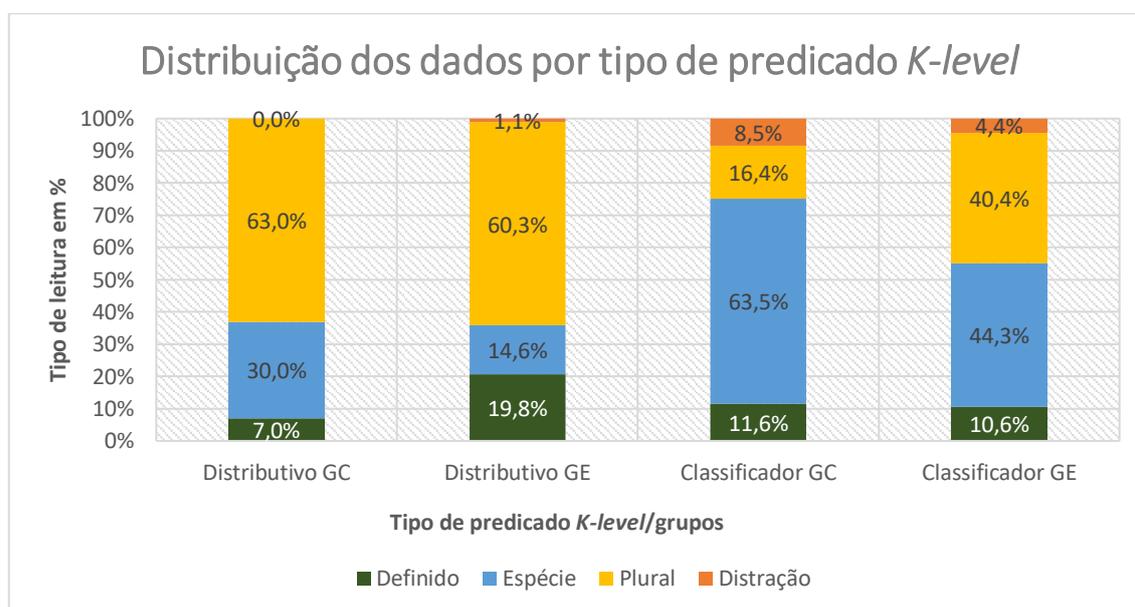


Gráfico (17): distribuição dos dados por tipo de predicado *K-level* (distributivo x classificador).

Depreende-se, da análise da Tabela (24) e do Gráfico (17) que com relação aos predicados *K-level* do tipo distributivo, tanto GC (63,0%) quanto GE (60,3%) parecem ter preferido apontar para imagens representando uma pluralidade. Por outro lado, em relação aos predicados *K-level* do tipo classificador, enquanto GC preferiu apontar para imagens representando uma pluralidade (63,5%), GE distribuiu as respostas entre uma leitura de espécie (44,3%) e uma leitura plural (40,4%). Os dados, neste sentido, parecem atestar que houve um condicionamento do tipo de leitura em função do tipo de predicado, ao menos para os predicados distributivos, que distribuem átomos semânticos no contexto. Quanto aos predicados classificadores, pode-se dizer que há uma tendência constatada em GC para a seleção de imagens de representantes prototípicos da espécie.

6.3 Interpretando os dados à luz de outras teorias:

Nesta seção, vou avaliar se os dados obtidos nesta pesquisa poderiam ser explicados à luz de outras propostas teóricas. Como vimos, os dados sugerem que o singular nu é neutro para número, podendo sua denotação ser representada tanto por imagens plurais quanto por imagens de representantes prototípicos da espécie (interpretação intensional). Já assinalei que estes resultados respaldam tanto a proposta de Cyrino e Espinal (2015) quanto a de Schmitt e Munn (1999, 2002). Também, nas seções anteriores, defendi que ao que tudo indica, assumir que não há número na estrutura sintática das expressões que fazem referência à espécie parece ser uma saída mais explicativa e econômica do que a proposta que defende a não seleção de número na estrutura sintática do singular nu. Mais explicativa porque não se restringe à estrutura de um único DP, senão a todas as expressões que fazem referência à espécie nas línguas naturais. Mais econômica, porque não pressupõe que as crianças tivessem que adquirir primeiramente a categoria funcional de número, para num segundo momento não selecioná-la na estrutura sintática de um DP em particular. Defendi que se esta segunda opção fosse o caso, teríamos que esperar um passo extra para a aquisição do singular nu com interpretação genérica. Os dados obtidos, contudo, atestam que mesmo as crianças mais novas não apresentam problemas em atribuir uma interpretação genérica para o singular nu.

Parece, neste sentido, que a proposta de Borik e Espinal (2015) argumentando que não há envolvimento de número na estrutura sintática das expressões de referência à espécie, parece mais explicativa que a proposta de Schmitt e Munn (1999, 2002) para o singular nu, ao menos diante dos resultados obtidos pelos experimentos aqui reportados. Assumo, assim, parcialmente a proposta de Cyrino e Espinal (2015), sobretudo quando explicam a leitura de espécie do singular nu, mas, diante das respostas dos participantes, não poderia sustentar uma análise ambigüista do singular nu.

Os resultados obtidos nos experimentos desta tese também não respaldam a proposta teórica de Müller (2002, 2003, 2004, etc.), segundo a qual, o singular nu não poderia ocorrer na posição de sujeito de um predicado de espécie, por ser, na verdade, um NP (predicado) e não um DP. O que os dados sugerem, contudo, é que os participantes não apenas aceitam o singular nu na posição de sujeito de um predicado

de espécie como atribuem a ele uma leitura de espécie, precisamente o contrário do que a autora sustentava. Neste sentido, sou propenso a dizer que a proposta de Müller (2002, 2003, 2004, etc.) não parece ser a mais adequada para a explicação dos dados que obtive por duas razões: i) primeiramente, porque parti de um pressuposto distinto do da autora, a saber, o fato de eu ter tomado o singular nu como um NP que pode atuar na posição SpecTP de um predicado de espécie, e disso, a construção de estímulos que de acordo com a visão de Müller, seriam agramaticais no PB; ii) em segundo lugar, porque a resposta dos participantes parece ter endossado a tese de que o singular nu é de fato possível na posição de SpecTP de um predicado *K-level*, com leitura de espécie.

Outra proposta teórica sobre a qual cabe uma reflexão em face dos resultados encontrados é a de Ferreira (2010). Para avaliá-la, vou analisar quatro estímulos que, de acordo com a visão do autor, teriam de apresentar um comportamento distinto: dois estímulos envolvendo uma estrutura verbal gerundiva, exemplos (5) e (6) e dois estímulos envolvendo uma estrutura verbal participial, exemplificadas em (7) e (8):

(5) Mosquito tá infestando o jardim.

(6) Tatu tá desaparecendo da floresta.

(7) Rato tá espalhado pelo mundo.

(8) Mamute tá extinto.

Essas formas verbais não são idênticas às apresentadas por Ferreira (2010), dado que o autor se ateve a um tipo específico de sentença: as existenciais. Se a análise Ferreira (2010), contudo, estiver correta, teríamos de esperar que tipos diferentes de sentenças, em função da morfologia verbal, pudessem (sub)especificar o singular nu para número. Segundo esta análise, as formas verbais participais se flexionam para número no PB, formando um padrão de comportamento mais semelhante às formas verbais finitas, subespecificando o nome com o número presente na forma verbal. Já as formas gerundivas não se flexionam em número, o que autorizaria, assim, a interpretação plural.

Na Tabela (26), a seguir, podemos conferir os resultados obtidos para estes quatro estímulos, tanto no GE como no GC.

Grupo Controle – Seleção de imagens									
Estímulos	Definido	%	Rep esp	%	Plural	%	Distratora	%	Total
Participiais	6	7,0	35	40,5	40	46,5	5	6,0	86
Gerundivos	4	7,0	36	63,1	13	22,8	4	7,0	57
Grupo Experimental – Seleção de imagens									
Estímulos	Definido	%	Rep esp	%	Plural	%	Distratora	%	Total
Participiais	24	20,5	32	27,5	56	47,8	5	4,2	117
Gerundivos	16	14,2	29	26,0	59	52,6	8	7,2	112

Tabela (26): Análise dos estímulos com forma verbal participial ou gerundiva nos grupos controle e experimental.

Seguindo a linha de raciocínio do autor, deveríamos esperar que as formas verbais participiais analisadas subespecificuem o singular nu com número singular, dado que esta é a morfologia presente na estrutura verbal. Já as formas gerundivas poderiam disparar mais entusiasticamente a interpretação semântica plural que, na visão de Ferreira (2010), é um caso da interpretação de espécie.

Aplicando-se um teste de proporção aos resultados, com o intuito de saber se a distribuição das respostas se deu de maneira aleatória, obtive os seguintes resultados, dispostos na Tabela (22), a seguir:

Grupo Controle	
Estímulos	Resultado
Participial	$X^2 = 64,31$ (3) $p < 0,05$
Gerundiva	$X^2 = 60,07$ (3) $p < 0,05$
Grupo Experimental	
Participial	$X^2 = 61,02$ (3) $p < 0,05$
Gerundiva	$X^2 = 71,71$ (3) $p < 0,05$

Tabela (27): resultados do teste de proporção avaliando se a distribuição das respostas se deu ou não no nível da chance para os estímulos gerundivo e participial.

Depreende-se da análise dos resultados que houve uma diferença estatisticamente significativa para todos os estímulos analisados. Isto sugere que os percentuais da Tabela (26) são confiáveis e evidenciam a tendência geral de interpretação destes estímulos. Assim, no GC, notamos que há uma bipartição das interpretações das estruturas participiais em representantes prototípicos da espécie (40,5%) e plurais (46,5%), enquanto nas estruturas gerundivas, se nota uma maior atribuição de leitura de espécie (63,1%), seguida da leitura de plural (22,8%). Já GE prefere atribuir às estruturas participiais uma leitura plural (47,8%), seguida da seleção de imagens representativas da espécie (27,5%) e, por fim, de um número considerável de escolhas de imagens definidas (20,5%). As estruturas verbais gerundivas, por sua vez, foram majoritariamente interpretadas como plurais pelas

crianças (52,6%), vindo, em seguida, a eleição de imagens de representantes prototípicos da espécie (26,0%) e, finalmente, a interpretação definida (14,2%).

Para ratificarmos a proposta do autor, teríamos de esperar um alto índice de leitura definida para o singular nu nas estruturas participais e um alto índice de leitura plural nas estruturas gerundivas. Os resultados, porém, atestam apenas um considerável índice de leitura plural presente nas estruturas gerundivas de um único grupo, o das crianças. Isto sugere que, ao menos no que diz respeito aos predicados de espécie, não há subespecificação de número nas estruturas participais nem no GC e menos ainda no GE, dado que as crianças preferiram eleger imagens plurais para estas estruturas verbais. Quanto à autorização de leitura plural nas estruturas gerundivas, nossos resultados são inconclusivos, uma vez que atestamos um alto índice de leitura plural apenas nos dados do grupo experimental.

Assim, embora a proposta de Ferreira (2010) constitua à primeira vista um forte argumento em favor da (sub)especificação do número decorrente da morfologia verbal, esta explicação parece não se aplicar ao singular nu enquanto nome de referência à espécie, muito provavelmente porque não há número na estrutura sintática dos sintagmas que se referem à espécie no PB.

Ainda à luz dos dados encontrados, cabe-me uma última análise sobre as propostas teóricas que examinam o singular nu no PB: refiro-me à discussão elaborada por Pires de Oliveira e Rothstein (2011), segundo a qual o singular nu se comportaria da mesma maneira que o nome de massa nu. Se as autoras estiverem corretas, teríamos de esperar que os participantes atribuísem a mesma leitura tanto para o singular nu quanto para o nome de massa nu, isto é, que não houvesse diferença de respostas para o singular nu e o nome de massa nu entre os participantes. Para analisar a predição da proposta das autoras, agrupei, na Tabela (28), os dados relativos ao nome de massa nu e aos singulares nus do experimento:

Grupo Controle								
Tipo de DP	Definida	%	Rep Esp	%	Distratora	%	Total	%
Massivo nu	9	21,0	32	74,4	2	4,6	43	100
Singular nu	10	7,0	124	86,2	9	6,8	143	100
Grupo Experimental								
Tipo de DP	Definida	%	Rep Esp	%	Distratora	%	Total	%
Massivo nu	2	3,0	62	95,3	1	1,5	65	100
Singular nu	40	17,4	176	77,0	13	5,6	229	100

Tabela (28): comparação entre o nome de massa nu e o singular nu.

Comparando num teste de qui-quadrado, o índice geral de respostas esperadas (leitura de espécie) e não esperadas (todas as demais leituras) no grupo controle, obtemos como resultado: $\chi^2 = 2,8411$ (1) $p = 0,09188$; aplicando-se, porém, o mesmo teste no grupo experimental, obtemos como resultado: $\chi^2 = 10,103$ (1) $p < 0,05$.

Estes testes estatísticos sugerem que o grupo de adultos não diferencia o massivo nu e o singular nu em termos de comportamento, isto é, aparentemente, os participantes atribuem basicamente as mesmas interpretações para estes dois sintagmas nominais; já o grupo experimental, apresenta uma diferença de comportamento quando atribui uma interpretação para o massivo nu e para o singular nu. Ou seja, há um maior índice de eleição de imagens definidas no grupo experimental apenas para o singular nu.

Os resultados obtidos no GE, em princípio, questionariam a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011), porque a resposta das crianças aponta uma diferença de comportamento em relação à escolha de imagens para o singular nu e o nome de massa nu. Uma provável explicação para esta diferença diz respeito, por um lado, à facilidade que tivemos de ilustrar uma individualização de um nome contável, como 'tatu', por exemplo, em que simplesmente introduzimos no contexto um tatu específico, chamado 'Bebo'; e por outro, a dificuldade que tivemos em ilustrar a individualização de um nome massivo: introduzindo um copo de leite específico que uma determinada menina estava bebendo ou uma porção de mingau que havia sido preparada pela mãe do locutor. Neste sentido, apontar para a individualização de um nome contável (no caso, um tatu específico), seria pragmaticamente mais adequado que apontar para uma porção de mingau ou um copo de leite, visto que uma das propriedades intrínsecas do nome massivo é precisamente a incongruência com a ideia de individualização. Some-se a isso o fato de que as crianças naturalmente apontaram mais para leituras definidas do que o grupo de adultos.

Nossos dados, neste sentido, parecem inconclusivos para a análise das autoras: se, por um lado, o GC confirma a predição de que o singular nu e o plural nu se assemelham em termos de comportamento, os dados das crianças sugerem indicam que há uma diferença de comportamento entre os nomes massivos e contáveis. Considerando-se apenas os resultados obtidos com GC, os dados confirmam a predição das autoras de que o comportamento dos nomes massivos e do singular nu se

assemelham. Já, considerando as respostas obtidas por GE, para validar a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011), teríamos de avaliar se não houve a interferência de um fator pragmático que propiciou a seleção de imagens definidas, não apenas no singular nu, mas em todos os sintagmas analisados. Vou deixar esta questão em aberta, porque a resposta para ela demanda a elaboração de um novo experimento, tópico para uma pesquisa futura.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho dissertou sobre a aquisição da genericidade no PB, dando ênfase à genericidade disparada pelo sintagma de determinante (DP) – daí, Genericidade-D. Como vimos, o PB impõe um problema para as teorias da área, em razão da presença de um nominal nu contável com aparente morfologia singular nas posições argumentais, não autorizado nem em línguas como o inglês (que permitem plural nu) nem nas demais línguas românicas, em que se esperaria um comportamento semelhante, dada a proximidade estrutural das línguas.

Nos primeiros capítulos, examinei quais são as principais propostas teóricas que analisam a denotação à espécie através das línguas, em especial, as propostas de Carlson (1977a,b), Longobardi (1994) e Chierchia (1998). Baseado nos trabalhos destes três autores, analisei também as propostas teóricas de Schmitt e Munn (1999, 2002), Müller (2002, 2003, 2004, etc.), Ferreira (2010), Pires de Oliveira e Rothstein (2011) e Cyrino e Espinal (2015) que expandiram a discussão sobre o fenômeno para o PB. Além disso, por se tratar de um trabalho de aquisição da linguagem, discuti, no Capítulo 3, como a teoria linguística enxerga a aquisição de sentenças genéricas nas línguas naturais. Vimos que apesar de haver uma quantidade considerável de trabalhos envolvendo a aquisição de sentenças genéricas em outras línguas (em especial, no inglês), discutindo o fenômeno no PB, até onde tenho conhecimento, temos apenas dois trabalhos: o de Lopes (2004, 2006) e o de Augusto (2008). Os experimentos aqui propostos vieram na tentativa de ampliar a discussão sobre a aquisição da genericidade no PB, lançando luz sobre alguns tópicos não abordados pelos trabalhos anteriores.

Dentre esses tópicos, minha maior preocupação foi compreender: i) qual é a interpretação *default* do singular nu no PB; ii) se é possível atribuir uma leitura de espécie para este sintagma no PB; iii) se o número desempenha um papel importante na denotação da espécie; e iv) que outros DPs podem denotar a espécie no PB;

Para responder a estas perguntas, assumi tanto a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011) de que o singular nu denota a espécie quanto a proposta de Borik e Espinal (2015) de que não há número na estrutura sintática das expressões que se referem à espécie nas línguas naturais.

Em relação à aquisição da linguagem, minha hipótese é que a interpretação *default* do singular nu no PB é de espécie. Assim, esperaria que as crianças desde muito cedo interpretassem o singular nu enquanto nome de espécie, dado que assumi, com base em Leslie (2008), que há uma predisposição natural para a generalização nas línguas naturais. Assim, a referência à espécie, em paralelo com a interpretação definida/referencial, deveria ser uma das primeiras a surgir na fala espontânea da criança. A predição que esta hipótese faz para a aquisição da linguagem é, pois, a de não haver estágios de aquisição para o singular nu, isto é, uma sequência de etapas pelas quais as crianças passariam até convergir com a interpretação presente na gramática adulta. Isto quer dizer que as crianças adquiririam o singular nu diretamente como nome de espécie no PB.

Para entender este fenômeno de aquisição, apliquei um experimento linguístico, composto de duas tarefas: na primeira, os participantes responderam a um Teste de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV), por meio do qual se pretendia confirmar se uma sentença contendo um singular nu com um predicado de espécie é possível no PB. Já a segunda etapa do experimento consistiu numa Tarefa de Seleção de Imagens (TSI), em que os participantes foram convidados a apontar imagens que ilustravam as sentenças proferidas. Foram apresentadas para cada estímulo quatro imagens distintas: uma contendo um indivíduo específico previamente introduzido no contexto (leitura definida), uma de um representante prototípico da espécie (leitura de espécie), uma contendo uma pluralidade de indivíduos (leitura plural) e uma última distratora.

Minha expectativa era que crianças e adultos se comportariam basicamente da mesma maneira, dado o pressuposto de não haver estágios para a aquisição do singular nu. Além disso, esperava-se que não haveria tantas seleções de imagens definidas e plurais, que poderiam atestar a presença de número na estrutura sintática do singular nu.

Os resultados do TJVV confirmam que tanto os falantes adultos quanto as crianças podem interpretar o singular nu como uma expressão de referência direta à espécie. Notou-se, contudo, que o grupo experimental apresentou uma certa dificuldade em interpretar o definido singular quando combinado a um predicado de indivíduo, como atesta a quantidade de respostas 'não' para estes estímulos. Atribuí

este comportamento ao fato de que o definido singular é naturalmente ambíguo entre uma leitura definida e uma leitura de espécie. Provavelmente, as crianças têm mais dificuldades em lidar com esta ambiguidade natural do definido singular.

Já os resultados da TSI mostraram que GE e GC preferem atribuir uma leitura plural (uma escolha acima de 70% de imagens plurais) para o definido plural e o plural nu. Já para o definido referencial, enquanto os adultos, de uma maneira esperada, atribuíram uma leitura definida a este sintagma, as crianças preferiram atribuir uma interpretação genérica. Expliquei este comportamento afirmando que as crianças aparentemente apresentaram dificuldades em interpretar uma sentença contendo um nome próprio com um predicado de indivíduo, uma combinação que não é perfeita nas línguas naturais. Os adultos atribuíram a estas sentenças uma interpretação definida porque se guiaram pelo DP sujeito. Já as crianças atribuíram a leitura de espécie porque se guiaram pelo predicado.

Em relação ao definido genérico e ao singular nu, o comportamento do grupo experimental e controle não diferiu: ambos os grupos atribuíram leitura de espécie para os dois DPs analisados. Por leitura de espécie, entendeu-se neste trabalho tanto a seleção de imagens de indivíduos representativos da espécie quanto a seleção de imagens plurais, desde que inferior a 70%, uma vez convencionalizado que acima deste percentual, tais sintagmas deveriam ser considerados como plurais.

Aqui, houve uma inversão de padrões na tarefa de seleção de imagens: enquanto os adultos selecionaram em média 60% de imagens de representantes prototípicos da espécie e 40% de imagens plurais, tanto para o definido genérico quanto para o singular nu, o grupo experimental manifestou um padrão de 40% de seleção de imagens representativas da espécie e 60% de imagens plurais para ambos os DPs. Esta inversão nos padrões, contudo não foi suficiente para atestar uma diferença de comportamento entre os grupos, pois tanto adultos quanto crianças atuaram basicamente da mesma maneira quando instados a atribuir uma interpretação (apontar para uma imagem) para o singular nu e o definido genérico.

Estes resultados me levaram a confirmar a hipótese de que o singular nu é um DP que pode se referir diretamente à espécie sendo que esta, muito provavelmente, sua interpretação *default*, dado que não encontramos diferença de comportamento entre os grupos controle e experimental.

Os resultados dos experimentos propostos nesta tese, para além de um questionamento sobre o estado inicial da gramática da criança adquirindo o PB, também serviram para testar algumas das propostas teóricas que investigaram a genericidade-D no PB. Vale lembrar que, segundo Chomsky (1964), só atingimos a adequação explicativa de uma teoria linguística quando ela dá conta da aquisição da linguagem. Isto quer dizer que tanto mais explicativa será a teoria, quanto mais ela conseguir explicar como as crianças adquirem o fenômeno em análise. As pesquisas em aquisição de língua, funcionariam, pois, como uma espécie de Navalha de Occam da Linguística Teórica, avaliando quais são as proposições teóricas estritamente necessárias para que uma criança convirja à gramática adulta. Daí a importância da área para a Teoria Linguística.

Dito isto, sustento que os resultados encontrados parecem confirmar a proposta de Schmitt e Munn (1999, 2002) e também de Cyrino e Espinal (2015) de que não há número na estrutura sintática do singular nu no PB, porque houve poucas atribuições de interpretação definida e plural para este sintagma nas respostas obtidas. Na verdade, como já discutido, há uma diferença entre não haver o envolvimento categoria de número (defendido por Cyrino e Espinal, 2015) e o seu apagamento (defendido por Schmitt e Munn, 1999; 2002). Advogo em favor da ausência total de número, porque assumi que a não seleção de número deveria gerar uma etapa a mais para a criança adquirindo PB, uma vez que teria que primeiro adquirir a categoria de número plural, para em seguida, não selecioná-la. Como não encontrei diferença de comportamento entre as crianças mais novas e mais velhas, assumi que não há o apagamento da categoria de número, senão a sua ausência total.

Contrariamente, à proposta de Cyrino e Espinal (2015), porém, nossos dados não atestaram uma suposta ambiguidade estrutural para o singular nu: aparentemente, há apenas uma estrutura sintática para o singular nu, qual seja, aquela que não dispõe da categoria de número entre D e N.

Além disso, os resultados do experimento parecem não confirmar a proposta teórica de Ferreira (2010), dado que não atestamos uma subespecificação de número em função do tipo de predicado verbal. Nem as estruturas verbais participais dos predicados de espécie subespecificaram o número para o singular nu, nem as

estruturas gerundivas favoreceram a leitura plural, o que sugere que a proposta de Ferreira (2010), não é adequada para explicar a genericidade-D.

Por fim, nossos resultados são inconclusivos para a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2010) de que o singular nu tem um comportamento semelhante ao do nome de massa nu: enquanto as respostas do grupo controle parecem confirmar esta tese das autoras, as respostas do grupo experimental apresentam diferenças quando interpretam um nome de massa nu e quando interpretam o singular nu – as crianças atribuem mais interpretação definida para o singular nu do que para o massivo nu. Argumentei que esse comportamento pode estar associado ao fato de que as crianças, em geral, atribuem mais interpretação definida a todos os sintagmas analisados, mas os resultados de meu experimento não garantem que este seja realmente o caso.

Apesar de esta tese levantar alguns questionamentos que não haviam sido discutidos anteriormente, outras questões permanecem em aberto. Por exemplo, requer-se uma investigação mais apurada sobre o porquê de a língua apresentar duas estruturas distintas (o singular nu e o definido genérico) para o mesmo propósito de denotar a espécie. Seria esta uma evidência de variação semântica ou uma variação de estruturas que a língua apresenta; ou ainda: como os adultos e crianças lidam com esta concorrência de formas. Também um outro experimento parece ser necessário para testar a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011) para a aquisição, visto que os que propus, apresentaram resultados inconclusivos. Estas e outras questões, porém, ficarão para trabalhos futuros.

Referências

- ALEXANDOU, A.; HAEGEMAN, L. e STAVROU, M. **Noun frase in the Generative Perspective**. Studies in Generative Grammar, 71. Berlim: de Gruyter, 2007.
- AUGUSTO, M. R. A. Marcação de número e genericidade: interpretação genérica na aquisição do PB. **Letras de Hoje**, v. 42, p. 35–51, 2008.
- BEVILÁQUA, K.; PIRES DE OLIVEIRA, R. Brazilian bare phrases and referentiality: evidences from an experiment. **Revista Letras**, n. 90. Curitiba: Editora UFPR, 2014, p. 253-275.
- BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1997 (1994). 437p.
- BOBALJIK, J. **Morpho-syntax: the syntax of verbal inflection**. PhD dissertation, MIT, 1995. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/11351>, acesso em 22/01/2017.
- BORIK, O.; ESPINAL, M. T. Reference to kinds and to other expressions in Spanish: definiteness and number. **The Linguistic Review**, v. 32, p. 167–225, 2015 (2013).
- BOUCHARD, Denis. **Adjectives, number and interfaces – why Languages vary**. Amsterdam: Elsevier, 2002.
- BRANDONE, A. C. et al. Do Lions Have Manes? For Children, Generics Are About Kinds Rather Than Quantities. **Child Development**, v. 83, n. 2, p. 423–433, 2012.
- BRANDONE, A. C.; GELMAN, S. A. Differences in preschoolers' and adults' use of generics about novel animals and artifacts: A window onto a conceptual divide. **Cognition**, v. 110, n. 1, p. 1–22, 2009.
- CARLSON, Greg. **References to kinds in English**. PhD dissertation, University of Massachusetts at Amherst: Garland, New York 1980 (1977a).
- _____. A unified analysis of the English bare plural. **Linguistic & philosophy** 1. 1977(b), p.413-457.
- _____. Generics and atemporal when. **Linguistic & philosophy** 3. 1979. P. 49-98.
- _____. Genericity. In: von HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; e PORTNER, P. **Semantics: an international handbook of natural language meaning**. Handbooks of Linguistic and Comunication Science HSK 33.2. Berlim/Boston: De Gruyter, 2011. p. 1153-1186.
- CHAMBERS, C. G.; GRAHAM, S. A.; TURNER, J. N. When hearsay trumps evidence: How generic language guides preschoolers' inferences about unfamiliar things. **Language and Cognitive Processes**, v. 23, n. 5, p. 749–766, 2008.
- CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. **Natural Language Semantics**, 6, p. 339-405, 1998.
- CHOMSKY, N. **Current issues in linguistic theory**. The Hage: Mouton, 1964.
- _____. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

- _____. **Some concepts and consequences of the theory of government and binding.** Cambridge: The MIT Press, 1982.
- CIMPIAN, A.; BRANDONE, A. C.; GELMAN, S. A. Generic statements require little evidence for acceptance but have powerful implications. **Cognitive Science**, v. 34, n. 8, p. 1452-1482, 2010.
- CIMPIAN, A.; MARKMAN, E. M. Preschool children's use of cues to generic meaning. **Cognition**, v. 107, n. 1, p. 19-53, 2008.
- CORRÊA, L.; NAME, C.; FERRARI-NETO, J. Explorando informação de interface na aquisição da linguagem: distinções perceptuais e morfo-fonológicas relativas à categoria funcional D na aquisição de gênero e número em Português. **Anais do III Congresso da ABRALIN** (Associação Brasileira de Linguística), 2003.
- CRAWLEY, M.J. **The R Book**. West Sussex/Inglaterra: Wiley & Sons, ltda: 2007. p.942.
- CYRINO, S.; ESPINAL, M. T.; Bare nominals in Brazilian Portuguese: more on DP/NP analysis. **Natural Language & Linguistic Theory** (2015) 33. Netherlands: Springer, 2014 p. 471-521.
- DAYAL, V. Number marking and indefiniteness in kind terms. **Linguistics and Philosophy** 27: 393-450, (2004).
- DIESING, M. **Indefinites**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press (1992).
- DOBROVIE-SORIN, C. e PIRES DE OLIVEIRA, R. Reference to kinds in Brazilian Portuguese: definite singulars vs. bare singulars. In: Grønn, A. (Ed.), **Proceedings of SuB12**, ILOS, Oslo, 2008 (2007).
- DOBROVIE-SORIN, C.; BLEAM, T.; ESPINAL, M. T. Nominais nus, número e tipos de incorporação. In: PIRES DE OLIVEIRA, R; PERUCHI MEZARI, M. (Orgs). **Nominais Nus: um olhar através das línguas**. Campinas -SP: Mercado de Letras, 2012.
- ESPINAL, M.T. e McNALLY, L. Bare singulars: Variation at the syntaxsemantics interface. Paper presented at the Workshop on Bare Nouns and Nominalizations, University of Stuttgart, 22 June 2007.
- _____. Bare nominals and incorporating verbs in Catalan and Spanish. *Journal of Linguistics* 47. 2011, p. 87-128.
- FERRARI NETO, J. **Reconhecimento do Número Gramatical e Processamento da Concordância de Número no Sintagma Determinante na Aquisição do Português**. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 2003.
- _____. **Aquisição de Número Gramatical no Português Brasileiro: Processamento de Informação de Interface e Concordância**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 2008.
- FERREIRA, M. B. The morpho-semantics of number in Brazilian Portuguese bare singulars. **Journal of Portuguese Linguistics** 9-1. 2010, p. 95-116.
- GAVARRÓ, A.; PÉRRÉZ-LEOROUX, A. T.; ROEPER, T. Definite and bare noun contrasts in child Catalan. In: TORRENS, V.; ESCOBAR, L. (Eds.). **The Acquisition of Syntax in Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins Publishing

- Company, 2006. p. 51–68.
- GELMAN, S. A.; BLOOM, P. Developmental changes in the understanding of generics. **Cognition**, v. 105, n. 1, p. 166–183, 2007.
- GELMAN, S. A.; RAMAN, L. Preschool children use linguistic form class and pragmatic cues to interpret generics. **Child development**, v. 74, n. 1, p. 308–325, 2003.
- GRAHAM, S. A.; NAYER, S. L.; GELMAN, S. A. Two-Year-Olds Use the Generic/Nongeneric Distinction to Guide Their Inferences About Novel Kinds. **Child Development**, v. 82, n. 2, p. 493–507, 2011.
- GUASTI, M. T. et al. Article Omission Across Child Languages. **Language Acquisition**, v. 15, n. 2, p. 89–119, 2008.
- HAEGEMAN, L. **Introduction to Government and Binding Theory**. 2.ed. Oxford e Cambridge: Blackwell, 1994.
- HEIM, I. **The semantic of Definite and Indefinite Noun Phrase**. PhD dissertation. University of Massachusetts, 1982.
- HOLLANDER, M. A; GELMAN, S. A; STAR, J. Children's interpretation of generic noun phrases. **Developmental psychology**, v. 38, n. 6, p. 883–894, 2002.
- IONIN, T. et al. Genericity Distinctions and the Interpretation of Determiners in Second Language Acquisition. **Language Acquisition**, v. 18, n. 4, p. 242–280, 2011.
- KATO, M. Free and dependend Small Clause in Brazilian Portuguese. **D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 23, 2007. p. 85-100.
- KRATZER, Angelika. Stage-level and individual-level predicates In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (eds). **The generic book**. Chicago: The University of Chicago Press, p. 125-175, 1995.
- KRIFKA, M. Thematic relations as links between nominal reference and temporal constitution. In: SAG, I. e SZABOLCSI, A. (eds.) **Lexical Matters**, Stanford: CSLI Publications, 1992. p. 29-53.
- KRIFKA, M.; et al. Introduction. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (eds). **The generic book**. Chicago: The University of Chicago Press, p. 1-124, 1995.
- LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice-theoretical approach. In: Bauerle, R., Schwarze, C., von Stechow, A. (Eds.), **Meaning, Use and Interpretation**. de Gruyter, Berlin/New York, 1983. p. 303–323.
- LESLIE, S. J. Generics: Cognition and acquisition. **Philosophical Review**, v. 117, n. 1, p. 1–47, 2008.
- LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and proper names. *Linguistic Inquiry* 25, p. 609–665, 1994.
- _____. The structure of DPs: Principles, parameters and problems. In BALTIN, M.; COLLINS, C. **Handbook of syntactic theory**, p. 562-603. Cambridge, Mass./Oxford: Brackwell, 2001a.
- _____. How comparative is semantic? A unified parametric theory of bare nouns and proper names. **Natural Language Semantics** 9, p. 335-369. 2001b.

- LOPES, R. E. V. Estágios no processo de aquisição de número no DP do Português Brasileiro. **Letras de Hoje**, V. 39, nº3. Porto Alegre: 2004. p. 157-171.
- _____. Bare nouns and DP number agreement in the acquisition of Brazilian Portuguese. In: SAGARRA, N.; TORIBIO, A. J. (eds). **Selected Proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium**, 252-262. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2006.
- MARIANO, R. **Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2011.
- _____. **Nomes nus no Português Brasileiro: variação e gramática**. Trabalho de qualificação de área. (Manuscrito). Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- MENDES, F. Estruturas possessivas: a aquisição de posse inalienável no Português Brasileiro. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2015.
- MIOTO, C. e KATO, M. A. Arquitetura da Gramática. In: KATO, M.A. e NASCIMENTO, M. **Gramática do Português Culto falado no Brasil: a construção da sentença**. v.3. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 43-46.
- MÜLLER, A. L. Sentenças Genericamente Quantificadas e Expressões de Referência a Espécies no Português do Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)**, Campinas, v. 39, p. 141-158, 2000.
- _____. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 18, n. 2, 2002a, p. 287-308.
- _____. The Semantics of Generic Quantification in Brazilian Portuguese. **PROBUS**, v. 1, n.14, p. 279-298, 2002b.
- _____. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: MÜLLER, A.; NEGRÃO, E.; FOLTRAN, M. J. (orgs). **Semântica Formal**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 61-73.
- MUNN, Alan; SCHMITT, Cristina. Bare nominals and the morphosyntax of number. In: CRESTI, D.; TORTORA, C.; e SATTERFIELD, T. **Current issues in Romance linguistics**; selected papers from the 29th Linguistic Symposium on Romance Languages. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 217-231.
- _____. Number and indefinites. **Lingua** 115, p. 821-855, 2005.
- NARO, Anthony Julius. The social and structural dimensions of a syntactic change. **Language** 57(1), p. 63-98. 1981.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Remodeling the age variable: Number concord in Brazilian Portuguese. **Language Variation and Change** 25 (1), p. 1-15. 2013.
- PARTEE, B. Situations, worlds, and contexts. **Linguistics and Philosophy** 8, p. 53-58 (1985).
- PÉREZ-LEROUX, A. T. The Expression of Genericity in Child Language. In: LIDZ, JEFFREY L; SNYDER, WILLIAM; E PATER, J. (Ed.). **The Oxford Handbook of Developmental Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2016. v. 11p. 1-

38.

- _____; MUNN, A.; SCHMITT, C.; DeIRISH, M. Learning definite determiners: genericity and definiteness in English and Spanish. In: BURGOS, A.; MICCIULLA, L.; SMITH, C.E. (orgs.) **Boston University Conference on Language Development 28**, Proceedings Supplement (2004). Disponível em: <http://www.bu.edu/buclid/files/2011/05/28-perez-leroux.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2018.
- PERUCHI-MEZARI, M. Nominais nus no Português Brasileiro: aproximações e diferenças. **Relatório final de atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)**. UFSC, 2010.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. ; SILVA, J. C. ; BRESSANE, M. R. S. O singular nu denota espécie: uma investigação empírica. **DELTA**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. Impresso), v. 26, p. 115-140, 2010.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. Brazilian bare nouns in subject position of episodic predicates. In: **Proceedings of Sin and Bedeutung 16**. Cambridge: MIT Press, 2011. v.2. p. 501-512.
- _____; **Dobras e redobras do singular nu no Português Brasileiro**: costurando a semântica entre as línguas. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014. 120p.
- _____; MARIANO, R. **Mulher discutiu futebol: estrutura informacional e os nominais nus no PB**. In: Anais do VII Congresso Intenacional da Abralín, 2011, v.1, p. 3744-3757.
- _____; ROTHSTEIN S. Bare singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. **Lingua** 121, p. 2153-2175, 2011.
- _____; _____. Two sort of bare nouns in Brazilian Portuguese. **Revista da Abralín**, V. Eletrônico, N. Especial. 2011, p. 231-266.
- ROTHSTEIN, S. Counting and the mass-count distinction. **Journal of Semantics** 27 (3), 2010a. p.343-397.
- _____. Bare nouns semantics, kind interpretations and the Universal Grinder. In: **Conference at Bare Nominals and Genericity** Conference, Paris. 2010b
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. PhD Dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1988.
- _____. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa** 12, 1994, p. 37-49.
- _____. e Anthony Julius Naro. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. **Fórum Linguístico** 1(1): 1998, p.45-71.
- SCHMITT, C.; MUNN, Alan. Against the Nominal Mapping Parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese. In: TAMANJI, P.; HIROTANI, M.; HALL, N. (eds) **Proceedings of NELS 29**. University of Delaware, 1999, p. 339-353.
- _____. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. In: PICA, P (ed) **Linguistic variation yearbook** 2. Amsterdam: JohnBenjamins, p. 185-216. 2002.

- SIMIONI, L. **A Aquisição da Concordância Nominal de Número no Português Brasileiro**: um Parâmetro para a Concordância Nominal. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2007.
- _____. **Concordância em Construções passivas com argumento pré e pós-verbais e incorporação de nomes nus no PB**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de São Paulo (USP), 2011.
- VERGNAUD, J.R.; ZUBIZARRETA, M. L. The definite determiner in French and English. **Linguistic Inquiry** **23**, p. 595-652. 1992.
- VIOTTI, E. ; MULLER, A. O Comportamento Sintático e Semântico dos Sujeitos Indefinidos no Português Brasileiro. **Revista Letras** (Curitiba), Curitiba, v. 60, p. 435-453, 2003.

Anexos:

Anexo I: Folha de resposta do Grupo Controle.

Folha de resposta:

Instruções: (i) você vai ouvir em cada contexto três perguntas. As respostas esperadas são 'sim' ou 'não'. Caso você não saiba, não queira ou não consiga responder alguma dessas perguntas, por favor, circule o número da questão; (ii) depois de ouvir as perguntas, você será convidado a apontar para uma imagem que melhor illustre uma frase que será enunciada. Assinale nesta folha resposta a posição correspondente às do monitor em que os vídeos serão transmitidos.

Contexto 1:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não
Pergunta 3	() Sim () Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 2:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não
Pergunta 3	() Sim () Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 3:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não
Pergunta 3	() Sim () Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 4:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não
Pergunta 3	() Sim () Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 5:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não
Pergunta 3	() Sim () Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 6:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não
Pergunta 3	() Sim () Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 7:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não
Pergunta 3	() Sim () Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 8:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não
Pergunta 3	() Sim () Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 9:

Pergunta 1	() Sim () Não
Pergunta 2	() Sim () Não

Pergunta 3	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
------------	---

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 10:

Pergunta 1	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 2	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 3	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 11:

Pergunta 1	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 2	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 3	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 12:

Pergunta 1	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
------------	---

Pergunta 2	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 3	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 13:

Pergunta 1	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 2	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 3	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Contexto 14:

Pergunta 1	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 2	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pergunta 3	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Assinale a posição correspondente:

Posição 1	Posição 2
Posição 3	Posição 4

Obrigado pela colaboração!

Anexo II: transcrição dos áudios de contextos do experimento

Introdução:

Deixa eu contar um segredo pra vocês: eu tenho um amigo extraterrestre! O nome dele é Plutônio. Vamos conhece-lo? Olha ali, ele tá chegando...

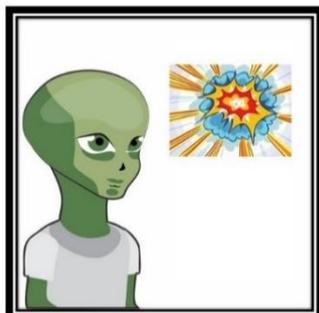


Figura (4): Plutônio.

O Plutônio é um extraterrestre que chegou há pouco tempo aqui na Terra... Ele morre de vontade de morar por aqui... Mas pra isso acontecer, ele precisa aprender como as coisas funcionam no nosso planeta... Ele tem dificuldades de entender algumas coisas. Vamos ajuda-lo com isso? A brincadeira que vamos fazer é a seguinte: eu vou apresentar algumas estórias e você vai responder a algumas perguntas para que o Plutônio entenda melhor como são as coisas aqui na terra. Vamos lá?

Familiarização:

Contexto 1:

No planeta do Plutônio não tem muitos animais. Quando ele chegou aqui, ele achou engraçado que alguns animais andam sobre quatro patas. Por exemplo, o cachorro e o cavalo tem quatro patas, vamos ver algumas imagens deles?



Figura (5): Cachorros representativos da espécie.



Figura (6): Cavalos representativos da espécie.

Agora deixa eu apresentar pra você o Bidu. O Bidu é um cachorrinho super simpático... Ele adora passear com o seu dono pelos parques de Campinas...



Figura (7): ilustração de um representante específico da espécie ‘cachorro’, o Bidu.

Preste atenção! Depois do sinal você vai ouvir as perguntas... Vamos respondê-las?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>O Cachorro tem quatro patas?</i>
Distratora negativa:	<i>O Bidu tem pelo rosa?</i>
Distratora positiva:	<i>Cachorro late?</i>

Tabela (24): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (1).

Vamos fazer uma brincadeira? Eu vou dizer uma coisa e você vai apontar para figura que mostra o que eu disse. Pode ser? Aí vai...

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *‘O bidu Tem quatro patas’*

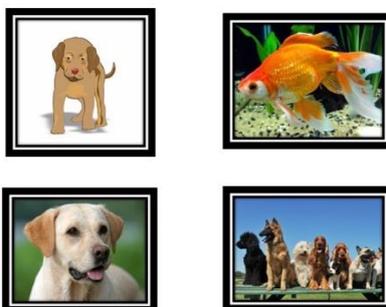


Figura (8): Quadrante de seleção de imagem para a sentença ‘O Bidu tem quatro patas.’

Quadro (3): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (1).

Contexto 2:

Agora deixa eu apresentar pra você o Aquira...



Figura (9): ilustração de um representante específico da espécie 'cavalo', o Aquira.

O Aquira é um cavalo super elegante que já ganhou várias corridas... Veja como ele lembra os cavalos que acabamos de ver...



Figura (10): Cavalos representativos da espécie.

Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>O Aquira tem quatro patas?</i>
Distratora negativa:	<i>Cavalo tem chifre?</i>
Distratora positiva:	<i>O Aquira já ganhou alguma corrida?</i>

Tabela (25): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (2).

Vamos fazer mais uma vez aquela brincadeira? Eu vou dizer uma coisa e você vai apontar para a figura que mostra o que eu disse... Vamos lá?

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *'O cavalo tem quatro patas'*



Figura (11): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'O cavalo tem quatro patas.'.

Quadro (4): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (2).

Contextos experimentais:

Contexto 3:

O Plutônio, numa de suas andanças pela terra conheceu um deserto! É lugar muito seco e com muita areia. Ele notou que existem coisas que são raras por lá, isso é, coisas que são muito difíceis de se encontrar. Muitas coisas são raras no deserto. Por exemplo, leite e mingau são muito difíceis de se encontrar por lá. Imagino que você saiba o que é leite e mingau, né? Olhe para essas imagens... Você sabe me dizer o que é isso?



Figura (12): imagem de dois recipientes com leite, representando a substância 'leite'.

E isso aqui?



Figura (13): imagem de dois pratos com mingau, representando a substância 'mingau'.

Olha, essa é a Maria... Olha o copão de leite que ela tá bebendo...



Figura (14): imagem de uma menina específica bebendo um representativo da substância 'leite'.

Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>O leite é raro no deserto?</i>
Distratora negativa:	<i>O leite é verde?</i>
Distratora positiva:	<i>O leite faz bem pra saúde?</i>

Tabela (26): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (3).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora:

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *'Leite é raro no deserto.'*



Figura (15): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'Leite é raro no deserto.'.

Quadro (5): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (3).

Contexto 4:

A minha mãe faz um mingau que fica uma delícia... O Plutônio ficou interessado em experimentar. Olha como é que fica o mingau da minha mãe...



Figura (16): imagem de uma mãe fictícia segurando um recipiente com mingau.

Ele lembra as imagens de mingau que vimos ainda há pouco, não?



Figura (17): imagem de dois pratos com mingau, representando a substância 'mingau'.

Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>Mingau é raro no deserto?</i>
Distratora negativa:	<i>O mingau faz mal pra saúde?</i>
Distratora positiva:	<i>Mingau se come quentinho?</i>

Tabela (27): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (4).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora...

Sentença para seleção de imagem:

'O mingau é raro no deserto.'

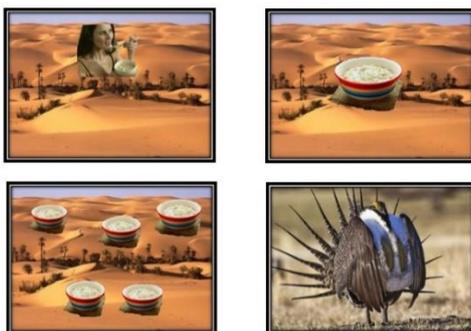


Figura (18): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'O mingau é raro no deserto.'

Quadro (6): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (4).

Contexto 5:

O nosso amigo Plutônio presta muita atenção em tudo... você também é assim? Na primeira volta que o Plutônio deu pela Terra, ele percebeu que existem animais que estão espalhados pelo mundo. O rato e o peixe são assim... estão por todo o canto. Vamos ver as imagens desses bichinhos?

Olha... o rato...



Figura (19): imagens de exemplares da espécie 'rato'.

E esse aqui, que animal é esse?



Figura (20): imagens de exemplares da espécie 'peixe'.

Deixa eu apresentar agora pra você e pro Plutônio o Pingo.

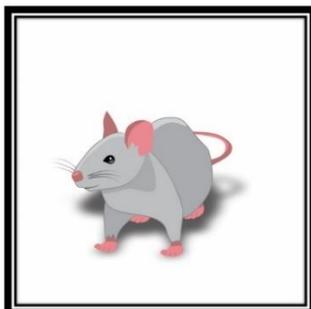


Figura (21): ilustração de um representante específico da espécie 'rato', o Pingo.

O Pingo é um ratinho que adora mexer no lixo. Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>Os ratos tão espalhados pelo mundo?</i>
Distratora negativa:	<i>Rato tem asas?</i>
Distratora positiva:	<i>O pingo gosta de mexer no lixo?</i>

Tabela (28): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (5).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora:

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *'Rato tá espalhado pelo mundo'.*

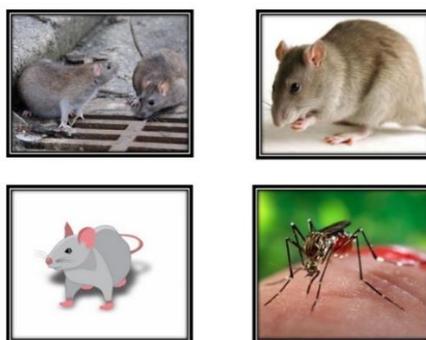


Figura (22): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'Rato tá espalhado pelo mundo'.

Quadro (7): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (5).

Contexto 6:

Olha, esse é o Caco! O Caco é o meu peixinho de estimação. Ele vive num aquário... Vamos dizer 'oi' para ele?

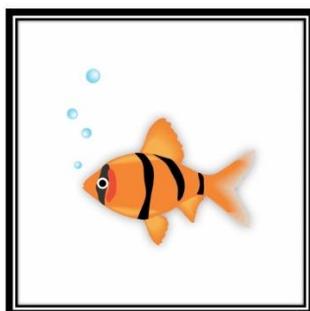


Figura (23): ilustração de um representante específico da espécie 'peixe', o Pingo.

Ele se parece um pouco com os peixes que a gente acabou de ver...



Figura (24): imagens de exemplares da espécie 'peixe'.

Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>Peixe está espalhado pelo mundo?</i>
Distratora positiva:	<i>O Caco mora num aquário?</i>
Distratora negativa:	<i>Os peixes vivem fora da água?</i>

Tabela (29): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (6).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora...

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *'Os peixes estão espalhados pelo mundo'.*



Figura (25): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'Os peixes estão espalhados pelo mundo'..

Quadro (8): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (6).

Contexto 7:

Numa das voltas que o Plutônio deu pela Terra, ele viu que existem animais e plantas que estão desaparecendo e outros que já desapareceram. Quando isso acontece, a gente diz que tal animal ou planta está em extinção. Por exemplo, o mamute é uma animal que está extinto, isto é, ele já não existe mais, ele já desapareceu. O dinossauro também... Veja as imagens desses bichinhos... Olha... esse é o mamute...



Figura (26): Imagens de exemplares da espécie 'mamute'.

E esse aqui, você o que que é?



Figura (27): Imagens de exemplares da espécie 'dinossauro'.

Esse é o Manfred... O Manfred é um mamute...



Figura (28): ilustração de um representante específico da espécie 'mamute', o Manfred.

Veja como ele lembra os mamutes que a gente acabou de ver... Ele tem o chifre branco...



Figura (29): Imagens de exemplares da espécie 'mamute'.

Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>O mamute está extinto?</i>
Distratora negativa:	<i>mamute tem chifre azul?</i>
Distratora positiva:	<i>O Manfred tem chifre?</i>

Tabela (30): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (7).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora...

 TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

 Sentença para seleção de imagem: *'Mamute tá extinto'*.



Figura (30): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'Mamute tá extinto'.

Quadro (9): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (7).

Contexto 8:

Esse é o Tirez... O Tirez é um dinossauro...

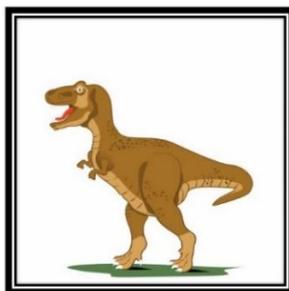


Figura (31): ilustração do Tirez, um representante específico da espécie 'dinossauro'.

Ele se parece com os dinossauros que a gente viu ainda há pouco?



Figura (32): Imagens de exemplares da espécie 'dinossauro'.

Responda às perguntas que faremos a seguir...

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>Dinossauro tá extinto?</i>
Distratora negativa:	<i>O dinossauro tem cabelo?</i>
Distratora positiva:	<i>O Tirez tem dentes afiados?</i>

Tabela (31): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (7).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora...

 TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

 Sentença para seleção de imagem: *“O dinossauro tá extinto”.*

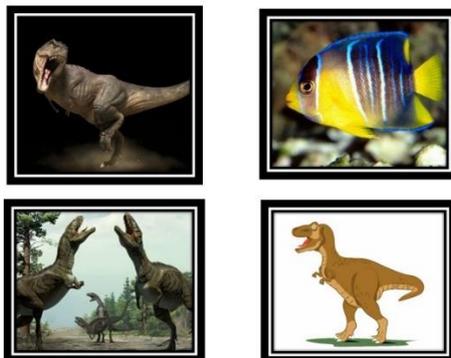


Figura (33): Quadrante de seleção de imagem para a sentença ‘O dinossauro tá extinto’.

Quadro (10): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (8).

Contexto 9:

Esses dias o Plutônio passou algumas horas observando um jardim. Ele notou que alguns instos estão infestando o jardim, isto é, estão tomando em conta, crescendo em número... tá ficando um montão deles... Como exemplo de animais que estão infestando o jardim podemos citar a formiga e o mosquito...Vamos ver algumas imagens desses animais?

Olha... formiga!



Figura (34): imagens de representantes da espécie ‘formiga’.

E esse aqui, você sabe me dizer que bicho é esse?



Figura (35): imagens de representantes da espécie ‘mosquito’.

Deixa eu apresentar pra você e pro Plutônio a Naná... A Naná é uma formiguinha que adora comer as pétalas de rosa do jardim...

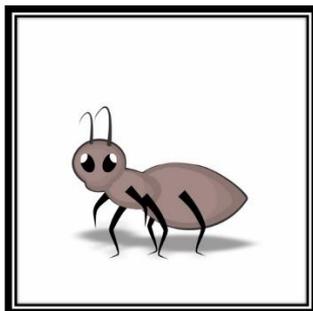


Figura (36): ilustração da Naná, uma representante específica da espécie 'formiga'.

Responda às perguntas que faremos a seguir:

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>Formiga tá infestando o jardim?</i>
Distratora negativa:	<i>A formiga gosta de veneno?</i>
Distratora positiva:	<i>A Nana gosta de pétalas de rosa?</i>

Tabela (32): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (7).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora:

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *Formigas estão infestando o jardim.*

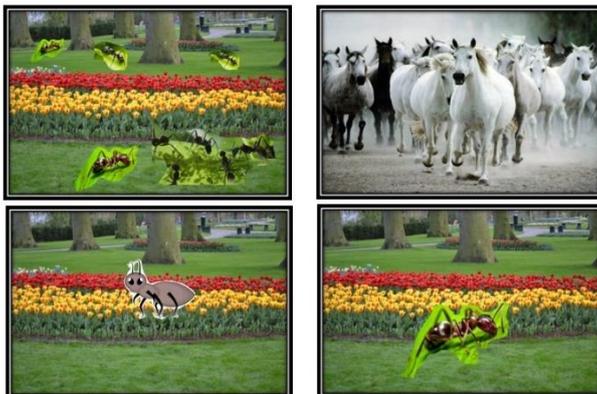


Figura (37): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'Formigas estão infestando o jardim.'.

Quadro (11): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (9).

Contexto 10:

O Plutônio viu que no jardim tem um mosquito que é perseguido pelas pessoas porque elas acham que ele transmite doenças... O nome dele é Zunzi. Mas o Zunzi não transmite doenças...



Figura (38): ilustração do Zuzi, um representante específico da espécie 'mosquito'.

Veja como ele se parece com os mosquitos que a gente acabou de ver...

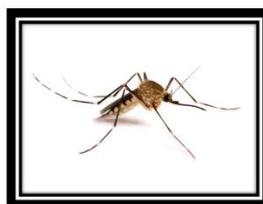


Figura (39): imagens de representantes da espécie 'mosquito'.

Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>Mosquitos estão infestando o jardim?</i>
Distratora negativa:	<i>O zuzi transmite doença?</i>
Distratora positiva:	<i>Os mosquitos transmitem doença?</i>

Tabela (33): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (7).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora...

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *Mosquito está infestando o jardim*



Figura (40): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'Mosquito está infestando o jardim'.

Quadro (12): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (10).

Contexto 11:

O Plutônio até que entende rápido das coisas... Ele já viu que existem alguns animais e plantas que estão desaparecendo das nossas florestas... É o caso do tatu e da onça. O homem está destruindo tanto as nossas florestas que um dia esses animais podem desaparecer completamente... Vamos ver algumas imagens desses animais?

Olha... o tatu...



Figura (41): imagens de representantes da espécie 'tatu'.

E esse aqui, você sabe o que que é?



Figura (42): imagens de representantes da espécie 'onça'.

O que o Plutônio não sabe é que dentro de uma toca, bem pertinho daqui vive o Bebo... O Bebo é um tatu-bola que se diverte rolando por aí... Vamos dizer 'oi' para ele?

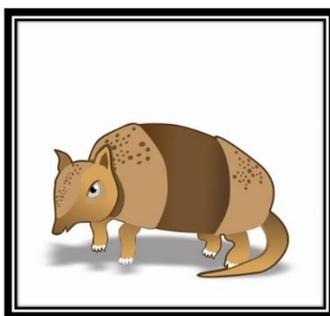


Figura (43): ilustração do Bebo, um representante específico da espécie 'tatu'.

Responda às perguntas que faremos a seguir...

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>O Bebo tá desaparecendo da floresta?</i>
Distratora negativa:	<i>O tatu pode voar?</i>

Distratora positiva: *O Bebo gosta de sair rolando?*

Tabela (34): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (7).

Agora, aponte para a imagem daquilo que eu vou dizer....

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem:

'Tatu tá desaparecendo da floresta'.

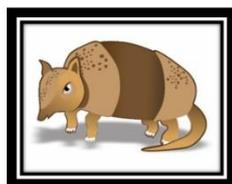


Figura (44): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'Tatu tá desaparecendo da floresta'.

Quadro (13): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (11).

Contexto 12:

Agora deixa eu apresentar pra você e pro Plutônio a Kika. A kika é uma onça pintada que adora espantar os caçadores da floresta.

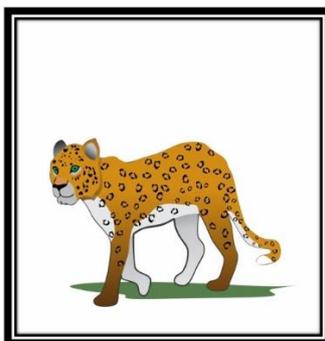


Figura (45): ilustração da Kika, uma representante específica da espécie 'onça'.

Veja como ela se parece com as onças que acabamos de ver...



Figura (46): imagens de representantes da espécie 'onça'.

Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV

Pergunta imediata:	<i>Onça tá desaparecendo da floresta?</i>
Distratora negativa:	<i>A onça come cenoura?</i>
Distratora positiva:	<i>A kika espanta caçador?</i>

Tabela (35): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (7).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora...

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *'A Kika tá desaparecendo da floresta'.*

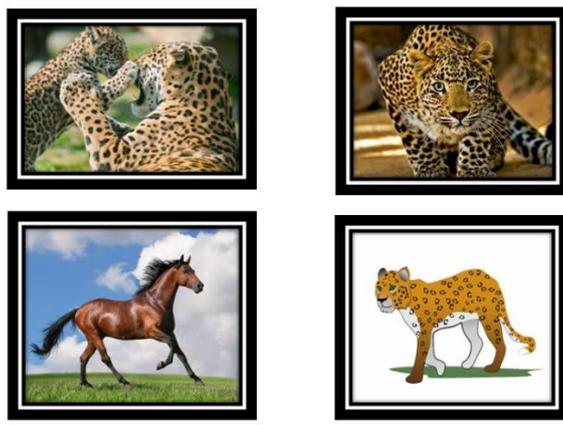


Figura (47): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'A Kika tá desaparecendo da floresta'.

Quadro (14): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (12).

Contexto 13:

Em uma das duas voltas ao mundo, o Plutônio passou pela Austrália... a Terra dos Cangurus... lá ele percebeu que tem alguns animais que tem aos montes, porque estão crescendo em número... Como exemplo desses animais podemos citar justamente o canguru e o coelho. Deixa eu apresentar pra você algumas imagens desses animais... Olha, coelho...



Figura (48): imagens de representantes da espécie 'coelho'.

E esse aqui, você sabe me dizer que animal é esse?



Figura (49): imagens de representantes da espécie 'canguru'.

Olha, o Floquinho... O Floquinho é um coelho bem simpático que ama comer cenoura.



Figura (50): ilustração do Floquinho, um representante específico da espécie 'coelho'.

Veja como ele se parece com os coelhos que a gente acabou de ver...



Figura (51): imagens de representantes da espécie 'coelho'.

Vamos responder a mais algumas perguntas?

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>O coelho está crescendo em número?</i>
Distratora negativa:	<i>Coelho gosta de nadar?</i>
Distratora positiva:	<i>O Floquinho adora cenoura?</i>

Tabela (36): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (7).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora...

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem: *'Coelhos estão crescendo em número.'*

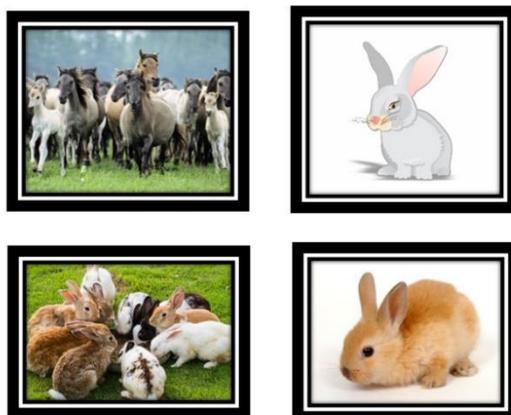


Figura (52): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'Coelhos estão crescendo em número'.

Quadro (15): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (13).

Contexto 14:

Esse é o Saltitante. O Saltitante é um canguru australiano que adora visitar as pessoas na cidade.

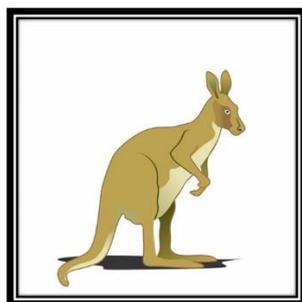


Figura (53): ilustração do Saltitante, um representante específico da espécie 'Canguru'.

Veja como ele se parece com os cangurus que vimos ainda há pouco...



Figura (54): imagens de representantes da espécie 'canguru'.

Responda às perguntas que faremos a seguir:

TESTE DE JULGAMENTO DE VALOR DE VERDADE - TJVV	
Pergunta imediata:	<i>Cangurus tão crescendo em número?</i>
Distratora negativa:	<i>Cangurus sobem em árvores?</i>
Distratora positiva:	<i>O saltitante gosta de visitar as pessoas?</i>

Tabela (37): Teste de Julgamento de Valor de Verdade do Contexto (7).

Aponte para a imagem do que eu vou dizer agora...

TESTE DE SELEÇÃO DE IMAGENS - TSI

Sentença para seleção de imagem:

'O canguru está crescendo em número'.

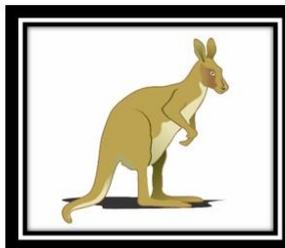


Figura (55): Quadrante de seleção de imagem para a sentença 'O canguru está crescendo em número'.

Quadro (16): Teste de Seleção de Imagem do Contexto (14).

Despedida:

Muito obrigado por ajudar o Plutônio... Agora ela já sabe um pouquinho mais sobre como são as coisas aqui na Terra... Vamos nos despedir dele? Tchau, Plutônio!!!

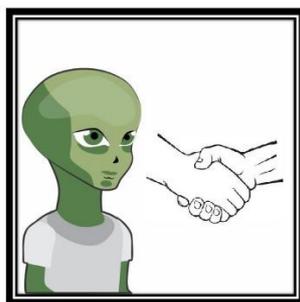


Figura (56): ilustração do Plutônio agradecido por terem sanado suas curiosidades sobre o planeta Terra.

Anexo III: imagens e sentenças apresentadas ao grupo experimental no período de familiarização



Figura (57): cartaz arara.

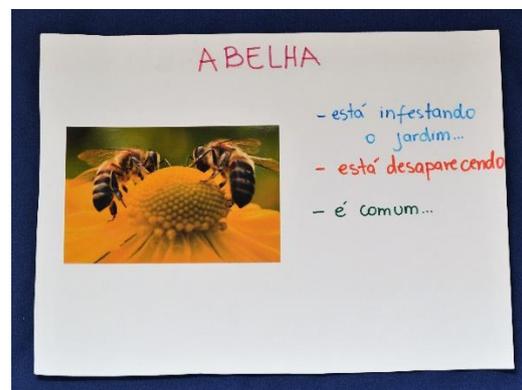


Figura (60): cartaz abelha.

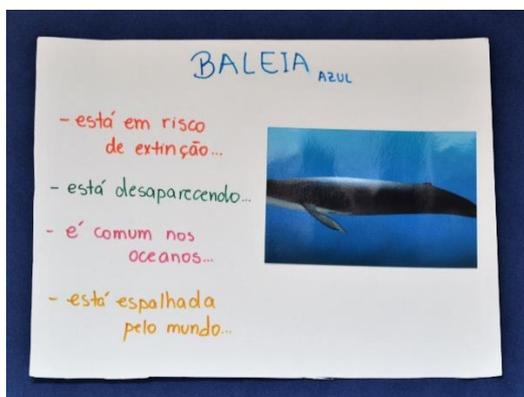


Figura (58): cartaz baleia.

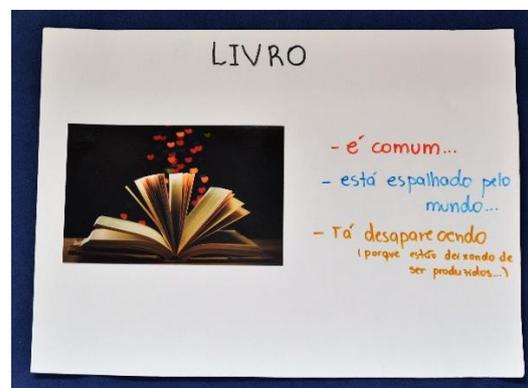


Figura (61): cartaz livro.

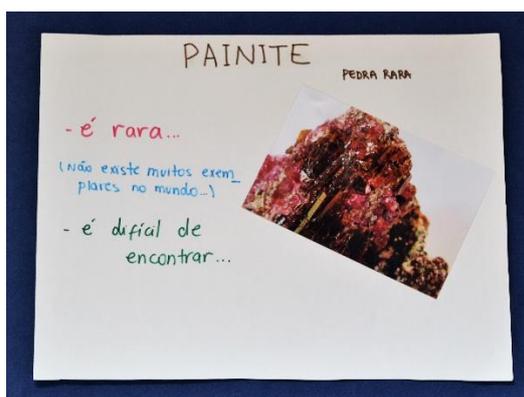


Figura (59): cartaz pedra rara.

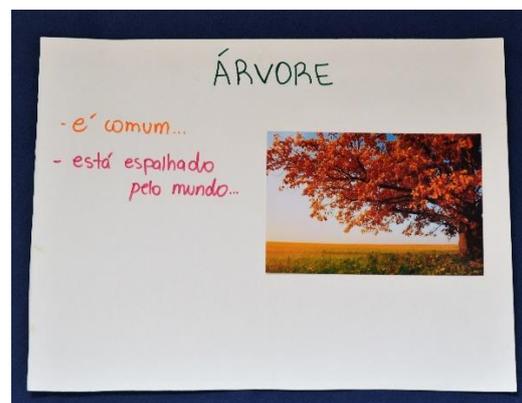


Figura (62): Cartaz árvore.

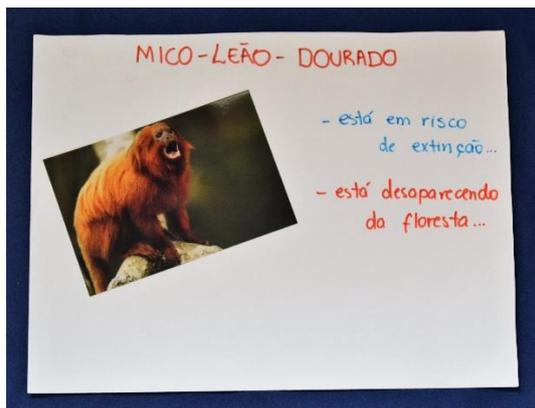


Figura (63): cartaz mico-leão-dourado.

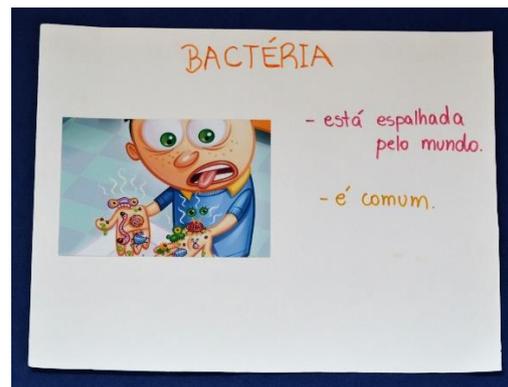


Figura (66): cartaz bactéria.

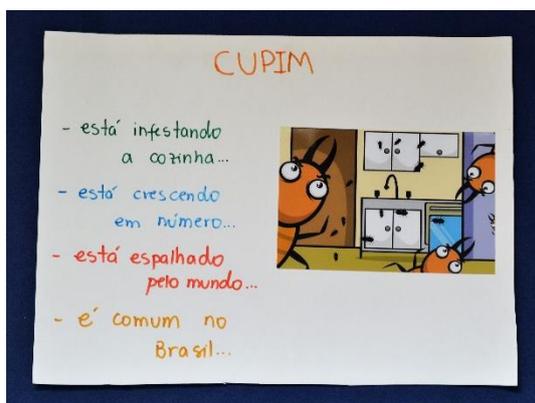


Figura (64): cartaz cupim.



Figura (67): cartaz gato.

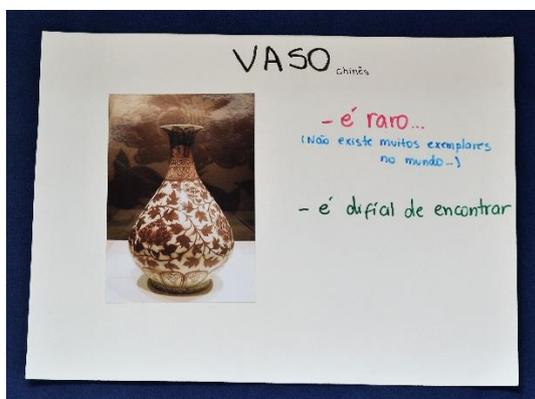


Figura (65): cartaz vaso raro.

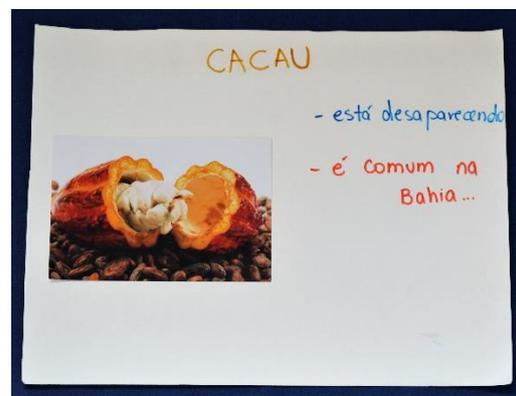


Figura (68): cartaz cacau.

Anexo IV: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa:

A expressão da Genericidade-D no Português Brasileiro: um olhar para a aquisição da linguagem

Pesquisadores responsáveis: Ruan de Souza Mariano e Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

Número do CAAE: 53864416.2.0000.5404

Seu/sua filho/filha, _____, está sendo convidado/a participar como voluntário/voluntária de uma pesquisa sobre a aquisição do português brasileiro. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos e os de seu/sua filho/filha como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia-o atentamente, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir autorizar seu/sua filho(a) a participar da pesquisa. Se você não quiser que seu/sua filho(a) participe ou quiser retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

Justificativa e objetivos:

O nosso interesse está em tentar entender como as crianças pequenas, em desenvolvimento, interpretam sentenças que, para os adultos falantes da língua, são genéricas, ou seja, são “verdades” sobre os dinossauros em geral, como no exemplo ‘O dinossauro está em extinção.’. Esse estudo pretende compreender melhor o processo de aquisição do português brasileiro e compará-lo com o desempenho adulto nessas atividades.

Procedimentos:

Participando do estudo o seu/sua filho(a) estará compondo o grupo experimental desta pesquisa, isto é, o grupo em que o nosso estudo se debruçará. O experimento consiste de quatro tarefas que serão acompanhadas pelo pesquisador responsável. As três primeiras tarefas consistem em responder a três perguntas do tipo ‘sim/não’. A quarta tarefa consiste em apontar para uma imagem que mais bem ilustre uma sentença que será enunciada por uma gravação. Antes, porém, de executar estas tarefas o seu/sua filho(a) será apresentado aos personagens que irão compor cada contexto sobre os quais as perguntas se versam. Esses personagens são animais, objetos e substâncias, representados por desenhos e imagens coloridas e sobre eles é que o seu/sua filho(a) vai responder às perguntas. Todos os estímulos serão apresentados em um computador, com o auxílio de uma caixa amplificadora de som. As respostas obtidas serão anotadas em um formulário previamente elaborado pelo pesquisador. O tempo previsto para a realização das atividades é de aproximadamente vinte minutos.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve autorizar a participação do(a) o seu/sua filho(a) neste estudo se ele/ela apresentar déficits em seu desenvolvimento cognitivo, baixa visão ou surdez.

Não serão utilizados quaisquer materiais que possam envolver algum risco para a criança como brinquedos, por exemplo.

A criança apenas participará de um experimento que funciona, para ela, como um jogo de escolha de figuras e um jogo de produção de respostas. O máximo que se pode prever é que a criança eventualmente se sinta entediada com a tarefa e queira parar de executá-la, o que será respeitado.

Em relação à possibilidade de algum tipo de desconforto com a pesquisa, o seu/sua filho(a) terá a liberdade de interromper sua participação a qualquer momento.

Benefícios:

Não se preveem benefícios diretos aos voluntários, mas apenas aqueles advindos da pesquisa científica, contribuindo para que possamos entender melhor o processo de aquisição do português brasileiro.

Acompanhamento e assistência:

Após seu consentimento, o seu/sua filho(a) será convidado a participar da pesquisa descrita. Após o

encerramento da pesquisa, esta será apresentada à escola e aos responsáveis pelos participantes. Não haverá nenhum tipo de avaliação de seu/sua filho/a, pois entendemos que a aquisição de uma língua é um processo natural do desenvolvimento infantil. Caso surja alguma intercorrência, a escola será informada sobre o fato.

Sigilo e privacidade:

Por este termo, garantimos que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado e nem o do seu filho/filha. As informações obtidas serão utilizadas apenas pelos pesquisadores com interesse acadêmico para fins científicos

Ressarcimento e indenização por danos decorrente da pesquisa:

Não haverá ressarcimento aos participantes. O estudo será realizado durante o tempo em que as crianças ficam na escola. Ainda que não sejam previstos danos decorrentes desta pesquisa, indenizações estão previstas e asseguradas nos termos da Lei.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com o pesquisadores Ruan de Souza Mariano, Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, localizado na Rua Sérgio Buarque de Holanda, nº 571, CEP: 13083-859, Campinas, SP, Brasil, Telefone: (19) 98176-1466. E-mail: ruan.letras@gmail.com e Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes, Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, localizado na Rua Sérgio Buarque de Holanda, nº 571, CEP: 13083-859, Campinas, SP, Brasil, Telefone: (19) 35211755; (19) 35211756. e-mail: ruth@iel.unicamp.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você pode entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP das 08:30hs às 13:30hs e das 13:00hs as 17:00hs na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas – SP; telefone (19) 3521-8936; fax (19) 3521-7187; e-mail: cep@fcm.unicamp.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito autorizar a participação de meu filho/filha ou menor de que sou responsável legal:

Nome do(a) responsável legal pela criança:

_____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do(a) seu/sua responsável LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguo ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)